



REVISTA BRASILEIRA

Diretora/Editora

Rosiska Darcy de Oliveira

Conselho Editorial

Eduardo Giannetti

Joaquim Falcão

Zuenir Ventura

Editora-Adjunta

Cristina Aragão

Produção Editorial

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

Pesquisa Iconográfica

Anselmo Maciel

Revisão

Carolina Kuhn Facchin

Direção de Arte

Felipe Taborda

Projeto Gráfico

Felipe Taborda

Leonardo Knust

Editores Eletrônica

Estúdio Castellani

Apoiadores

Armínio Fraga

BMA Advogados

Galo da Manhã

Opportunity

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 2025

Diretoria

Presidente

Merval Pereira

Secretário-Geral

Antonio Carlos Secchin

Primeiro-Secretário

Geraldo Carneiro

Segundo-Secretário

Antônio Torres

Tesoureiro

Paulo Niemeyer Filho

Membros Efetivos

Ailton Krenak, Alberto Venancio Filho, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Antônio Torres, Arnaldo Niskier, Arno Wehling, Carlos Nejar, Celso Lafer, Cicero Sandroni, Domício Proença Filho, Edgard Telles Ribeiro, Edmar Lisboa Bacha, Eduardo Giannetti, Evaldo Cabral de Mello, Evanildo Cavalcante Bechara, Fernanda Montenegro, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Carneiro, Geraldo Holanda Cavalcanti, Gilberto Gil, Godofredo de Oliveira Neto, Ignácio de Loyola Brandão, João Almino, Joaquim Falcão, Jorge Caldeira, José Paulo Cavalcanti Filho, José Roberto de Castro Neves, José Sarney, Lília Moritz Schwarcz, Marco Lucchesi, Merval Pereira, Miriam Leitão, Paulo Coelho, Paulo Henriques Britto, Paulo Niemeyer Filho, Ricardo Cavaliere, Rosiska Darcy de Oliveira, Ruy Castro, Zuenir Ventura.

REVISTA **BRASILEIRA**

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

Machado de Assis



Avenida Presidente Wilson 203 / 4º andar
Centro
20030-021 Rio de Janeiro RJ

Telefones
Geral +(55-21) 3974 2500
Setor de Publicações +(55-21) 3974 2525
publicacoes@academia.org.br
www.academia.org.br

Esta *Revista* está disponível
em formato digital no *site*
www.academia.org.br/revistabrasileira

ISSN 0103707-2

Sumário

ABRIL MAIO JUNHO 2025
FASE X • ANO IV • N.º 123

EDITORIAL

Rosiska Darcy de Oliveira 6

AUTORITARISMO

Luís Roberto Barroso

Manter as luzes acesas: Democracia, populismo autoritário e resistência institucional 8

João Almino

A personalidade autoritária e a barbárie: relendo Rouanet para os dias de hoje 14

Taís Gasparian e Eugênio Bucci

Assédio Judicial: como ele nos ataca e como nos defendemos 19

Lília Moritz Schwarcz

Democracia e tirania 26

Adhemar Bahadrian

O autoritarismo nas Nações Unidas 32

LÍNGUA PORTUGUESA

Merval Pereira

Rio, capital mundial do livro 37

MINHA TERRA ESTRANGEIRA

João Moreira Salles e Txai Suruí: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira..... 39

URBANISMO

Guilherme Wisnik

As praças arquitetônicas e a falta de espaço público no Brasil 53

DOCUMENTO

C. R. Boxer

Uma grande figura luso-brasileira Padre António Vieira, S.J., 1608–97 59

Leslie Bethell

Charles Boxer 79

RETRATO DE FERREIRA GULLAR

Ferreira Gullar

Depoimento de vida 82

Ancelmo Gois

O camarada 87

Luciana Aragão Ferreira

Buenos Aires, um tempo de terror por trás da alegria 94

Cecília Boal

A leitura do *Poema sujo*, em Buenos Aires 97

Adriana Calcanhotto

Ei, poeta! Oi, imortal! 109

Antonio Carlos Secchin	
As galáxias e as gavetas	117
Maria Amélia Mello	
Luminosa manhã em São Luís	120
Ferreira Gullar	
Arte do futuro	125
ACHADOS	
Carlos Senna Figueiredo	
Barbacena, bela como origem	129
Gilberto Araújo	
Como um e um: Raul Pompeia, escritor e artista gráfico	143
POESIA	
Aurea Leminski	
Leminski: Inesgotável	151
Antonio Cicero	
Inéditos	157
BIOGRAFIA	
Christian Schwartz	
O “mistério Trevisan”	158
LIVROS	
Eduardo Giannetti	
<i>Imortalidades</i>	162
Joaquim Falcão	
<i>Pausa & Linha – O poder em Fernanda Montenegro</i>	164
Antônio Torres	
Vou te contar	168
Drauzio Varella	
<i>O sentido das águas</i>	170
Marco Lucchesi	
<i>Poesia Mundi</i>	177
TEATRO	
Sergio Fonta	
Teatro do Rio: As grandes companhias e a Praça Tiradentes	179
CELEBRAÇÃO	
Edgard Telles Ribeiro	
Discurso de posse	183
HOMENAGENS	
Ricardo Cavaliere	
“Nunca pensei em chegar ao topo, apenas me preocupava com o caminho”	195
Rosiska Darcy de Oliveira	
O jovem professor de Português	196
Sebastião Salgado	
“A fotografia é feita em uma fração de segundo, mas é necessária toda uma vida para realizá-la”	198
ABL: PORTAS ABERTAS	
Luiz Antonio Simas	
Escolas de samba: pedagogia e literatura	204

Editorial

Rosiska Darcy de Oliveira

Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

É fácil reconhecê-lo. A mesma face assustadora, embora maquiada com a ajuda poderosa de novas tecnologias e de velhos expedientes, que usam instrumentos da democracia para miná-la. Essa perversão tem a digital do autoritarismo, que se amplia rapidamente nas democracias ocidentais. O fantasma volta a assombrar quem insiste em pensar pela própria cabeça. Atenta à ameaça, o autoritarismo entra em pauta na *Revista Brasileira*.

“Manter as luzes acesas até que o dia amanheça”, aconselha o Ministro Luís Roberto Barroso, em seu artigo.

Sim, somos gente de letras, o que nos ilumina são as luzes da cultura, a liberdade e a esperança.

Intelectuais, escritores, jornalistas e artistas costumam ser os mais agredidos pelo dedo em riste de quem aponta os “culpados” por tudo que o autoritarismo abomina e insiste em proibir. A liberdade assusta e é por medo que sobre a criação se desencadeia a fúria autoritária.

Um retrato de Ferreira Gullar revive o poeta, um exilado pelo autoritarismo, que o pisar tantos chãos fez cada vez mais livre e mais brasileiro. Foi na aflição do exílio que ele escreveu o *Poema sujo* contra a poesia bem-comportada. É Gullar quem nos protege contra as intolerâncias de todo gênero. E que se mostra indelével para outros poetas igualmente inquietos, presentes aqui: Leminski e Antonio Cicero. A poesia, com certeza, mantém a luz acesa.

Na contramão do autoritarismo, o cinema de João Moreira Salles se pergunta sobre o seu direito de filmar

Sim, somos gente
de letras, o que nos
ilumina são as luzes
da cultura, a liberdade
e a esperança.
Intelectuais, escritores,
jornalistas e artistas
costumam ser os mais
agredidos pelo dedo em
riste de quem aponta os
“culpados” por tudo que
o autoritarismo abomina
e insiste em proibir.

em nome dos que não têm câmera e inova o documentário com a coautoria do coletivo indígena Lakapoy. Conversando com João e Txai Suruí aprende-se que lutar contra o autoritarismo é também prestar atenção ao outro, ao diferente, exercício de escuta que, introjetado, garante o respeito mútuo.

A sociedade brasileira é surpreendente e avança por encontros improváveis. A alta literatura desfila na Avenida, vestida com a fantasia das camadas menos letradas e são elas que melhor comunicam a um público amplo e entusiasta o sentido profundo de nossas grandes obras, que contam nossa história. Milagres do irreverente Carnaval, bem conhecidos de Luiz Antonio Simas.

Esse ano, o Rio de Janeiro é a Capital Mundial do Livro, escolha significativa que honra e alegra a cidade. Vamos aos livros e autores que iluminam o Rio e o Brasil.

A Academia Brasileira de Letras está na linha de frente dessas comemorações da arte da escrita e do prazer da leitura. “O Rio de Janeiro continua lendo.” Junte-se a nós. Daqui para frente ofereça um livro de que você gostou a alguém de quem você gosta. Sempre. Oferecer um livro é convidar para uma viagem, propor uma discussão, alargar o campo do possível. É acender uma luz.

Fantasmas gostam de trevas. É preciso manter a luz acesa. ●

O grande ditador, Charles Chaplin.



Manter as luzes acesas: Democracia, populismo autoritário e resistência institucional

Luís Roberto Barroso

Presidente do Supremo Tribunal Federal. Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre pela Yale Law School. *Senior Fellow* na Harvard Kennedy School.

Introdução

A democracia constitucional tem sido reconhecida como o ponto culminante do processo civilizatório, em termos de organização do poder e do convívio social. Não se trata, porém, de uma conquista histórica irreversível. Em diversas partes do mundo, vem se observando um processo de erosão democrática impulsionado por lideranças populistas que contestam o pluralismo, enfraquecem as instituições e vendem ilusões.

Este ensaio examina os principais traços do populismo autoritário contemporâneo e suas estratégias de corrosão institucional, com especial atenção ao papel das supremas cortes e tribunais constitucionais. A experiência brasileira é analisada como um caso de resistência democrática, em que o Supremo Tribunal Federal, ao lado de outros setores da sociedade, atuou na preservação da ordem constitucional diante de ameaças concretas ao regime democrático.

Parte I: Revisitando os conceitos principais

A democracia constitucional foi a ideologia vitoriosa do século XX, superando as alternativas que com ela disputaram a primazia: o comunismo, o fascismo, o nazismo, os regimes militares e o fundamentalismo religioso. Esse modelo contém as duas faces de uma mesma moeda: de um lado, soberania popular, eleições livres e governo da maioria; de outro, poder limitado, estado de Direito e proteção dos direitos fundamentais.

Em grande parte das democracias, supremas cortes ou tribunais constitucionais — compostos por agentes públicos que não são eleitos pelo voto popular — têm a missão de arbitrar as tensões que por vezes surgem entre os dois lados da moeda, isto é, entre a vontade da maioria e os valores constitucionais de proteção da legalidade e dos direitos básicos de todos. Sua função não é representar o sentimento majoritário, mas interpretar a Constituição e as leis de forma técnica e imparcial.

Três são as missões principais das supremas cortes: assegurar o governo da maioria, preservar as regras do jogo democrático e proteger os direitos fundamentais.

O cenário atual, no entanto, é marcado por uma onda populista autoritária, liderada por figuras carismáticas que exploram medos e frustrações sociais, oferecendo soluções simplistas — e erradas — para problemas complexos. Essa forma de populismo pode ser de esquerda (Perón, Evo Morales, Rafael Correa) ou de direita (Orbán, Erdoğan, Putin), mas, nos dias atuais, é o extremismo de direita que predomina, com traços de xenofobia, racismo, homofobia e negacionismo ambiental.

Sua marca registrada é a divisão da sociedade entre “nós” — as pessoas puras, decentes e conservadoras — e “eles”, as elites cosmopolitas, corruptas e liberais. Suas estratégias incluem: a) comunicação direta com seus apoiadores, sobretudo pelas redes sociais; b) *bypass* ou cooptação das instituições intermediárias, como o Legislativo, a imprensa e as organizações da sociedade civil; e c) ataques às supremas cortes e aos tribunais constitucionais, com a tentativa de capturá-los mediante a nomeação de juízes submissos. Uma das principais ferramentas desse projeto é o uso da desinformação, dos discursos de ódio, das mentiras deliberadas, do assassinato de reputações e das teorias da conspiração.

Parte II: O que está acontecendo no mundo

Embora a democracia constitucional tenha sido, como mencionado, a ideologia vitoriosa do século XX, algo parece ter saído do curso. Em diferentes partes do mundo, observa-se um fenômeno de retrocesso institucional descrito por diferentes autores como “recessão democrática”, “constitucionalismo abusivo”, “democracia iliberal”, entre outros termos.

Tal qual apontado por Levitsky e Ziblatt,¹ essa erosão democrática não tem ocorrido por meio de golpes de Estado, mas pelas mãos de líderes eleitos. Casos como Hungria, Polônia, Turquia, Rússia, Filipinas, Venezuela e Nicarágua ilustram esse processo. Até mesmo democracias consolidadas passaram por momentos de descrença nas instituições, como o Brexit, no Reino Unido, ou a invasão do Capitólio, nos Estados Unidos.

¹ Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, *Como as democracias morrem* (Trad. de Renato Aguiar. São Paulo: Zahar, 2018).

As causas do populismo autoritário são múltiplas. Muitas decorrem de falhas da própria democracia, que não conseguiu cumprir suas promessas de prosperidade e igualdade de oportunidades para todos. A exclusão social mina o sentimento de pertencimento e alimenta o desencanto com o regime democrático.

Essas causas podem ser agrupadas em três categorias. As causas políticas incluem o déficit de representatividade dos sistemas eleitorais, uma percepção crítica da classe política e a captura do Estado por elites extrativistas — expressão utilizada por Daron Acemoglu e James A. Robinson em *Por que as nações fracassam* para descrever elites que colocam o Estado e as instituições a serviço de seus próprios interesses.

Do ponto de vista socioeconômico, persistem a pobreza, dentro e entre países, além de estagnação da mobilidade social. A globalização e a consolidação da economia do conhecimento trouxeram impactos negativos a segmentos da sociedade. A rápida ascensão da Inteligência Artificial agrava esses riscos.

Por fim, no plano cultural e identitário, o avanço das políticas públicas de inclusão — como o reconhecimento de direitos das mulheres, das populações negras, indígenas, LGBTQIAP+ e de pessoas com deficiência — provocou reações por parte de setores tradicionalmente hegemônicos, que se sentiram ameaçados em seu status social. A sociedade fragmentou-se em divisões entre regiões, áreas urbanas e rurais, indivíduos religiosos e seculares, globalistas e nacionalistas.

Diante de mudanças sociais rápidas, discursos simplificadores e a busca por bodes expiatórios — como imigrantes, minorias sexuais ou opositores ideológicos — tornaram-se estratégias eficazes para mobilizar ressentimentos e rejeição ao pluralismo. Democratas ainda não conseguiram — ao menos com sucesso

As consequências negativas do populismo autoritário são graves e incluem: perda da civilidade no debate público; captura do campo conservador tradicional por setores extremistas; manipulação da religiosidade das pessoas para fins políticos; perda da importância da verdade; e desprezo pelas instituições de conhecimento — como imprensa, universidades, *think tanks* e intelectuais em geral.

— convencer alguns setores da sociedade de que o reconhecimento desses direitos não é uma causa meramente progressista. A dignidade e a igualdade de todas as pessoas são causas da humanidade.

As consequências negativas do populismo autoritário são graves e incluem: perda da civilidade no debate público; captura do campo conservador tradicional por setores extremistas; manipulação da religiosidade das pessoas para fins políticos; perda da importância da verdade; e desprezo pelas instituições de conhecimento — como imprensa, universidades, *think tanks* e intelectuais em geral.

Nesse cenário, o confronto entre o populismo autoritário e as supremas cortes torna-se inevitável. Os tribunais atuam como barreiras contra o abuso das maiorias. Já os governos populistas costumam ser hostis aos valores constitucionais, pois defendem o poder ilimitado das maiorias políticas, atacam os mecanismos de freios e contrapesos, desprezam as minorias e subordinam os direitos fundamentais à vontade majoritária.

Para enfraquecer os tribunais, líderes autoritários recorrem a medidas como aumento do número de juízes (*court-packing*), restrição de competências e ameaças de *impeachment*. Em países como Hungria e Venezuela, essas estratégias transformaram os tribunais em instituições auxiliares do poder político autoritário.

Parte III: Resistência democrática: fracassos e sucessos

Na maioria dos casos em que tribunais independentes enfrentaram o populismo autoritário, eles acabaram sendo derrotados. Foram capturados, juntamente com o Legislativo, a imprensa e até mesmo as universidades. Há poucos exemplos de histórias de sucesso.

Em países como Hungria, Turquia, Rússia, Venezuela, Nicarágua e Polônia, entre outros, as cortes foram progressivamente enfraquecidas por reformas institucionais, manipulação de regras de nomeação e esvaziamento de competências. Na Polônia, apesar da derrota eleitoral do partido populista em 2023, a reconstrução democrática é dificultada por um tribunal ainda capturado.

No Brasil, a trajetória recente revelou riscos concretos ao regime democrático. Após o controvertido *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016, e a eleição de um novo presidente em 2018, o país vivenciou um período de tensões institucionais. Durante seu mandato, foram adotadas práticas negacionistas em relação à pandemia e à agenda ambiental, e multiplicaram-se ataques verbais a jornalistas, à imprensa, às universidades e ao Supremo Tribunal Federal.

Diversos episódios sinalizaram um processo de erosão institucional: tentativa de deslegitimar o sistema eletrônico de votação, pedidos de *impeachment* de ministros do Supremo, apoio aos acampamentos que pediam intervenção militar e, por fim, a invasão das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Investigações

Na história recente, o STF teve papel decisivo para impedir o colapso institucional. Mas jamais teria podido cumprir sozinho esse papel. Para tanto, foi imprescindível a atuação da imprensa, da sociedade civil, das instituições de conhecimento, dos intelectuais e de boa parte da classe política. E, em verdade, na hora decisiva, as Forças Armadas ficaram do lado da legalidade.

investigação criminal conduzida pela Polícia Federal sobre suposta tentativa de golpe de Estado. Recentemente, recebeu denúncias oferecidas pela Procuradoria-Geral da República contra acusados por tentativa de golpe de Estado, incluindo o ex-Presidente da República.

Esse protagonismo, embora necessário, teve um custo político elevado. O Tribunal passou a ser alvo frequente de críticas e propostas legislativas para limitar sua atuação, sobretudo por setores mais radicalizados. O Supremo, contudo, age dentro da moldura do arranjo institucional brasileiro, que lhe dá ampla competência, no contexto de uma Constituição extensa e detalhista, de acesso amplo à jurisdição constitucional e de plena transparência dos julgamentos. Que, ademais, são transmitidos pela televisão.

em curso parecem indicar a existência de um plano articulado para frustrar o resultado das eleições presidenciais, o que inclui a minuta de um decreto para institucionalizar um golpe de Estado e a apuração de atentados contra a vida de autoridades públicas.

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal exerceu um papel central na defesa da ordem constitucional. Durante a pandemia de COVID-19, garantiu a atuação de estados e municípios para enfrentar a emergência na saúde pública, determinou a implementação de um plano nacional de vacinação e validou medidas sanitárias adotadas localmente. No campo ambiental, ordenou a reativação do Fundo Amazônia e do Fundo Clima. Em relação aos direitos dos povos indígenas, impôs ao governo federal a retirada de invasores e a elaboração de plano de proteção.

O Supremo também atuou para preservar o funcionamento das instituições democráticas. Instaurou inquéritos e ações criminais contra grupos extremistas que ameaçavam as instituições e disseminavam informações falsas e condenou criminalmente um parlamentar extremista que convocou a população a invadir à força o Supremo Tribunal Federal e atacar os Ministros. Ainda hoje, tem julgado os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro, além de supervisionar uma

Conclusão

O Supremo Tribunal Federal é uma instituição humana, sujeita a erros e passível de críticas, como é próprio de uma democracia. Mas, no geral, tem servido bem ao país ao interpretar a Constituição, assegurando o governo da maioria, o estado de direito e a proteção dos direitos fundamentais. Parte das críticas ao tribunal vem, na verdade, de segmentos que não gostam da Constituição.

Na história recente, o STF teve papel decisivo para impedir o colapso institucional. Mas jamais teria podido cumprir sozinho esse papel. Para tanto, foi imprescindível a atuação da imprensa, da sociedade civil, das instituições de conhecimento, dos intelectuais e de boa parte da classe política. E, em verdade, na hora decisiva, as Forças Armadas ficaram do lado da legalidade.

O mundo vive um momento de escuridão, com guerras, autoritarismo, ódio e desinformação por toda parte. É preciso que as pessoas e instituições que têm compromisso com a paz, a democracia e a verdade possível, numa sociedade plural, contribuam para manter as luzes acesas até o dia clarear. ●

Autoritarismo

A personalidade autoritária e a barbárie: relendo Rouanet para os dias de hoje

João Almino

Ocupante da Cadeira 22 na Academia Brasileira de Letras.

Começo a ouvir termos, velhos ou novos, que guardam afinidade com o conceito de autoritarismo e que, a meu ver, podiam ser colocados no mesmo saco: iliberalismo, neoautoritarismo, semiautoritarismo...

Em 1975, Barbara Freitag, então professora da Universidade de Brasília, que logo se casaria com o filósofo e acadêmico Sergio Paulo Rouanet, me indicou um livro “muito interessante”: *The Authoritarian Personality* (ADORNO et alii. Nova York: Harper & Row, 1950). Foi também das leituras que recomendou ao marido.

Esse livro é resultado de trabalho empírico e coletivo, publicado em colaboração entre a Universidade de Berkeley e o Instituto de Pesquisa Social (Institute for Social Research), estabelecido pelos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer nos Estados Unidos quando da ascensão do nazismo na Alemanha, instituto no qual membros da Escola de Frankfurt deram continuidade a seu trabalho de Teoria Crítica, antes do regresso à Alemanha após a Segunda Guerra Mundial.

Fiquei impressionado com algumas passagens sobre a probabilidade da volta de regimes fascistas e especialmente numa grande liberal-democracia.

Agora, antes de reler o grosso e complexo livro e ciente de que Barbara Freitag não havia escrito sobre ele, me lembrei que Sergio Paulo Rouanet o comentou em *Teoria crítica e psicanálise*, publicado pela editora Tempo Brasileiro em 1983. Ele certamente explicaria melhor seu conteúdo do que eu.

A partir de *The Authoritarian Personality*, Rouanet destaca naquele livro que um aspecto da interseção entre a teoria freudiana da personalidade e os contextos político-ideológicos pode dar lugar à repetição das experiências europeias do Nacional Socialismo e do Fascismo. Os questionários utilizados para a preparação do livro incluíam escalas destinadas a medir opiniões sobre três grandes áreas

temáticas — o antissemitismo (escala AS), o etnocentrismo (escala E) e a organização econômica e social (escala PEC). A escala F seria destinada a medir o potencial fascista. Embora o livro não faça previsões específicas, sugere que existem nos Estados Unidos estruturas psicológicas e condições sociais que tornam possível o advento do fascismo.

A análise dos formulários concluía que parte significativa da população americana exibia tendências autoritárias, aderência rígida aos valores convencionais, submissão à autoridade e hostilidade a grupos exógenos (*out-groups*). Indivíduos com alto escore na escala F eram suscetíveis a apoiar movimentos autoritários e mesmo fascistas. Embora estes não fossem inevitáveis, podiam se beneficiar da predisposição psicológica criada por instabilidade econômica ou agitação social.

Numa das correlações apontadas pelo estudo, os “pseudoconservadores” — defensores da tradição americana, da igualdade de oportunidades, da liberdade política e do *laissez-faire* econômico —, quando retratados ao nível da personalidade, revelavam tendências associadas à síndrome fascista — impulsos destrutivos e violentamente anárquicos — “dirigidos não à conservação do *status quo*, mas à sua dissolução irracional, pela força bruta, com o único objetivo de assegurar o poder pelo poder” (p. 173).

Diz Adorno, citado por Rouanet: “A energia tenaz que empregam para aceitar valores conformistas ameaça destruir esses mesmos valores, e convertê-los em seu contrário, da mesma forma que seu zelo fanático em defender Deus e a Pátria os leva a aderir à faixa lunática (*lunatic fringe*) e a simpatizar com os inimigos de seu país” (*The Authoritarian Personality*, p. 683, apud ROUANET, p. 174).

Já o “pseudoliberal”, com baixa pontuação na escala PEC, pontua alto na escala F, da mesma forma que o pseudoconservador. Isto o leva, diz Rouanet, “a exibir, em seu progressivismo aparente, os traços de destrutividade, cinismo, submissão autoritária” (p. 174).

Supõe-se, assim, que ambos os grupos revelariam igual predisposição a uma ideologia fascista, se esta viesse a tornar-se viável. Diz Rouanet que a superposição de aderência ao fascismo em grupos de ideologia distinta não chega a ser surpreendente se “levamos em conta a base social do nazismo alemão”, que

foi constituída por uma pequena burguesia e por uma massa proletária ostensivamente revolucionária (componente socialista) e psicologicamente conservadora (componente racista, nacionalista e, em geral, autoritário), enquanto, por outro lado, a resistência ao nazismo veio, em muitos casos, de grupos ostensivamente conservadores (Igreja protestante). (p. 180)

O tema da cultura, que será uma constante do pensamento filosófico do autor em livros subsequentes, aqui também é discutido, especialmente ao ressaltar, em Adorno, a importância, “em várias configurações psicossociológicas, da dinâmica da personalidade e dos elementos objetivos da cultura”. A personalidade constituiria uma instância mediadora entre o clima cultural geral e as opiniões individuais (pp. 188-9).

Para adentrar no papel da cultura, Rouanet vai mostrar uma continuidade entre as conclusões do livro *The Authoritarian Personality* e a *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (livro originalmente publicado em 1947, que teve uma tradução brasileira da Zahar em 1985 de Guido A. de Almeida).

Apresenta as teses da Teoria Crítica: a de uma verdade e de uma liberdade irrealizáveis no presente; a da cultura como esfera da verdade e da falsa consciência, fonte das alienações do sujeito e condição de todos os projetos emancipatórios; a tese correlata de que o pensamento crítico não pode, sem contradição, pretender a dessublimação da cultura; a de uma socialização antagonística, em que o sujeito pode submeter-se ao poder ou contestá-lo; e a tese (habermasiana) do recalque, entendido como processo de dessimbolização de representações censuradas.

A utilização que Rouanet fez de categorias freudianas permitiu reconstruir em Adorno e Horkheimer uma teoria da cultura e da personalidade que ultrapassam as tradicionais análises freudo-marxistas. “A questão consiste em saber se o pessimismo dessa teoria é uma decorrência inevitável do seu substrato freudiano, ou se é possível, a partir de uma perspectiva igualmente freudiana, pensar o conteúdo utópico da cultura.” (p. 197).

No seu livro seguinte, *A Razão Cativa: As ilusões da consciência de Platão a Freud*, publicado pela editora Brasiliense dois anos depois — ou seja, em 1985 —, Rouanet toma claramente partido contrário ao pessimismo cultural de Adorno (*Kulturpessimismus*), ao recorrer a Freud. Para o teórico da psicanálise, a falsa consciência pode ser gradualmente superável. Rouanet defende que o caminho para sua superação passa pela comunicação política e a expansão do espaço público (pp. 310, 314-5).

Embora o modelo da comunicação política perfeita seja uma utopia, é na sua direção que devemos seguir, na linha do que postula Hannah Arendt. Segundo ela, assumir a perspectiva do outro é essencial ao pensamento político. Diz, citada por Rouanet: “O pensamento político é representativo. Formo uma opinião considerando uma questão dada de diferentes pontos de vista, fazendo em meu espírito as posições dos que estão ausentes” (ARENDR, H., “Vérité et Politique”, em *La Crise de la Culture*, trad. francesa de *Between Past and Future*. Paris: Gallimard, 1972, p. 307, apud Rouanet, 1985, pp. 297-8).

“*Sapere aude*: um gesto de ousadia, um esforço supremo da razão, e essa autonomia, tão próxima, tão inacessível, poderia concretizar-se, negando e realizando o Iluminismo.” É com estas palavras, à página 377, que Rouanet conclui seu livro *Teoria crítica e psicanálise*.

No desenvolvimento de seu pensamento, Rouanet passa do conceito de “civilizações” ao de “civilização”, reintroduzindo neste último conceito sua dimensão valorativa e normativa. Neste caso oporíamos civilização à barbárie. O tema é levantado no primeiro ensaio de *Mal-estar na modernidade*, livro publicado pela Companhia das Letras em 1993. O título do ensaio “Iluminismo ou barbárie” é uma alusão ao grupo “Socialismo ou barbárie”, que se organizou na França em torno principalmente dos filósofos Cornelius Castoriadis e Claude Lefort. Ao opor

o Iluminismo à barbárie, existe uma assimilação entre o Iluminismo e a civilização, entendida como a civilização moderna e universal. A primeira seção do ensaio está, aliás, intitulada “A crise da civilização moderna”.

Rouanet retoma o tema da “civilização” no singular em ensaio publicado em 2013 pela Académie de la Latinité (ROUANET, Sergio Paulo, “Civilisation et civilisations: un nouveau regard”, in: *L'Europe et le legs de l'Occident*, pp. 384-415).

Ali explica que o conceito de civilização já havia sido utilizado de maneira particularista, xenófoba e autoritária, ao ser oposto ao de barbárie. Os gregos se viam como o único povo civilizado. Esse uso perverso do conceito conheceu seu apogeu na idade de ouro do imperialismo europeu. Também foi utilizado pelos Estados Unidos na sua política em relação a outros países do hemisfério sul e, após o 11 de setembro de 2001, por aqueles, também nos Estados Unidos, que consideraram que a “civilização” foi atacada.

Segundo Rouanet, devemos reintroduzir a antítese, injetando nela uma estrutura de valores universal. No polo da civilização, estariam aqueles — em qualquer lugar do mundo — que lutam pelos direitos humanos e pela democracia; estaria uma utopia não-etnocêntrica de emancipação econômica, política e cultural dos seres humanos, ideia irrealizável, mas insubstituível, pois sem ela nosso percurso seria cego: ideia, para Rouanet, formulada pelas Luzes, mas que encontrou respaldo em várias tradições culturais. No polo oposto, o da barbárie, estão o crime organizado, as classes dominantes corrompidas e responsáveis pela exclusão social, os terroristas e fundamentalistas (das mais variadas tendências). Poderíamos acrescentar o que está implícito na oposição à democracia: as várias gradações do autoritarismo.

Os “pseudo-conservadores” – defensores da tradição americana, da igualdade de oportunidades, da liberdade política e do *laissez-faire* econômico –, quando retratados ao nível da personalidade, revelavam tendências associadas à síndrome fascista – impulsos destrutivos e violentamente anárquicos – “dirigidos não à conservação do *status quo*, mas à sua dissolução irracional, pela força bruta, com o único objetivo de assegurar o poder pelo poder.

Essa passagem das civilizações para a civilização seria possível, porque toda civilização particular tem conceitos que permitem a comunicação com o universal. É essa convicção que teria permitido que países de distintas culturas e tradições aderissem à Declaração Universal dos Direitos Humanos (ROUANET, 2013, p. 400).

A civilização assim entendida coincidiria com o “projeto civilizatório da modernidade”. À semelhança do Iluminismo, é uma utopia que enfrenta as realidades da barbárie.

Em tempos de ultranacionalismos, de discursos de ódio e de identitarismo dos supremacistas brancos, esse pensamento neomoderno e essa utopia iluminista se tornam mais atuais.

Descobri que até o momento sou o único detentor de um livro inédito de Sergio Paulo Rouanet, cuja cópia datilografada ele me enviou em 1982: *Liberalismo e condições da liberdade*. Guarda atualidade e, por iniciativa da família e do Instituto Rouanet, virá certamente a ser publicado. O texto recorda as diferentes formas como o liberalismo colocava o tema das condições da liberdade. Comenta os clássicos estudos de John Locke, Étienne de la Boétie, Montesquieu, Benjamin Constant, Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, bem como obras de Foucault e de membros da Escola de Frankfurt, entre outros autores. Opõe o diálogo implícito entre Mill e Tocqueville à categoria Iluminista do preconceito, considerado como toda opinião recebida à margem do processo comunicativo. Afirma que “a cidade liberal é dialética”, “habitada pela contradição, e sabe que todas as sínteses tendem a ser totalitárias”. O ensaio conclui com ênfase numa das condições sociais da liberdade. Afirma:

O desafio de nosso tempo está em tornar o Eros liberal acessível a todos, o que só pode ser feito destronando outra figura do Pantheon clássico, que por enquanto submete à sua tirania três quartas partes do gênero humano: Ananké, deusa da necessidade e da escassez.

Ao ler ou ouvir discursos de ódio, racistas, xenófobos, sob o manto de uma mal-entendida liberdade de expressão, num mundo cada vez mais desigual, poderíamos repetir como Madame Roland antes de ser guilhotinada: “Oh, liberdade, quantos crimes se cometem em seu nome!”. ●

Autoritarismo

Assédio Judicial: como ele nos ataca e como nos defendemos

Taís Gasparian

Advogada, representa jornalistas e órgãos de imprensa em diversas instâncias da Justiça. É fundadora do Instituto Tornavoz, dedicado a patrocinar a defesa de jornalistas que não dispõem de recursos próprios para pagar advogados.

Eugênio Bucci

Jornalista, professor titular da ECA-USP, é membro da Academia Paulista de Letras. Participa, na condição de conselheiro, do Instituto Tornavoz.

Antes que a prosa engate, vale um registro. O conceito de “assédio judicial” foi estabelecido por Taís Gasparian, uma das autoras deste artigo. Num texto publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 2020, ela fixou a definição que se tornaria imediatamente imprescindível para os debates sobre liberdade de imprensa no Brasil:

Uma nova modalidade de chicana tem se tornado mecanismo eficaz de constrangimento de jornalistas e cidadãos. O assédio judicial é caracterizado por um mau uso do direito de ação em que, dizendo-se ofendido ou atacado, um indivíduo processa aquele que teria sido o emissor da ofensa, unicamente para intimidá-lo. A pretexto de exercer um direito, o autor do processo, usando uma prerrogativa que lhe é assegurada, desborda do exercício regular para o abusivo, com o objetivo de prejudicar outrem.¹

O conceito, que, de resto, é autoevidente, define a prática pela qual um indivíduo dotado de poder instrumentaliza o direito de peticionar (o direito de entrar com uma ação judicial) com o objetivo malicioso de manipular as rotinas do Poder Judiciário para simplesmente infernizar e inviabilizar a vida pessoal de sua vítima: um jornalista ou uma jornalista. O objetivo não é alcançar justiça, mas apenas produzir desconforto, medo e mesmo pane mental na outra parte.

Por exemplo: uma organização, uma empresa, um partido, uma igreja, ou um grupo de indivíduos entra com ações simultâneas contra um mesmo repórter em diversas comarcas. O profissional de imprensa, assaltado por dezenas de notificações, não terá como comparecer a todas as audiências que serão marcadas nas mesmas datas em cidades que ficam muito distantes umas das outras e correrá o

¹ Taís Gasparian, “Assédio Judicial”. *Folha de S.Paulo*. 26 out 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/assedio-judicial.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2025.

risco de, sem conseguir se defender, ser condenado à revelia em algumas delas. Outra estratégia é disparar vários processos sequenciais contra um único jornalista. A vítima se vê abduzida de uma hora para outra em um turbilhão de atropelos em sua agenda: reuniões com advogados, honorários intergalácticos, sobressaltos emocionais. De repente, não tem mais tempo para trabalhar com regularidade e seguir com seus afazeres habituais. A importunação judicial vai se avolumando cumulativamente até acabar com sua paz. Já houve casos de grandes jornalistas que desistiram temporariamente da profissão ao sofrerem ataques por meio dessa clamorosa burla dos ritos processuais. É algo realmente desesperador.

O assédio judicial age de modo dissimulado e pestilento. É um dos expedientes do autoritarismo do nosso tempo. À primeira vista, parece uma conduta normal e legítima. O que haveria de anormal em alguém recorrer ao Poder Judiciário para mover uma ação contra outra pessoa? Aparentemente, nada. Um exame um pouco menos apressado, porém, revelará que se trata de um atentado contra a cidadania — um atentado disfarçado de conduta pacífica e ordeira. O assédio judicial tem seus mimetismos e seus ilusionismos. Vem como quem não quer nada, passeia na calçada com as mãos no bolso, assobiando uma canção inofensiva enquanto perpetra sua vileza contra a liberdade de imprensa. Com seu figurino peculiar, adornado de aparatos de pura legalidade, segue à risca a escola dos novos golpes contra a democracia, que já não precisam de tanques no meio da rua para se impor e se consolidar aos pouquinhos, comendo por dentro, feito cupim, as vigas do Estado de direito. Está em linha, enfim, com a degeneração dos mecanismos que tinham por objetivo a manutenção das instituições: usa a democracia contra a democracia.

O fenômeno não é apenas brasileiro, por certo (ou por errado). Mundo afora temos enfrentado ataques à liberdade de expressão e à imprensa mediante a instrumentalização do Judiciário e o exercício abusivo do direito de ação. Em alguns contextos, essa nova espécie de opressão contra as liberdades tem sido chamada de “*law fare*”. A prática se configura como um exercício lesivo, torpe, em que há evidente má-fé: o agente não procura proteger seus próprios direitos, mas prejudicar um terceiro. O que mais impressiona são os requintes de disfarce. Não podemos dizer que o agente transgrida os limites internos de seu campo legítimo de ação; o que ele faz, isto sim, é tirar proveito abusivo, mas não explícito, de uma faculdade que a lei realmente lhe confere.² A pretexto de exercer um direito e usando prerrogativas que lhe são asseguradas, o sujeito finge se limitar ao exercício regular de peticionar para, de modo sub-reptício, constranger, pressionar e chantagear veículos de mídia, órgãos de imprensa e jornalistas.

No Brasil, os casos são numerosos. Há pouco mais de dez anos, a jornalista Elvira Lobato, uma das maiores repórteres investigativas do nosso país, foi processada por mais de cem pessoas em mais de oitenta cidades. As ações foram todas propostas perante os Juizados Especiais Cíveis,³ que têm um procedimento diferenciado e específico. Nos JEC, como são chamados esses órgãos do Poder Judiciário, é permitido ao autor propor a ação no seu próprio domicílio, e não no da ré, como

² A esse respeito, ver Humberto Theodoro Jr., *Comentários ao novo Código Civil*, vol. III, tomo II, 4.^a ed. São Paulo: Editora Forense, 2008, p. 113.

³ Os Juizados Especiais Cíveis são órgãos do Poder Judiciário que julgam causas de menor valor e complexidade.

é praxe. Além disso, é exigida a presença física da ré nas audiências, sob pena de revelia — ou seja, se a ré não comparecer à audiência, presume-se que tudo o que o autor alegou é verdadeiro.

Ora, do lado do autor, que escolheu o local onde foi proposta a ação, e que na maior parte das vezes coincidia com o município em que mora, ele não tinha dificuldade alguma para aparecer no Fórum no horário definido pelo juiz. Do lado da ré, entretanto, comparecer a todas as audiências em todas as cidades era impraticável. Por aí já se percebe a situação de desvantagem. No caso da Elvira Lobato, as mais de cem ações foram propostas de um repente, quase que da noite para o dia, obrigando a jornalista a se deslocar em viagens Brasil a fora para comparecer às audiências praticamente todos os dias da semana, por meses.

Mas a vilania não parava por aí: as evidências de que tudo fazia parte de um ataque orquestrado eram gritantes. Embora tenham sido propostas em localidades muito distantes uma das outras, por pessoas que aparentemente nada tinham em comum, na imensa maioria das petições os textos coincidiam, eram idênticos em muitos trechos, deixando nítidos os sinais de que a redação das peças tinha sido feita em um escritório central, de maneira coordenada. Naquela ocasião, o que salvou Elvira Lobato foram um trabalho e uma dedicação colossais, com altíssimos custos financeiros e pessoais, para se deslocar para as diferentes cidades do país, de norte a sul, com advogadas e representantes da empresa jornalística para a qual trabalhava. A situação foi tão calamitosa naquela época, que diversos veículos de mídia, jornais e TVs denunciaram a manobra. Elvira Lobato não perdeu uma única ação.

Em 2020, o escritor João Paulo Cuenca foi alvo de mais de 150 processos por um comentário que fez nas redes sociais, criticando evangélicos. Outra vez, entrava em cena o assédio judicial. Até hoje, o escritor responde aos processos. No mesmo ano, Ricardo Sennes foi vítima do mesmo artifício, com mais de noventa processos movidos por pessoas que se disseram ofendidas com uma análise que ele fez em um telejornal sobre a facilidade de compra de munição para armas. O comentário não durou nem vinte segundos. E o ataque contra ele foi perpetrado por pessoas que diziam ser CACs (“Colecionador, Atirador e Caçador”), sigla utilizada para designar pessoas com autorização para praticar essas atividades com armas de fogo. Os jornais *A Tarde*, da Bahia, e *Extra*, do Rio de Janeiro, sofreram ataques similares. O jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná, sofreu assédio judicial por parte de diversos funcionários públicos, que não se conformaram com uma reportagem em que suas remunerações foram divulgadas.⁴ Em praticamente todos esses casos, os processos foram movidos perante os Juizados Especiais Cíveis.

⁴ Vf. reportagem do site do CONJUR a respeito do assunto, disponível em <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-16/Abraji-denunciara-cnj-assedio-judicial-jornal-parana>>. Acesso em: 10 maio 2025. Sobre o mesmo tema, há duas reportagens que merecem ser lidas: Frederico Vasconcelos, “Quando o processo judicial é usado como punição”. *Folha de S.Paulo*. 12 jun 2016. Disponível em: <<https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2016/06/12/quando-o-processo-judicial-e-usado-como-punicao/>>. Acesso em: 10 maio 2025; e Maurício Meirelles, “Guerra cultural faz censores buscarem meandros legais para impor cartilha”. *Folha de S.Paulo*. 15 jan 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/guerra-cultural-faz-censores-buscarem-meandros-legais-para-impor-cartilha.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2025.

Uma nova
modalidade de chicana
tem se tornado
mecanismo eficaz
de constrangimento de
jornalistas e cidadãos.
O assédio judicial é
caracterizado por um
mau uso do direito
de ação em que,
dizendo-se ofendido
ou atacado, um
indivíduo processa
aquele que teria
sido o emissor da
ofensa, unicamente
para intimidá-lo.

A situação era caprichosamente perversa. Os Juizados Especiais Cíveis foram criados para permitir amplo acesso à Justiça aos cidadãos que têm demandas de baixa complexidade e valor de pouca monta. Os que vão a esses juizados são normalmente consumidores em litígio contra grandes corporações. Os dispositivos “especiais” dessa lei, como a escolha da localidade onde será proposta a ação e a obrigação de o réu comparecer às audiências, são dois exemplos de vantagens, por assim dizer, que deveriam favorecer a parte mais fraca na briga, que geralmente é o autor da ação. Até aí tudo certo. Mas, no assédio judicial, o que passou a acontecer foi uma inversão — vale repetir o adjetivo — perversa: a parte mais forte era o autor, que entrava com processo não para defender o seu direito, mas para atacar sua vítima, um ou uma jornalista. Por meio dessa manobra de perversidade, os dispositivos especiais, que protegeriam a parte fraca, passavam a ser utilizados com os sinais trocados, e a faculdade, ou vantagem, virava desvantagem e era instrumentalizada para constranger e provocar uma dificuldade imensa para a defesa do réu.

O deslocamento para o comparecimento às audiências, para citar um desses percalços, impunha à vítima do assédio judicial uma desvantagem processual de difícil superação, que subvertia o objetivo da legislação e impedia o exercício da ampla defesa. Não foram poucos os jornalistas que, diante de pressões tão incisivas, decidiram se afastar da profissão, ao menos temporariamente.

Foi então que algumas pessoas e organizações reagiram. Taís Gasparian, representando a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), entrou com uma ação no STF em dezembro de 2021. Eugênio Bucci e Cassio Scarpinella Bueno escreveram pareceres que foram anexados a essa ação para reforçar os argumentos. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também ingressou com ação perante o Supremo. Em maio de 2024, em julgamento histórico,⁵ o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de assédio judicial, especialmente aquele que se volta contra comunicadores, jornalistas e veículos de imprensa, e deu seu entendimento:

5 ADI 7055, j. 22.05.2024, acórdão publicado em 04.04.2025.

Constitui assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa.

A partir dessa decisão do STF, combater a prática do assédio judicial deixou de ser um itinerário épico e ganhou caminhos jurídicos menos indefinidos. Aquilo que os autores deste artigo vinham denunciando havia uma década foi finalmente reconhecido pelo mais alto tribunal do país, escancarando as tentativas de políticos, empresários, organizações religiosas e associações de impedir que a crítica pública seja feita sobre assuntos que não lhes interessam. As possibilidades de ocorrência do assédio judicial, se não foram eliminadas, ficaram bem reduzidas depois do julgamento, porque foram determinadas regras que desmobilizam as manobras de má utilização do direito de petição. O julgamento do Supremo Tribunal Federal foi um grande passo para a defesa das liberdades democráticas.

Agora, profundar a conceituação do assédio judicial é um dos nossos desafios. Quanto a isso, merece registro o Relatório⁶ resultante do lançamento do “Monitor de Assédio Judicial contra Jornalistas no Brasil”⁷ pela ABRAJI. Segundo essa entidade, o assédio judicial constitui “o uso de medidas judiciais de efeitos intimidatórios contra o jornalismo, em reação desproporcional à atuação jornalística lícita sobre temas de interesse público”.

A definição da ABRAJI, mais ampla e mais completa que a do Supremo Tribunal Federal, contém quatro aspectos relevantes: o efeito intimidatório; a reação desproporcional; a atuação jornalística lícita e o interesse público.

Sobre o efeito intimidatório, vale anotar que o dano provocado pelo assédio judicial se expressa não apenas em consequência do prejuízo que impõe a todo jornalismo, mas sobretudo em consequência do efeito inibidor, que é o medo que invade a vítima — e não só a pessoa atingida, mas a todos os profissionais da área — de exercer a sua atividade.

A desproporção, o segundo aspecto relevante destacado pela Abraji, é outra marca distintiva desse tipo de violência contra jornalistas, exercida mediante a adulteração de conceitos jurídicos. A estratégia, como explicamos anteriormente, é colocar o réu de um processo em posição de desvantagem e “criar condições incrivelmente desvantajosas, eventualmente de impossível superação, inclusive do ponto de vista econômico, para que o réu exerça [...] sua ampla defesa”.⁸

6 O Relatório é um extenso e relevante estudo sobre as características do assédio judicial. Disponível em: <<https://assediojudicial.abraji.org.br/>>. Acesso em: 10 maio 2025.

7 Monitor de Assédio Judicial Contra Jornalistas no Brasil: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2024. O Monitor de Assédio Judicial contra Jornalistas no Brasil constitui ferramenta de coleta e análise de informações sobre processos judiciais abusivos contra o exercício do jornalismo. O banco de dados do Monitor é público e pode ser acessado pelo link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VTF4V6Fs0iX6DGMl_--5ive6_y_ztAHvz6WtMIC-cYE/edit#gid=0>. Acesso em: 10 maio 2025.

8 Cassio Scarpinella, em Parecer elaborado para a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) para a ADI 7055 proposta perante o STF.

A liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação (arts. 5.º, IV, IX, XIV, e 220, *caput* e §1.º, 2.º e 3.º da Constituição Federal) constituem fundamentos centrais da democracia brasileira, alcançando a posição de “*primazia prima facie*” segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.⁹ Isso quer dizer que essas liberdades devem ser exercidas sem qualquer obstrução ou censura, em virtude da relação de mútua dependência com o Estado de Direito.¹⁰ Diante disso, quando o assédio judicial mobiliza forças e intensidades desproporcionais, gerando assimetrias opressivas, o que se dá na prática é a revogação unilateral desses fundamentos, não apenas pela inibição do direito individual de manifestar opiniões, mas sobretudo no direito difuso da liberdade de informação, que pertence à sociedade de modo amplo. Além do quê, a desproporção também fere de morte o direito de defesa da vítima do assédio judicial, que se desorienta, sem saber como reagir frente a tamanha agressão.

Em seu Parecer para a ação movida pela ABRAJI no STF, Eugênio Bucci escreveu:

O assédio judicial inverte, desse modo e de forma selvagem, princípios éticos e jurídicos para deliberadamente sabotar a realização da Justiça e obstruir os ideais democráticos”. Sua finalidade não é buscar a Justiça, mas sequestrar as energias do sistema de Justiça para perseguir pessoas que se dedicam a apurar a verdade factual, tão indispensável à política civilizada. O assédio judicial transforma a mera tramitação de ações simultâneas em punição prévia — indevida e inaceitável — de jornalistas e conspira contra o direito à informação do cidadão e contra a atividade ética, legal e constitucional daquele que trabalha para informar a sociedade.¹¹

Quanto à licitude, o terceiro aspecto relevante, convém lembrar que o jornalismo é uma atividade lícita, obviamente, protegida pela Constituição Federal e de muita relevância para o Estado democrático. Quando a ABRAJI se refere à “atividade jornalística lícita” na definição de assédio judicial proposta, não há, por certo, qualquer alusão à existência, em oposição, a um jornalismo “fajuto” ou “ilegal”. Jornalismo é uma atividade essencialmente lícita e disso ninguém pode discordar. Mas o qualificativo apostado pela ABRAJI tem o objetivo de reforçar que se trata de um jornalismo “à primeira vista insuspeito de excesso ou abuso”, como esclarece a entidade no Relatório do Monitor de Assédio Judicial Contra Jornalistas no Brasil.¹²

9 Vf. Rcl 22.328/RJ, Ministro Relator Roberto Barroso, d.j. 06.03.2018; Rcl 47212, Ministro Relator Roberto Barroso, d.j. 20.09.2021; Recurso Extraordinário 685.493/SP, Ministro Relator Marco Aurélio, d.j. 22.05.2020; ADPF 130/DF, Ministro Relator Ayres Britto, d.j. 30.04.2009; ADI 4815/DF, Ministra Relatora Cármen Lúcia, d.j. 10.06.2015; RE 1.010.606/RJ, Ministro Relator Dias Toffoli, d.j. 11.02.2021.

10 Nesse sentido, vf. trecho do voto do Ministro Ayres Britto na ADPF 130: “A uma atividade que já era livre” (incisos IV e IX do art. 5c), a Constituição Federal acrescentou o qualificativo de “plena” (§ 1.º do art. 220). Liberdade plena que, repelente de qualquer censura prévia, diz respeito à essência mesma do jornalismo (o chamado “núcleo duro” da atividade). Assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação lato sensu, sem o que não se tem o desembaraçado trânsito das ideias e opiniões, tanto quanto da informação e da criação”.

11 Eugênio Bucci, em Parecer elaborado para a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI para a ADI 7055 proposta perante o STF. PARECER, p. 2.

12 Monitor de Assédio Judicial Contra Jornalistas no Brasil, p. 17. Disponível em: <<https://assedio-judicial.abraji.org.br/wp-content/uploads/2024/04/abraji-relatorio-assedio-judicial-pt.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2025.

Por fim, a premissa do interesse público, o quarto aspecto relevante, cumpre a função de estabelecer que o objeto que motiva a conduta assediadora diz respeito a informações ou a manifestações opinativas que incidem sobre questões de impacto coletivo, envolvendo assuntos que transcendem o âmbito privado e dizem respeito ao debate democrático e à formação da opinião pública.

A pesquisa da ABRAJI não ficou só nisso. Ela foi além e conseguiu constatar que têm ocorrido ao menos quatro tipos de assédio judicial contra jornalistas no Brasil: os processos que têm um mesmo jornalista como vítima de ações coordenadas, de autores diferentes em localidades diferentes, como aconteceu com Elvira Lobato; aqueles disparados em cascata, ajuizados por um mesmo autor litigante contumaz e reiterado, que chega a entrar com dezenas de ações em série contra uma única vítima; os que vêm com pedidos de indenização exorbitantes, capazes de levar pessoas físicas ou pequenas redações à ruína financeira, e, em quarto lugar, os processos que se valem do uso do sistema criminal, brandindo contra a vítima a ameaça infundada de prisão.

Em todos os quatro tipos temos mostras dos requintes de que o autoritarismo, aliado ao poder econômico, sabe se valer para interditar, inviabilizar ou aterrorizar aqueles que procuram exercer a função fiscalizadora que a democracia reserva para a imprensa. Nos nossos dias, não há mais como entender os tentáculos do arbítrio e do obscurantismo antidemocrático sem ter em mente os múltiplos estratagemas do assédio judicial, que logra capturar e desvirtuar, com finalidades intimidatórias, os instrumentos legítimos que o Poder Judiciário franqueia ao cidadão. Trata-se de um método cínico para fazer sangrar a normalidade institucional, sabotando seu espírito e invertendo seu curso virtuoso. No assédio judicial, podemos ver, de perto, como os inimigos da democracia se sofisticaram em seus procedimentos opressivos, e como a treva tem encontrado brechas para apagar por dentro, de modo esquivo, a luz da Justiça. A boa notícia, entre tantas ruins, é que, no Brasil, estamos conseguindo virar esse jogo sufocante. ●

Democracia e tirania

Lilia Moritz Schwarcz

Ocupante da Cadeira 9 na Academia Brasileira de Letras.

Faz quarenta anos que a redemocratização deixou de ser uma palavra de ordem, um projeto, uma aspiração, para se tornar efetiva no Brasil. Foi no dia 15 de março que José Sarney (contrariando o destino que não quis que Tancredo Neves assumisse a presidência), após 21 anos de ditadura civil-militar, assumiu o poder.

Maquiavel, em *A vida de Castruccio Castracani*, conclui ao final do seu texto: “Mas a Fortuna, inimiga da glória de Castruccio, quando devia dar-lhe a vida, a roubou, interrompendo os planos que ele há muito tinha imaginado executar — e que só a Fortuna poderia impedir”. A Fortuna, em Maquiavel, é um obstáculo que precisa ser transposto no curso da ação política, e uma força de oposição que é exterior e independente da ação humana. A Fortuna maquiaveliana é justamente o tempo. E, lembrando dela, recorro a alegria que foi saber que tínhamos um novo presidente civil para assim criar obras que durassem no tempo, a exemplo da Constituição de 1988 (e a própria democracia). “As coisas só são previsíveis quando já aconteceram”, dizia o Conselheiro Aires, personagem da galeria de tipos inesquecíveis de Machado de Assis. Naquela esquina da história, não tínhamos absoluta certeza do porvir — que hoje temos. Ou gostaríamos de ter.

Em sua origem grega, a palavra *dēmokratia* significa “capacidade de se auto-governar entre os iguais”. Modernamente, *democracia* acumulou, porém, o significado de “poder do povo” — no sentido de que o cidadão comum é soberano, concedendo apenas partes limitadas dessa soberania para o indivíduo ou para o partido que governa, através de eleições. Mas ele concentra o restante em suas mãos e espera que sua voz e opiniões sejam ouvidas. Por conta disso, as noções de *igualdade* e *liberdade* são fundamentais para distinguir governos democráticos daqueles que não o são — as autocracias, as ditaduras e os novos mandantes golpistas — e formam os dois princípios nos quais se inspira e se sustenta uma *Democracia*.

A *Democracia* é, assim, uma forma de governo definida por um conjunto de regras que estabelece a quem cabe “decidir” e com base em quais procedimentos. O regime institucionaliza tanto a possibilidade de mudar, quanto o próprio conteúdo dos temas e valores que precisam ser debatidos pelos cidadãos e cidadãs. Por isso, é um regime que depende de instituições e de uma prática

democrática para bem funcionar, e faz da igualdade de condições entre elas o grande motor de transformação da sociedade moderna, oferecendo e demandando visibilidade ao poder.

A democracia é também um modo de vida e uma forma de estar em sociedade. Os valores fundantes são, pois, os direitos civis, a igualdade perante os direitos, as liberdades de ir e vir, de expressão, de associação, de imprensa. Tais princípios estão associados ao direito à autodeterminação, de votar e ser votado, de ter voz em decisões de interesse coletivo, de contar com presunção de inocência até prova de culpa acima de dúvida razoável; e a julgamento justo.

Uma sociedade democrática faz, assim, da igualdade política entre pessoas com interesses e objetivos diferentes seu grande motor de transformação. Desse modo, carrega um ideal de extensão da cidadania cuja ênfase recai sobre o direito de participar. Trata-se de uma espécie de franquia da cidadania que se orienta pelo critério de inclusão.

A Democracia se opõe, portanto, ao tirano (na antiguidade) e hoje ao líder autoritário; aos autocratas de hoje. São eles que, na atualidade, até vencem eleições por processos democráticos, mas passam então a corroer a transparência e a lisura desses processos. Mais ainda: passam a sequestrar conceitos, invertendo o sentido de valores caros e fundantes da democracia. O conceito de “liberdade de expressão”, por exemplo, tem sido usado e abusado por líderes radicais de direita, que se apropriam de *fake news* para assim confundir e conturbar o seu sentido próprio.

Também o conceito de políticas de identidade tem sido “capturado” por uma agenda da direita radical. Já o conceito de identitarismo — que lembra “doença” — serve apenas para desqualificar reivindicações históricas de minorias sociais que lutam por direito à uma justiça mais equânime e de fato democrática.

Há, pois, uma sensação de “desgaste da democracia” que tem a ver com a manipulação de agendas que faziam até então parte constitutiva deste regime. Nessa mesma direção, uma série de pesquisas vem mostrando como a democracia na América Latina perdeu apoio na última década, ao mesmo tempo em que cresce o respaldo ao autoritarismo, especialmente entre os mais jovens. Foi isso que revelou a última pesquisa do Latinobarómetro divulgada em Santiago em fevereiro de 2024. O estudo mostra que apenas 48% dos latino-americanos apoia hoje a democracia como regime político, marcando uma diminuição de quinze pontos percentuais, dos 63% de 2010.

Já o apoio ao autoritarismo subiu. 17% dos latino-americanos apoia a expressão “um governo autoritário pode ser melhor”, frente aos 15% de treze anos atrás. Segundo os respondentes: “A América Latina é uma região vulnerável que está aberta ao populismo e a regimes antidemocráticos, com um claro retrocesso das democracias”.

De acordo com o Latinobarómetro, o país com maior apoio à democracia é o Uruguai, com 69%, seguido da Argentina, com 62%, Chile, 58%, estando o Brasil bem atrás nessa pesquisa. Mas o mais assustador é a conclusão do relatório: “Os regimes políticos da América Latina não estão produzindo democratas na região”.

De acordo com o Latinobarómetro, o país com maior apoio à democracia é o Uruguai, com 69%, seguido da Argentina, com 62%, Chile, 58%, estando o Brasil bem atrás nessa pesquisa. Mas o mais assustador é a conclusão do relatório: “Os regimes políticos da América Latina não estão produzindo democratas na região”.

Apesar das sucessivas crises econômicas ocorridas na América Latina terem influenciado de maneira decisiva nessa diminuição, o fator mais importante é “a deficiência da democracia em produzir os bens políticos que a população pede”, como a igualdade perante a lei, a dignidade e a justa distribuição da riqueza, aponta o estudo. Democracia também virou objeto de consumo individual — na base de “minhas demandas” — com o bem comum transformando-se não só em matéria para arbítrio próprio como para muito desgaste.

A corrupção e os “personalismos” dos mandatários também influenciam na queda de apoio à democracia. Assim como outros países da Europa, da Ásia e da América do Norte, uma série de líderes autoritários latino americanos se elegeram ou foram reeleitos nos últimos anos. E assim, o fortalecimento de práticas antidemocráticas historicamente consolidadas, bem como a atualização dos mecanismos de fragilização das instituições, cria um quadro complexo e delicado na região. Por exemplo, atualmente, há 21 ex-presidentes condenados por casos de corrupção e 20 não terminaram o mandato desde 1978.

Se é certo que as trajetórias autoritárias apresentam traços comuns, também o é que guardam especificidades e graus diferentes. Na Nicarágua e na Venezuela, por exemplo, os processos de autocratização se encontram em estágios mais avançados, digamos assim. Já houve, por exemplo, intervenções diretas ao poder judiciário e restrições vultosas aos processos eleitorais, em benefício dos incumbentes de então.

No Brasil, como sabemos, depois de um período de grande insegurança democrática e após a eleição de Lula, um golpe de estado foi tentado no dia 8 de janeiro de 2023, aliás, de alguma maneira inspirado no golpe de estado no Capitólio nos EUA. Mas as instituições funcionaram e agora Jair Bolsonaro e sete pessoas diretamente ligadas a seu governo são hoje, em abril de 2025, réus.

Mais do que tratar de casos isolados, vale destacar como são muitos os sinais de alerta em relação à democracia. Nesse sentido, incluo a ideia de que democracia é, por definição, um regime “incompleto”. Incompleto pois direitos nunca estão para sempre conquistados. Incompleto pois é sempre preciso incluir novos direitos na

agenda democrática. Eles são muitos, são a margem que vira centro e representam o motor de uma democracia que pretende distribuir direitos equanimente. É preciso pois não só cuidar, mas “qualificar a democracia”. Isso se quisermos ficar longe dos “tiranos” e integrar aqueles e aquelas que sempre foram marginalizados.

Pesquisas também mostram como países mais desiguais contam com democracias mais frágeis. No Brasil, convivemos com uma consistente e teimosa desigualdade — a 6.^a do mundo quando escrevo esse artigo. E a desigualdade social tem consequências tremendas na produção das garantias de uma república cuja tarefa básica é prover seus cidadãos de segurança, saúde e educação.

Mas esse não é, com certeza, um problema restrito ao Brasil, pois pelo mundo afora, temos nos tornado a cada dia mais desiguais. Aliás, os dados vêm mostrando processos mais deficitários em termos do gap econômico vivenciado entre pobre e ricos.

A história das últimas décadas, vivenciada em países como Hungria, Polônia, Venezuela, El Salvador, Filipinas, Argentina, México e Brasil, mostra que as maiores ameaças à democracia vêm de líderes autocráticos que, eleitos, trabalham para enfraquecer suas bases. Pretendem seguir a norma constitucional, mas vão minando diuturnamente as bases de seus sistemas, enfraquecendo instituições e praticando toda sorte de golpe interno ao sistema. São os famosos “golpes democráticos”.

Esse tipo de corrosão já ocorre em democracias que pareciam bastante consolidadas, como Estados Unidos, Alemanha, Áustria e França. Veja-se o uso da Suprema Corte no governo Trump, onde uma maioria foi montada para decidir ao arrepiado da jurisprudência ou do bom senso.

O novo fenômeno mobiliza questões como a busca por soluções para os problemas sociais por meio da tecnologia, sem o intermédio de instituições tradicionais, misturando religião e performance digital na atuação política. Atrelada à ideia de “tecnologia como utopia” está a percepção de que as redes sociais favorecem a “desintermediação”, ou seja, a retirada de cena de instituições tradicionais, que têm se mostrado ineficientes para solucionar problemas sociais. Favorecem também políticas e políticos antissistema que se elegem a partir de suas plataformas personalistas, populistas e messiânicas. Aprofundam-se, portanto, e diferente do que imaginávamos nas décadas de 80 e 90, as nossas diferenças e abismos sociais.

A democracia pode ser, dessa maneira, um “grande mal-entendido”, conforme escrevia o historiador brasileiro Sergio Buarque de Holanda ainda em 1936. Se o regime foi criado na Grécia sem dar direitos às mulheres, à população escravizada e aos estrangeiros, sabemos como esses são problemas que atravessam diferentes sociedades latino-americanas, com a desigualdade se expressando por meio da violência sistemática contra minorias sociais, as quais, na verdade, são “maiorias minorizadas” na representação: as populações negras, mulheres, indígenas, pessoas LGBTQIA+.

No Brasil, a escravidão persistente, a grande propriedade latifundiária, o mandonismo e o personalismo das relações são temas da agenda do passado reescrita na lógica do presente. Essas são questões urgentes na agenda latinoamericana

como um todo, que padece com o fenômeno social da desigualdade, sofre com problemas de baixo letramento, e combina tudo isso com um imenso consumo das redes e da internet.

Vamos a alguns números comparativos. Segundo o relatório World Inequality Report (Relatório da Desigualdade Mundial) de 2022, a parcela de 1% mais rica do Chile concentra 49,6% de toda a riqueza do país, enquanto no Brasil o 1% mais rico detém 48,9%, no México 46,9%, e nos Estados Unidos 34,9%.

E com a segregação nas áreas da saúde, da educação, da segurança, dos transportes, modelos pautados no populismo autoritário dos anos 1960-70, mas refeitos com a força das novas redes sociais, tomam força renovada. Uma série de líderes fizeram do personalismo de suas atuações, da corrupção disfarçada ou expressa, do patrimonialismo — que implica na mistura inescrupulosa de esferas públicas com privadas — uma forma de poder que se perpetuou; fez escola e destino.

Há quem tenha apostado que com o fim das ditaduras militares, presentes em vários países latino-americanos na década de 1970, a democracia teria vindo para ficar, animando a utopia de um mundo mais igualitário e sem o uso arbitrário e truculento da máquina de estado. No entanto, a própria crise mundial de 2016 viu crescer uma série de governos de ultradireita cuja agenda tem se concentrado no ataque sistemático a direitos conquistados bravamente nas últimas décadas. São as famosas guerras culturais e pelo domínio da história oficial. E não parece coincidência que na pauta desses grupos radicais estejam a questão LGBTQIA+ e o retorno de uma certa supremacia branca.

Por essas e por outras é que, repito, é sempre preciso “qualificar nossa democracia”, no sentido de incluir setores secularmente relegados às margens. A beleza da democracia está em sua incompletude. Essa é, assim, a falácia e a virtude da democracia. Pois por ser um regime aberto que precisa dizer “sim”, ela sempre convoca seus cidadãos a tomar parte desse contrato, que incide sempre sobre a dinâmica dos direitos coletivos: os meus, os teus, os nossos, os deles, os alheios.

O perigo é dar lugar a herdeiro legítimo das redes sociais, que se refere a uma nova modalidade de concepção de democracia. Como se ela fosse não o direito do povo, a busca do bem comum, mas a realização dos “meus direitos”. Essa é a democracia do 1 mais 1 é igual a 1. Do “com quem você pensa que está falando”; do “quem é você na fila do pão”.

Nos habituamos a lidar com traumas individuais e suas consequências no sentido de produzir silêncio, ressentimento e recalque. Mas vale no papel da psicanálise na política, nos nossos traumas coletivos, e na nossa dificuldade em incorporar as reivindicações e dores alheias, nessa democracia do 1 mais 1 é 1.

Nesse sentido, falta mencionar mais um direito fundamental da democracia. O direito à memória — e que é um dos primeiros a serem solapados pelos autoritarismos políticos. No caso brasileiro, quando se discute democracia não há como esquecer o nosso “passado do presente”. As amarras que carregamos e aquelas que vamos criando.

No meu entender os brasileiros carregam dois traumas fundamentais. O trauma de termos recebido quase a metade dos 12 milhões e meio de africanos traficados, de termos contado com mão de obra escravizada em todo o território nacional, de termos sido o último país a abolir a escravidão mercantil e tê-lo feito com uma lei tão curta, quanto pouco abrangente e conservadora.

Mas persiste um segundo trauma, esse mais recente em termos temporais. O trauma em relação aos dos desaparecidos da ditadura civil militar. Nesse caso o silêncio é triplo e pretensamente derradeiro. Ulysses Guimarães ao sair de casa no dia 5 de outubro de 1988, uma quarta-feira, disse aos jornalistas: “esperei vinte anos por este dia”. E pouco antes de dar início aos trabalhos dos constituintes (que a partir de então passariam a exercer a função de congressistas), afirmou: “Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil”.

Advertiu, porém, que a recém-promulgada Carta não era “perfeita”. E concluiu: “Discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca”. “Traidor da Constituição é traidor da pátria. [...] Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações.”

Mais uma vez, tirania (nesse caso, a ditadura militar) era (e é) o oposto lógico do sonho de democracia que se iniciava naquele momento e inundou a sociedade brasileira. Ontem, como hoje, é preciso manter distância dos autoritarismos e sonhar longe e alto. Esse é o voo da coruja de Minerva que nunca se intimida com os autocratas. ●

Autoritarismo

O autoritarismo nas Nações Unidas

Adhemar Bahadian

Diplomata de carreira. Serviu nas Nações Unidas, em Genebra e Nova York. Foi embaixador na Itália. Escreve semanalmente no *Jornal do Brasil digital*.

No segundo mandato de Ronald Reagan morei em Westchester County, um dos melhores subúrbios de Nova York, distante meros vinte e poucos quilômetros de Manhattan onde, à beira do East River, se ergue a sede das Nações Unidas, meu então local de trabalho cotidiano.

Morar em Westchester me permitiu conhecer de perto a vida do americano classe média, o conforto dos subúrbios de casas com jardins bem aparados e a cordialidade e a solidariedade de vizinhos nos dias de nevascas em que os automóveis deslizavam pelas ruas como skis desgovernados.

Na região de Westchester há duas cidades quase geminadas: uma católica e politicamente Democrata, Bronxville, e outra, predominante judaica e Republicana, Scarsdale, famosas ambas por suas escolas secundárias e superiores de altíssimo nível e inteiramente gratuitas. John Cheever, grande escritor sobre a alma da *suburbia* americana, nos legou em seus contos e romances o melhor e o pior do pós-guerra. Deixo aqui essa “isca”.

No governo Reagan começa a virada política a desembocar nos dias de ira de hoje, quando as universidades americanas passam por situações difíceis, talvez sequer vistas nos piores momentos do *maccartismo*. Naqueles anos jamais se poderia supor, muito menos antever, que o mundo invejável de cultura e paz das universidades pudesse um dia esboroar. Para um brasileiro como eu, universitário nos anos 1960, no Rio de Janeiro, onde às vezes o debate era confundido com subversão, nada poderia ser mais notável do que o espírito de pesquisa presente no “campus” e salas de aula, onde a miscigenação de raças realçava o universalismo democrático “*urbi et orbi*” em fase de consolidação da América de então.

Mas, ali, em Westchester, ouvi pela primeira vez um sussurro que hoje se transforma num grito de rancor: “Por que esses asiáticos sempre ganham os melhores prêmios em nossas escolas, que sustentamos com nossos impostos?”, me indagou um *Westchesteriano* cabisbaixo.

Como o rastejar de uma serpente maligna, a atmosfera de saudáveis relações humanas, aos poucos, se turvava, como turvadas estiveram durante a Guerra do Vietnã e os movimentos racistas a sujar de sangue o sonho de Martin Luther King. A trégua arrancada com a determinação de Lyndon Johnson, Presidente, mais Kennedy que os Kennedy, começava a sufocar no terreno movediço e adubado de ódio com a afirmação de que além da cortina de ferro havia um “*evil empire*” — um império do mal determinado a destruir o Ocidente.

Os primeiros sinais desta turbulência tornaram-se moeda corrente nos membros da Missão dos Estados Unidos nas Nações Unidas, então chefiados pela Embaixadora Jeane Kirkpatrick. Professora universitária de ciência política, Kirkpatrick, falava com tom doutoral e sarcástico com seus colegas do mundo subdesenvolvido, principalmente os eternos dependentes da ajuda financeira direta dos Estados Unidos. Coisa que o Brasil não era. Nem é.

Magra, severa, mais empoada que elegante, com um olhar com a inclinação ligeiramente condescendente de uma “WASP” surgida de uma peça de Tennessee Williams, a Embaixadora aspergia nos corredores da ONU seu esgar dos lábios, metáfora pobre de um sorriso.

Sempre a deixar subentendido, tanto em suas falas quanto em seus escritos, que o cargo de Embaixadora na ONU teria sido um imperdoável deslize de Reagan, por nela não ter visto as qualidades de uma Secretária de Estado, Kirkpatrick, como Margaret Thatcher, dava forma, recheio e pimenta ao novo conservadorismo a se incrustar nas relações internacionais. Para ela, os Estados totalitários não seriam necessariamente condenáveis, desde que se afinassem com as determinações de Washington. A Doutrina Kirkpatrick, que muito influenciou a política de Reagan na América Central, muito mais cheia de contras do que prós, como o tempo mostrou. Não ficou porém só em temas políticos a revolução regressiva de Reagan nas Nações Unidas.

Desde os anos 1960, a questão central trazida pelo fim do colonialismo, foi a superação do atraso econômico dos países em desenvolvimento. Com Kirkpatrick, inverte-se nas Nações Unidas a percepção generalizada de que os anos de colonialismo tiveram inquestionável responsabilidade no atraso econômico de parcela substancial da humanidade. Impossível esquecer uma tarde em que o representante dos Estados Unidos na Segunda Comissão (assuntos econômicos), assessor de Kirkpatrick e por ela muito prestigiado, afro-americano e avesso à luta contra o segregacionismo, nos brindou a todos com uma arenga sobre as razões do atraso econômico da África. Talvez um barão feudal não fizesse melhor na defesa do colonialismo. A responsabilidade para o atraso derivaria da indolência atávica da população africana, avessa ao trabalho, ignorante e inculta. E, por via de consequência, os reclamos por termos mais equitativos nas relações internacionais nada mais seriam que puro parasitismo. Nesta perspectiva, os países em desenvolvimento deveriam seguir as boas políticas dos países desenvolvidos, leia-se, Estados Unidos da América.

A própria Kirkpatrick, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao discutir a Invasão de Granada pelos Estados Unidos da América terá definitivamente escancarado a visão de mundo cujos impactos estamos a sentir até hoje. Kirkpatrick

abusou da arrogância pretoriana e humilhou o representante de Granada ao dizer publicamente que ele não representava governo algum, já que o dele havia sido destituído pela força militar de seu país. Humilhação diplomática na veia.

A partir daí, o diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento tomou numa espiral descendente. A economia americana passou a promover o que se chamou na época de “*supply side economics*”, irmão bastardo do neoliberalismo, o caso das políticas de sustentação social, aurora dos mecanismos de redução vertiginosa dos impostos e taxas das grandes corporações, afrouxamento dos controles financeiros com a proliferação dos papéis podres a desembocar na crise financeira de 2008, com as consequências dramáticas e a quase bancarrota do sistema hipotético americano. Além da explosão da dívida externa brasileira.

A síndrome neoliberal se espalhou em pouco tempo para todos os órgãos econômicos internacionais e introduziu nas negociações da Organização Internacional do Comércio (OMC) novos temas até então alheios aos temas clássicos. Num coice mágico, sumiu do cenário internacional a preocupação com o desenvolvimento econômico e, muito influenciado por grandes lobbies, se aprofundou o poder quase monopolizador das grandes corporações.

Embora as negociações econômicas internacionais ocorram frequentemente nos órgãos econômicos sediados em Genebra, a centralidade decisória sobre negociações econômicas reside no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), órgão da Carta das Nações Unidas e obviamente vinculado a seus princípios e objetivos. Sempre é bom recordar que esses princípios privilegiam a justiça social e a paz. As negociações econômicas, inclusive aquelas feitas no âmbito da OMC, de composição aberta a países capitalistas ou socialistas, são subordinadas aos princípios da Carta das Nações Unidas. Daí a dizer que essas negociações tenham sofrido influências de teorias econômicas ou não, é outra história.

Desde o fim dos anos 1950, quando a temática do desenvolvimento econômico passou a estar diretamente vinculada ao fim do colonialismo político, torna-se cada vez mais evidente a íntima correlação entre a defesa de regimes econômicos domésticos na busca de consenso internacional para se alcançar índices satisfatórios de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a tendência de países desenvolvidos tentar impor universalmente suas visões internas cresce em proporção maior do que a aceitação de regras negociadas.

As propostas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), elaboradas por Raúl Prebisch com a colaboração de Celso Furtado, adquiriram inegável predominância nas discussões entre o Norte (desenvolvido) e o Sul (em desenvolvimento). Se possível resumir em poucas palavras a essência da proposta cepalina, diria que o desenvolvimento econômico exige industrialização e tecnologia. Nas tratativas internacionais tentava-se minimizar os mecanismos protecionistas de um lado e outro com possíveis vantagens para todas as partes envolvidas.

O Governo Reagan foi incisivo em abandonar as negociações Norte-Sul e em advogar que as teorias cepalinas do desenvolvimento econômico deveriam ceder espaço para uma nova visão global do equilíbrio econômico, visão claramente afim

com a manutenção de regras desfavoráveis aos países carentes de capitais e tecnologia.

Os exemplos que acima citei, tanto da própria embaixadora Kirkpatrick quanto de seu assessor afro-americano na Comissão de Assuntos Econômicos, devem ser entendidos como uma sinalização nova no Diálogo Norte-Sul. Ao contrário de se buscar uma reformulação nas regras de acesso a mercados e transferência de Tecnologia, a proposta americana sugere que o desenvolvimento se dará sempre e quando os países interessados sigam as diretrizes sugeridas pelos Estados Unidos da América.

Kirkpatrick contribuiu em muito para fazer das reivindicações políticas ou econômicas dos países recentemente livres do colonialismo uma área cinza em que o conceito de soberania se confundia com o de subversão. Para os negociadores de países diplomaticamente mais sofisticados, a defesa de reivindicações dos setores industriais e tecnológicos de seus países não deixava de ser “contaminada” por comentários claramente desabonadores por negociadores de países desenvolvidos ao insinuar que as alterações propostas seriam de natureza “anticapitalista” ou claramente comunistas. Com essa manobra, as aspirações de crescimento econômico passavam por um filtro ideológico de coloração autoritária.

Muito antes de Kirkpatrick, ainda nos anos 1960, as teses defendidas pela Cepal, que haviam informado a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), foram objeto de reclamações do governo dos Estados Unidos da América junto ao recém-instalado governo Castelo Branco. Foi, que eu saiba, o primeiro contato da minha geração com as arestas afiadas da “*realpolitik*”.

De qualquer forma, os anos Reagan foram ásperos para os países da América Central, onde Kirkpatrick pessoalmente aprofundou um renascimento da Doutrina Monroe com iniciativas que não deixaram nem ela nem Reagan muito bem na foto. Nesse sentido, essas minhas notas preliminares sugerem a importância de estudos adicionais sobre a contaminação entre desenvolvimento econômico e autoritarismo.

Impossível não ver o encadeamento sucessivo de falhas nas Nações Unidas, além dos decorrentes do veto no Conselho de Segurança, em temas da agenda

Magra, severa,
 mais empoada que
 elegante, com um
 olhar com a inclinação
 ligeiramente
 condescendente de
 uma “WASP” surgida
 de uma peça de
 Tennessee Williams, a
 Embaixadora aspergia
 nos corredores da
 ONU seu esgar dos
 lábios, metáfora
 pobre de um sorriso.

contemporânea como catástrofes climáticas e aniquilamento bombástico de regras históricas de soberania econômica e política, hoje nas manchetes diárias de nossos jornais.

Mais do que nunca, a exacerbação política trazida pela tentativa de ressurgimento autoritário de forças derrotadas na Segunda Guerra Mundial torna palpável a ânsia generalizada pelo realismo político, cuja marca central é o diálogo amparado no Direito Internacional.

Nesta transição, a retomada dos valores de justiça social, respeito aos direitos humanos em sentido amplo e inquestionável aceitação das diferenças de crenças religiosas são alicerces de uma reconstrução mundial fiel aos princípios universais da Carta das Nações Unidas. Embora, igualmente realista seja prever que na nova configuração do poder mundial os acordos consensuais serão cada vez mais ditados por margem de segurança possível e tolerável do que por imposição de insustentáveis e inaceitáveis camisas de força ideológicas. A tentativa de Trump de promover uma nova rodada de discussões tarifárias sem que a China sequer se intimide e os países ocidentais nela vejam um abuso de autoridade parece justificar a necessidade de reinaugurar uma ONU efetivamente consensual e não autoritária. ●

Rio, capital mundial do livro

Merval Pereira

Ocupante da Cadeira 31. Presidente da Academia Brasileira de Letras.

A celebração em torno da língua portuguesa une irmãos em uma mesma empreitada: fazer com que nossa língua comum seja reconhecida como uma força política em um mundo cada vez mais conturbado. Os governos do Brasil e de Portugal estão juntos na busca de reconhecimento pela ONU do português como língua oficial, assim como o mandarim, o espanhol, o inglês e o francês. As navegações e descobertas portuguesas fizeram do português a primeira língua globalizada, mas mantiveram oculto por séculos o poder da língua como ativo político.

Além de ser o quarto idioma mais falado no mundo como língua materna, unindo hoje cerca de 280 milhões de pessoas em todos os continentes, a língua portuguesa é oficial em trinta e três organizações internacionais e precisa ser acolhida pela ONU. A eficiência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o interesse crescente de outros países pelo bloco de língua portuguesa, com sede em Lisboa, serve de bússola nesta viagem.

“Minha pátria é a língua portuguesa” é uma frase de Fernando Pessoa no *Livro do desassossego* porque a palavra só é completa se falada e ouvida.

Um dos nossos grandes poetas, Caetano Veloso, já disse que “gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões. Gosto do Pessoa na pessoa da rosa no Rosa”, referindo-se a Fernando Pessoa e Guimarães Rosa. A língua portuguesa é um instrumento do *soft power* dos países lusófonos, através da literatura. Assim como a comida, o futebol, a música. Livros ampliam o desenvolvimento de habilidades fundamentais.

É justamente o livro que traz ao Rio de Janeiro o título e a responsabilidade de ser, de novo, capital, não a de um país, como já fomos, mas a capital do instrumento das letras. O título de Capital Mundial do Livro, concedido pela Unesco, pela primeira vez em vinte e cinco anos vai para uma cidade de língua portuguesa.

Chegar até aqui é mérito de muitos, e ousar dizer, não sem orgulho, que a Academia Brasileira de Letras teve o seu papel neste projeto. Estive na cerimônia em Portugal, na Academia das Ciências de Lisboa, junto com o secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Lucas Padilha, para celebrar a data. Uma caixa literária, acervo físico composto por obras clássicas e contemporâneas de autores portugueses e de países da CPLP foi trazida de Portugal e agora está no saguão da ABL.



Caixa de livros em exposição no saguão da ABL. O *début* da caixa foi no evento "Rio das palavras", na Academia das Ciências de Lisboa. Foto: André Feltes.

A ABL nasceu no Rio. E nasceu com o compromisso de zelar pela língua portuguesa, esta pátria móvel que habitamos. Nossos fundadores sabiam que o Brasil precisava de uma casa para a palavra. E essa casa brotou e fincou raízes aqui, na cidade onde a literatura sempre encontrou abrigo.

Celebramos o livro, mas também a permanência da língua como pátria. Uma língua que muda, que absorve, que resiste. Que se reinventa de tantas formas, nas ruas, na palavra viva da nossa gente, nas páginas dos jornais, nas batalhas de poesia na periferia, nos romances lidos nas praças, nas praias, nos morros da nossa geografia tão peculiar.

O Rio é Capital Mundial do Livro porque aqui, como disse Machado, a literatura é nossa segunda alma, aquela que nos olha do espelho, de fora para dentro. Que a língua portuguesa encontre sempre novas formas de traduzir nossa alma.

Num momento do país em que aproveitadores se utilizam das redes sociais para disseminar conselhos inúteis de como se vencer na vida sem fazer força, ganha maior necessidade a descoberta de meios realmente eficazes para se colocar na sociedade de uma maneira produtiva. Ler, até bula de remédio, é fundamental nesse percurso. A leitura ensina valores sociais e a capacidade de imaginar novas possibilidades que pode nos impulsionar a buscar caminhos diferentes de vida. Os livros podem ampliar horizontes e contribuir para o desenvolvimento de habilidades fundamentais no mercado de trabalho. Esse é o caminho para um futuro melhor, seja para a evolução pessoal, ou para entender o mundo à sua volta. ●

Minha terra estrangeira

Entrevista com Txai Suruí e João Moreira Salles

João Moreira Salles

Documentarista e fundador da revista *Piauí*. Dirigiu, entre outros, *Notícias de uma guerra particular*, *Santiago*, *Nelson Freire* e *No intenso agora*. Mais recentemente, publicou *Arrabalde*, série de sete reportagens sobre seu período na Amazônia, e, em parceria com o coletivo Lakapoy e Louise Botkay, dirigiu o documentário *Minha terra estrangeira*.

Txai Suruí

Ativista e líder do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, Txai é filha do Cacique Geral Almir Suruí e da Indigenista “Neidinha” Bandeira. Estudante de direito, Txai também é colunista da *Folha de S.Paulo*, trabalha com cinema e colabora em projetos de arte.

Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

RDO — João, você fez com o coletivo Lakapoy um filme sobre a luta indígena, *Minha terra estrangeira*. Txai, que é membro desse coletivo, estará aqui representando seus companheiros e essa luta. Como você conheceu a Txai?

JOÃO MOREIRA SALLES — Eu encontrei a Txai num evento sobre Amazônia fora do Brasil, numa universidade americana. Ela foi chamada para abrir o evento. E se saiu muito bem. Nos dois ou três dias seguintes, as pessoas se puseram a discutir a Amazônia. Eram cientistas eminentes, pessoas muito qualificadas, brasileiros e não brasileiros.

No segundo ou no terceiro dia, ela na plateia levanta a mão e diz: “A discussão está muito boa e me interessa demais, mas eu queria que vocês pensassem um pouquinho nesse arranjo porque vocês me chamam pra abrir o evento e ao fazer isso, vocês ganham uma legitimidade política, porque vocês estão fazendo um evento sobre a Amazônia e uma indígena abre o evento. Agora, na hora que a discussão substancial começa, eu não estou aí, na frente, eu estou aqui na plateia, e eu não quero mais essa situação. Nós não queremos mais ser representados, a gente quer representar”.

E ela disse isso com uma serenidade muito grande, com grande elegância, causando um constrangimento imenso em alguns dos mais importantes cientistas climáticos e ambientais. Eu pensei: ela é interessante.

RDO — O que é uma descrição perfeita do que são os seminários internacionais. Você chama o representante para falar na abertura e depois discute a história dele *in absentia*.

JMS — Ela não quis mais esse papel e deixou claro.

Eu estava em busca de um personagem para fazer um filme em torno das eleições de 2020. Eu tinha feito um documentário sobre a eleição do Lula em 2002, o *Entreatos*. Uma produtora, minha amiga, me lembrou no final de 2021 que, no ano seguinte, 2022, haveria uma nova eleição presidencial com o mesmo candidato que eu já tinha filmado vinte anos antes. Só que em um Brasil infinitamente mais perigoso e com uma democracia bem mais degradada. A gente sabe o que teria acontecido se o presidente da época tivesse sido reeleito.

Então eu disse à Txai, estou pensando em fazer um documentário sobre as eleições de 2022, o que você vai estar fazendo durante o período eleitoral? Ela disse, vou estar militando, que é o que eu faço lá em Rondônia onde eu moro. Eu disse que gostaria de passar quarenta dias acompanhando o percurso de sua militância até o segundo turno e ela topou. Esse foi o combinado. Depois tem o desdobramento — se você quiser saber por que o filme não é só sobre ela, mas também sobre o pai dela, a gente pode falar sobre isso.

RDO — Eu quero saber.

JMS — Porque eu comecei a ler as coisas que ela escreve, ela é colunista da *Folha* e também é produtora de cinema. Ela produziu um filme muito bom chamado *Território*, um filme importante. Ela escrevia com certa regularidade, que os indígenas não queriam mais ser representados, eles queriam contar suas próprias histórias.

Ela usava uma expressão que é muito boa, que eu acho que é do seu colega da Academia, Ailton Krenak. Ela falava: é preciso demarcar as telas, não só as terras, mas as telas. Foi quando eu percebi que tinha um bode na sala. Era eu, nas minhas circunstâncias, sendo quem eu sou, fazendo um filme sobre ela.

É uma questão, Rosiska, que eu devo te confessar que não me ocorreria cinco, dez anos atrás. Quando eu fiz *Notícias de uma guerra particular*, era assim: pega uma câmera, vai para uma comunidade e filma. Você não pergunta se tem o direito de filmar. Essas questões hoje em dia são importantes, precisam ser enfrentadas. Eu pedi pra conversar com ela, mais ou menos uns dois meses antes do filme começar e disse, olha, temos um problema. Você defende o compartilhamento das narrativas, vocês contarem as próprias histórias de vocês. Eu estou fazendo um filme sobre você porque você permitiu.

Eu me dei uma explicação que era boa política também, mas no fim das contas chegamos à conclusão de que era preciso encontrar uma solução pra isso que de fato é um problema. A solução encontrada é que o pai dela, que é uma liderança

importante, o Almir Suruí, concorria a deputado federal pelo PDT em Rondônia, e a terra Sete de Setembro tem um coletivo Lakapoy de realizadores Paiter Suruí, indígenas. Então vamos fazer um filme em duas partes, dois filmes, um sobre a campanha do seu pai, outro sobre você. Eu filmo você, o coletivo filma o pai.

E assim foi feito. Ao coletivo se juntou a Louise Botkay — e precisou se juntar, porque ela é uma excelente diretora de fotografia, uma excelente diretora de cinema. Ela trabalhou muito tempo no “Vídeo nas Aldeias”, um projeto maravilhoso de ensinar o audiovisual, de transferir a tecnologia do audiovisual para as populações indígenas. Os Paiter Suruí não faziam filmes narrativos, eles faziam monitoramento de território com audiovisual. Eles então precisavam entender qual era a lógica de um filme, como é que se faz isso, qual é a gramática de um cinema narrativo. Louise se juntou a eles e fizeram o filme do pai, enquanto eu fazia o filme da filha. Para resumir essa história, foram feitos dois filmes, foram editados dois filmes, e chegamos à conclusão, nós todos, de que um filme seria melhor do que dois.

Esse filme está errado

Consultei-os o tempo todo em que fiz o meu filme. Eles vieram para o Rio de Janeiro, viram os cortes e finalmente, quando o filme pareceu acabado, eu, Eduardo Escorel e a Laís Lifshitz, que são os montadores do filme, pusemos o filme debaixo do braço, fomos lá para Porto Velho. Mostramos para a Txai e para a mãe dela, e no dia seguinte para o coletivo.

Que filme era esse? Era um filme em que a primeira parte era a história do pai e a segunda parte a história da filha, não se misturavam, a história do pai terminava com a derrota dele no primeiro turno. A segunda parte do filme terminava, evidentemente, com a vitória do Lula no segundo turno.

Foi realmente muito interessante. Tanto no primeiro dia quanto no segundo dia, a reação deles foi exatamente a mesma, foi dizer pra gente: “O filme tá errado”. E errado por quê? Eles diziam politicamente errado, e politicamente errado por quê?

E aí a Txai disse o seguinte:

“Vocês precisam entender que a experiência do indígena do Brasil não é da vitória, é da derrota, a gente vive a derrota todos os dias, então a derrota do pai é muito mais importante do que a vitória do Lula.

É importante o Lula ter vencido, se o Bolsonaro se reeleger é o fim da nossa casa, é o fim do nosso lar, a floresta se vai. Mas imaginar que com a vitória do Lula, no dia seguinte, as nossas terras não continuarão sendo invadidas, os nossos rios poluídos, as nossas lideranças achacadas ou mortas, que o Congresso não continuará a passar leis antiambientais, leis antiíndígenas, é uma ilusão que a gente não tem.

Há quinhentos anos a gente vem aprendendo a não ter ilusão, então um filme que seja politicamente correto em relação a nossa experiência é um filme que tem que abandonar a cronologia. O tempo linear é uma coisa de vocês, o nosso tempo a gente organiza de outra maneira. O tempo real, aquele que diz o que nós somos, é o tempo que inverte e que faz com que o primeiro turno termine depois do segundo turno, o segundo turno termine antes do primeiro turno”.

E assim foi feito. Voltamos de lá com essa tarefa de encontrar uma estrutura narrativa que pudesse inverter completamente a cronologia de um filme que é essencialmente sobre um processo que é cronológico, que é uma eleição, uma campanha, que avança até o dia do voto.

RDO — É fascinante, mas terminado “Minha terra estrangeira”, a experiência, qual é a sua sensação, esse diálogo de vocês, ele é possível? Ele foi possível, ele avançou, para ela ou para você?

JMS — Eu acho que o filme é um pouco a prova de que o diálogo é possível. Acho que o filme demonstra que você não está proibido de representar o outro, o Outro, digamos, antropológico, o Outro com maiúscula, aquele que é diferente de você. Essa interdição empobrece. Mas não dá mais para representar o Outro como acontecia antigamente, em que essas questões, que são essencialmente políticas, quem conta a história, de quem é a câmera, isso precisa ser, para usar a expressão do momento, problematizado.

Quem tem a câmera

O elemento do filme que mais me interessa é a solução que foi dada para essa questão. Vou repetir: não era uma questão que me atormentava pouco tempo atrás, cinco anos atrás ou dez anos atrás. O documentário brasileiro — eu dizia isso nas aulas que eu dava — responde a uma equação muito simples: quem tem filma quem não tem, quem tem a câmera filma quem não tem, quer dizer, filme classe média sobre favela, esse tipo de coisa.

RDO — Quem não tem a câmera costuma ser quem tem a causa, costuma ser quem busca falar e busca mostrar alguma coisa, mas não tem a voz, não tem a câmera.

JMS — Não tinha... Eu acho que hoje em dia tem, essa coisa começa a mudar. É claro que os circuitos em que esses filmes são vistos ainda são relativamente controlados, mas hoje em dia bem menos do que já foram. Você tem uma democratização dos meios de produção e uma democratização dos meios de disseminação, o que é extraordinário.

A pergunta que você me faz, ninguém me fez antes, eu preciso refletir um pouquinho sobre ela. Assim de supetão, eu diria que talvez eu tenha aprendido mais do que ela. Ela entrou nos nossos espaços, muito mais do que nós nos espaços deles. Eu acompanhei-a em Nova York. Quando eu comecei a filmar, ela estava lá na Semana do Clima, e onde é que ela está? Ela está na ONU, no *New York Times*, ela está liderando uma marcha por Wall Street, ela é entrevistada pela CNN, é entrevistada pela BBC, ela escreve pra *Folha de S.Paulo*. Ela vai para um evento numa grande faculdade americana e passa um pito... Ela compartilha muito mais do que nós, entende?

RDO — Sim, no filme, chegando em casa, jogando a mochila em cima da cama, é uma jovem novaiorquina.

JMS — Sem deixar de ser profundamente amazônica, indígena, isso é que eu acho completamente extraordinário.

Tem uma passagem de bastão geracional no filme, do pai para filha, porque o Almir, cinco anos antes dele nascer, o povo suruí é contactado. O contato era muito recente, a língua do Almir é o tupi Mondé, ele vai aprender português e ele faz a sua trajetória política como líder do povo dele basicamente em tupi Mondé.

Ele se dá conta — ele diz isso num dos discursos que faz no filme —, ele se dá conta relativamente cedo de que não adianta, dada a estrutura política brasileira, não adianta você exercer uma liderança do seu povo, porque o seu povo está submetido a forças muito maiores que vêm de Brasília. Então ele percebe que precisa aprender a falar português, que precisa disputar o poder fora do mundo dele, ele precisa disputar o poder em Porto Velho, ele precisa disputar o poder no Brasil. A língua para ele é uma ferramenta de luta política.

RDO — Com uma câmera.

JMS — Com uma câmera e com o celular, mas para ficar só na questão da língua, que eu acho interessante, então ele vai aprender português e ele diz numa *live*: “Língua que eu ainda não sei falar muito bem, é difícil falar português”.

A Txai já nasce falando português e ela se dá conta de que para ela disputar o poder — onde o poder é exercido — não basta falar português, ela precisa aprender a falar inglês, porque ela quer disputar poder no *New York Times*, ela quer disputar poder na CNN, na ONU, ela quer abrir a COP da ONU como ela abriu, em Glasgow.

Então, o que que ela faz? Muito jovem, eu acho que ela devia ter dezesseis, dezessete anos de idade, ela pede para a mãe arranjar um lugar, onde ela possa aprender inglês. Fizeram as contas, chegaram à conclusão de que o lugar que mais cabia no orçamento, poderiam conseguir uma doação, era Dublin, e ela vai para Dublin e mora um ano lá, na Irlanda, para aprender inglês. Com uma consciência muito clara de que ela iria disputar poder não apenas no Brasil, mas fora do Brasil também.

RDO — A causa indígena tem maior escuta fora do Brasil do que aqui dentro?

JMS — Isso é uma ótima pergunta para você fazer para ela, eu não me atrevo a responder, mas, eu diria que a hostilidade que ela enfrenta aqui ela não enfrenta fora. Eu acho que o acesso que ela tem, e ela tem muito hoje em dia, a espaços de poder, lá é um acesso mais suave do que aqui. Aqui ela é constantemente hostilizada. Eu me lembro de ela me mostrar uma fotografia que ela tirou dentro de um elevador, eu acho que num hotel aqui em São Paulo, e alguém postou uma foto dela no elevador, aí imediatamente começou o bombardeio: “ah índia, uma índia que tem elevador, ah a oca dela tem elevador, então já não é mais índia”. Entende? Ela dizia isso, no filme, acabou não entrando, “a gente não pode ter celular, porque dizem não, índio tem que estar nu na aldeia, você tem celular, já se aculturou”. Sabe, é contra isso que eles precisam lutar o tempo todo.

RDO — Aí eu aproveito você, depois eu perguntarei a ela. Você acha que a questão amazônica, com a centralidade imensa que ela deveria ter e para a qual você chama atenção no livro *Arrabalde*, tem uma escuta muito mais ampla fora do Brasil do que dentro?

JMS — A tese central do *Arrabalde* é que o Brasil historicamente está de costas para a Amazônia, o título já alude a isso, a Amazônia é o resto, é o que está longe. Agora, evidentemente isso não é universal, quer dizer, você tem muitas pessoas comprometidas com a proteção da Amazônia — a gente está na casa de uma dessas pessoas, a Izabella Teixeira. Mas, de modo geral, eu acho que não é um exagero dizer que existe uma apatia muito grande no Brasil em relação à destruição da Amazônia.

A sociedade civil brasileira não se mobiliza a cada novo período de enchentes ou de secas, ou de aumento da taxa do desmatamento, ou violências... Matam o Bruno Pereira, assassinam o Dom Phillips, você não vê as pessoas se mobilizarem.

Existe de fato uma dificuldade muito grande, não desenvolvemos, no Brasil, uma imaginação florestal. Existe uma lacuna simbólica na construção da floresta como algo que deveria nos definir como brasileiros. As maiores florestas tropicais do mundo estão dentro do nosso país. A importância disso no momento em que o mundo enfrenta a crise climática é absolutamente central.

Tem um estudo clássico de 2012 ou 2013 que identifica nove grandes sistemas no planeta Terra que são sistemas que mantêm o equilíbrio do que nós conhecemos como vida no planeta. A camada de ozônio é um desses sistemas, a acidificação do oceano é outro desses sistemas, partículas na atmosfera, poluição é outro desses sistemas. Essas fronteiras não podem ser ultrapassadas — se você

começa a ultrapassá-las, você começa a entrar numa zona de perigo para o planeta, para o equilíbrio do que a gente entende como vida. A Amazônia está na convergência de três desses novos sistemas, ou seja, um terço dos sistemas que regulam o planeta Terra passam necessariamente pela Amazônia: produção de água doce, ciclos hídricos — a Amazônia produz cerca de vinte por cento da água doce do planeta —, biodiversidade — dependendo para quem você faz a pergunta, a Amazônia tem entre quinze e vinte por cento da biodiversidade terrestre — e, por fim, carbono, carbono estocado em matéria orgânica.

Se a floresta desaparecer, e no Brasil desaparece por queimada na Amazônia, você jogaria para a atmosfera o equivalente a todas as emissões dos Estados Unidos desde o momento em que a primeira fábrica começou a rodar na Revolução Industrial. Então, carbono, biodiversidade, ciclos hídricos... Sem isso o mundo não vive, e a Amazônia está no centro desse negócio. Então a gente deveria se mobilizar por um sistema tão, tão vital para a vida não só nossa como do planeta, e no entanto, existe uma apatia muito grande... Com exceções, e uma das exceções mais notáveis e compreensíveis é dos povos indígenas, porque, afinal de contas, aquilo é a casa deles.

É o que ela diz naquela viagem de carro no filme, ela diz: “As pessoas sabem o que tá acontecendo e no entanto, elas querem dobrar a aposta. E por que elas querem dobrar a aposta? Porque elas odeiam a gente, elas não querem ver a gente aqui”. Essa é uma parte da resposta, a outra parte da resposta é um pouco essa: a gente não soube construir uma representação potente da floresta que nos constituísse como brasileiros, o que é diferente, por exemplo, do que aconteceu nos Estados Unidos, num processo que é muito semelhante ao avanço em direção ao norte do Brasil, em direção à floresta.

Nos Estados Unidos o avanço é em direção ao oeste, um século antes, no século XIX, um processo extremamente violento. Os povos originários também foram dizimados ou confinados em reservas, que é a expressão que eles usam lá. Mas aconteceu um fenômeno interessante nos Estados Unidos: os colonizadores foram colonizados pela paisagem que estavam colonizando, construíram representações

É uma civilização orgânica que faz da matéria orgânica os seus templos, as suas catedrais. Por que isso não está sendo ensinado nas escolas? Por que isso não é um currículo? De que maneira o brasileiro pode crescer amando a floresta e querendo protegê-la se ele não sabe o que é aquilo, se ele não é educado para entender o que essa floresta significa como legado natural e como legado cultural também.

simbólicas daquilo, e a gente conhece, isso está na música, isso está na literatura, mas está sobretudo no cinema. O faroeste, por exemplo, que colonizou a imaginação norte-americana e aí sacralizou a paisagem. A gente não sacralizou a Amazônia, então a gente pode destruir a Amazônia sem que isso soe como heresia.

RDO — Mas no ponto em que nós estamos hoje, em que vozes como a sua já usaram a palavra heresia, e outras vozes usaram palavras como crime, essa apatia, ela se deve à ignorância ou ao interesse? Porque eu não consigo ver com clareza até onde vai a ignorância, quer dizer, a incapacidade de reconhecer que a Amazônia são as nossas pirâmides, para usar uma expressão sua, em um artigo para a *Revista Brasileira*. Agora que alguém já disse que a Amazônia são as nossas pirâmides, o que impede que nós tomemos consciência desses fatos é ainda a ignorância ou é a força poderosíssima dos interesses?

JMS — Uma das coisas que eu digo no *Arrabalde* é que a nossa colonização foi violenta, e sobre a violência a gente conhece, a gente sabe, não é uma novidade... Mas ela também é, ela também foi, indiferente, uma colonização indiferente. O que eu defendo no livro é que o que você está chamando de ignorância, que eu estou chamando de indiferença, é funcional, porque é muito mais fácil você destruir o que não está investido de curiosidade, de zelo, de carinho, de atenção, de amor. A Simone Weil dizia: o primeiro ato moral é prestar atenção.

RDO — Essa é uma frase deslumbrante dela.

JMS — É e a partir daí que tudo se estabelece. A gente nunca prestou atenção, nunca. Villa-Lobos prestou atenção, Jobim prestou atenção, mas é pouco, apesar de eles serem imensos, não é uma coisa que tenha se estabelecido. Mas eu acho que está mudando.

Para mudar de verdade, Rosiska, é preciso essa ideia de que a floresta é um jardim, a floresta não é apenas natureza, ela foi cultivada. As espécies foram selecionadas e, portanto, os povos que lá vivem há mais de 6 mil anos, ou 12 mil anos, dependendo do grupo, manipularam essa floresta, criaram solos férteis, e dali nasce uma floresta que não existiria se não fosse isso. Então ela é também um jardim. Isso não está sendo ensinado na escola.

Chega Txai Suruí e se junta à conversa.

RDO — Uma pergunta que vai para os dois. Txai, eu perguntei ao João se, depois de tudo que já tem sido dito — você tem andado mundo afora, falando dessa questão —, essa indiferença que a gente continua a sentir no Brasil é ignorância ou são interesses?

Amazônia

TXAI SURUÍ — Pra mim é interesse, eu vejo ainda como a ganância daqueles que seguem lucrando com a degradação do meio-ambiente, seguem lucrando com a violência contra nós. A gente vai ter a COP30 no Brasil e a gente está falando dessa questão ambiental e climática, e o próprio filme acho que mostra como a nossa

luta vem avançando, com a nossa articulação, com a nossa organização, com a nossa força como povos indígenas... Essa luta vem avançando assim como a própria questão da consciência ecológica das pessoas.

Há alguns anos acho que não existia isso. Parte da construção do estado de Rondônia vem, na verdade, no sentido contrário a isso, vem na colonização, vem no sentido de destruir mesmo a floresta. E o filme mostra como a nossa luta avança, mas eu fico pensando quanto ainda esses espaços são nossos, quanto ainda realmente a gente está nesses espaços.

Vai ter COP30 e quem são as pessoas que vão estar lá decidindo sobre as coisas? São elas indígenas? São elas negras? São elas da favela? São elas da periferia? Ou são ainda aquelas mesmas pessoas que conseguem estar nesses espaços, as grandes empresas, as mesmas pessoas que mandam no mundo há muito tempo. Então, a gente ainda não está sentando nessa mesa. Nessa COP30... Eu não sei como vai ser, espero que a gente possa fazer algo diferente ali.

Imagina que a gente está vivendo tudo isso e ainda assim eles negam o que está acontecendo dentro do próprio Congresso Nacional. A tese do marco temporal é uma tese que viola a própria Constituição, então como a gente aceita? A gente deveria estar buscando mais direitos, garantindo mais direitos, como esse tipo de ataque ainda acontece contra a nossa Carta Magna? A Constituição cidadã, toda a história que veio depois da Constituição, que fez a Constituição acontecer, após



O documentarista João Moreira Salles e a ativista Txai Suruí em entrevista para a *Revista Brasileira*. São Paulo, abril de 2025. Foto: Tedson Almeida.

um período de ditadura que a gente viveu no Brasil... Antes da Constituição os povos indígenas não eram nem sujeito de direitos. Então, se esse tipo de ataque acontece é por causa da ganância.

RDO — Eu vou interromper você só para dizer uma coisa que eu sempre achei inacreditável. No Código Penal, havia os chamados relativamente incapazes. Eram eles, os índios, as mulheres casadas e os loucos de todo gênero. Era assim, até mudar a legislação.

JMS — A sua luta foi em parte essa, você militou contra isso na causa feminista.

RDO — Agora, voltando ao que você estava dizendo e à COP.

Uma floresta-jardim

JMS — Eu acho que o que caracterizou o nosso avanço em direção à floresta, o “nosso”, de pessoas que não eram de lá, é a violência, mas é também a indiferença, a falta de esforço para conhecer, e o Estado brasileiro nunca quis conhecer. Você menciona essa ideia que é muito bonita, do Eduardo Neves e de outros arqueólogos, de que a floresta é manipulada. A floresta é um legado de 12 mil anos, de pessoas que estão lá e que manipulam, que dão fertilidade ao solo, que fazem crescer uma floresta que não existiria se não fosse essa colaboração entre indígenas, micro-organismos, fungos, animais etc. Essa coprodução que produz essa floresta, e nesse sentido são as nossas pirâmides.

É uma civilização orgânica que faz da matéria orgânica os seus templos, as suas catedrais. Por que isso não está sendo ensinado nas escolas? Por que isso não é um currículo? De que maneira o brasileiro pode crescer amando a floresta e querendo protegê-la se ele não sabe o que é aquilo, se ele não é educado para entender o que essa floresta significa como legado natural e como legado cultural também. A importância da floresta como regulador do clima no mundo, a floresta amazônica tem esse papel, e a importância cultural de uma floresta que é tão central para a vida do planeta. E ela é como ela é porque ela foi protegida, ela foi cultivada, ela foi amada e ela é, portanto, não uma floresta, mas uma floresta-jardim. Isso eu acho lindo, uma vez que você entende isso, você não consegue olhar para a floresta da mesma maneira. Quando a catedral de Notre Dame pegou fogo eu acho que todo mundo foi para a frente da televisão e sentiu uma dor...

RDO — Chorou...

JMS — Chorou porque aquilo nos constitui como civilização. Não deveria ser diferente com a floresta. Deveria ser rigorosamente a mesma coisa. Mas isso você constrói. E essa construção não existiu.

RDO — Desde a colonização foi assim. A indiferença. Tudo que nós sabemos e que já foi dito aqui. Acontece que essa COP vai acontecer na Amazônia e foi atropelada por uma das maiores crises mundiais contemporâneas.

JMS — O Trump.

RDO — O Trump. A partir daí, os dados mudam, a indiferença se torna menos possível. A questão da Amazônia, quem defende a Amazônia? Onde entram os povos indígenas?

TXAI — Nós somos a linha de frente que está na defesa e sempre esteve na defesa da floresta, como o próprio João estava falando. Para nós ela não é só a nossa casa, a floresta é sagrada. Tem toda a questão espiritual, cultural que constitui o que nós somos também. Se nós constituímos o que é a floresta hoje, ela constitui o que nós somos.

JMS — Vocês fazem a floresta e a floresta faz vocês.

TXAI — É essa relação. Como discutir COP, como discutir as soluções das emergências climáticas, sem falar também do racismo ambiental, sem falar desse próprio colonialismo?

Tudo que se pensava quando se construiu a Constituição, os nossos povos, toda a sociedade, que participou de forma tão grande ali. E o que se pensava que a gente estaria vivendo hoje, e o que a gente está vivendo hoje.

O Trump que acabou com a USAID, saiu do Acordo de Paris. Aqui no Brasil, as principais afetadas foram as associações indígenas da Amazônia. Em outros lugares, as associações comunitárias de base, essas estão sendo as principais impactadas por isso.

Quando vai crescendo esse autoritarismo, os nossos direitos também são os primeiros atacados. Esses ataques também estão acontecendo lá nos Estados Unidos contra os povos indígenas, contra as populações mais vulneráveis. Aqui no Brasil também existe esse ataque orquestrado contra os nossos territórios para continuar lucrando com essa degradação. Essas empresas que lucram com o que está acontecendo dentro do nosso território, muitas vezes são as empresas que vão estar lá na COP mesmo, falando dos seus projetos sustentáveis.

Estamos vendo também, e vivendo, agora no povo Paiter Suruí, um grande problema com o garimpo. E se acontece ainda é porque tem gente lucrando com isso. Até porque hoje a gente sabe que manter a floresta de pé é muito mais lucrativo do que derrubá-la, e é necessário para que a gente continue tendo uma vida, um futuro. Porque o ser humano está condenando a ele próprio.

RDO — Você usou a palavra autoritarismo. Há um momento, logo no começo do filme, em que vocês tentam atravessar um rio e não podem atravessar. E a atitude de quem proíbe ali a passagem é uma atitude autoritária e violenta. Não por que não. O patrão disse que não, então é não.

JMS — Depois do filme, a Txai e a mãe foram cercadas por invasores e ficaram reféns umas sete, oito horas, indo a caminho de uma terra na qual ela cresceu, que é a casa dela.

RDO — Você pode relatar isso?

TXAI — Sim, a gente, na verdade, estava indo para a Barreira 2, que hoje é um posto da Funai na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, onde tem uma grande invasão. E a gente estava indo fazer um ato porque lá são criadas mais de 20 mil cabeças de gado ilegais, na terra indígena, que são criadas por terceiros, depois são compradas por empresas aqui do Brasil, a própria JBS, e vendidas lá fora para os grupos Cassino, na França, na Europa. A gente volta à própria questão colonial. E lá a gente ia fazer exatamente um ato contra a Tesco.

JMS — Uma rede de supermercados inglesa.

TXAI — Isso, essa carne vai para toda a Europa. E aí, naquele momento a gente queria... não fazer algo contra a JBS ou o grupo Cassino... a gente já tinha processado. Já estava lá no Tribunal Penal Internacional. A gente queria alcançar aquelas pessoas que estavam comprando o gado, o supermercado Tesco...

E aí, naquele lugar, que é um lugar sagrado, porque lá tem um cemitério, hoje é criado esse gado, e a gente foi lá para fazer esse ato com outros indígenas, com a minha mãe, com um cinegrafista inglês também. E aí a gente se viu cercado por mais de cinquenta homens, alguns armados, dizendo que aquela terra era deles, que a gente é que estava invadindo aquele território. E a gente estava explicando que aquele território já é demarcado e homologado, que a própria Funai já disse que aquilo ali é território indígena. E por isso que a gente também hoje está nesse processo de cobrar do governo que se faça desintrusão daquele lugar, que se tire esse gado ilegal, que se tire esses invasores ilegais.

Eu estava tentando explicar isso, que ali era uma terra indígena, que ali era um lugar sagrado, além de tudo. Porque os Jupaú, eles enterram dentro da própria casa, porque ali era uma aldeia. Sabe o que ele falou para mim? “Então pega seus ossos e vai embora” — desrespeitando não só a própria floresta que eles estavam destruindo, mas aqueles que vieram antes da gente.

E aí a gente ficou mais de seis horas presos ali. Eles pegaram a caminhonete, cruzaram na estrada para a gente não poder sair. A gente falou que aquilo era cárcere privado, que eles não poderiam fazer aquilo. E conseguimos sair dali. Mas foi uma situação bem tensa, em que graças a Deus não aconteceu nada. Mas que poderia, sim, ter acontecido.

JMS — Por um fio não aconteceu.

TXAI — O que salvou a gente foram as câmeras e o jornalista inglês. Porque ele, com aquelas câmeras gigantes, meio que deixaram as pessoas acuadas.

JMS — E o João estava lá. O João cinegrafista do nosso filme, que estava gravando.

TXAI — O João estava gravando. E ele viu tudo. Se não fosse ele... É por isso que hoje as câmeras são como armas. Porque eles usavam aquelas câmeras de cinema, grandonas mesmo. E os caras se sentiram acuados com aquilo. E é doido que, diante das câmeras ali, eles começaram a querer dar a versão deles. Falar para a câmera. Absurdos.

JMS — Como diz o Almir, pai dela, no filme: “Eu tive que convencer o meu povo a trocar o arco e flecha pelo iPhone”. A frase é dele. Nesse sentido: tudo é filmado. E o título do filme, *Minha terra estrangeira*, é mais um episódio em que o título cabe, feito uma luva.

RDO — É um título eloquente. Diz o que diz.

JMS — É, diz o que diz.

Do arco e flecha ao iPhone

RDO — Uma última pergunta, Txai. Como é que você viveu, como é que você acha que o seu povo vive essa passagem para a tecnologia, a passagem que seu pai descreveu — sair do arco e flecha para o iPhone. A tecnologia tem sido uma aliada poderosa?

TXAI — Com certeza. Eu acho que o filme mesmo, toda essa questão da própria tecnologia, hoje é uma arma.

RDO — E todos entendem isso?

TXAI — Eu acredito que sim. Agora a gente estava fazendo, com o Instituto Moreira Salles, também um resgate de um acervo nosso lá do fotógrafo Jesco von Puttkamer, mas também fazendo um resgate com a própria comunidade das fotos da época do contato, para a gente fazer esse trabalho de recontar a nossa história.

A história ainda é contada pelo outro lado. E agora a gente vai fazer essa exposição “Gente de verdade”, que vai junto com essas fotos que a gente está resgatando lá, onde tem mais velhos que ainda estão vivos e que viveram o contato.

Então, não faz muito tempo que isso aconteceu. E que podem contar essa história a partir da visão deles sobre aquele momento para nós. E hoje é isso. Hoje o celular, as redes sociais são armas para que a gente possa denunciar.

RDO — Contra o autoritarismo?

TXAI — Contra o autoritarismo, contra o fascismo, contra o próprio colonialismo mesmo. Porque, vamos ser sinceros, a mídia tradicional ainda não compartilha as violências que enfrentamos, ainda não compartilha as nossas próprias vozes, olhares mesmo. Eu estava vendo uma pesquisa dos grandes jornais do Brasil...

É só 0,2% de indígenas, e é na *Folha de S.Paulo*. Um deles sou eu, o outro o Ailton Krenak. Antes era só eu, eu sou colunista, e nos outros jornais nem tinha. A quantidade de homens brancos, aí a gente faz o recorte... Depois dos homens brancos vem as mulheres brancas, depois vem os homens negros, as mulheres negras, e os indígenas só 0,2%.

Então, a nossa voz, o nosso olhar ainda não é compartilhado. A violência que a gente vive diariamente... Esses dias queimaram uma mãe e uma criança lá nos Guarani-Kaiowá. Queimaram. Elas ficaram carbonizadas, sabe? Queimaram uma mãe e uma criança dos Guarani-Kaiowá.

RDO — Quem queimou?

TXAI — Os jagunços. Aqueles que estão em conflito pela terra. E lá também tem muita perseguição religiosa. E isso você não vê na TV. Você não vê no Jornal Nacional. Meses atrás também mataram e seguem matando vários jovens lá na Bahia. No oeste do Paraná, com os Avá-Guarani, a mesma situação. Estão sofrendo extrema violência. Estão sofrendo. E isso vem acontecendo diariamente, na vida de vários povos indígenas que seguem vivendo a violência. Mas você não vê isso no jornal. E olha que o jornal já noticia muita violência.

A gente sabe que já tem muita violência na TV, tem programas voltados inclusive só para a questão da perseguição da polícia e tudo mais. Mas ainda assim você não vê mostrando essa violência. Porque, inclusive, algumas dessas violências são cometidas pela própria polícia. Lá nos Avá-Guarani, existiu isso, aconteceu isso. Lá nos Pataxó também, fazendo reintegração de posse onde usam de extrema violência com aqueles que já estavam aqui nesta terra.

RDO — O fato de você e o João estarem fazendo esse trabalho juntos, em diálogo, é uma metáfora do Brasil que poderia ser e que ainda não é?

TXAI — Acho que é uma boa ideia de se pensar. Eu estava pensando sobre isso também. A democracia, na verdade, é isso. Ela não existe, porque ainda há um pensamento no Brasil que é o que prevalece e que não aceita os outros pensamentos, que não aceita o pensamento indígena, que não pensa o pensamento negro, ou seja, a gente não discute todo mundo ali. Um pensamento, que ainda é o pensamento colonial, segue sendo o que prevalece e que não aceita os outros. Então, que democracia é essa?

Enfim, são vários povos indígenas diferentes, por que tentam colocar a gente como iguais? A gente já está vivendo nesse mundo, a gente já sabe também aceitar os pensamentos diferentes, mas eu sinto que é isso ainda. Existe uma ideia de que se você for aceitar o pensamento indígena ou o pensamento quilombola, o que é a verdadeira identidade brasileira vai ser perdida. Quem quer continuar com essa identidade colonial?

JMS — O filme, eu acho que é uma demonstração de que a conversa é possível. De que a conversa não só é possível, como ela enriquece. Esse filme, você vê... O marco temporal do qual ela falou, o episódio na terra Uru-Eu-Wau-Wau, essas violências extraordinárias que ela acabou de relatar no Paraná, na Bahia, tudo isso é recente, quer dizer, tudo isso acontece neste governo. Enfim, também não dá para o governo resolver todos os problemas, mas se neste governo é assim, imagina no anterior.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte, é que dá para entender como estava certa essa observação de que o filme deveria terminar não da forma cronológica, mas sim da forma que acaba, entende? Porque é isso... São derrotas, ela está listando uma sucessão de derrotas que são o dia a dia, o dia a dia de quem está na trincheira, na linha de frente. As notícias boas são poucas, as notícias são avassaladoras, é um tsunami delas, todo dia precisa lutar, lutar, lutar, o que deve ser muito exaustivo, mas é isso. Então, não vamos terminar no triunfo da vitória de um presidente progressista, vamos terminar na derrota de um líder indígena. É isso, politicamente é exatamente isso. O Brasil é isso.

RDO — Muito obrigada a vocês dois. ●

As praças arquitetônicas e a falta de espaço público no Brasil

Guilherme Wisnik

Arquiteto, Curador e Professor da FAU-USP.

Talvez uma das definições mais inspiradas acerca da poética plástica da arquitetura moderna brasileira tenha sido dada por um arquiteto e teórico português. Numa síntese metafórica, Alexandre Alves Costa escreve: “A arquitetura brasileira é uma linha horizontal levantada do chão, afirmação simples e delicada de esperança no futuro, força irresistível de dissolução do passado pobre e oprimido, fundação da pátria, abstrata e metafísica”.¹

Na redução poética que realiza em apenas uma frase, o volume arquitetônico se transforma em uma simples “linha horizontal levantada do chão”. Opondo-se à opressão do passado colonial, e evitando o contato com o chão, essa linha aérea, abstrata e metafísica, se orienta na direção do futuro, buscando utopicamente fundar uma nova nação. Assim, tornar-se moderno, segundo esse raciocínio, equivale aqui a fazer-se independente. O que, metaforicamente, procura uma identificação com o espaço aéreo da utopia.

Procurei explorar essa ideia na exposição que curei em parceria com Fernando Serapião na Casa da Arquitectura de Portugal, em Matosinhos. Refiro-me à mostra “Infinito vão: 90 anos de arquitetura brasileira”, ocorrida ali entre 2018 e 2019. Desafiados a criar uma interpretação generalizável sobre quase um século de arquitetura brasileira, e justamente para um público português, elegemos a imagem do vão: “Na arquitetura o vão é algo que se vence, um desafio a superar. Reduzir a quantidade de apoios, expandir as lajes horizontalmente, lançar-se no vazio aéreo abrindo uma imensa *luz* ao rés-do-chão. Mas vão, em português, é uma palavra que também se utiliza para designar um projeto ou uma ação que termina em fracasso: algo que foi feito em vão”.²

No Brasil, a modernização surgiu como um salto a ser dado por sobre o atraso econômico e cultural do país. E, no caso da arquitetura, um salto por sobre a ausência de duas importantes tradições: a clássica, por um lado, e a artesanal, por

¹ Alexandre Alves Costa, “Da indispensabilidade de construir: pensar é experimentar”, in Rosa Artigas (org.), *João Walter Toscano*. São Paulo: Unesp Edições Ltda, 1999, p. 13.

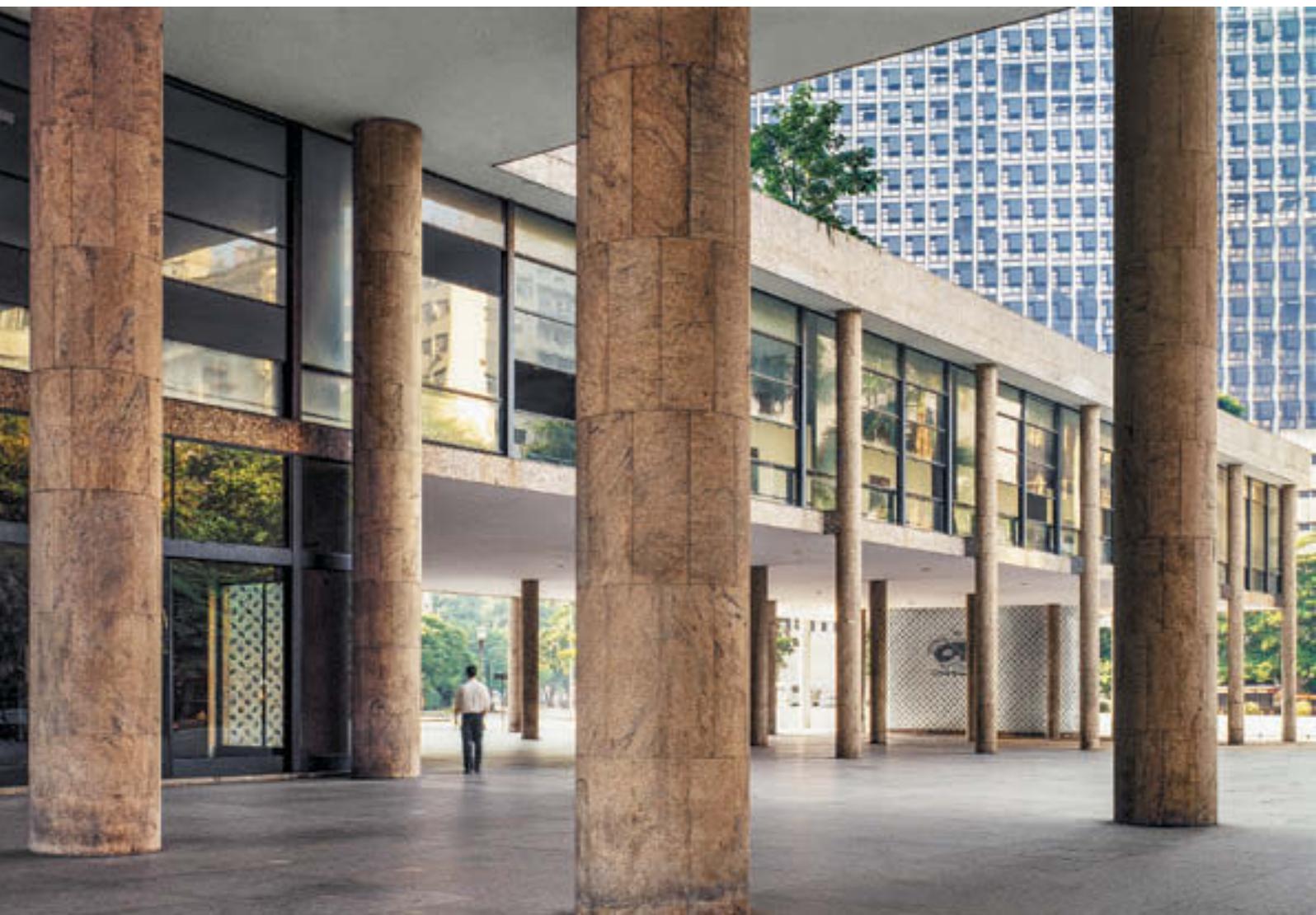
² Guilherme Wisnik e Fernando Serapião. *Infinito vão: 90 anos de arquitetura brasileira*. Matosinhos: Casa da Arquitectura, 2019, p. 29.

outro. Salto abismal, diante da escala imensa do seu território. Um desafio encampado por uma vanguarda estética ambiciosa, aliada a uma engenharia notável. Ideia que tem no edifício do Museu de Arte de São Paulo, o Masp (1957-1968), projetado por Lina Bo Bardi, o seu exemplo mais eloquente.

Historicamente falando, contudo, o exemplo inaugural dessa espacialidade nova foi a praça térrea do edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945), também conhecido como Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto iniciado por Le Corbusier, e depois desenvolvido e transformado por uma equipe brasileira liderada por Lúcio Costa, e que contava com as presenças de Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer.

O edifício se implanta em meio ao centro histórico da cidade, cuja ocupação, definida pelo plano urbano do francês Alfred Agache, estimulava a construção total das frentes de calçada, grudando-se os edifícios lateralmente, já que suas aberturas técnicas para ventilação e insolação estavam previstas para ocorrer em pátios internos nos miolos das quadras. Com efeito, o projeto moderno de Costa e sua equipe contraria essa orientação, e libera as frentes das calçadas, ampliando-as em uma grande esplanada. De forma correlata, os arquitetos recuam a torre de escritórios — principal volume do conjunto — para o meio do quarteirão, configurando-o como um volume solto e independente. Se essa torre laminar se implanta no sentido leste-oeste, o outro volume, perpendicular a este, e mais baixo, se implanta em

Palácio Gustavo Capanema, RJ. Foto: Nelson Kon.



cruz, no sentido norte-sul, e abriga o salão de exposições e um auditório. Seguindo a diretriz corbusieriana, os edifícios se levantam sobre pilotis, liberando a praça, o que cria uma situação de permeabilidade inteiramente nova no centro do Rio. Praça que se configura como uma grande passagem urbana, com status de um espaço monumental, com um pé-direito solene, de dez metros de altura. Uma praça aberta e coberta, portanto, bastante agradável em uma cidade de clima tropical.

Assim, muito diferentemente de um monumentalismo *stricto sensu*, o edifício do Palácio Capanema realiza uma associação da pujança e solidez próprios ao repertório formal de Le Corbusier com uma elegância nova, inerente à linguagem dos arquitetos cariocas, de onde em pouco tempo emergiria a produção autoral de Oscar Niemeyer. Mas o meu ponto principal aqui é a reflexão sobre a qualidade urbanística desse edifício. Uma qualidade nunca atingida pelos projetos com pilotis de Le Corbusier no hemisfério norte. Significativamente, num depoimento na FAU-USP em 1972, Paulo Mendes da Rocha faz um balanço do seu período de formação estudantil em arquitetura nos anos 1950. Em suas palavras, a informação que era recebida pelos estudantes naquele momento ainda era muito devedora da tradição acadêmica de Belas Artes, e estava distante das exigências práticas. Era necessário, portanto, afirma ele, “um esforço de autodidatismo que se tirou da experiência brasileira de Lúcio Costa, Vilanova Artigas, Oscar Niemeyer, Attilio Corrêa Lima, Francisco Bolonha, Affonso Eduardo Reidy”, entre outros. “Obras impregnadas de densa mensagem poética e popular, voltadas já para o urbano”, nas suas palavras. Em síntese: uma arquitetura que “refletia uma visão de universidade, principalmente pelo seu significado urbanístico. Espaços largos, destinados à multidão. Uma arquitetura que, decididamente, orientava-se para uma sociedade nova, com vistas voltadas para um mundo que se abria”.³

São muito reveladoras essas palavras de Mendes da Rocha. Enquanto a corrente principal da crítica (brasileira e internacional) destaca como características principais da arquitetura moderna carioca a liberdade plástica das formas curvas e o uso de soluções adaptadas ao clima e à cultura locais, tais como fachadas protegidas por brise-soleil, os jardins tropicais e as superfícies cobertas por azulejos, o depoimento de Mendes da Rocha mostra como os jovens arquitetos que se formavam em São Paulo nos anos 1950 olhavam para o Rio de Janeiro compreendendo a qualidade urbanística de seus edifícios como sua característica fundamental. “Espaços largos” e “destinados à multidão” é uma excelente descrição da praça térrea do Palácio Capanema, assim como do piso térreo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1953-1967), projetado por Affonso Reidy em meio às vastas áreas verdes e livres do Parque do Flamengo. É dessa compreensão essencialmente urbanística da arquitetura carioca que nasceriam os grandes projetos de vãos livres na arquitetura de São Paulo, como o do Masp.

Não tenho dúvida em afirmar que o vão livre do Masp é o espaço público mais bem-sucedido de São Paulo. É claro que não se pode compará-lo com exemplos como as praias e os calçadões da Zona Sul do Rio de Janeiro, cujos atributos paisagísticos e de lazer superam em muito as possibilidades de um espaço edificado. Mas o vão livre do Masp tem características que fazem dele um espaço único. O

3 Paulo Mendes da Rocha. “Depoimento na FAU-USP”, in Guilherme Wisnik (Org.). *Paulo Mendes da Rocha: Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial, 2012, pp. 32-33.

edifício se apoia sobre quatro pilares apenas, situados nos limites do volume construído no sentido longitudinal, configurando um vão livre de 74 metros, que, por muito tempo, foi o maior vão da América Latina. São mais de dois mil metros quadrados de área coberta numa esplanada que se configura como extensão da calçada da Avenida Paulista, a mais importante da cidade. Área que se estende, do outro lado, para um amplo belvedere que permite uma esplêndida vista do vale da Avenida Nove de Julho em direção ao centro histórico. Esse espaço coberto e transparente tem dimensões monumentais, com um pé-direito de oito metros, e nenhum bloqueio ao longo de seu eixo maior. Espaço configurado para abrigar atividades muito variadas, tais como performances artísticas, feiras de antiguidades, instalações provisórias de lazer, como circos, palcos de apresentações musicais e projeções de filmes, e palanques de comícios e manifestações políticas.

Se a praça sob pilotis do Palácio Capanema, no Rio, se situa em um terreno atravessável, em meio à densidade da malha urbana da cidade, a praça sem pilotis construída sob o vão livre do Masp não é tanto um lugar de cruzamento, e sim de estar. Ela cria um *locus* de atração para atividades realizadas ali, num espaço muito amplo e arejado, sem qualquer coluna, e protegido do sol e da chuva. Uma ágora coberta, que se presta a apropriações de multidões em atividades intensas e variadas. Um sucesso do ponto de vista da qualidade de uso do espaço que se deve à sua localização privilegiada — junto à Avenida Paulista e em frente ao Parque Trianon —, mas não apenas. Deve-se também à inteligência da arquiteta na definição do seu partido arquitetônico. Pois o museu está situado em um terreno

O vão livre do Masp. Foto: Nelson Kon.



em declive, com acesso pela Avenida Paulista na cota alta, e também pela Rua São Carlos do Pinhal, por trás, na cota baixa. Diante dessa situação, Lina Bo Bardi decidiu dividir o museu em duas partes, sendo uma delas enterrada e encaixada nessa diferença de níveis, e a outra completamente elevada numa caixa de concreto protendido e grandes panos de vidro, flutuando sobre o terreno. No meio delas, como um grande vazio definido pelo projeto, abre-se uma generosa praça sem qualquer porta ou barreira. Uma extensão do espaço público da calçada no interior de um lote privado, que vem abrigando as manifestações políticas mais importantes da cidade nas últimas décadas.

É muito significativo o fato de que muitos dos principais espaços públicos brasileiros sejam praças cobertas situadas em lotes privados, e em escala arquitetônica, e não praças públicas a céu aberto, concebidas nos planos urbanos das cidades. O que se deve, em parte, ao clima tropical. Mas também, e em grande medida, à enorme carência de espaços públicos oficiais na maior parte das cidades do país. Algo que se explica por algumas razões. A principal delas é o avanço do rodoviarismo desde os anos 1960, que tem sacrificado antigas praças e parques para se abrir espaço para a construção de avenidas mais largas, viadutos, pontes e alças viárias, além de estacionamentos e edifícios-garagem. Outra razão importante é o alto grau de violência da nossa sociedade, e a febre de securitização que tomou conta das cidades, fazendo com que esses espaços públicos tradicionais tenham sido gradeados, abrindo-se ao uso coletivo apenas em horários determinados. Um terceiro motivo importante é a fraca consciência coletiva a respeito do que seja a esfera pública no Brasil. Ou seja, a dificuldade de se assimilar um valor burguês e iluminista numa sociedade que se formou historicamente através da exploração colonial e do trabalho escravo. O que faz com que, até hoje, boa parte da população brasileira não entenda o espaço público como algo que lhe pertence, e sim como o símbolo de um estado ao qual se atribui o termo “eles”, e não “nós”.

Mas há também uma outra explicação de natureza histórica para essa carência de espaços públicos no Brasil. Uma explicação que se baseia em uma tradição urbanística. Nesse caso, é preciso lembrar que a formação histórica das cidades brasileiras, através da colonização portuguesa, não seguiu planos abstratos que impusessem uma ordem pública como desenho regulador do conjunto. Ao contrário da grelha cartesiana que organiza as cidades de colonização espanhola em torno de uma “*plaza mayor*”, no Brasil as cidades se organizaram mais a partir do protagonismo de certos edifícios, e de adaptações particulares de seus traçados a terrenos acidentados, do que de um princípio regulador geral. Igualmente, suas praças raramente foram elementos geradores do conjunto, e sim, ao contrário, evoluções posteriores dos adros, pátios e terreiros das igrejas, ou então espaços sobrantes na configuração irregular dos lotes, como os “largos”, por exemplo, que são espaços meio indefiníveis, de formato triangular, que se formam como alargamentos entre ruas que se cruzam em ângulo agudo.⁴ São, portanto, espaços que não nasceram públicos, e que uma vez tornados públicos, apenas precariamente conseguem se manter como tal.

⁴ Ver Manuel Teixeira e Margarida Valla. *O urbanismo português: Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.



Manifestação – Masp. Foto: Guilherme Wisnik.

Percebe-se, assim, que a persistente busca da arquitetura brasileira por se soltar do chão, flutuando no ar, responde em grande medida ao desejo de se construir espaços públicos efetivos, no contexto de cidades muito carentes desses espaços. Desse modo, o projeto arquitetônico em lote privado acaba assumindo o papel de oferecer espaços de fruição à coletividade, tomando para si, de certa forma, aquilo que seria a missão do estado. Mas, ao mesmo tempo, se o edifício se solta do solo, colocando-se em um plano espacial separado, o espaço público resultante ao rés-do-chão termina sendo algo que se define quase que por oposição ao volume construído: um espaço vazio e aberto. Quero dizer: o espaço público se define muito mais pelo fato de ser vazio — sob um imenso vão —, e não exatamente por um desenho urbano que o configure como praça, ajustando-o ao entorno, e criando formas estudadas de diálogo. ●

Uma grande figura luso-brasileira

Padre António Vieira,

S.J., 1608–97

C. R. Boxer

Historiador britânico (1904-2000).

“**N**ão quero ensinar o Padre Nosso ao Vigário”, nem insinuar que este artigo contenha algo de novo para portugueses e brasileiros, ainda que um homem tão multifacetado como Vieira nunca provoque uma reação idêntica em duas pessoas. Vieira foi considerado o maior mestre da prosa portuguesa em seu próprio tempo e geração, e Fernando Pessoa, em nosso tempo, o chamou de “O Imperador da Língua Portuguesa”. Seu trabalho como missionário, orador, profeta, diplomata e político tem sido frequentemente debatido (e avaliado de formas diversas) por alguns dos escritores mais competentes do mundo lusófono. Mas, embora Vieira seja incontestavelmente uma das maiores figuras da história de Portugal e do Brasil, e certamente uma das mais interessantes, seu nome é praticamente desconhecido neste país. Era sobretudo Vieira que Robert Southey tinha em mente quando escreveu que o português “é uma língua que não fica atrás de nenhum idioma moderno, e contém algumas das obras mais originais e admiráveis que já li”.¹ Infelizmente, o apelo de Southey para que mais compatriotas seus se interessassem pela língua de Camões e Vieira ainda aguarda uma reação satisfatória. Não posso esperar ser bem-sucedido onde Southey fracassou, mas a data de hoje fornece uma justificativa para relembrarmos brevemente a carreira de um dos mais notáveis portugueses que já existiram.

Os anos de vida de Vieira correspondem a quase totalidade do século XVII, período em que o desenrolar dos fatos culminou na separação definitiva de Portugal da Espanha e garantiu que o Brasil não caísse, em seu todo ou em parte, sob o domínio da Holanda protestante, como parecia provável em determinado momento. Vieira desempenhou um papel ativo, muitas vezes de liderança, nesses eventos intensos e cruciais e, ao menos em uma ocasião, sua intervenção provavelmente foi decisiva. Além disso, seus sermões, cartas e documentos de Estado

¹ R. Southey, *History of Brazil* (3 vols., Londres, 1810-9), ii, p. 716.

formam a melhor fonte coletiva para a compreensão do “clima de opinião”² em Portugal, no Brasil e no Maranhão do século XVII. Em uma época em que o púlpito ocupava o lugar que hoje é preenchido pelos jornais, pelo rádio e pela televisão como formadores da opinião pública, os sermões de Vieira estavam entre os mais famosos e influentes, e sua fama não se limitava a Portugal e ao Brasil.³ Escritores de cartas nunca foram abundantes nesses países admiráveis sob tantos outros aspectos, e Vieira era não apenas um prolífico epistológrafo, mas também um observador extremamente inteligente e um crítico aguçado, que não raro escrevia com grande entusiasmo e sem reservas. Seus documentos de Estado sobre assuntos tão variados como negociações diplomáticas com os holandeses, os males econômicos de Portugal e suas soluções, a tolerância aos criptojudeus, ou “cristãos-novos”, e a liberdade para os ameríndios do Brasil são também modelos de raciocínio claro e incisivo, e exerciam, de forma invariável, grande influência nos conselhos da Coroa. Em suma, Vieira se destaca como uma grande figura histórica e literária, e certamente foi o homem mais notável do mundo luso-brasileiro do século XVII.⁴

Antônio Vieira nasceu em Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608, em uma família de trabalhadores de origem alentejana. Uma de suas avós era uma criada mestiça, sendo os outros, respectivamente, um armeiro, uma padeira e um criado dos Condes de Unhão. Aos seis anos de idade, acompanhou os pais à Bahia, onde seu pai havia conseguido um pequeno cargo no recém-criado Tribunal da Relação da Bahia. Ele permaneceu no Brasil pelos vinte e sete anos seguintes, crescendo assim na colônia que já havia se tornado a posse ultramarina mais valiosa e lucrativa de Portugal. Estudou no Colégio dos Jesuítas da Bahia, onde pela primeira vez foi atraído para sua vocação religiosa, ao ouvir uma descrição lúgubre das torturas do inferno em um sermão pregado em março de 1623. Ele se tornou noviço da Companhia de Jesus algumas semanas depois, e foi nessa função que testemunhou o ataque e a ocupação da Bahia pelos holandeses no ano seguinte. Uma semana após a reconquista da capital colonial, em maio de 1625, Vieira fez os três votos da ordem — pobreza, castidade e obediência —, além de um voto adicional, voluntário, comprometendo-se com o trabalho missionário entre os ameríndios e os negros escravizados, para o qual aprendeu o tupi-guarani e o quimbundo.⁵

2 Termo cunhado por Karl Beker em *The Heavenly cities in the XVIII Century Thought* (Yale University Press, 1932) para se referir à percepção comum de um grupo social em um determinado momento histórico. (N. do T.)

3 Thomas Maynard, o cônsul inglês em Lisboa em 1666, descreveu Vieira como “um jesuíta eminente por sua pregação, cujos sermões são comprados na mesma velocidade em que são impressos, e enviados para todas as partes da Espanha, Itália e França” (Public Record Office, Londres, State Papers Portugal, 89/7, fol. 350). O reverendo John Colbatch, capelão da “Fábrica” inglesa em Lisboa cerca de trinta anos depois, escreveu sobre Vieira: “talvez nunca tenha havido um pregador de tão alta ou universal aprovação em Portugal, por todas as ordens e classes de homens” (*An Account of the Court of Portugal*, Londres, 1700, viii).

4 Para um excelente levantamento bibliográfico das obras de Vieira e sobre ele, ver Serafim Leite, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil* (10 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, 1938-50), ix, pp. 192-363. Livros e artigos sobre Vieira continuam a ser publicados, sendo a mais recente que conheço a de Ivan Lins, *Aspectos do Padre Antônio Vieira* (Rio de Janeiro, 1956), e a melhor é a de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade (Eds.), *Padre Antônio Vieira. Obras Escolhidas* (12 vols., Lisboa, 1951-4) na *Coleção de Clássicos Sá da Costa*, doravante citada como *Obras Escolhidas*.

5 Respectivamente, a língua geral dos ameríndios do litoral brasileiro e dos negros escravizados de Angola.

No ano seguinte, escreveu a Carta Ânua da Província do Brasil, contendo um relato gráfico da campanha holandesa. Esse é o primeiro dos escritos preservados de Vieira, e já exhibe todas as qualidades de estilo, clareza e precisão que posteriormente o tornaram um escritor celebrado. Como grande parte de sua obra, não se trata apenas de um texto religioso edificante, mas de uma fonte histórica de alto nível sobre os eventos que descreve.

Vieira pediu a seus superiores que o dispensassem do longo e árduo curso de estudos exigido aos padres jesuítas, para que pudesse dedicar sua vida ao trabalho missionário entre as raças não brancas, mas eles se recusaram, pois reconheciam suas habilidades excepcionais. Ele lecionou retórica e humanidades por um ano no Colégio Jesuíta de Olinda, mas já havia voltado à Bahia quando os holandeses iniciaram sua invasão do nordeste brasileiro, em 1630. Enquanto prosseguia com seus estudos teológicos e filosóficos, Vieira conseguiu realizar algum trabalho nas aldeias ou missões indígenas próximas à Bahia, e seu segundo sermão registrado foi pregado aos escravizados negros de um engenho de açúcar no Recôncavo, em 1633.⁶ Foi ordenado sacerdote e celebrou sua primeira missa em dezembro do ano seguinte, tornando-se rapidamente o pregador mais popular da colônia. Como tal, assumiu papel de destaque na defesa da Bahia contra

o Conde João Maurício de Nassau em 1638, sendo o escolhido para pregar o sermão da vitória após a retirada holandesa.⁷ Boa parte dos sermões de Vieira durante esse período são, inevitavelmente, voltados ao perigo holandês, uma vez que cerca de metade do Brasil encontrava-se então sob domínio herege, mas não se tratam de meras rapsódias ufanistas ou exortações vazias em nome do bom combate. Pelo contrário, Vieira denunciou com firmeza os funcionários coloniais corruptos e gananciosos, e expôs as causas da má condução da guerra. Ele deu

D. João IV logo caiu sob o feitiço da personalidade confiante e carismática de Vieira e, em pouco tempo, passou a considerar o alto, magro e enérgico jesuíta como “o primeiro homem do mundo”. Vieira retribuiu com uma devoção apaixonada, inabalável enquanto o monarca esteve vivo e, após a sua morte, isso se tornou o delírio de que D. João ressuscitaria dos mortos para inaugurar o “Quinto Império do Mundo”, de natureza bíblica, sob a liderança portuguesa.

⁶ *Obras Escolhidas*, xi, r-46. Cf. Leite, *História*, ix, p. 201, na prioridade correta.

⁷ *Obras Escolhidas*, x, pp. 1-41.

voz às queixas dos soldados mal alimentados e mal remunerados, observando, em uma ocasião, que o rei deveria ceder a camisa do corpo em vez de deixar que sua infantaria no Brasil permanecesse tão mal suprida como estava.⁸

As críticas de Vieira também não se restringiam às monarquias seculares e aos “poderosos da terra”. Talvez o mais famoso dos muitos sermões pregados ao longo de sessenta anos tenha sido aquele proferido na Bahia após a derrota de uma armada luso-espanhola por uma frota holandesa inferior no litoral de Pernambuco, em janeiro de 1640. Esse sermão “contra as armas de Holanda” foi pregado com base no Salmo 44, versículo 23: “Desperta, Senhor! Por que dormes? Levanta-te! Não nos rejeites para sempre!”, e foi corretamente descrito por Abade Raynal como “o mais veemente e extraordinário já ouvido em um púlpito cristão”. Vieira, dirigindo-se a Deus com raiva e tristeza, denuncia amargamente a Deidade por favorecer os holandeses hereges em detrimento dos portugueses católicos, e o exorta a mudar de ideia antes que seja tarde demais.

Se determináveis dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que lhas não destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito esta gente pervertida e apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores; para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregardes? Assim se hão de lograr os hereges e inimigos da Fé, dos trabalhos portugueses e dos suores católicos? *En queis consevimus agros!*⁹ “Eis aqui para quem trabalhamos há tantos anos!”

Mas pois vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as consequências do Brasil perdido); entregai-lhes quanto temos e possuímos (como já lhes entregastes tanta parte); ponde em suas mãos o Mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais. [...]

Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais espanhóis e portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores, que levem pelo Mundo os estandartes da cruz; Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo; Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente, como em Amsterdão, Meldeburgo e Flisinga e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias.¹⁰

Proverbialmente, a hora mais escura vem logo antes do amanhecer, e esse sermão, que expressava o sentimento de muitas pessoas de que “Deus não quer a restauração do Brasil”, foi pregado apenas alguns meses antes da Restauração de Portugal de 1o de dezembro de 1640. Esse evento encerrou o chamado “cativeiro

⁸ *Obras Escolhidas*, x, p. 101.

⁹ Cf. Virgílio, *Éclogas*, I, linhas 71-2.

¹⁰ *Obras Escolhidas*, x, pp. 61-2.

de sessenta anos” de Portugal na Espanha, coroou o Duque de Bragança como D. João IV e levou, após tortuosas negociações, à conclusão de uma trégua de dez anos com os holandeses. É uma clara indicação da posição que Vieira já havia alcançado na Bahia o fato de ele ter sido escolhido como membro da delegação enviada pelo vice-rei do Brasil, Marquês de Montalvão, para anunciar a entusiástica adesão da colônia ao novo monarca. Dois dos filhos de Montalvão haviam fugido de Lisboa para Sevilha logo após a revolução, o que fez com que a delegação (chefiada por um terceiro filho) quase fosse linchada por uma multidão enfurecida ao desembarcarem em Peniche, no final de abril de 1641. Após serem resgatados com considerável dificuldade, Vieira e seus companheiros foram enviados a Lisboa, onde foram apresentados ao rei.

D. João IV logo caiu sob o feitiço da personalidade confiante e carismática de Vieira e, em pouco tempo, passou a considerar o alto, magro e enérgico jesuíta como “o primeiro homem do mundo”. Vieira retribuiu com uma devoção apaixonada, inabalável enquanto o monarca esteve vivo e, após a sua morte, isso se tornou o delírio de que D. João ressuscitaria dos mortos para inaugurar o “Quinto Império do Mundo”, de natureza bíblica, sob a liderança portuguesa.¹¹ Do dia em que se conheceram até a morte do rei, dezesseis anos depois, a relação entre os dois não era tanto a de monarca e vassalo, mas a de dois amigos que não escondiam segredos. O rei nunca deixou de consultar Vieira sobre os assuntos mais importantes do Estado no tempo em que o jesuíta permaneceu em Portugal; e quando Vieira lhe escrevia do exterior, escrevia em termos reservados àqueles que eram muito mais do que uma eminência parda. Era sobretudo em relação aos problemas brasileiros que o rei seguia os conselhos do jesuíta, pois D. João ficara tão impressionado com o conhecimento de Vieira sobre a colônia que presumiu que ele tivesse nascido lá.¹² Opinião essa, aliás, compartilhada por muitos outros, a ponto de Vieira julgar necessário inserir uma nota no oitavo volume de seus *Sermões* (publicado em 1694), declarando haver nascido em Lisboa, e não na Bahia, como a maioria parecia acreditar.

A influência de Vieira não se limitava apenas ao monarca. A rainha D. Luísa de Gusmão, nascida na Espanha, era outra admiradora fervorosa, e o infante D. Teodósio seguiu o exemplo dos pais. A eloquência ardente e o fervor patriótico de Vieira, a atualidade de seus sermões e a liberdade com que ele criticava os abusos e os ofensores logo fizeram dele o pregador mais popular de Lisboa. Em pouco tempo, “lançar tapete de madrugada em São Roque” se tornou, na Lisboa do século XVII, o equivalente a fazer fila logo ao amanhecer para conseguir assentos para o Balé Russo na Londres de 1956. Sua intimidade com o rei e a família real, e o fato de que atuava praticamente como ministro da Coroa, naturalmente lhe renderam muitos inimigos; mas ele também podia contar com a amizade admirada do Duque de Cadaval e de outros membros da primeira nobreza. Seus sermões eram muitas vezes a caixa de ressonância da propaganda governamental, e ainda hoje

11 A teoria teve origem na interpretação do sonho de Nabucodonosor em Daniel, II. Os quatro impérios anteriores foram o assírio, o persa, o grego e o romano, que (na forma do Sacro Império Romano) Vieira prolongou até seus dias. Cf. *Obras Escolhidas*, ix, r-6.

12 “... concorrem neste Religioso tantas prendas e tantas notícias do Estado do Brazil em que nação e se criou.....” *Cartas de el-rei D. João IV ao conde da Vidigueira embaixador em França* (Lisboa, 1940) i, p. 300, carta datada de 18 de janeiro de 1646.

O conselho de Vieira foi que o rei deveria tentar induzir os holandeses a venderem sua metade do Brasil à Coroa Portuguesa em troca de uma enorme indenização em dinheiro e açúcar; mas, se os holandeses insistissem em ficar com Pernambuco, o rei deveria, como último recurso, reconhecer a posse em troca da celebração de uma paz firme e duradoura.

nos oferecem um espelho admirável da época e sociedade que retratam.¹³ Vieira fazia uso de todas as artes da oratória e da persuasão para induzir a *fidalgua* e o clero a contribuírem de forma mais liberal com os custos da guerra contra Castela e para persuadir as classes trabalhadoras a suportarem sem reclamar os fardos cada vez mais pesados que lhes eram impostos.¹⁴

Embora não tenha sido oficialmente nomeado pregador da Corte até 1644, para todos os efeitos, Vieira conquistara esse posto com o sermão proferido perante o Rei e a Corte na Capela Real no dia de Ano Novo de 1642.¹⁵ Nesse sermão, ele se empenhou em desmentir a crença generalizada de que o rei Sebastião, aparentemente morto em uma cruzada contra os mouros em 1578, retornaria de alguma misteriosa ilha do Atlântico, onde jazia encantado como o rei Arthur, para reassumir a coroa, liderar Portugal contra os turcos otomanos na reconquista de Constantinopla e Jerusalém e, assim, inaugurar um império cristão universal, que prestaria obediência ao Papa. Vieira insistiu que as profecias bíblicas ou não nas quais essas expectativas se baseavam não se aplicavam a D. Sebastião, mas a D. João IV. Seus

argumentos eram baseados não apenas no Livro de Daniel e em trechos mais recônditos do Antigo Testamento, mas também nas elucubrações de um santo dominicano espanhol um tanto obscuro chamado Frei Gil. Tanto Vieira quanto os sebastianistas obstinados que ele buscava refutar recorriam com fervor aos versos proféticos do sapateiro de Trancoso do século XVI, Gonçalo Annes Bandarra. Eram versos rimados, proibidos pela Inquisição em 1541, mas que alcançaram ampla

13 Como Vieira escreveu em uma carta datada de 23 de junho de 1683, sobre um sermão que ele havia pregado em 1655, “tudo o que se estava vendo na Corte e no reino se ouviu no púlpito”. J. Lucio de Azevedo, *Cartas do Padre Antônio Vieira* (3 vols., Coimbra, 1925-1928, citadas doravante como *Cartas*), iii, 47r.

14 *Obras Escolhidas*, x, 190-264.

15 *Obras Escolhidas*, x, r 53-1 .89. Esse foi o primeiro dos sermões de Vieira a surgir na forma impressa, sendo publicado em Lisboa em fevereiro de 1642. Durante sua primeira estada na Holanda, Vieira (ou outra pessoa?) mandou traduzir esse sermão para o holandês, publicado anônima e clandestinamente sob o título de *Translaet van seker Sermoen ofte Predicatie door Pater Antonio Vieira Jesuyt*, por um autodenominado “amante do bem comum” (“Lief-hebber van't Gemeene Best”), em 1646. Foi, portanto, o primeiro dos sermões de Vieira a ser publicado no exterior.

circulação em manuscritos durante os “sessenta anos de cativoiro”. Sua escrita era tão enigmática que, com um pouco de engenhosidade, podia ser aplicada a quase tudo. Vieira divergia dos sebastianistas em sua explicação dos versos de Bandarra, mas concordava com eles que o sapateiro era um verdadeiro profeta, e merecia tanto crédito quanto aqueles do Antigo Testamento.¹⁶

Como muitas pessoas na Europa do século XVII, protestantes ou católicas, Vieira acreditava que os livros proféticos do Antigo Testamento poderiam ser amplamente interpretados à luz do presente e do futuro imediato. Não tinha inclinações ao pensamento abstrato, mas uma verdadeira paixão pela sabedoria messiânica e pela exegese bíblica. Gabava-se de ter atuado como bibliotecário em todas as instituições jesuítas as quais serviu e, no exterior, fazia questão de visitar as mais famosas bibliotecas europeias, estudando avidamente os melhores livros sobre os temas que mais lhe interessavam. Como observou o enviado diplomático inglês em Lisboa em 1668, Vieira, “além de sua eloquência natural, é detentor da arte de fazer as escrituras dizerem o que lhe agrada”¹⁷ e, como muitos de seus contemporâneos, ele se concentrava mais no Antigo Testamento do que no Novo. Seu Deus era, sob muitos aspectos, o Deus das batalhas, o que talvez fosse inevitável numa personalidade tão combativa e numa época de conflitos teológicos e confessionais tão violentos. Por exemplo, ele conclui seu sermão de Ano Novo de 1642 com a esperança de que a luta fratricida contra a Castela católica se encerre em breve, permitindo assim que os portugueses vitoriosos banhem suas espadas no “sangue de hereges na Europa, sangue de mouros na África, sangue de gentios na Ásia e na América, vencendo e sujeitando todas as partes do Mundo a um só império, para todas em uma coroa as meterem gloriosamente debaixo dos pés do sucessor de S. Pedro”. Hoje podemos achar graça de tais extravagâncias, mas Vieira não foi, de forma alguma, o único pregador cristão a estar ditosamente alheio às incongruências em que seu vício pelo Antigo Testamento o colocou. Não foram os ministros calvinistas do exército escocês em Dunbar que, alguns anos depois, escolheram como seu grito de guerra “Jesus e nenhuma clemência!”? O major-general Thomas Harrison e os homens da Quinta Monarquia não acreditavam que a Inglaterra de Cromwell estava destinada a desempenhar o papel que Vieira atribuiu a Portugal?

Se em seus sermões Vieira apelava com mais frequência ao patriotismo, à emoção e à imaginação de seus ouvintes do que à inteligência deles, a mesma crítica não pode ser feita a seus documentos de Estado. A profundidade e a convicção de suas crenças messiânicas certamente não afetaram a clareza e a coerência de seu raciocínio em muitas questões extremamente pragmáticas. Além da guerra de independência contra Castela, a principal preocupação de D. João IV era a ameaça holandesa às colônias portuguesas e, em particular, ao que ele chamava de “vaca leiteira” brasileira. Esse era um assunto sobre o qual Vieira tinha opiniões bem definidas, embora bastante impopulares. Tanto ele quanto o rei estavam convencidos de que Portugal não poderia lutar contra a Espanha e as Províncias Unidas ao mesmo tempo, e que a paz com os holandeses deveria ser feita

¹⁶ Para uma discussão recente sobre Vieira e o sebastianismo, ver Hernâni Cidade, *A literatura autonomista sob os Felipes* (Lisboa, 1948), especialmente pp. 264-286.

¹⁷ Public Record Office, SP, 89/11, fol. 206. Sobre Vieira como um aficionado por livros, veja *Obras Escolhidas*, vi, r 58-r 59.

a qualquer custo. O desfecho mostrou que eles estavam errados, mas tinham muitas boas razões para essa postura, já que os recursos econômicos e demográficos dos Países Baixos eram muito superiores aos de Portugal.

Vieira pode ter exagerado um pouco ao escrever que os holandeses tinham mais de 14 mil embarcações que poderiam ser usadas como navios de guerra e 250 mil marinheiros para tripulá-los, enquanto Portugal tinha apenas treze navios de guerra e 4 mil marinheiros no total, mas não há dúvida de que a superioridade naval holandesa era esmagadora. Além disso, Amsterdã era a capital comercial da Europa, e os holandeses podiam recorrer livremente à Alemanha e à Escandinávia para obter mão de obra adicional, enquanto Portugal era um país pobre, sem meios para ampliar o potencial militar de sua população de cerca de um milhão de habitantes. O Brasil não era o colosso que conhecemos hoje, e sim uma faixa litorânea que se estendia do delta do Amazonas até São Vicente. Não havia colonização em parte alguma para além de cinquenta quilômetros em direção ao interior, exceto no remoto planalto de São Paulo, no extremo sul.¹⁸ O país era dividido de forma quase igual entre portugueses e holandeses, sendo os últimos os ocupantes da metade norte, a mais rica. Os holandeses mantinham um controle incontestável do mar e, como argumentou Vieira, como Portugal poderia sonhar em reconquistar Pernambuco se precisava de cada homem e navio para lutar contra a Espanha, e se os esforços combinados de Espanha e de Portugal haviam fracassado miseravelmente nos últimos dez anos?

O conselho de Vieira foi que o rei deveria tentar induzir os holandeses a venderem sua metade do Brasil à Coroa Portuguesa em troca de uma enorme indenização em dinheiro e açúcar; mas, se os holandeses insistissem em ficar com Pernambuco, o rei deveria, como último recurso, reconhecer a posse em troca da celebração de uma paz firme e duradoura. Como forma de compensar a fragilidade econômica e marítima de Portugal diante da superioridade comercial e naval holandesa, Vieira também insistiu na criação, através de carta régia, de duas grandes Companhias das Índias, uma para o Oriente e outra para o Ocidente, seguindo o modelo holandês. Como nem a Coroa portuguesa nem os comerciantes possuíam capital suficiente para fundar essas corporações, ele aconselhou o rei a atrair o capital necessário concedendo certo grau de tolerância aos cristãos-novos, que formavam a parcela mais rica da classe mercantil, muitos dos quais haviam emigrado para evitar os rigores do Santo Ofício da Inquisição.¹⁹

Embora o rei, a rainha e alguns membros da nobreza — em especial, os enviados portugueses em Paris e Haia — concordassem com a visão de Vieira, a maior parte da nação era resolutamente contrária. Quando os moradores de Pernambuco se rebelaram contra seus senhores holandeses em junho de 1645, com o apoio das tropas portuguesas enviadas pelo governador da Bahia, Vieira argumentou com veemência que nenhum apoio deveria ser enviado por Portugal aos insurgentes e que, ao contrário, as exigências holandesas para a restituição de Pernambuco

18 “Los portugueses no tegan entrado en esta tierra adentro en mas que de 8 hasta diez Jeguas”, escreveu Duarte Gomes Solis em 1628 (*Alegación en favor de la Compañía de la India Oriental*) [ed.] M. Bensabat Amzalak, 1955, p. 204). Observação semelhante foi feita por Manuel Fernandes Cruz, “antigo morador de Pernambuco”, em 1650 (Virginia Rau & Maria Fernandes Gomes da Silva [orgs.], *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 1955, p. 91).

19 *Obras Escolhidas*, iv, pp. 1-71.

deveriam ser atendidas. A opinião pública se opunha violentamente a essa política de apaziguamento, bem como a qualquer tolerância para com os odiados cristãos-novos; mas o rei, que, como Vieira, acreditava que “a paz com os holandeses era totalmente necessária e a guerra manifestamente impossível”,²⁰ enviou o jesuíta ao exterior em duas missões diplomáticas confidenciais com o objetivo de acelerar as negociações.

De fevereiro a julho de 1646, Vieira foi empregado (disfarçado como homem leigo, com traje de lã escarlate, espada, bigodes pontiagudos e sem tonsura) como conselheiro de Francisco de Sousa Coutinho, o enviado português em Haia, em uma tentativa frustrada de chegar a um acordo com os holandeses sobre a compra de Pernambuco. Apesar do fracasso da tentativa, ele foi incumbido de outra missão semelhante entre agosto de 1647 e outubro de 1648, que dessa vez previa a cessão total de Pernambuco aos holandeses. Vieira também foi encarregado de analisar a possibilidade de arranjar um casamento francês adequado para o infante D. Teodósio. Com recrudescimento da luta contra os holandeses em 1645, o rei D. João IV considerou tão desesperadora a situação de Portugal que chegou a estar disposto a renunciar ao trono em favor de um genro francês, retirando-se para governar um domínio atlântico próprio, nos Açores e no Maranhão. Ambos os projetos fracassaram, uma vez que o Cardeal Mazarin rejeitou categoricamente a sugestão derrotista do rei João, e os conflitos na política interna holandesa frustraram o desejo da poderosa cidade de Amsterdã de chegar a um acordo sobre Pernambuco.²¹

A caminho da Holanda, Vieira foi atacado por piratas no Canal da Mancha e desembarcou em Dover, em setembro de 1647. Visitou Londres para conseguir algum dinheiro e assim prosseguir com a sua viagem, mas naturalmente sua ideia principal era sair do país o mais rápido possível, e, de qualquer forma, a Inglaterra não era um lugar atraente para um português abstêmio. Dr. António de Sousa de Macedo, residente do rei D. João IV em Londres, havia escrito para seu colega em Paris em 1646: “[...] luz do sol que eu não tenho visto há cinco anos como Deus o criou, [...] e pelos invernos estive sempre tremendo de frio e nos verões tremendo da peste, e sem ter conversação senão de homens pelo menos meios bêbados”.²² Vieira era mais generoso conosco do que o irascível diplomata, e aprovava cordialmente alguns aspectos do sabbatismo puritano. Em um sermão pregado nove anos depois, durante o Domingo de Ramos, no Maranhão, ele lembrou com aprovação a maneira como dois de seus companheiros foram impedidos de jogar em uma estalagem em Dover. O proprietário lhes disse que sua vida não valeria muito se ele permitisse o jogo de damas no Dia do Senhor. “E para que mais vos admireis”, acrescentou Vieira de forma enfática, “a cidade, ou vila, era Dover, porto e escala marítima, onde todos, sem se excetuar um só, são hereges. Oh! vergonha dos que tanto nos prezamos do nome de católicos! Se em terra de hereges é sacrilégio jogar as tábulas em um domingo ordinário, que será jogar, ou estes ou outros jogos, em uma Semana Santa, em terra onde se adora a cruz e as imagens de Cristo, e se celebram os mistérios de sua morte?”²³

²⁰ *Cartas*, III, pp. 567-8.

²¹ J. Lucio de Azevedo, *O Padre António Vieira julgado em documentos franceses* (Coimbra, 1925); *Cartas*, I, pp. 75-258.

²² Edgar Prestage, *O dr. António de Sousa de Macedo, Residente de Portugal em Londres 1642-1646* (Lisboa, 1916), p. 77.

²³ *Sermoens do P. António Vieira* (14 vols., Lisboa, 1679-1710), III, p. 308.

O fracasso das missões diplomáticas de Vieira na França e na Holanda coincidiu com a crise da guerra contra os holandeses no Brasil. Em terra, a guerra havia corrido bem para os luso-brasileiros, pois eles haviam feito seus oponentes buscarem abrigo em Recife, Paraíba e alguns outros lugares fortificados na costa nordestina; e chegaram a reconquistar Angola, que estava prestes a ser totalmente perdida em agosto de 1648. No mar, porém, a história era bem diferente, pois entre janeiro de 1647 e 3 de dezembro de 1648, cerca de 220 navios portugueses com destino ou origem no Brasil foram tomados por corsários holandeses no Atlântico Sul. Nenhuma marinha mercante do mundo poderia sobreviver a tamanha perda, e ficou claro que, se isso continuasse por muito mais tempo, todas as vitórias dos patriotas insurgentes em terra seriam inúteis. O Brasil não possuía indústria bélica própria, e os luso-brasileiros não podiam contar com armas apreendidas indefinidamente. Se não pudessem enviar seu açúcar para venda em Portugal e nem receber suprimentos militares essenciais da pátria-mãe, teriam que abandonar a luta ou se recolher ao sertão, em uma vida meio selvagem. No final de 1648, o rei D. João IV precisava tomar uma medida drástica ou então abandonar Pernambuco ao cerco do superior poderio marítimo holandês.

Reunindo toda a sua coragem, o rei decidiu então seguir o conselho de Vieira e organizar uma grande companhia com carta régia para o comércio do Brasil, com a ajuda do capital judaico. Essa empresa, formalmente constituída em 8 de março de 1649, deveria fornecer uma armada para todas as embarcações envolvidas no comércio do Brasil em troca do monopólio das principais importações coloniais da pátria-mãe: bacalhau, vinho, farinha e azeite. Por insistência de Vieira, todo o capital investido na Companhia Geral do Comércio do Brasil foi especificamente isento de confisco pela Inquisição, mesmo que o investidor fosse condenado por heresia, judaísmo ou apostasia. Essa ousada medida foi recebida com profundo ressentimento por muitos, além dos próprios inquisidores. Na verdade, somente era possível encontrar teólogos jesuítas que apoiassem a legalidade dessa decisão, e todos os outros advogados civis e canônicos consultados votaram contra ela. A Companhia do Brasil era igualmente impopular no Brasil, devido aos preços de monopólio que cobrava por suas importações e à irregularidade com que suas armadas funcionavam. Mas isso não era culpa de Vieira, e ele foi extremamente bem-sucedido em seu principal objetivo. As navegações foram, em grande parte, protegidas contra os ataques dos corsários holandeses e, graças à cooperação da Armada da Companhia do Brasil, os patriotas de Pernambuco puderam finalmente expulsar os holandeses do nordeste brasileiro em janeiro de 1654. Vieira bem podia afirmar, quarenta anos mais tarde, que a *sua* Companhia “foi trazendo sempre do Brasil o que bastou para sustentar a guerra de Castela, conservar o reino, restaurar Pernambuco, e ainda hoje acudir com prontos e grandes cabedais às ocorrências de maior importância”.²⁴

Se a defesa declarada de Vieira em favor dos odiados cristãos-novos o tornou impopular entre homens de todos os tipos e condições, ele também despertou considerável oposição em sua própria Companhia ao apoiar calorosamente o esquema de D. João IV de dividir a Companhia de Jesus de Portugal em duas. A sede da Companhia, em

²⁴ *Cartas*, III, 559. Sobre a conexão de Vieira com a Companhia do Brasil, veja Gustavo de Freitas, *A Companhia Geral do comércio do Brasil, 1649-1720* (São Paulo, 1951), 7-36; C. R. Boxer “Padre Antonio Vieira, S.J., and the institution of the Brazil Company in 1649”, em *Hispanic-American Historical Review*, XXIX (novembro de 1949), pp. 474-7; *ibidem*, *The Dutch in Brazil* (Oxford, 1957), pp. 204-12.

Roma, sentiu-se tão embaraçada com as múltiplas atividades de Vieira que o Superior-Geral decidiu dispensá-lo e ordenou que ele procurasse admissão em outra Ordem. Foi nessa altura que D. João IV interveio e se ofereceu a presentear Vieira com um bispado. Quando Vieira recusou tal honraria, alegando que preferia ser um lavador de pratos a serviço da Companhia de Jesus do que um prelado com mitras fora dela, o rei se recusou a permitir que a ordem do Superior-Geral fosse implementada. Vieira, que havia feito seu quarto e último voto em janeiro de 1646, permaneceu assim na Ordem à qual estava tão devotamente ligado, pois o Superior-Geral desistiu de sua exigência em vista da intransigência do rei.²⁵

De janeiro a julho de 1650, Vieira atuou em uma missão diplomática secreta em Roma, em parte com o objetivo de sondar a possibilidade de um casamento espanhol com D. Teodósio, e em parte para tentar alimentar as chamas da revolta popular em Nápoles contra a suserania da Espanha. Em nenhum dos dois casos ele conseguiu alcançar resultados, e foi forçado a deixar Roma precipitadamente, para escapar de ser assassinado por mercenários do embaixador espanhol. Evidentemente, esse fato atenuou seu entusiasmo pela diplomacia, já que, dois anos mais tarde, ele recusou o convite do Conde de Penaguão para acompanhá-lo como capelão em sua embaixada na Inglaterra de Cromwell.

Vieira há algum tempo demonstrava interesse pelo negligenciado campo missionário do Maranhão e, em 1652, destinou seus proventos como pregador da Corte às missões do Maranhão e Grão-Pará. Sua primeira tentativa de partir para esse campo foi frustrada pelo rei em 1655, mas um ano depois o

As leis elaboradas em Lisboa para proteger os ameríndios eram, portanto, inevitavelmente de caráter conciliatório, e não satisfaziam a nenhuma das partes da disputa. Com relutância, Vieira as aceitou como algo melhor do que nada, embora tenha declarado mais tarde que seria um mal menor se toda a colônia entrasse em colapso em vez de existir às custas do trabalho escravo dos ameríndios.

²⁵ Francisco Rodrigues, S.J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* (7 vols., em 4 tomos, Porto, 1931-50), III (ii), pp. 57-58; *Revista de História*, XI (Lisboa, 1922), pp. 87-91.

monarca mudou de ideia, talvez instigado por alguns outros membros da Companhia. Ainda que dessa vez Vieira não estivesse particularmente entusiasmado em ir, ele foi enviado para lá por seus superiores no final de 1652, com ordens de refundar a missão jesuíta que havia sido extinta com a morte dos três últimos missionários em 1649.²⁶ Durante a viagem, seu grupo parou nas ilhas de Cabo Verde para passar a semana de Natal, onde Vieira ficou muito impressionado com alguns dos clérigos indígenas. “Há aqui”, escreveu ele, “clérigos e cónegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais.” A admiração era mútua, e os ilhéus imploraram a Vieira e seus companheiros que ficassem ali em vez de seguirem para o Maranhão. Eles se sentiram seriamente tentados a isso, mas decidiram partir para seu verdadeiro destino, que alcançaram em 16 de janeiro de 1653.²⁷

Vieira permaneceu nos campos missionários do Maranhão e Grão-Pará pelos nove anos seguintes, com exceção de uma breve, mas movimentada, visita a Portugal (junho de 1654 a abril de 1655). Durante todos esses anos, demonstrou a mesma energia, zelo e ardor no trabalho missionário entre os indígenas dos rios e das matas do continente americano que antes havia demonstrado em suas atividades políticas nas capitais e cortes europeias.

Mais tarde, afirmou ter viajado quase 10 mil quilômetros de canoa ao longo dos rios ou a pé na selva e pelas matas, convertendo fiéis por onde passava e confirmando outros na fé. Compôs catecismos em seis dos muitos idiomas indígenas locais (todos extremamente complexos), e importou da Europa, às suas próprias custas, muitos objetos e instrumentos da Igreja — sem esquecer as máscaras e chocalhos, “para mostrar aos gentios, muito inclinados aos seus bailes, que a lei dos cristãos não é triste”.²⁸

Os esforços missionários de Vieira foram árduos e contínuos, mas uma parte ainda maior de sua notável energia foi dedicada ao combate aos colonos que tentavam escravizar os indígenas para o trabalho em seus campos e casas. A colônia ainda era muito pouco povoada por colonos brancos. Praticamente não havia dinheiro em circulação, e a economia primitiva baseava-se no escambo de produtos locais, principalmente algodão, mas também açúcar, tabaco e cacau. Por razões que não preciso abordar aqui, os homens brancos nos trópicos (até tempos muito recentes) sempre procuraram pessoas de cor para fazer o trabalho pesado para eles, e os colonos portugueses no Maranhão não eram exceção a essa regra. Eles eram pobres demais para arcar com os custos da importação de escravizados negros da África Ocidental, como faziam seus compatriotas mais ricos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Por isso, recorriam ao uso de mão de obra indígena escravizada ou forçada, o que se revelou um empreendimento insatisfatório sob muitos aspectos.

26 *Cartas*, I, pp. 259-90; Leite, *História*, IV, 32-41. O Estado do Maranhão, que compreende o Ceará, o Maranhão e o Grão-Pará, foi separado do Estado do Brasil entre 1621-6, e permaneceu como uma colônia administrada separadamente até 1774.

27 Carta de 25 de dezembro de 1652 em *Cartas*, I, pp. 294-298.

28 *Obras Escolhidas*, VI, 165-166.

Os jesuítas eram os únicos entre as ordens religiosas no Brasil com uma longa tradição de defesa da liberdade dos ameríndios contra todos os esforços dos colonizadores para escravizá-los e explorá-los, e Vieira logo tornara-se famoso (ou, para os colonizadores, infame) como seu defensor mais declarado.

Seus sermões sobre o tema eram inspirados nas palavras do profeta Isaias: “Clama em alta voz, não te detenhas, levanta a tua voz como a trombeta e anuncia ao meu povo a sua transgressão”.²⁹ Nunca foi homem de medir palavras, e sua denúncia dos colonos às vezes beirava o abusivo. Em uma ocasião, disse-lhes: “M — Maranhão, M — murmurar, M — motejar, M — maldizer, M — malsinar, M — mexericar, e, sobretudo, M — mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente”.³⁰ Não satisfeito em castigar os colonos em seus sermões, Vieira mantinha o rei informado em sua correspondência confidencial com a Coroa sobre os abusos, reais ou presumidos, cometidos por eles. Ele não teve escrúpulos em afirmar que os maus tratos por parte dos portugueses aos ameríndios na Amazônia haviam resultado na morte de mais de dois milhões de nativos em quarenta anos, e seus exageros nesse aspecto lembram os de Las Casas.³¹ Ele foi igualmente mordaz ao condenar a rapacidade e venalidade de alguns dos governadores regionais. Quando o rei D. João IV lhe perguntou se a pesada colônia deveria ser governada por dois capitães-mores ou por um governador, Vieira respondeu ser preferível um único governador, pois um ladrão era um mal menor do que dois.³²

Naturalmente, a postura de Vieira o tornou extremamente impopular entre a maioria dos colonos e funcionários da Coroa, para não falar dos frades das Ordens Mendicantes, com os quais, como ele mesmo disse, travou uma “contínua e cruel guerra” por negligenciarem os interesses dos ameríndios.³³ Seus inimigos reagiram com igual intensidade, denunciando-o em Lisboa como um desordeiro malicioso, e alegando que os jesuítas apenas desejavam privar os colonos de seus trabalhadores ameríndios para explorá-los para seus próprios fins. D. João IV simpatizava com Vieira, mas não podia se dar ao luxo de ignorar completamente os protestos dos colonos e dos frades. As leis elaboradas em Lisboa para proteger os ameríndios eram, portanto, inevitavelmente de caráter conciliatório, e não satisfaziam a nenhuma das partes da disputa. Com relutância, Vieira as aceitou como

²⁹ Isaias, L VIII, r. Sermão de Vieira do primeiro domingo da Quaresma de 1653, em *Obras Escolhidas*, xi, p. 108.

³⁰ Sermão do quinto domingo da Quaresma de 1654, em *Obras escolhidas*, xi, p. 129.

³¹ Carta ao Rei Affonso VI, 27 de abril de 1657, em *Cartas*, I, p. 468. Cf. Pe. Bartolome de las Casas, O.P., *Brevisima relación de la destrucción de las Indias* (Sevilha, 1552), frequentemente reimpresso e traduzido.

³² Carta de 4 de abril de 1654, em *Cartas*, I, pp. 416-7. Cf. também *Sermoens*, III (ed. 1683), pp. 333-7, e VII (1692), p. 320.

³³ S. Leite, S.J., *Novas Cartas Jesuíticas* (São Paulo, 1940), p. 297: “contínua e cruel guerra, com frades, que nesta terra são mais livres, e absolutos, e mais cegos do interesse, que em muitas outras”. Uma pesquisa bem documentada sobre a atividade missionária nessa região foi feita recentemente por Pe. Mathias C. Kiemen, O.F.M., *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693* (Washington, D.C., 1954), mas, de modo geral, penso que a acusação de Vieira permanece válida.

algo melhor do que nada, embora tenha declarado mais tarde que seria um mal menor se toda a colônia entrasse em colapso em vez de existir às custas do trabalho escravo dos ameríndios.³⁴ Em um episódio anterior, ele apresentou a visão não menos herética de que os colonos deveriam realizar o trabalho manual necessário por conta própria, em vez de depender das “mãos e pés” dos ameríndios, como eles os chamavam, “porque melhor é sustentar do suor próprio”, escreveu ele, “que do sangue alheio”.³⁵

Alguns admiradores de Vieira também o defendiam como um abolicionista pioneiro, mas essa alegação não pode ser comprovada. Ao contrário do grande Las Casas, que, depois de tolerar a escravidão da população negra em um primeiro momento, posteriormente a condenou sem reservas, Vieira se limitou a denunciar os sádicos maus-tratos infligidos aos escravizados negros por muitos de seus proprietários. Em um de seus primeiros sermões, ele comparou os sofrimentos dos negros nos engenhos de açúcar na época da colheita com os de Cristo na cruz; mas admoestou os escravos, se não exatamente a “sorrir e suportar”, ao menos a orar e suportar, assegurando-lhes que essa resignação cristã seria devidamente recompensada no Paraíso. É verdade que sua condenação do tratamento dado a eles se tornou mais forte em um momento posterior, como pode ser observado ao se comparar o sermão pregado aos senhores e escravos de um engenho no Recôncavo, em 1633, com aquele proferido em circunstâncias semelhantes cerca de cinquenta anos depois.³⁶ Mas mesmo este sermão, que fustiga a crueldade e a insensibilidade dos senhores de engenho, não implica que a escravização dos negros fosse necessariamente errada por si só. Não que Vieira acreditasse em qualquer teoria de uma raça superior, ou na superioridade inata do homem branco sobre o de cor. “E pode haver”, perguntou ele em seu célebre sermão da Epifania, de 1662, “a maior inconsideração do entendimento, nem maior erro do juízo entre homens, que cuidar eu que hei de ser vosso senhor, porque nasci mais longe do Sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nascestes mais perto?” E novamente: “Um Etíope, se se lava nas águas do Zaire, fica limpo, mas não fica branco; porém na água do Batismo sim, uma coisa e outra”. Isso não impediu Vieira de argumentar até o fim de seus dias que a liberdade dos ameríndios poderia ser melhor assegurada com o aumento da importação de escravizados negros da África Ocidental. Nesse aspecto, as ideias de Vieira eram muito menos avançadas que as de seus precursores e contemporâneos espanhóis, os dominicanos Las Casas e Mercado, e o jesuíta Alonso de Sandoval, cujas cáusticas denúncias do comércio de escravos e dos males que o acompanhavam eram mais abrangentes.³⁷

34 “Como se não fora menos mal o perder-se que conservar-se por meios tão injustos e abomináveis”. Resposta de c. 1668, em *Obras Escolhidas*, V, p. 317.

35 *Obras Escolhidas*, xi, pp. 113-4.

36 *Obras Escolhidas*, xi, r-95. Embora o segundo desses sermões esteja listado como tendo sido “pregado na Bahia em data incerta”, ele deve ter sido proferido após o retorno de Vieira à colônia em 1681, pois se refere a eventos como a captura de Cochim pelos holandeses em 1663.

37 S. Leite, S.J., em seus esforços para atenuar a atitude de Vieira e dos jesuítas luso-brasileiros em relação ao tráfico negreiro (cf. pp. 7-14 de sua edição de Jorge Benci, *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*, Porto, 1954), ignora deliberadamente o importante testemunho da obra *Natureza, polícia sagrada i profana de todos Etiopes*, de Sandoval (Sevilha, 1627). Como pode ser visto por qualquer leitor sem vieses em relação aos próprios escritos de Vieira, este último advogava repetidamente a expansão do comércio de escravizados da África Ocidental como o melhor meio de libertar os ameríndios sem que os interesses econômicos dos colonos fossem prejudicados. Cf. *Obras Escolhidas*, v, pp. 299, 308, 318, para exemplos típicos.

As preocupações de Vieira com a liberdade dos ameríndios durante seus nove anos no Maranhão e no Grão-Pará não o impediram de desenvolver ideias próprias sobre o futuro de Portugal como o quinto império, ideias que se tornaram uma obsessão fixa para ele após a morte de D. João IV, em 6 de novembro de 1656. Essa crença estava intimamente ligada à sua profunda convicção de que Portugal “tem por seu objetivo particular e especial a propagação e a extensão da fé católica nas terras pagãs, para que Deus o criou e fundou. E quanto mais Portugal agir no sentido de manter este objetivo, tanto mais segura e certa será a sua conservação; e quanto mais dele divirja, tanto mais duvidoso e perigoso será o seu futuro”.³⁸

Sua crença em Portugal como o quinto império universal foi bastante fortalecida por sua própria experiência nas regiões selvagens da América do Sul. Ele observou o exíguo número de missionários que, mesmo sob circunstâncias mais favoráveis, estariam dispostos a evangelizar os milhões de pessoas em três continentes; e enfatizou a impossibilidade de catequizar canibais hostis armados com flechas envenenadas, que não permitiam a aproximação de ninguém nas profundezas da selva amazônica. A partir dessas premissas, argumentava que não se podia esperar que a conversão do mundo ao cristianismo viesse apenas do trabalho de alguns milhares de missionários europeus, por mais devotados que fossem. Seria preciso aguardar a intervenção direta de Deus, que agiria por meio de seu reino escolhido, Portugal, o quinto império universal, conforme profetizado no Antigo Testamento e nas “Trovas” de Bandarra.³⁹

O sucesso mais espetacular de Vieira como missionário foi a conversão dos selvagens nheengaibas na Ilha de Marajó, no estuário do Amazonas. Tal façanha foi ainda mais notável porque esses ilhéus sempre foram extremamente hostis aos portugueses e mantinham boas relações com os holandeses. O triunfo foi de Vieira em particular, já que os selvagens se recusavam a se comunicar com qualquer pessoa além dele — o Paiaçu, ou “Pai Grande”, como o chamavam, tanto por causa de sua alta estatura quanto pela confiança que sua figura inspirava. A conversão foi ainda mais bem recebida porque, de outra forma, os holandeses, que haviam declarado guerra a Portugal dois anos antes, poderiam facilmente ter se estabelecido no local e invadido o Pará e o Maranhão em pouco tempo.⁴⁰

Ainda que os colonos tenham percebido que a posse de Marajó lhes dava a chave estratégica para a Amazônia, eles não podiam perdoar Vieira por sua defesa dos ameríndios; e Vieira, depois de seu sucesso retumbante em Marajó, estava menos do que nunca inclinado a fazer concessões aos colonos. O rei D. João IV havia morrido em novembro de 1656 e, embora a rainha regente fosse também uma fervorosa apoiadora, como mulher e viúva ela não inspirava o mesmo respeito nos rudes sertanejos do Maranhão. Incentivados pela fraqueza ou deslealdade do governador regional, D. Pedro de Melo, e supostamente incitados por alguns frades, os moradores do Maranhão prenderam de forma tumultuosa os jesuítas

38 Carta ao Rei Affonso VI, 20 de abril de 1657, em *Cartas*, I, p. 470. Cf. também *Cartas*, III, p. 516, e *Sermoens*, II (ed. 1682), pp. 126-46.

39 *Obras Escolhidas*, vi, xli-xlii.

40 *Cartas*, I, pp. 549-71. Este foi o primeiro dos escritos de Vieira, além de seus sermões, a ser impresso, uma vez que apareceu sob o título “Cópia de uma carta para ElRey N. Senhor”. *Sobre as missões do Searâ, do Maranhã, do Pará & do grande rio das Almasónas* (Lisboa, 1660).

locais, exemplo logo seguido pelos colonos do Pará. Vieira e seus companheiros corriam o risco de serem agredidos ou até linchados, mas acabaram sendo deportados para Portugal em setembro de 1661.

Em seu retorno forçado a Lisboa, Vieira foi a princípio recebido com simpatia e benevolência na Corte; mas a revolução palaciana de junho de 1662, que relegou a rainha-regente a um convento e levou o Conde de Castelo Melhor ao poder, resultou também na queda do jesuíta. Há muito Vieira já era objeto de antipatia e desconfiança por parte do Santo Ofício, não apenas por suas crenças messiânicas, mas sobretudo por sua defesa aberta da tolerância para com os cristãos-novos. Ele foi processado por esse tribunal em Coimbra por uma longa dissertação intitulada *Esperança de Portugal, quinto império do mundo, primeira e segunda vida de El-Rei D. João o quarto*, que ele havia composto na Amazônia e na qual afirmava sua convicção de que Bandarra era um verdadeiro profeta e de que o rei D. João IV ressuscitaria dos mortos para iniciar a conquista do mundo por Portugal. Embora estivesse com a saúde muito debilitada nesse período, ele se defendeu com grande habilidade e pertinácia por dois anos, até ser finalmente condenado à perda de sua permissão para pregar e ao confinamento em uma casa jesuíta.

Com o objetivo de infligir maior humilhação a ele e à Companhia de Jesus, o longo julgamento e a sentença foram lidos no salão lotado do Colégio de Jesus de Coimbra, na véspera de Natal de 1667. Quando Vieira se levantou para ouvir todo aquele palavrório, os jesuítas presentes também se levantaram e permaneceram de pé durante todo o processo, que durou mais de duas horas. Assim, eles demonstraram sua simpatia por ele e, implicitamente, por sua oposição ao Santo Ofício.⁴¹

Muitos acreditaram que Vieira teve sorte por escapar da fogueira, e a relativa leveza de sua sentença se deveu evidentemente ao fato de que as etapas finais de seu julgamento coincidiram com outra revolução palaciana que derrubou a ditadura de Castelo Melhor e levou seus amigos ao poder. Vieira foi rapidamente libertado de seu confinamento, mas, embora tenha sido nomeado novamente pregador da Corte, não encontrou a mesma graça e favorecimento aos olhos do príncipe regente, D. Pedro, como tivera com seu pai. Desapontado com o fato de que sua antiga influência na Corte desaparecera, ele partiu para Roma em agosto de 1669, em parte para defender sua própria causa ali e em parte para ajudar a causa dos cristãos-novos, buscando garantir algum abrandamento da rigidez severa com que eram tratados pela seção portuguesa do Santo Ofício. Ele obteve um breve papal, que o isentava explicitamente da jurisdição da Inquisição portuguesa, mas seus esforços para garantir uma reforma drástica dos procedimentos bárbaros dessa instituição não tiveram sucesso a longo prazo.⁴² Ainda assim, tais esforços

⁴¹ *Obras Escolhidas*, vi (“Vieira perante a Inquisição”) contém os documentos relevantes.

⁴² O Breve Papal de 17 de abril de 1675 está impresso em tradução portuguesa em *Obras Escolhidas*, vi, pp. 246-50.

levaram o Papa a impor uma suspensão de todos os julgamentos inquisitoriais e autos de fé em Portugal por sete anos, período em que o assunto seria debatido, e assim nenhuma vítima foi queimada na fogueira entre 1674 e 1681.⁴³

Vieira gozava de prestígio como orador tanto em Roma, onde pregava em português e italiano, quanto em Lisboa. Ele se tornou o pregador favorito da formidável rainha Cristina da Suécia e do superior geral Oliva, também um famoso orador. Por fim, desiludido com a perspectiva de obter tolerância para os cristãos-novos e saudoso de sua terra natal, aquele “cantinho da Europa, mas cantinho de terra pura e mimosa de Deus”, como ele a chamou em um de seus sermões romanos, resolveu retornar a Lisboa. Partiu da França, embarcando em La Rochelle na fragata inglesa *Portsmouth*, em companhia da noiva francesa de treze anos do Duque de Cadaval, em agosto de 1675.⁴⁴ De volta a Lisboa, D. Pedro deu-lhe todo o incentivo para publicar a edição reunida de seus *Sermões*, cujo primeiro volume apareceu em 1679; mas o príncipe-regente ainda se recusava a tratar Vieira como conselheiro confidencial, para o desagrado não declarado deste último. Solicitado a retornar a Roma como confessor da rainha Cristina, Vieira recusou alegando problemas de saúde, pedindo, em vez disso, para ser enviado mais uma vez como missionário ao Maranhão. Quando esse pedido fora recusado, por conta de sua idade avançada, ele decidiu voltar para a Bahia, que havia deixado quarenta anos antes, e terminar seus dias em meio à bela paisagem brasileira que tanto amava.

Embarcou para a Bahia em janeiro de 1681 e lá permaneceu até sua morte, dezesseis anos depois. Sua combatividade natural pouco se atenuou na velhice, e ele se envolveu em várias disputas amargas com alguns de seus colegas e, em uma ocasião, com o governador-geral. Serviu como visitador-geral das missões do Brasil e do Maranhão em 1688–91, e continuou a defender a causa dos ameríndios com todo o seu antigo entusiasmo e convicção, embora, por vezes, com um pouco mais de tato. Sua simpatia sincera pelos ameríndios nem sempre era

Vieira era, acima de tudo, um aguerrido combatente, mas carregava os defeitos de seu temperamento combativo. Ele não tolerava os tolos – ou frades – de bom grado, embora tenha observado com resignação em mais de uma ocasião que mesmo Nosso Senhor, com todos os seus milagres, jamais havia curado alguém da tolice.

⁴³ J. Lucio de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses* (Lisboa, 1921), pp. 310-21.

⁴⁴ Veja no Apêndice um relato inglês contemporâneo do retorno de Vieira a Lisboa.

acompanhada por uma cordialidade correspondente em relação aos crioulos ou mazombos brasileiros. Embora chamasse o Brasil de sua “segunda pátria” e, em tom de brincadeira, se referisse a si mesmo como um mazombo, e embora tenha defendido a criação de um seminário no Maranhão para formar os filhos dos colonos como missionários, em sua velhice escreveu uma denúncia contundente dos membros brasileiros da Companhia, argumentando que eles não eram iguais aos portugueses nascidos na Europa.⁴⁵ Em compensação, dirigiu insultos desdenhosos a seus próprios compatriotas em diversas ocasiões,⁴⁶ e mais de uma vez criticou o egoísmo tacanho com que o governo às vezes tratava o Brasil. Apesar desses arroubos periódicos e nem sempre justos de indignação, a correspondência de Vieira, que se estende por mais de setenta anos, demonstra repetidas vezes o quando ele amava sinceramente seu país em ambos os lados do Atlântico, “acima de todas as coisas terrenas”.

A saúde física de Vieira declinou rapidamente em seus últimos três anos, mas sua inteligência permaneceu intacta. Mesmo com quase noventa anos de idade, quase totalmente cego e parcialmente paralisado, ele continuou a se corresponder com seus amigos em Lisboa, incluindo a viúva Catarina de Bragança, rainha da Grã-Bretanha. Também continuou a trabalhar em sua *Clavis Prophetarum*, um enorme códice de exegese bíblica, com a ajuda de vários amanuenses. O navio que levou a notícia de sua morte para Lisboa trouxe também cartas ditadas por ele uma semana antes de seu falecimento, em sua cela no Colégio dos Jesuítas da Bahia, à uma hora da manhã do dia 8 de julho de 1697.

João Lúcio de Azevedo, o melhor biógrafo de Vieira, intitulou seu capítulo final sobre os últimos dezesseis anos de Vieira na Bahia como “O Vencido”. Isso me parece um equívoco. Vieira morreu no auge de sua fama literária, com seus sermões ainda sendo publicados regularmente e lidos com avidez. Sua reputação chegou ao México, onde foi oficialmente homenageado pela Universidade e respeitosamente criticado pela célebre Sor Juana Inés de la Cruz.⁴⁷ Foi o mestre reconhecido da prosa portuguesa em vida e, ao contrário da maioria dos grandes autores, sua fama não sofreu nem mesmo um eclipse temporário após sua morte. Na verdade, o inglês é a única língua europeia importante que não possui uma tradução representativa das obras de Vieira. Com relação ao mundo luso-brasileiro, D. Francisco Alexandre Lobo apenas expressou o sentimento de sucessivas gerações quando, em 1823, escreveu: “Se o uso da nossa língua se perder, e com ele por acaso acabarem todos os nossos escritos que não são ‘Os Lusíadas’ e as obras de Vieira: o português, quer no estilo da prosa, quer no poético, ainda viverá na sua perfeita índole nativa, na sua riquíssima cópia e louçaria”.⁴⁸

Se a luta de Vieira pelos cristãos-novos terminou em derrota, sua luta pela liberdade dos ameríndios não, mesmo que a vitória final tivesse que esperar até a ditadura de Pombal, que maculou a memória de Vieira ao mesmo tempo em que implementou (em muitos aspectos) suas políticas. Se alguns de seus planos mais

⁴⁵ *Revista de História*, XI (Lisboa, 1922), ro5-J06; F. Rodrigues, S.J. *História*, III (ii), pp. 185-7.

⁴⁶ *Obras Escolhidas*, I, ciii, para alguns exemplos das invectivas vieirenses contra os “Cafres da Europa”, como Vieira chamava seus compatriotas em momentos de exasperação.

⁴⁷ Robert Ricard, *Antônio Vieira et Sor Juana Inés de la Cruz* (Coimbra, 1948).

⁴⁸ D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu, *Discurso Histórico e Crítico ácerca do Padre Antônio Vieira e das suas obras* (Coimbra, 1823).

estimados, como a fundação de uma Companhia das Índias Orientais, tiveram uma recepção fria na Corte, em outros assuntos seus conselhos ainda eram ouvidos com respeito. Em grande medida, foi graças às suas representações que várias especiarias indianas foram transplantadas para a Bahia antes do final do século,⁴⁹ e que uma casa da moeda colonial foi ali estabelecida em 1694.⁵⁰

Vieira era, acima de tudo, um aguerrido combatente, mas carregava os defeitos de seu temperamento combativo. Ele não tolerava os tolos — ou frades — de bom grado, embora tenha observado com resignação em mais de uma ocasião que mesmo Nosso Senhor, com todos os seus milagres, jamais havia curado alguém da tolice.⁵¹ Hoje em dia, podemos sorrir — ou bocejar — com alguns dos voos oratórios de Vieira e nos maravilhar com sua cândida — alguns diriam cretina — crença em Portugal como o quinto império do mundo. Mas tais quimeras serviram para encorajar muitas pessoas nos dias sombrios da guerra com a Espanha e a Holanda e, de qualquer modo (como observado acima), nunca interferiram em sua compreensão de questões práticas e nos conselhos sensatos dados em inúmeras ocasiões.

Acima de tudo, em uma época em que o antissemitismo grassava com uma virulência só superada em nosso tempo e em nossa geração, a destemida defesa dos cristãos-novos por Vieira o destaca como um homem verdadeiramente admirável. António Vieira pode não ter sido o que D. João IV o chamou, “o maior homem do mundo”, mas ele tem direito a um lugar de honra não apenas na história de Portugal e do Brasil, mas na história da civilização ocidental.

⁴⁹ *Cartas*, II I, pp. 464, 467, 559-60, 592; Southey, *History*, II, pp. 671-3.

⁵⁰ S. Leite, S.J., *História*, VII, p. 86.

⁵¹ “... pois se observa no Evangelho que, curando Cristo todos os gêneros de enfermidades e ressuscitando mortos, a nenhum doido sarou” (*Cartas*, II, p. 664); “entre os milagres de Cristo nenhum se lê que curasse de doidices” (*Cartas*, III, p. 468).

Apêndice

Despacho de Francis Parry, Lisboa, 10 de setembro de 1675, ao Secretário de Estado:⁵²

A única notícia que trago para incomodar Vossa Senhoria nesta correspondência é que António Vieira, o jesuíta que tem sido o principal advogado dos judeus em Roma, chegou aqui. Além do ódio geral que os jesuítas nutrem contra a Inquisição, sentimento do qual esse Vieira, como membro dessa Companhia, deve compartilhar, ele tem também uma inimizade particular contra esse Tribunal por tê-lo aprisionado por algumas doutrinas falsas ou escandalosas que pregou, o que o leva a empenhar-se ao máximo para reduzir o grande poder e a autoridade dos inquisidores. E, para que não o interroguem nesse meio-tempo ou em qualquer momento futuro por qualquer coisa que tenha dito ou feito em favor dos judeus ou em qualquer outra ocasião, ele trouxe consigo uma *Carta de Seguro* do Papa do tipo mais abrangente, uma Bula⁵³ que proíbe a Inquisição de responsabilizá-lo por qualquer evento passado, presente ou futuro. Sua presença causa grande incômodo à maioria das pessoas, pois, sendo ao mesmo tempo persuasivo e turbulento, teme-se que ele possa causar grandes transtornos, quer tenha sucesso em seu objetivo principal ou não, pois, se o príncipe atender às demandas dos judeus, a Inquisição sem dúvida incitará o povo a se amotinar; se ele não atender, esse jesuíta e seus companheiros o farão, o que deixa a Corte imersa em perplexidade quanto a isso. Aqueles que favorecem os judeus fingem fazê-lo para o bem da comunidade, e aqueles que não o fazem, para o bem da Igreja. O Papa suspendeu sua resolução até que tenha ouvido o que o bispo de Lamego, que se prepara para ir Roma como embaixador, pode dizer em favor da Inquisição contra os judeus. O jesuíta Vieira fez sua viagem de Roma pela França e veio de Rochelle na fragata *Portsmouth*, que trouxe a duquesa de Cadaval. Disseram-me que o duque se portou com muita nobreza com o capitão, mas sobre os detalhes ou qualquer coisa relacionada à viagem nada posso dizer, pois o capitão não se dispôs a me visitar durante seus sete dias aqui.⁵⁴ Quando fui parabenizar o duque, ele reconheceu com muitas expressões de gratidão as grandes obrigações que tinha para com Sua Majestade.

52 Public Record Office. Londres, SP 89/13, fol. l13. Não publicado. Parry foi enviado diplomático em Lisboa, de 1668 a 1680.

53 Na verdade, um Breve, datado de 17 de abril de 1675. Cf. *Obras Escolhidas*, VI, pp. 246-50.

54 Vieira chegou a Lisboa em 23 de agosto, após uma viagem de oito dias (*Cartas*, III, p. 193).

Charles Boxer

Leslie Bethell

Ocupante da Cadeira 16 dos Sócios Correspondentes na Academia Brasileira de Letras. O seu mais recente livro é *Por que o Brasil? Ensaios de História e Política*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2024.

Charles R. Boxer (1904-2000), o grande historiador das expansões portuguesas e holandesas na Ásia, África e América do século XVI ao século XVIII, começou a pesquisar sobre o Brasil colonial ao estudar as línguas holandesa e portuguesa para entender melhor a história do Japão. Todas as suas primeiras publicações, quando servia no Exército britânico no extremo leste, tratavam do leste asiático e, particularmente, do Japão nos séculos XVI e XVII. Após a Segunda Guerra Mundial (durante a qual foi prisioneiro de guerra do Japão por quatro anos, em Hong Kong), assumiu em 1947, sem possuir quaisquer credenciais acadêmicas convencionais, a Cátedra Camões de Português no King's College Londres (fundada em 1919, ocupada de 1923 a 1936 por Edgar Prestage, especialista em história da diplomacia portuguesa do século XVII, e depois deixada vazia por falta de um candidato apropriado). Boxer fez sua primeira visita ao Brasil em abril de 1949, para o IV Congresso Nacional de História, realizado no Rio de Janeiro, e publicou seus primeiros ensaios (de menor importância) sobre a história colonial brasileira nos doze meses seguintes.

Por dois meses, entre setembro e outubro de 1948, Boxer atuou como consultor da Biblioteca do Congresso em Washington, DC, e coordenou a organização do primeiro Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em outubro de 1950 com patrocínio da Biblioteca, que celebrava seu 150.º aniversário, e da Universidade Vanderbilt, que pouco antes havia criado um Instituto de Estudos Brasileiros. Boxer assumiu a responsabilidade (juntamente com Engel Sluiter, de Berkeley) por um painel sobre instrumentos de conhecimento, e escreveu um dos oito principais artigos submetidos ao painel: "Some considerations on Portuguese colonial historiography" [Algumas considerações sobre a historiografia colonial portuguesa], posteriormente publicado nos anais do colóquio (Nashville, 1953). Ele foi o único acadêmico britânico a apresentar um artigo no colóquio.

No prefácio de sua primeira monografia, que abordava parcialmente o Brasil colonial — *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602–1686*¹, Boxer escreveu: "A ignorância inglesa sobre a história brasileira só pode ser descrita como abissal... Praticamente nenhuma linha foi escrita neste país sobre o período colonial da história brasileira desde que Robert Southey publicou sua história em três volumes, em 1810–1819" (tradução nossa).

¹ Londres: 1952; Ed. bras.: *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602–1686*. Trad. de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 353, 1973.

Após mais uma visita ao Brasil, em 1954, Boxer publicou uma segunda monografia sobre a história do Brasil colonial:² *The Dutch in Brazil 1624–1654*³ e o ensaio *A great Luso-Brazilian figure: Padre Antônio Vieira SJ 1608–1697* [Uma grande figura luso-brasileira: Padre Antônio Vieira]⁴. Infelizmente, ele adiou (e nunca retomou) seu plano de escrever uma biografia completa do Padre Vieira.

Duas viagens posteriores ao Brasil, em 1959, permitiram que ele concluísse a pesquisa para uma terceira monografia: *The Golden Age of Brazil 1695–1750: Growing Pains of a Colonial Society*⁵.

Outra visita sua ao Brasil, em 1963, foi menos bem-sucedida, e Boxer prometeu que seria “a última por um longo tempo”. De fato, ele retornou apenas duas vezes depois disso — em 1972, para uma conferência, e em 1986, para receber a medalha de ouro Dom Pedro II do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, exceto por outro ensaio/palestra, *Some Literary Sources for the History of Brazil in the 18th Century* [Algumas fontes literárias sobre a história do Brasil no século XVIII] (Oxford: Taylorian Lecture, 1967), Boxer não voltou a escrever especificamente sobre o Brasil.

Entretanto, dois trabalhos mais gerais — *The Dutch Seaborne Empire, 1600–1800* [O império marítimo holandês] (Londres, 1965) e *The Portuguese Seaborne Empire, 1415–1825*⁶ — e muitas de suas publicações posteriores sobre a história colonial portuguesa — *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415–1825* [Relações raciais no império colonial português] (Oxford, 1963); *Four centuries of Portuguese expansion 1415–1825: a succinct survey* [Quatro séculos de expansão portuguesa 1415–1825: Uma breve pesquisa] (Johannesburg, 1965); *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia, Luanda 1510–1800* [A sociedade portuguesa nos trópicos: Os conselhos municipais e Goa, Macau, Bahia, Luanda] (Madison, WI, 1965); *Women and Iberian Expansion Overseas, 1415–1815* [As mulheres e a expansão ibérica no estrangeiro] (Nova York, 1975); *The Church Militant and Iberian Expansion, 1440–1770* (Baltimore, 1978; Ed. bras.: *A Igreja militante e a expansão ibérica, 1440–1770*. Trad. de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007) — mostraram bastante interesse no Brasil colônia.⁷

Boxer renunciou à Cátedra Camões de Português do King’s College Londres em 1967 e, embora continuasse baseado na Inglaterra, aceitou uma série de cargos em universidades nos Estados Unidos até 1979, inclusive em Yale, onde lecionou história da expansão marítima europeia entre 1969 e 1972. Boxer faleceu na Inglaterra aos 96 anos em 2000. ●

2 Boxer não foi o primeiro historiador britânico a escrever sobre os holandeses no Brasil. No final do século XIX, George Edmundson, da Brasenose College, em Oxford, publicou a série de três artigos sobre os holandeses no Brasil, “The Dutch power in Brazil, 1624–1654” [O poder holandês no Brasil], na revista *English Historical Review*, vols. XI (1896), XIV (1899) e XV (1900).

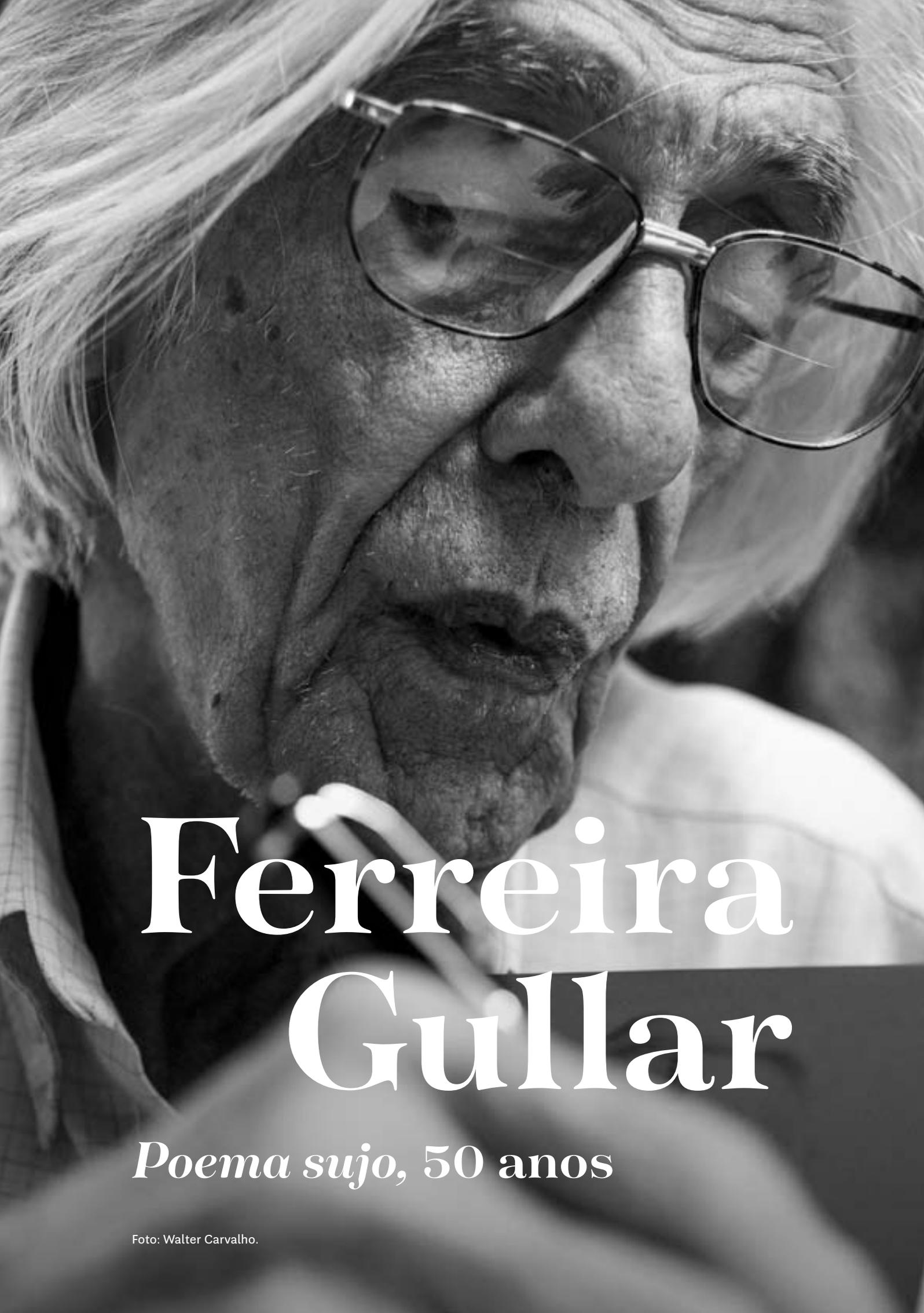
3 Oxford: 1957; Ed. bras.: *Os holandeses no Brasil 1624–1654*. Trad. de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 312, 1961.

4 Londres: *The Hispanic and Luso-Brazilian Councils*, Canning House, série Diamante V, 1957.

5 Berkeley & Los Angeles: 1962; Ed. bras.: *A Idade de Ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. de Nair Lacerda; prefácio de Carlos Rizzini. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II, 1963; São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1969; Prefácio à 3.ª edição Arno Wehling. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

6 Londres, 1969; Ed. port.: *O império marítimo português*. Trad. de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1981; Ed. bras.: Trad. de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

7 Para uma lista completa da obra de Boxer, veja George West, *A list of the writings of Charles Ralph Boxer published between 1926 and 1984* [Uma lista dos textos de Charles Ralph Boxer publicados entre 1926 e 1984] (Londres, 1984) e Dauril Alden, *Charles R. Boxer. An uncommon life* [Charles R. Boxer: Uma vida incomum] (Lisboa: Fundação Oriente, 2001, Apêndice 7, “The writings of Charles Boxer, 1985–1996”).



Ferreira Gullar

Poema sujo, 50 anos

Foto: Walter Carvalho.

Retrato de Ferreira Gullar

Depoimento de vida

Ferreira Gullar

Sétimo ocupante da Cadeira 37 na Academia Brasileira de Letras.

22 de julho de 2015

O meu nome é José de Ribamar Ferreira. Nasci no dia 10 de setembro de 1930 em São Luís do Maranhão. Meus pais são Newton Ferreira e Alzira Goulart Ferreira.

Minha mãe era mãe de família, teve dez filhos, e meu pai, primeiro foi jogador de futebol depois comerciante ambulante e finalmente dono de um pequeno armazém. Quando ele tinha uma quitanda na rua da Alegria esquina com a rua dos Afogados eu o ajudava, eu ia para a quitanda ficar lá conversando e ajudando também. Eu era um garoto, me lembro muito bem dos meus irmãos, das brincadeiras que a gente fazia... Eu me lembro de minha mãe reclamando da barulheira que havia dentro de casa mas era um convívio agradável, nós sempre fomos muito unidos, todos nós.

Eu estudava com uma professora que fez da sala dela uma sala de aula e ensinava os filhos dos vizinhos. Primeiro uma professora e depois outra do mesmo tipo. E foi com elas que eu aprendi a ler e a escrever. Eu não pensava o que ia ser na vida, não me preocupava com isso, ficava mais brincando e depois eu estudei numa escola de ensino primário, uma escola particular muito conceituada em São Luís do Maranhão, que era o colégio da Professora Mogéia, e de lá eu fui para o Ateneu Teixeira Mendes, que era o ginásio. Mas só fiquei um ano no ginásio, porque meu pai entrou com dificuldades financeiras e não pôde pagar. Eu tive que sair e fui para a escola técnica de São Luís, que era gratuita. Era uma escola profissional e eu fui para a oficina de alfaiataria, de marcenaria, sapataria, funilaria. Eu aprendi uma porção de profissões porque, na verdade, aquilo era para ver que vocação a pessoa tinha — eu não tinha nenhuma dessas e terminei poeta.

Além disso se ensinava matemática, português, história do Brasil. A professora de português pediu que eu escrevesse uma redação em casa sobre o Dia do Trabalho, e eu fiz essa redação que começava dizendo que no Dia do Trabalho ninguém trabalhava. Ela achou muito engraçado, muito inteligente e disse que só não me dava dez porque havia dois erros de português na redação.

E eu que não tinha rumo nenhum, imaginei: “Será que eu sou escritor, que eu poderia ter como profissão escrever?”. E para escrever eu tinha que saber a língua direito,

aí eu fiquei estudando gramática durante dois anos. Quando eu fiz aquela redação, eu não pensava em ser poeta, isso foi surgindo do meu interesse porque quando eu comecei a ler gramática, numa delas havia uma antologia da poesia e língua portuguesa, desde os poetas medievais até o modernismo. Então eu comecei a ler os poemas e me interessei, e quem sabe eu podia fazer poesia também. Eu imaginei assim.

“Eu não leio a nota porque é mentira o que o governador está dizendo.”

Eu fui ser locutor na rádio Timbira do Maranhão, e eventualmente colaborava no suplemento literário do *Diário de São Luís*.

O episódio que marcou é relacionado com o fato de que em 1950, quando houve a eleição para Presidente da República, Getúlio se candidatou e o Governador de São Paulo, Ademar de Barros, foi a São Luís fazer campanha a favor do Getúlio, e o governo estadual, que era contra o Getúlio, proibiu que o comício fosse feito na praça central da cidade onde se faziam todos os comícios. Foi feito numa outra praça fora do centro, mas depois que terminou o comício as pessoas que participaram foram acompanhando o governador até o hotel onde ele estava, que ficava perto da praça João Lisboa, a que tinha sido proibida e estava cercada de policiais.

Depois que eles deixaram o governador no hotel, eles voltaram entrando na praça, contra a decisão do governo, e invadiram a praça. Os policiais que estavam guardando a praça atiraram e disso resultou a morte de um operário que fazia parte da manifestação. Eu ia chegando na praça neste momento com o meu pai de ônibus, e na hora que houve o tiroteio nós nos jogamos no chão, e em seguida o meu pai me fez entrar numa kombi e me tirou de lá. Mas eu, no meio do caminho, desci e voltei para a praça, e quando cheguei na praça o pessoal estava carregando o corpo do operário assassinado e a polícia recuando, assustada com o que tinha feito.

E sei que depois eu fui para a rádio e no dia seguinte chegou uma nota do governador dizendo que “o operário que ontem à noite morreu foi assassinado pelos manifestantes, pelos comunistas que estavam lá...”. Eu vi que quem matou o operário foram os policiais e não li a nota. O diretor da rádio veio a mim “lê a nota”... E eu não li a nota, e depois ele entrou no estúdio e falou assim: “Você não leu a nota, eu estou mandando”. E eu disse: “Eu não leio a nota porque é mentira o que o governador está dizendo”; e ele: “Você não tem nada a ver com isso”. Eu disse: “Tenho, eu vi, eu estava na praça, eu vi quem matou o operário, e eu não vou ler a mentira do governador”; “Então eu vou demitir você”, “Então faça”. E ele me demitiu. E isso virou um escândalo na cidade, porque ele me demitiu e imediatamente o pessoal do jornal soube que eu tinha sido demitido por essa razão. E aí manchete: “A Juventude se rebela”. Eu era a juventude.

Eu sei que com isso eu terminei entrando para a política do Maranhão. Era 1950 e estava havendo eleição e um candidato a senador me convidou para ir fazer a campanha dele no interior do estado. Era o emprego que apareceu e eu fui. Fiquei fazendo campanha. E quando terminou essa confusão toda, eu resolvi vir para o Rio de Janeiro.

Mudou o nome. Era Ribamar demais.

Eu mudei o meu nome quando comecei a publicar meus poemas nos jornais. Como Ribamar era um nome muito comum, eu assinava Ribamar Ferreira, tinha um cara que assinava Ribamar Pereira, tinha outro que assinava Ribamar de Souza — era muito Ribamar. Um dia o que assinava Ribamar Pereira, saiu um soneto dele horrível com meu nome, Ribamar Ferreira... Eu resolvi mudar de nome porque não dava mais.

Eu me envolvi com a poesia moderna e comecei a ler jornais no Rio de Janeiro, jornal literário, o *Jornal de Letras*, que era editado no Rio. Houve um concurso nacional de poesia no *Jornal de Letras* e eu me candidatei com um poema e ganhei o concurso. Isso me estimulou a vir para o Rio. Eu achei, bom, se eu ganhei o concurso eu tenho possibilidade de virar poeta e ser reconhecido. Eu nunca fui poeta experimental, radical, é uma denominação que me puseram, mas que não corresponde à verdade; eu nunca pretendi, pelo menos, ser isso.

Quando eu descobri a poesia moderna, comecei a ler sobre a poesia moderna, comecei a ler sobre os poetas modernos brasileiros e estrangeiros e comecei a formar um conceito de poesia próprio, meu, e foi isso que me levou a mudar a minha poesia e entrar por um caminho inesperado, que terminou com a implosão da linguagem verbal. Eu não fiz nada disso planejado — pelo contrário, eu lanço *A luta corporal* e paro de escrever, porque o livro, entre outras coisas, como ele desintegra a linguagem e questionava uma série de coisas, alguns diziam que o livro era genial, outros diziam que o livro era uma bobagem, que eu era pretensioso, que eu queria recomeçar o modernismo, uma série de confusões que deu... Mas não quis virar radical de propósito, não é nada disso.

A poesia concreta

Em começo de 1955, eu comecei a escrever um livro como uma tentativa de sair do impasse porque eu tinha desintegrado a linguagem, eu não podia escrever normalmente. Então eu comecei a escrever um livro estranho, sem rumo, sem sentido, sem nada, e fui escrevendo à mão. E esse livro me tirou do impasse, se chama *Crime na Flora, ou Ordem e Progresso*, e só foi publicado trinta anos depois. Aí que nasceu poesia concreta, porque nessa altura existia a arte concreta na pintura, na escultura, que era uma arte de caráter geométrico, racional, construtivo. Por isso a poesia concreta nasce com as características da arte concreta, sem discurso e construída espacialmente.

A arte neoconcreta

O nosso grupo aqui no Rio não seguia estritamente as normas do concretismo, nós éramos mais aventureiros. As coisas que foram feitas no terreno das artes plásticas por Lygia Clark, por Hélio Oiticica, por Amilcar de Castro, no

terreno da poesia por mim, por Reinaldo e por outros, eram diferentes do que eles faziam lá em São Paulo.

Eles chegaram ao ponto de querer dizer que a poesia deveria ser feita matematicamente. O rompimento conosco surgiu disso, e depois desse rompimento nós continuamos com os nossos trabalhos, que foram cada vez mais se distanciando do que se chamava arte concreta, poesia concreta, o que fosse.

Quando, em 1959, decidimos fazer uma exposição do nosso grupo aqui do Rio, eu sugeri que a gente chamasse o nosso trabalho de arte neoconcreta. Eu escrevi o manifesto neoconcreto que abriu o catálogo da exposição, onde eu escrevi a teoria do não objeto — já foi um aprofundamento das ideias que estão esboçadas no manifesto.

Eu fiz inicialmente um poema que era a palavra verde repetida várias vezes formando um quadrado: verde verde verde verde verde verde verde verde verde erva, e eu publiquei esse poema no *Jornal do Brasil*. Um amigo meu falou assim: “Vi o seu poema hoje no suplemento, achei muito interessante”, e eu falei: “Você reparou que com a repetição da palavra verde a erva nasce do verde?”. E ele disse: “Não reparei nada disso”. E eu falei: “Então o poema fracassou”.

verde	verde	verde	
verde	verde	verde	
verde	verde	verde	
verde	verde	verde	erva

Eu tenho que fazer um poema que obrigue a pessoa a ler palavra por palavra, mas ao mesmo tempo ganhe uma estrutura final, uma figuração final. E qual é a maneira de fazer isso? Eu comecei a escrever na costa da página, eu botei “osso”, na outra página “nosso”, “asa”. E fui fazendo poema ao contrário, no verso do papel, e aí virou o que eu chamei de “livro poema”. O poema é o livro e o livro é o poema. Esse poema não podia ser publicado em jornal, ele não podia ser publicado a não ser em um livro específico, com as páginas cortadas como eu fiz.

Depois de fazer esse livro-poema eu fiz os poemas espaciais, que é em madeira, que era assim um cubo azul sobre uma placa branca, se levantava o cubo tinha a palavra “lenda”. Chegou num ponto que eu falei: “Eu vou fazer agora um poema que não envolva só a mão, que envolva o corpo”. Então eu fiz o poema enterrado, que é um poema em que a pessoa entra no poema. O poema enterrado foi construído na casa do Hélio Oiticica. O pai dele estava fazendo uma nova casa para eles, aí ele me telefonou dizendo que ia falar para o pai dele para construir o poema enterrado no lugar da caixa d’água. Ele convenceu o pai dele e construíram o poema enterrado lá na casa, na Gávea Pequena, no Rio. Mas no dia que fomos inaugurar o poema, ele estava cheio de água, tinha chovido cinco dias seguidos e ele estava inundado. E aí virou caixa d’água mesmo, como o pai dele queria. E acabou aí.

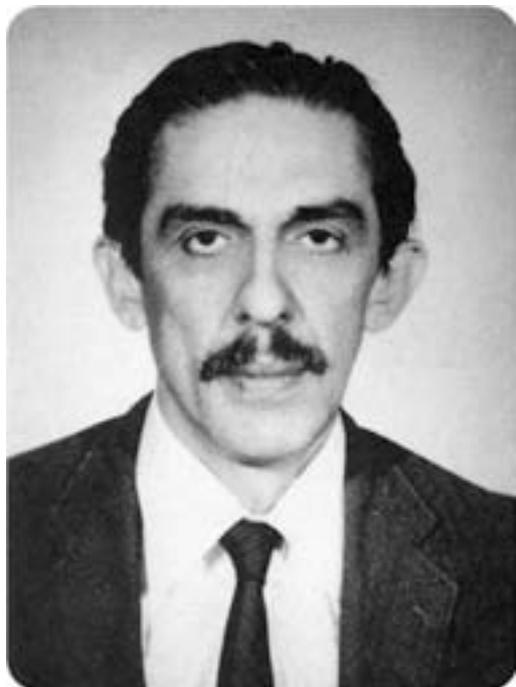
O golpe de 64 e o exílio

Eu fui trabalhar em Brasília e me afastei do grupo. Jânio Quadros tinha assumido a presidência da República e o assessor dele era José Aparecido de Oliveira, que era meu amigo. O Carlos Castelo Branco era o assessor de imprensa do Jânio. Eles eram meus amigos e me chamaram para dirigir a Fundação Cultural de Brasília, aí eu fui, mas o Jânio renunciou e eu vim embora para o Rio, entrei para o CPC da UNE e passei a atuar politicamente, coisa que eu não fazia, porque nada mais distante da política do que a poesia concreta e neoconcreta.

Quando veio o golpe em 64 eu era presidente do CPC, eu, trabalhava na sucursal do *Estadão* no Rio, e lá nós soubemos da notícia de que o General Mourão Filho tinha se sublevado e que marchavam em direção ao Rio. Eu fui de noite no CPC e lá eles iam fazer uma reunião de apoio ao governo do João Goulart, contra o golpe, mas nós tivemos notícia pelo rádio de que o comandante do Segundo Exército, o General Amaury Krueel, tinha aderido ao golpe. E nós vimos que o Jango estava perdido.

Na noite do dia seguinte, dia 1.º de abril, numa reunião para nós avaliarmos o que tinha acontecido, o que se podia fazer diante da derrubada do governo legal, pedimos ao representante do Partido, que estava na reunião, que ele comunicasse à direção do Partido que a partir daquele momento eu seria membro do Partido Comunista, e que nós íamos ter que lutar contra a ditadura. E que o CPC tinha sido desmontado e a UNE incendiada. Eu tinha que ter alguma organização em que eu me integrasse para continuar a luta contra o golpe militar. Nós fazíamos o trabalho teatral no sindicato, nada mais podia ser feito. Então o Vianinha [Oduvaldo Vianna Filho] teve a ideia de montar um show que acabou se chamando

Show Opinião, com Nara Leão, Zé Keti e João do Vale. Esse show teve uma grande repercussão e deu origem ao grupo Opinião. Fomos para a luta e continuamos o nosso trabalho político, até que eu tive que ir embora para o exílio.



De bigode e com as sobrancelhas remodeladas, Ferreira Gullar procurava disfarçar a fisionomia para não atrair os olhos da ditadura civil-militar. Esta era a foto de seus documentos falsificados, onde o poeta usava o nome "Cláudio". Arquivo da família.

Para mim foi um grande sofrimento eu ir para o exílio. Sempre fui uma pessoa muito ligada ao meu país, à minha cidade e minha mulher, meus filhos, meus amigos. Eu me senti muito mal no exílio. Ao mesmo tempo tinha que viver, continuar vivo e continuar a luta, então eu fui adiante. Em Moscou, fui fazer um curso de Metodologia do *Capital* de Karl Marx. Eu aprendi uma porção de coisas, eu aprendi o que era o marxismo e todas as teorias, todos os princípios. Quando cumpri um tempo lá de possível permanência, lá eu fui para Santiago do Chile. O Allende tinha sido eleito Presidente da República. Eu fui para lá com outros exilados.

Retrato de Ferreira Gullar

O camarada

Ancelmo Gois

Jornalista.

No dia em que o poeta pisou pela primeira vez na Praça Vermelha — o coração e a alma de Moscou, ladeada por duas construções históricas, o Kremlin e a Catedral de São Basílio —, pensou: “Que faz aqui, tão longe de casa, o filho de dona Zizi?”.

Zizi era o apelido de Alzira Ribeiro Goulart, casada com Newton Ferreira, um casal de classe média do Maranhão, que teve onze filhos — entre os quais o Camarada Cláudio, o pseudônimo do grande poeta brasileiro Ferreira Gullar (1930–2016) na sua estada na antiga União Soviética, entre 1971 e 1973. Na verdade, o exílio do autor do *Poema sujo* se estendeu até 1977. Depois da URSS, ele foi para Chile, Peru e Argentina. O período dele em Moscou coincidiu, em parte, com a minha presença na cidade, então meca mundial do comunismo. Com o nome de guerra de Ivan Nogueira, eu, aos vinte anos, estudava o catecismo do marxismo-leninismo na escola do Komsomol, organização juvenil do PCUS, que funcionava nos arredores da cidade.

Na época, órgãos de segurança — talvez a KGB, quem sabe — emitiam uma documentação falsa para estudantes de países que viviam sob ditadura — como era o caso brasileiro. O temor era que a CIA descobrisse a presença em Moscou de um determinado quadro comunista e avisasse ao país de origem. Essa descoberta poderia, na volta ao seu país, acarretar a prisão ou mesmo o assassinato do militante, como teria ocorrido com dois antigos ex-alunos guatemaltecos da minha escola.

No caso de Gullar, quando ele deixou Moscou, recebeu de volta seu passaporte verdadeiro com um visto falso de permanência em Genebra. Para todos os efeitos, ele nunca havia estado na União Soviética. Além disso, também por medida de segurança, o prédio do Instituto Marxista-Leninista, onde o poeta se “bacharelou em subversão”, como gostava de dizer, não tinha nenhuma placa que indicasse que ali funcionava a escola internacional de formação de quadros comunistas. Esses cuidados também interessavam ao governo soviético para não chamar atenção, além da conta, do governo brasileiro, com quem mantinha relações comerciais, mesmo depois do Golpe de 64. O Brasil exportava para lá café e cacau, entre outros produtos.

No livro *Rabo de foguete — Os anos de exílio*, publicado originalmente pela Revan, em 1998, e que ganhou recentemente uma bela edição pela José Olympio, Gullar confessa que já em Moscou demorou meses a cair na realidade que estava do outro lado do mundo. Lembra o dia em que sentiu um aperto no coração: “Que estarão fazendo a esta hora meus filhos, Thereza, meus amigos no Rio? E meu gatinho

Camilo?” E prossegue: “O verão irrompeu na lembrança, a praia de Ipanema sob o sol ardente, repleta de banhistas, os amigos rindo, a cerveja gelada”. Mais de uma vez o poeta se lembrava que em São Luís do Maranhão ele tinha sido criado numa temperatura média de 32 graus e que em Leningrado (hoje São Petersburgo), chegou a enfrentar 30 graus abaixo de zero, a ponto de ser advertido por uma tradutora para não fumar para evitar pegar uma pneumonia, porque a pessoa quando traga aspira o ar frio. Por tudo isso, Gullar conta em suas memórias do exílio que se sentia injustiçado. “Por que estar no exílio? Afinal, nunca tinha sido um militante político, nunca pusera a política adiante da poesia e da arte”.

Na verdade, o poeta se considerava vítima inconsequente do PCB. Desde 1962, ele atuava, entre outros, ao lado da mulher, a atriz e produtora Thereza Aragão, do dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, do músico Carlos Lyra e dos cineastas Leon Hirszman e Cacá Diegues no Centro Popular de Cultura da UNE, fechado pelo Golpe Militar de 1964. Aliás, foi exatamente no dia do golpe que Gullar entrou para o “Partidão”, passando a integrar o Comitê Cultural. Com o AI 5 ele foi preso junto com artistas e intelectuais como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Paulo Francis, Antonio Callado e outros. Ocorre que, já em liberdade, em 1969, contra sua opinião, alegando que aquilo iria lhe queimar e destruir sua própria atividade intelectual, o Partido insiste para que ele seja membro do Diretório Estadual da Guanabara. E foi na condição de “capa preta” — como os comunistas costumavam chamar seus dirigentes —, que os militares passaram a caçar o poeta em casa e no jornal *O Estado de S.Paulo*, onde trabalhava. Ele tinha sido denunciado por um colega preso. Em longo depoimento para Marcelo Ridenti, Professor de Sociologia da Unicamp, para o projeto “Em busca do povo brasileiro”, Gullar conta que recebeu do Partido o conselho de cair na clandestinidade: “Gullar, se você fosse preso como intelectual, responder um processo tudo bem, você respondeu a vários. Agora, preso como membro da direção estadual, eles vão acabar contigo”. Depois de uns dez meses escondendo-se em casas de amigos no Rio — uma delas, a do diretor Zelito Viana e da mulher, a produtora Vera de Paula — Gullar aceitou, um pouco a contragosto, a proposta do Partido para fazer um curso em Moscou.

Segundo o historiador mineiro Rodrigo Patto Sá Motta, que tem estudado a esquerda comunista no Brasil, havia um intercâmbio que ocorria no subterrâneo: clandestinamente, a URSS recebia brasileiros para treinamento desde os anos de 1920, mas tratava-se de militantes selecionados pelo PCB. No caso do poeta, o Partido montou um esquema de segurança para que ele pudesse, de carro, atravessar a fronteira do Brasil com o Uruguai, tirando, inclusive uma identidade falsa — de bigode e sobrancelhas separadas. De Montevidéu, Gullar tomou um avião que parou na África do Sul e, depois chegou a Londres, onde trocou de aeroporto e seguiu para Paris. Um avião da russa Aeroflot concluiu, por fim, a viagem até Moscou.

Aí começa outra surpresa para Gullar. Ele foi levado do aeroporto de Sheremetyevo para o que seria uma casa de campo. Só que se tratava, acredite, de um centro de treinamento militar. Um instrutor explicou o funcionamento e o poder de fogo do I FAL (fuzil de batalha de origem belga) e do Kalachnikov, de fabricação soviética. Em *Rabo de foguete* ele conta que perguntou ao instrutor por que o tinham levado para um centro de instrução militar “quando a linha do Partido Comunista Brasileiro era pacífica e, por conseguinte, não visava a luta armada”. O instrutor não se abalou. Explicou que o objetivo da permanência ali “era adquirir adestramento militar básico, imprescindível na luta revolucionária e que não conflitava com a orientação dos partidos que adotaram o caminho pacífico para chegar ao poder”.

Segundo o historiador mineiro Rodrigo Patto Sá Motta, que tem estudado a esquerda comunista no Brasil, havia um intercâmbio que ocorria no subterrâneo: clandestinamente, a URSS recebia brasileiros para treinamento desde os anos de 1920, mas tratava-se de militantes selecionados pelo PCB. No caso do poeta, o Partido montou um esquema de segurança para que ele pudesse, de carro, atravessar a fronteira do Brasil com o Uruguai, tirando, inclusive uma identidade falsa – de bigode e sobrancelhas separadas. De Montevideú, Gullar tomou um avião que parou na África do Sul e, depois chegou a Londres, onde trocou de aeroporto e seguiu para Paris. Um avião da russa Aeroflot concluiu, por fim, a viagem até Moscou.

O tal treinamento durou pouco mais de duas semanas. Finalmente, Gullar foi levado para o Instituto Marxista-Leninista, que ficava próximo da bela estação de metrô Aeroport. Ali ficou estabelecido, conforme sua própria opção, que faria um curso de metodologia de *O capital*, de Karl Marx, mas também assistiria a aulas de russo, História do Partido Comunista da União Soviética, Materialismo dialético e Materialismo histórico, que faziam parte do currículo obrigatório. A primeira aula sobre *O capital* o deixou fascinando.

O professor, um espanhol, tinha sido mandado a Havana, logo depois da Revolução Cubana, para ensinar Economia Política a, veja só, Fidel Castro e Che Guevara. Segundo o mestre, Fidel era um aluno aplicado e estudioso e Che brilhante.

Em seu período moscovita, o poeta conviveu com dois lendários personagens do movimento comunista brasileiro. O primeiro era Gregório Bezerra (1900/1983), o pernambucano que, já em 1917, participava de uma manifestação de apoio à Revolução Bolchevique e que, em 1969, foi, em sua quarta prisão, totalizando 22 anos de cana, um dos quinze presos políticos trocados no sequestro do embaixador americano, no Rio. O outro era simplesmente Luís Carlos Prestes (1920/1990), que, por mais de cinquenta anos, foi o líder maior do Partido Comunista no Brasil. Gullar, algumas vezes, esteve na casa de Prestes, que ficava no número 9, da rua Tverskaia (antiga rua Gorki) e cujo prédio, aliás, em dezembro último, obteve autorização da Prefeitura de Moscou para colocar uma placa com o nome do brasileiro. Prestes, para o poeta, inspirava “confiança e respeito” e Maria, sua companheira, “cordialidade e simpatia”. Maria, digo eu, era na década de 1970, muito querida entre os brasileiros e fazia, num país com outros hábitos culinários, uma gostosa feijoada. Ela se virava para encontrar feijão nos mercados da cidade.

Em tempo: Em *Rabo de foguete*, no capítulo sobre seu exílio russo, Ferreira Gullar dedica muitas páginas e emoção — a ponto de chorar, certa vez — a Elôina, “uma mulher jovem e bonita”, que trabalhava como tradutora dos alunos vindos da Nicarágua. A relação dos dois é um lindo e improvável caso de amor. Mas isso é outra história. ●

O Poema sujo – 50 anos

O *Poema sujo* foi uma surpresa, sobretudo para mim. Eu escrevi em Buenos Aires. Quando o Vinicius [de Moraes] foi a Buenos Aires fazer shows com o grupo dele de músicos, ele tomou conhecimento do poema e, na casa do Boal [Augusto Boal], eu li o poema para ele e uns amigos. Aí ele decidiu que ele queria trazer o poema gravado em minha voz para o Brasil. Foi feita a gravação, ele trouxe o poema ao Brasil, reuniu pessoas na casa dele, mostrou o poema e aí começou o poema a ser conhecido, ser divulgado. Antes de ser publicado em livro ele foi ouvido e pessoas tiraram cópia da fita. O Ênio Silveira, que era o meu editor, soube do poema e eu dei permissão para editá-lo.

Achei que era chegada a hora de tentar expressar num poema tudo o que eu ainda necessitava expressar, antes que fosse tarde demais — o poema final.

Quando essa ideia despontou na minha cabeça, esqueci tudo o mais e entreguei-me a ela. Imaginei que o melhor caminho para realizar o poema era vomitar de uma só vez, sem ordem lógica ou sintática, todo o meu passado, tudo o que vivera, como homem e como escritor. Posto para fora esse magma, extrairia dele, depois, os temas com que construiria o poema. Tão excitado fiquei, a cabeça a mil, que só muito tarde logrei adormecer.

Na manhã seguinte, mal despertei, sentei-me à máquina de escrever: era a hora de vomitar a vida. Sim, mas como? Fiquei ali, paralisado. Se a linguagem tivesse garganta, meteria o dedo nela e provocaria o vômito verbal... Desapontado, me levantei e fui preparar um café, repetindo para mim mesmo: "O poema vai ter que sair, custe o que custar!"

Enquanto tomava o café, refleti, o facho abaixou, busquei o caminho possível: *Já sei, vou começar antes da linguagem... É... Mas antes da linguagem, o que há é o silêncio e não se pode dizer o silêncio; quando há silêncio, não há linguagem... Sim, mas eu tenho que começar antes da linguagem, antes de mim, antes de tudo... E então escrevi:*

turvo turvo a turva

mão do sopro contra o muro escuro

menos menos menos que escuro

menos que mole e duro menos que fosso e muro:
menos que furo escuro

mais que escuro:

claro

como água? como pluma? claro mais que claro claro:
coisa alguma

Senti que tinha encontrado o umbigo do poema (porque, como as pessoas e outros bichos, o poema também começa pelo umbigo) e, quase sem tomar fôlego, escrevi cinco laudas. Ao terminá-las, sabia de tudo: que o poema ia ter por volta de cem páginas, que teria vários movimentos, como uma sinfonia, e que se chamaria *Poema sujo*. Hoje, ao refletir sobre aqueles momentos, estou certo de que o poema me salvou: quando a vida parecia não ter sentido e todas as perspectivas estavam fechadas, inventei, através dele, um outro destino.

Uma tarde, chega pelo correio uma carta. Não conheço o remetente. Abro-a. Era de um homem chamado Paulo Russo, que me dava notícias de Paulo. Dizia morar num loteamento em Taboão da Serra, próximo à cidade de São Paulo, e lá encontrara Paulo, debaixo de chuva, sentado na lama, pouco adiante de sua casa. Depois de muito, convencera-o a tomar um banho, trocar de roupas (emprestara-lhe calças e camisa), comer e alojar-se em sua casa. “A muito custo, consegui que ele me desse seu endereço para lhe mandar notícias de seu filho.”

Do livro *Rabo de foguete, os anos de exílio*. Editora José Olympio Ltda, 1998.



Vinicius de Moraes e Ferreira Gullar, Buenos Aires, 1976. Acervo: Cláudia Ahimsa.



Retrato de Ferreira Gullar

Buenos Aires, um tempo de terror por trás da alegria

Luciana Aragão Ferreira

Tradutora e filha de Ferreira Gullar.

Em julho de 1974, nossa família se mudou para Buenos Aires. Tereza Aragão, minha mãe, e eu viajamos por último, pois nos encarregamos de esvaziar e entregar a casa onde morávamos, em Lima. Vendemos até as vassouras, pois o dinheiro era curto. Tanto o nosso como o das vizinhas, interessadas em qualquer pechincha.

Mas estávamos animadas com a ida para a Argentina. Depois de oito meses no Peru, sem perspectivas, meu pai recebeu um convite para lecionar na Universidade de Buenos Aires. Ele e mamãe adoravam aquela cidade, com suas tradicionais livrarias e todo universo de Jorge Luis Borges, Julio Cortázar e Manuel Puig.

Embarcamos nesse clima pra cima. Vestíamos pesados ponchos de lã e na cabeça levávamos *sombreros* coloridos, típicos das andinas peruanas. Afinal, faltava espaço nas malas, uma das quais tínhamos conseguido horas antes do voo. No último instante, o fecho da minha mala, lotada, arrebentou. Então, coloquei tudo numa trouxa, dentro de uma colcha colorida, como é costume das cholas quéchuas. Mamãe, ao se deparar com isso decretou: “De trouxa no avião? Não!”. E, às pressas, arranhou uma mala com um casal brasileiro. Os exilados são solidários.

Mas mesmo sem a tal trouxa, parecíamos típicas peruanas, ainda mais voando pela AeroPerú. Por isso, causamos espanto ao funcionário do aeroporto de Ezeiza, que ao olhar nossos passaportes, exclamou em portunhol: “*Brasilenhas?*”. Assim entramos em Buenos Aires, às gargalhadas.

Mal sabíamos o que nos aguardava. No caso, um tempo de terror nos acenava por trás da alegria. O aviso sinistro já havia sido dado semanas antes, no dia 1.º de julho de 1974, a fatídica data em que meu pai viajou para a Argentina. Durante o voo, ele soube da morte do Presidente Juan Perón. O próprio chofer de táxi, que o levou do aeroporto, fora o arauto dos maus presságios: “*Con Perón se fué toda la esperanza...*”.

Como é sabido, a situação política da Argentina se degradou a partir daí, quando Isabelita Perón assumiu a presidência. A violenta repressão só aumentaria, até desembocar, institucionalizada, na plena ditadura militar em março de 1976.

Em casa, sentíamos a crescente pressão, e nossa família, já sob perseguição por uma década, desde 1964, só se fragilizava. Os laços entre nós, que tinham sido interrompidos por quase quatro anos, quando meu pai passou à clandestinidade, não se restabeleceram. Todos nós estávamos bem diferentes, ou até deformados. O medo tem um poder corrosivo, altera comportamentos e apaga memórias.

Um exemplo marcante:

Em 1971, meu pai já estava clandestino e por isso militares armados invadiram nosso apartamento, no Rio de Janeiro, e ordenaram que eu fosse com eles. Eu, com meus quinze anos, pensei: “Vou ter história pra contar”. Já estava de mochila nas costas, quando minha mãe escutou do quarto o barulho e, vendo a cena, gritou: “Não moço, eu vou no lugar dela!”.

Ela arriscou sua vida por mim. Jamais contou esse fato. Ela queria poupar meu pai do tormento de saber que a filha adolescente corria perigo. Talvez ele até se entregasse, cumprindo o cruel objetivo daquela operação. Quantas histórias e heróis foram apagados pelo terror?

Enfim, nossa história em terras argentinas se tornava também terrível. Meu irmão, Paulo, fugiu de casa, em surto, apenas dois meses após nossa chegada. Essa foi a primeira de três fugas; na última delas, ficaria cerca de cinco meses desaparecido.



Em Buenos Aires durante o exílio. Acervo: Cláudia Ahimsa.

Devido à crescente repressão política, o tão necessário emprego na Universidade de Buenos Aires se tornara impossível. Luis-Felipe Noé, o próprio pintor e professor, que o viabilizaria, tivera que fugir do país. A atmosfera se tornou asfixiante e todas as perspectivas positivas que nos levaram para a Argentina se fechavam. As nossas possibilidades se pulverizaram.

Confesso, eu fui a primeira a pular do barco: peguei um ônibus e viajei quarenta e seis horas até o Rio, em novembro de 1974. Em janeiro de 1975, após uma nova fuga de Paulo, minha mãe e Marquinhos, o filho mais novo, partiram para o Brasil.

Meu pai foi deixado só. Quatro meses depois, escreveria o *Poema sujo*:

E depois de tanto

Que importa um nome?

Tudo isso se passa

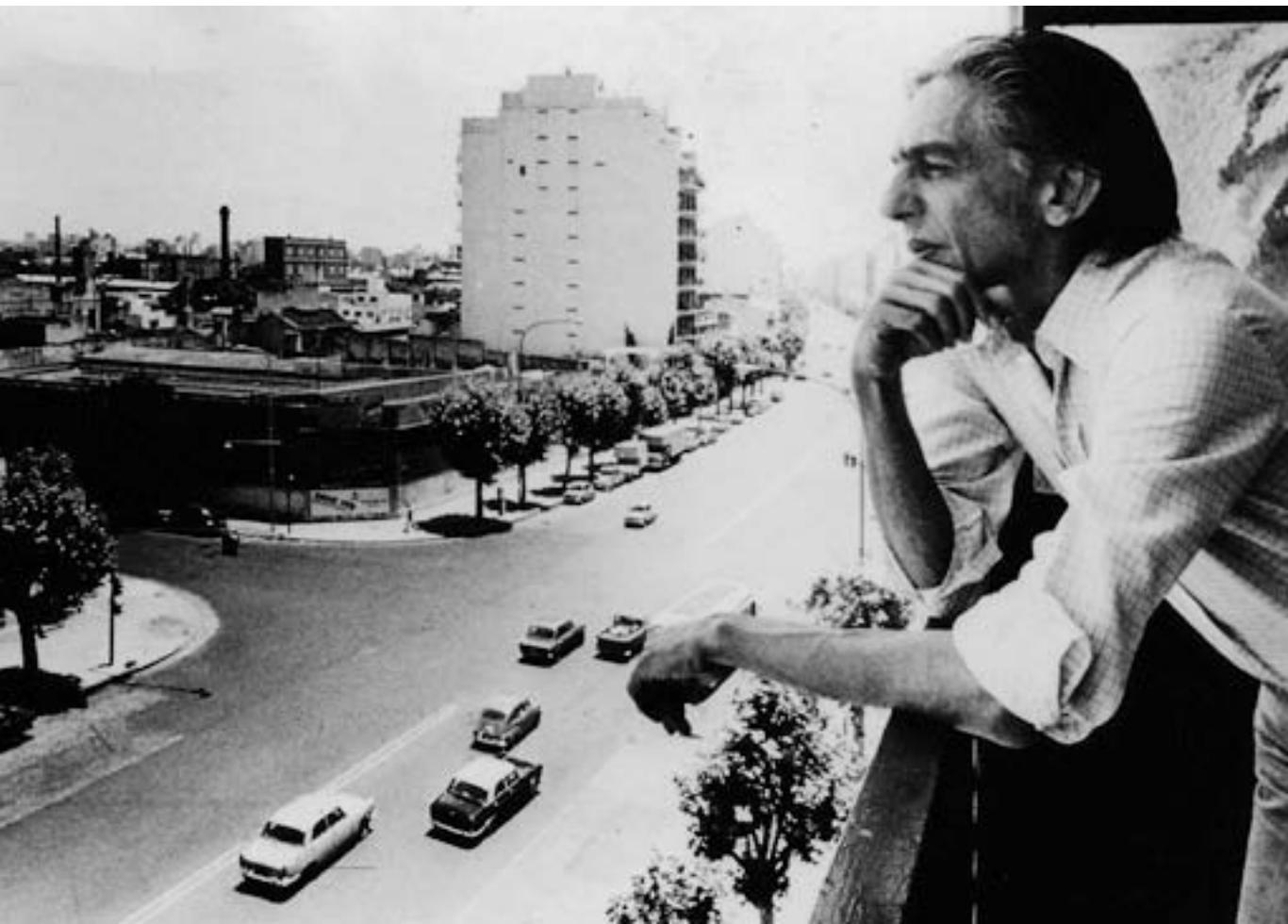
como parte da história dos matos e dos pássaros

E na história dos pássaros

os guerreiros continuam vivos

Ferreira Gullar, cuja alcunha de infância é Periquito. ●

Em Buenos Aires durante o exílio. Acervo: Cláudia Ahimsa.



Retrato de Ferreira Gullar

A leitura do *Poema sujo*, em Buenos Aires

Cecília Boal

Psicanalista e atriz.

Depoimento concedido a Maria Amélia Mello

No início dos anos 1970 nos encontrávamos em Buenos Aires porque eu sou argentina, portenha mais precisamente. Augusto Boal tendo sido preso, consideramos mais prudente morar um tempo fora do Brasil, e o nosso exílio se iniciou na minha cidade.

Lá já se encontravam outros brasileiros e logo foram chegando mais, alguns vindo de outros países latino-americanos, outros fugindo do Chile, depois do golpe de Pinochet. Entre os brasileiros, um dos mais assíduos era Ferreira Gullar. Mas a nossa casa tinha se transformado numa espécie de embaixada, todo mundo passava por lá.

Gullar, de fato, sofria muito por estar fora do Brasil, estava sozinho, sem a sua família, e tinha se recusado a aprender espanhol por medo de perder o português. Eu achava isso muito bizarro porque o fato de não falar a língua lhe trazia bastantes complicações na vida cotidiana.

Não lembro como foi organizada a leitura do *Poema sujo*, lá em casa. Provavelmente foi ideia do Boal. O clima era muito informal e o poema foi lido pelo Gullar, por mim e pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano, que, certamente, não devia falar muito bem o português. Lembro que além dos convidados permanentes estava o poeta Vinicius de Moraes.

Era um final de tarde e acho que jantamos depois da leitura. Todos gostaram muito do poema, ficaram emocionados, a situação política, o exílio, tudo mexia muito com a gente. Eu não sabia que existia uma fita gravada, soube agora, porque você mencionou.

Gullar era uma pessoa muito discreta. E a minha lembrança dele é que falava pouco e estava sempre triste. Muito preocupado com os filhos, dos quais ficou afastado muito tempo. ●

Mas desses índios timbiras
nada resta, senão coisas contadas em livros
e alguns poemas em que se tenta
evocar a sombra dos guerreiros

com seu arco

ocultos entre as folhas

(o que não impede que algum menino
tendo visto no palco da escola

I-Juca Pirama

saia a buscar

pelos matos de Maioba ou da Jordoia

— o coração batendo forte —

vestígios daqueles homens,

mas não encontra mais

que o rumor do vento nas árvores)

Exceto se encontra

pousado

um pássaro azul e vermelho

— a brisa entortando-lhe as penas feito

um leque feito

o cocar de um guerreiro

que nele se transformara

para continuar habitando aqueles matos.

E mesmo que

não seja o pássaro o guerreiro

foi decerto visto por ele um dia

e por isso

estranhamente

está presente ali

vendo-o de novo

quem sabe agora mesmo atrás do menino atrás

dos ramos

quando

algo se mexe

e uma lagartixa foge sobre as folhas secas.

FERR

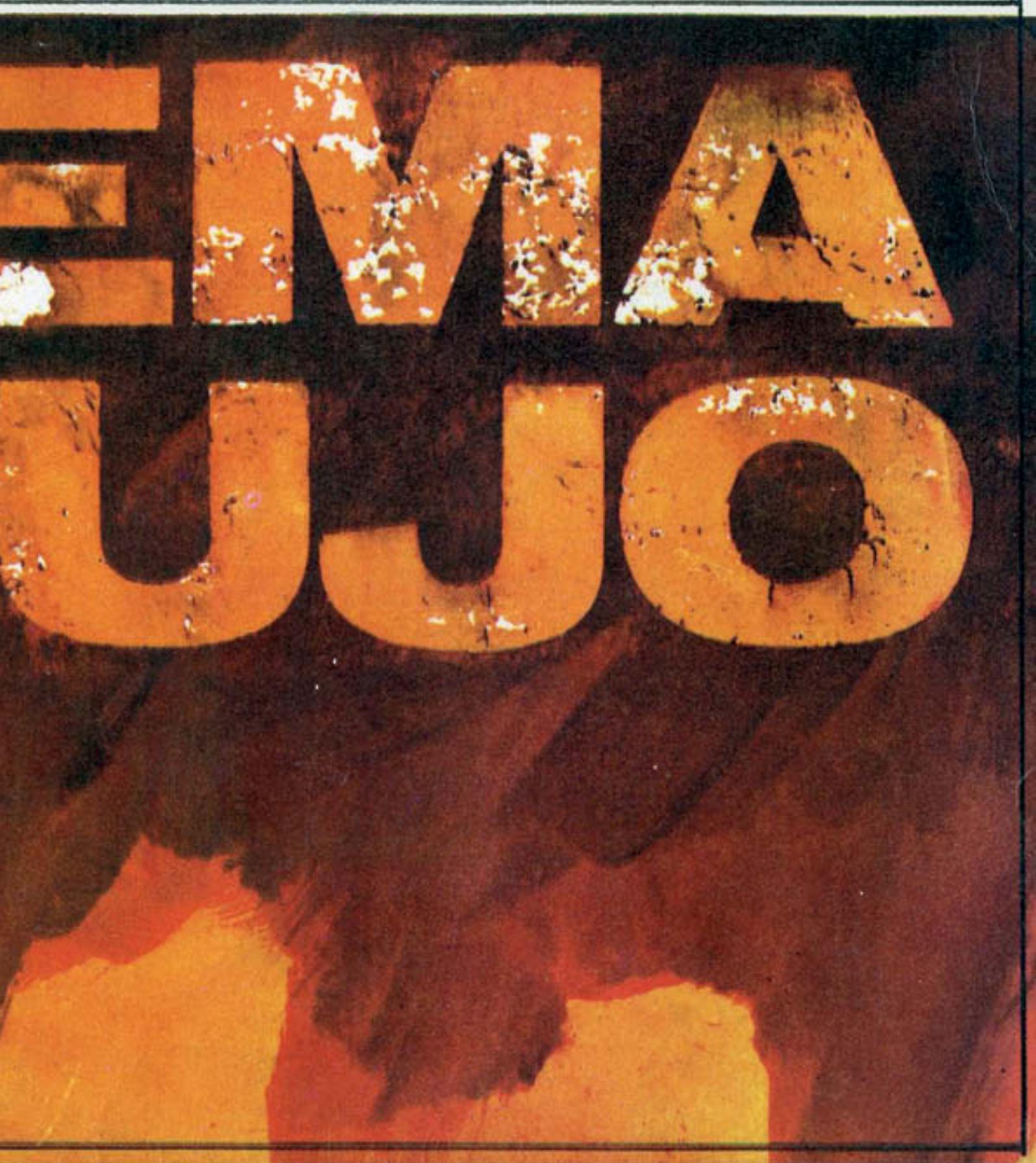
POES



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

REIRA GULLAR

EMMA
UJJO

The background of the page is a dark, textured brown. At the bottom, there are several irregular, brush-stroke-like shapes in a lighter, golden-brown or orange color. The overall aesthetic is abstract and artistic.

Vinícius de Moraes escreve

POEMA SU

Não adianta a gente querer desacreditar no Brasil, porque ele não deixa. Para não ir mais longe: se se pensar nos dez últimos anos, só no setor da música popular vemos surgir nomes de uma tal intendência que não há como pôr em dúvida a potencialidade criativa do país, mesmo nas circunstâncias menos favoráveis. De Chico Buarque a João Bosco, Paulinho e Maurício Tapajós, Ivan Lins, Toninho Horta, Eduardo Souto Neto, Luiz Melodia, Fagner e Belchior — isto depois de passar por Caetano, Gil, Gismondi, Paulinho da Viola, Milton Nascimento, Toquinho e João Donato (sem falar de outros de menos nome mas também de muita chispa, à espera de que as gravadoras lhes deem vez), os compositores populares brasileiros não têm deixado a peteca cair um só instante, pelo menos em nível de qualidade. Que país do mundo pode se orgulhar de possuir uma tão bela equipe? E note-se que para não estender demasiado o assunto, estou deixando de fora não somente os letristas mas também: sambistas de bossa mais nitidamente popular, como Martinho da Vila, Candeia e vários outros partideiros e enredeiros que, onde quer que se vá, pode-se contar com a presença de seu som. Sem falar que, se retrocedermos dois anos, podemos facilmente incorporar Edu Lobo, Francis Hime, Jorge Ben, Marcos Vale, Luiz Gonzaga Jr. e Dori Caymi: gente que também não brinca em serviço. E aí está mais atuante que nunca a figura extraordinária de Antonio Carlos Jobim, dando um banho de cultura e bom-gosto musical através de peças cada dia mais belas e requintadas, para não dizer eruditas, mas a que nunca falta um fulcro popular, artisticamente transposto para as mais altas esferas da música. Quem melhor que ele, digam-me! Michel Legrand? Jimmy Webb? Burt Bacharach? John Lennon? Lallo Shiffrin? Henry Mancini? Enzio Moriconi? Dimitri Tiomkin? Aqui, ô! — mesmo considerando que são todos grandes músicos, de rara técnica e mobilidade na escrita musical. Para mim, desde Duke Ellington, não aparece compositor com uma tal capacidade de engendrar beleza e captar o toque mágico da poesia em tudo o que faz. O único que o emparelha é, a meu ver, um outro latino-americano, um tremendo argentino chamado Astor Piazzolla.

É, minha gente... Deixem piar as corujas de certos setores da crítica especializada, a trescalar seu mau-hálito e o bodum de seu sectarismo, inveja e frustração de não criarem nada além de divisionismos e fofocas com que chamar a atenção sobre seus nomes, outramente desprovidos de qualquer aura. A verdade está aí, nesta cabeça de página, que não me deixa inventar nada.

Isso na faixa da música popular. Se nos voltarmos para a literatura, na área do conto surgiram uns poucos ótimos narradores: e basta citar Rubem Fonseca e João Antônio, porque Dalton Trevisan é bem anterior a 65. E que dizer então do aparecimento de Pedro Nava no campo da prosa, com esses incríveis *Baú de Ossos*, *Balão Cativo* e *Chão de Ferro*, livros em que o escritor mineiro, já de antes bom poeta,



Foto Editorial Atijveida

Ferreira Gullar é entrevistado por Vinícius de Moraes em Buenos Aires. O poeta maranhense, maduro e humano, que o coloca definitivamente entre os maiores nomes da literatura brasileira de

descortina o mais amplo, belo e rigoroso panorama de nossa literatura?

Até mesmo na pintura, que enfrenta uma crise histórica em âmbito mundial, manifestou-se a vitalidade de uma nova geração de artistas de que são exemplo Antônio Henrique Amaral, Humberto Espindola, João Câmara Filho e uns poucos mais, que retomam o vínculo com a realidade social e cultural brasileira.

Do cinema e do teatro nem é preciso falar. O teatro, sobretudo no período que vai de 65 a

68, deu uma extraordinária prova de macheza com o Grupo Opinião e o Arena, na renovação do nosso teatro musicado, e com o Oficina, de São Paulo, retomando o tropicalismo de Oswald de Andrade. Revelam-se dramaturgos como Plínio Marcos e José Vicente. E depois de um período de recuo, sob os golpes violentos da Censura, o teatro reaparece agora numa obra como *Gota d'Água* de Paulo Pontes e Chico Buarque, em que de novo texto e música se juntam para dar o recado.

Revista Manchete - 11.12.1976

JO DE VIDA



há anos fora do Brasil, escreveu a sua obra mais todos os tempos.

teceu há quase um ano atrás em Punta del Este, quando ouvi estarelecido uma bela garota brasileira (e esta não tinha sequer a desculpa de ser assim tão jovem, nos seus 23 anos...) perguntar o seguinte:

— Quem é Ferreira Gullar?

O caso é que eu tinha convidado um grupo de amigos para ouvir a gravação em K-7 do último e bellissimo poema de Gullar, chamado **Poema Sujo**, que o poeta lera para mim em Buenos Aires, em outubro do ano passado, e que mexeu comigo até a medula. Um poema de largo fôlego — 52 laudas datilografadas, contendo umas 13.000 palavras — em que ele, partindo de uma evocação da meninice em São Luís do Maranhão, sua cidade natal, atinge uma universalidade como não se via na poesia brasileira desde que Drummond escreveu **Sentimento do Mundo** e **A Rosa do Povo** — e lá vai pedrada... Eu, sinceramente — e justamente nesta época de supervalorização do som em detrimento da palavra — já havia perdido a memória da emoção poética num tal grau de intensidade: aquela sentida na primeira mocidade ao ler, por exemplo, Baudelaire, Rimbaud e Verlaine (e um pouco mais tarde Mallarmé); e depois, durante minha permanência em Oxford, Shakespeare, Donne, Blake e Keats; e mais tarde ainda, peças isoladas de Villon, Camões, Leopardi, Emily Dickinson, Walt Whitman, Ungaretti, Bandeira, João Cabral, Paulo Mendes Campos, Lorca, Apollinaire, Eluard, pouquíssimos mais. Ou quando, em 1949, no México, ouvi Neruda ler para alguns amigos os poemas de seu **Canto General**: isso depois do muito que eu já curtira **Residência en la Tierra**. Minha emoção poética se transferiu muito mais — em vista do verbo leucêmico ou verborrágico dos poetas novos, sua esterilidade ou mero tecnicismo — para as letras de Chico, Caetano, Gil, com música e palavras casadas em perfeito conúbio, muito mais próximas de uma sensibilidade popular, muito mais cheias de recado e de sentido, muito mais ternas, amorosas e amáveis. A poesia solteira tinha deixado de me interessar diante da impotência dos poetas para fecundá-la, para manchá-la de sangue, suor e sêmen, para banhá-la de lágrimas de amor, para cobri-la da saliva grossa de beijos apaixonados. De maneira que para mim o reencontro dessa poesia simples, orgânica, crua, fecunda, emocionante, — e paralelamente dotada de um grande poder de síntese; essa poesia nascida no quintal das palavras e escrita por esse que eu considero o último grande poeta brasileiro, me tocou até as vísceras. Justo no momento em que um bando de papanatas começa a querer decretar a morte da poesia, chega esse gavião maranhense, sem outra rapina que não aquela contra os predadores do homem, todo enrodilhado em sua própria magreza da qual sobram pernas e joelhos e braços e dedos e gênio poético e de repente alça vôo do telhado de sua casa em São Luís do Maranhão e se põe a planar sobre sua cidade, vendo tudo com olhos perfunctórios, translixiantes, capazes de ensergar através das pare-

des; logo baixando picado para observar um detalhe ínfimo, curioso ou dramático, desses que carimbam a infância e são arquivados no subconsciente para subitamente serem computados no ato de criação...

...e as facas se perdem e os garfos se perdem pela vida caem pelas falhas do assoalho e vão conviver [com os ratos e baratas ou se enferrujam no quintal esquecidos [entre os pés de erva cidreira e as grossas orelhas de hortelã.

E ainda:
...gotejar de água
um pio um sopro
de brisa
sem pressa
e por toda parte
se fabrica a noite
que depois nos envenena de jasmim.

Ou neste outro trecho, em que observa o funcionamento da noite, mas não apenas como fenômeno da natureza: também como agente determinante de ocorrências e modalidades do comportamento humano:

De noite, como
a luz é pouca,
a gente tem a impressão
de que o tempo não passa
ou pelo menos não escorre
como escorre de dia:
como se se desse uma interrupção
para que o Dr. Bacelar fizesse uma conferência
No Grémio Literário-Recreativo Português
uma interrupção
para que os operários da fábrica Camboa
descansassem um pouco
e se reproduziam nas redes
ou nas esteiras
amando-se sem muito alarde
para não despertar os filhos que dormem [no mesmo quarto.

E assim o poeta parte para verificar como, dentro do rigoroso ciclo astral, a noite muda para quem a está vivendo pelo avesso, dentro do caótico tempo humano:

E essa sensação
é todavia mais viva
quando se desperta tarde
e se depara com tudo claro
e já funcionando: pássaros
árvores, vendedores de verduras

Mas também
quando se acorda cedo e fica
deitado assuntando
o processo do amanhecer: os primeiros
passos na rua,

os primeiros
ruídos na cozinha
até que de galo em galo
um galo
rente a riós
explode
(no quintal)
e a torneira do tanque
de lavar roupa
desata a jorrar manhá.

SEGUIE

Estamos falando aqui do setor jovem, se bem nele estejam situados dois ou três coraças que aí se inserem não só por seu comportamento literário como por um descuido do tempo. São gente jovem, nesse sentido.

E no entanto, se perguntarmos a um verdadeiro jovem, de carne e osso, entre os 15 e 18 anos — eu arriscaria mesmo até os 20 — quem são esses homens, eles, por absoluta falta de formação, e informação, e com raríssimas exceções, não saberiam responder. Como acon-

A volta ao Brasil e a prisão

Eu fui preso em 1977. Eles já sabiam que eu tinha estado em Moscou. Tinham prendido outras pessoas, tinham torturado, interrogado. Quando eles tomaram conhecimento da minha volta, me prenderam. Eles queriam me castigar, como disseram lá na hora, quando eu falei para eles, se eles mostravam que sabiam de tudo, por que estavam me interrogando?

“Para o senhor saber que aqui não é a casa da mãe Joana que pode voltar como quiser e quando quiser.” E eu falei: “Então vocês são os donos do Brasil, é isso? Eu tenho que pedir permissão para voltar para minha terra?”. “Você vai ficar aqui preso.”

Mas era tudo bazófia, porque eles sabiam que, pela repercussão que teve a minha prisão, eles não iam poder me prender por muito tempo. Me soltaram dois dias depois.

Voltei a trabalhar e o Dias Gomes, meu amigo, preocupado com a minha situação econômica, conseguiu que eu fosse trabalhar com ele escrevendo novela para a Globo. Eu escrevi muito mais especiais e seriados, como *As Noivas de Copacabana*. O tempo todo que eu trabalhei na Globo, trabalhei junto com o Dias, quase sempre com ele. Quando ele morreu eu fui demitido.

Lançamento do *Poema sujo*, no Rio, sem a presença de Ferreira Gullar que estava no exílio. 1976. Cacá Diegues, Mário da Silva Brito, Mário Lago, Sérgio Augusto, Antônio Pitanga, Ziraldo, Darwin Brandão, Guguta Brandão, Zuenir Ventura, Tereza Aragão, Oswaldo Loureiro, Beth Mendes, Leon Hirszman, Arnaldo Jabor, Mary Ventura, Sabino Barroso, Nenen Werneck, Mário Cunha, Tereza Cesário Alvim, João Saldanha, Tereza Rachel, entre outros. Acervo: Cláudia Ahimsa.



CONFIDENCIAL

INFE B-2

N.º 1473/31/AC/77

FERREIRA GULLAR

11 MAR 77

2
101137

Em 10 Mar, FERREIRA GULLAR retornou ao BRASIL, de desembarcando no Galeão, procedente de BUENOS AIRES/ARGENTINA. No Aeroporto, à sua espera, estavam PRUDENTE DE MORAES NETO - Presidente da ABI, VILAS BOAS CORRÊA - Diretor da Sucursal de "O Estado de São Paulo" no RIO DE JANEIRO, ALBERTO DINES - Chefe da Sucursal das "Folhas" SP, MÁRIO CUNHA, e repórteres do "Jornal do Brasil", de "O Globo", "Veja", "Manchete", UPI, elementos vinculados aos meios artísticos, a esposa do nominado, TERESA ABAGÃO e seus filhos.

O jornalista, como se sabe, saiu do País ao ser instaurado o IPM sobre o Comitê Central do PCB, do qual era um dos coordenadores. Desde essa época o nominado ficou no exterior, mesmo quando absolvido pela Justiça Militar (Auditoria da Marinha) no aludido processo. Esteve no CHILE, ARGENTINA, PERU nos três últimos anos.

FERREIRA GULLAR é considerado um de nossos melhores poetas, com vários livros e trabalhos literários, gozando de conceito nos círculos intelectuais. É um dos fundadores do "Grupo Opinião", facção teatral do PCB no RIO DE JANEIRO, ligado a DIAS GOMES, MÁRIO LAGO, ODUVALDO VIANA FILHO, PAULO PONTES, e a outros elementos de esquerda do teatro. É Colaborador de "O Pasquim", de "Opinião" e outros periódicos. Na imprensa trabalhou no "Diário de Notícias" e pertence há anos ao quadro de redatores do "O Estado de São Paulo", empresa que o manteve todos esses anos, inclusive pagando salário mensal à família do nominado.

Fez cursos na URSS, sendo um dos militantes de PCB, em trânsito no movimento comunista latinoamericano. Foi tirado pelo PC Argentino do CHILE e depois mandado pelo Partido para o PERU e ali, devido a problemas do PC, voltou para BUENOS AIRES.

* * *

CONFIDENCIAL

O caminho para a Academia

Nos últimos anos alguns amigos insistiam sem parar, telefonavam quase toda semana para me convencer a entrar para a Academia. Eu decidi entrar porque me pareceu uma coisa assim... Já estava se tornando uma coisa arrogante eu dizer não a tantos convites e a tantas solicitações. A primeira solicitação deve ter uns trinta anos, e depois se sucederam várias outras.

A minha cabeça sempre foi outra, eu nunca fui uma pessoa com espírito institucional. Mesmo quando eu participei de instituições era fora das normas, eu não me enquadrava direito naquilo, eu nunca fui membro de instituições. A Academia Maranhense de Letras insistiu comigo, eu ainda estava lá, com vinte anos de idade, eles queriam que eu entrasse, mas eu não queria entrar — um pouco por ser rebelde, por um espírito antiinstitucional. Os anos foram passando e eu fui percebendo... A Academia mudou também, o espírito acadêmico mudou também, não é mais o que era quando eu comecei a escrever no Maranhão. À medida que eu fui conhecendo e que amigos meus foram entrando para a Academia Brasileira de Letras, eu vi que a Academia tinha se tornado outra coisa, e como instituição se tornou outra coisa.

Foto: Walter Carvalho.

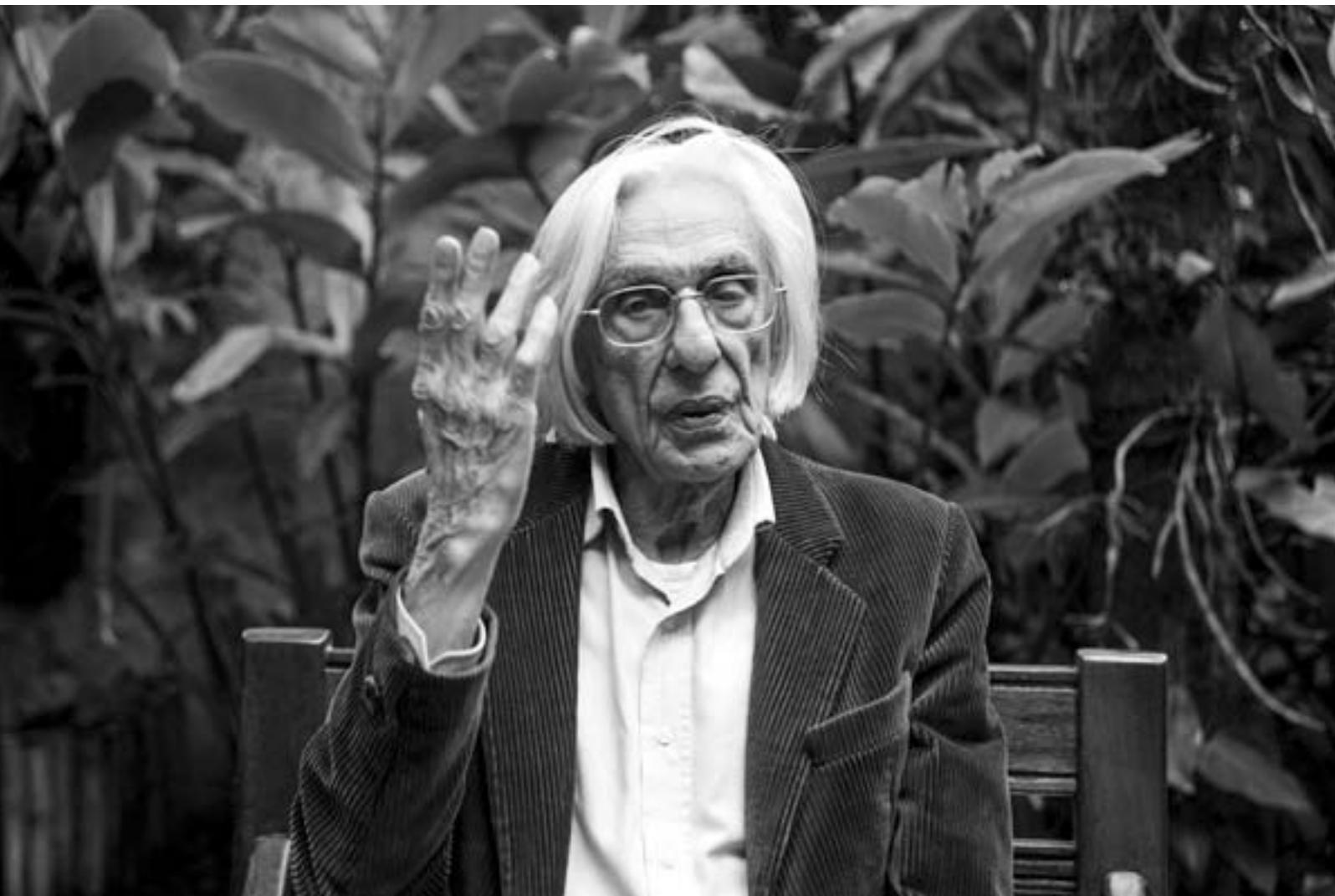


Hoje a Academia faz cursos para o público em geral, debate as questões, está aberta à frequência do público, coisa que antigamente, muito raramente acontecia ou não acontecia. A Academia mudou também o espírito dela, e uma coisa que eu verifiquei ao entrar para cá é o seguinte: a Academia é muito mais popular do que a gente imagina. Desde que eu entrei para a Academia, as pessoas mais inesperadas me cumprimentam na rua. Logo depois que eu fui eleito, tem uma feira perto lá de casa, eu desci para comprar frutas e quando eu cheguei, o cara que vende fruta disse: “Poeta, parabéns por entrar para a Academia, agora é imortal”. E o outro vendedor de verdura: “O nosso poeta!”.

O que eu me convenci é o seguinte: a crítica literária é a consagração erudita do escritor e a entrada para a Academia é a consagração popular do escritor. Ao contrário do que se pensa. Na realidade a Academia é que é a consagração popular.

Eu só quero dizer que tenho muito prazer de ter entrado para a Academia, que é uma instituição agradável de se estar, de participar dela. As pessoas são gentis, são pessoas realizadas, são pessoas que não estão disputando mais nada e, conseqüentemente, têm essa generosidade que é necessário ter no trato com os outros.

Foto: Walter Carvalho.



Retrato de Ferreira Gullar

Ei, poeta! Oi, imortal!

Adriana Calcanhotto

Poetisa, compositora e cantora.

Era adolescente em Porto Alegre quando ouvi na rádio Fagner cantando “Traduzir-se”, poema de Gullar que ele musicou e gravou. Ouvia rádio popular em casa desde criança, assim como ouvia jazz e música erudita com meus pais. Mas nada era parecido com o que eu acabara de escutar, sozinha, lavando a louça com o radinho na pia. Aquilo estava entre um mundo e o outro sem ser nada daquilo que eu já ouvira antes. Fiquei com aquele osso pra roer meio que até hoje, que é o que fazem com a gente os bons poemas. Foi essa gravação, esse choque, que me trouxe para o mundo da canção. Eu pensei comigo: quero fazer isso. Era o começo dos anos 1980, ditadura militar no Brasil portanto, e o poder das canções era muito grande, não só no aspecto linguístico-musical e na capacidade de conectar pessoas, mas como objeto de pensamento mesmo.

Gullar andava pelos programas das TVs dando entrevistas, falando de sua vida, do exílio, de seus métodos, de suas questões sociais, artísticas e existenciais. De modo que quando o conheci já o conhecia. Tanto é que não lembro do nosso primeiro encontro. As nossas conversas eram fluidas e tinham pausas silenciosas, denotando intimidade e calma. Era um homem sofrido, sério, seco às vezes, mas tinha humor. Tenho fotos em que estamos às gargalhadas e sempre rindo de nós mesmos e não dos outros.

Ele tinha um jeito de atender ao telefone com uma técnica que tento até hoje imitar sem conseguir, que é uma entonação ao dizer “alô” que fazia a pessoa que ligou entender claramente “é bom que seja muito importante, muito interessante o que você tem a dizer e que tenha valido a pena eu largar o meu poema e levantar para vir atender a essa ligação”. Daí vinha uma pausa, um “gulp”, e nem cabia um “tudo bem?” — a vida é curta, estamos sobre um grão de areia girando no cosmos, ele teve a família destrozada, exilado por perseguição política, não há que se perguntar numa conversinha cotidiana e automática se tudo está bem, vamos ao que interessa. Aprendi muito com ele a bancar as escolhas.

E o melhor de tudo, ele tinha uma pasta de papelão com os poemas que amava, de diferentes poetas, de todo tipo (que depois publicou com o título *O prazer do poema — Uma antologia pessoal* pela Edições de Janeiro em 2014). Muitas vezes me apresentando junto com ele ou só indo assistir a uma palestra, pude vê-lo escolher um daqueles poemas da pasta de papelão na hora, tocado por alguma memória ou para dar um exemplo de métrica ou de rima, de forma ou de estrutura.

Tive o privilégio de desfrutar da leitura do mesmo poema em diferentes situações e estados de espírito do poeta, o que foi em si uma verdadeira faculdade. Ainda o amor pelos gatos nos unia e esse era um assunto recorrente. Do seu lindo livro *Um gato chamado Gatinho*, musicuei um punhado de poemas e depois alguns inéditos do Gatinho que ele escreveu depois do livro publicado, sendo que já tínhamos, vamos dizer assim, parcerias “adultas” feitas.

O mês de fevereiro, que amo, para o qual ele escreveu um poema assombroso, “Verão”, com seu “vai morrer, não quer morrer”, e me fez ver que gosto do calor tórrido que faz em fevereiro sim, mas também do manco, do defeituoso, do sabor suicida da carne do Ricardo III dos meses.

Depois dos encontros, nos jantares, o poeta mais espalhava a refeição no prato do que comia, não dava bola nenhuma pra comida. Essas coisas fazem falta, mas a poesia dele está viva, o recado está dado e às vezes eu penso que é melhor mesmo que ele não precise ler certas notícias.

Quando foi eleito para a ABL, passou a ser abordado pelas pessoas na rua. Os pedintes, os camelôs, os mendigos da rua em Copacabana em que ele viveu por muitos anos e que nunca falaram com ele antes, no que ele virou Acadêmico, passaram a chamá-lo “ei, poeta!”, “oi, imortal!”. Ele ria.

Como dizia o grande filósofo brasileiro Chacrinha, quem não se comunica, se trumbica, e de não se comunicar o meu amigo nunca poderá ser acusado. ●

Girafas. Colagem de autoria de Ferreira Gullar.



Verão

Este fevereiro azul
como a chama da paixão
nascido com a morte certa
com prevista duração

deflagra suas manhãs
sobre as montanhas e o mar
com o desatino de tudo
que está para se acabar.

A carne de fevereiro
tem o sabor suicida
de coisa que está vivendo
vivendo mas já perdida.

Mas como tudo que vive
não desiste de viver,
fevereiro não desiste:
vai morrer, não quer morrer.

E a luta de resistência
se trava em todo lugar:
por cima dos edifícios
por sobre as águas do mar.

O vento que empurra a tarde
arrasta a fera ferida,
rasga-lhe o corpo de nuvens,
dessa sangra-a sobre a Avenida

Vieira Souto e o Arpoador
numa ampla hemorragia.
Suja de sangue as montanhas,
tinge as águas da baía.

E nesse esquadramento
a que outros chamam verão,
fevereiro ainda em agonia
resiste mordendo o chão.

Sim, fevereiro resiste
como uma fera ferida.
E essa esperança doida
que é o próprio nome da vida.

Vai morrer, não quer morrer.
Se apegar a tudo que existe:
na areia, no mar, na relva,
no meu coração — resiste.

Do livro *Dentro da noite veloz*. Editora Companhia das Letras.

A morte do Ivan Junqueira foi um fator decisivo para a minha entrada na Academia, porque nós éramos amigos de muitos anos, nos telefonávamos... Era uma coisa de amizade, da admiração que eu tinha pelo trabalho intelectual dele como ensaísta, como poeta, como crítico literário. A morte dele foi um choque para mim, primeiro eu não sabia de nada, foi uma surpresa absoluta e me comovi de uma maneira... Na hora que eu soube da morte dele, veio na minha cabeça, eu pensei assim: "Se eu tenho que entrar para a Academia, que seja no lugar do Ivan, do meu querido amigo".

Eu participo das reuniões na Academia, neste ano vou fazer uma palestra sobre *Dom Quixote*, que eu traduzi e adaptei. O Secchin [Antonio Carlos Secchin] me convidou para fazer uma palestra sobre *Dom Quixote*. Eu não sou especialista em *Dom Quixote*, eu fiz a tradução a pedido de uma editora de um amigo meu, mas eu sempre li e reli *Dom Quixote*, evidentemente é uma obra incrível, uma obra-prima da literatura.

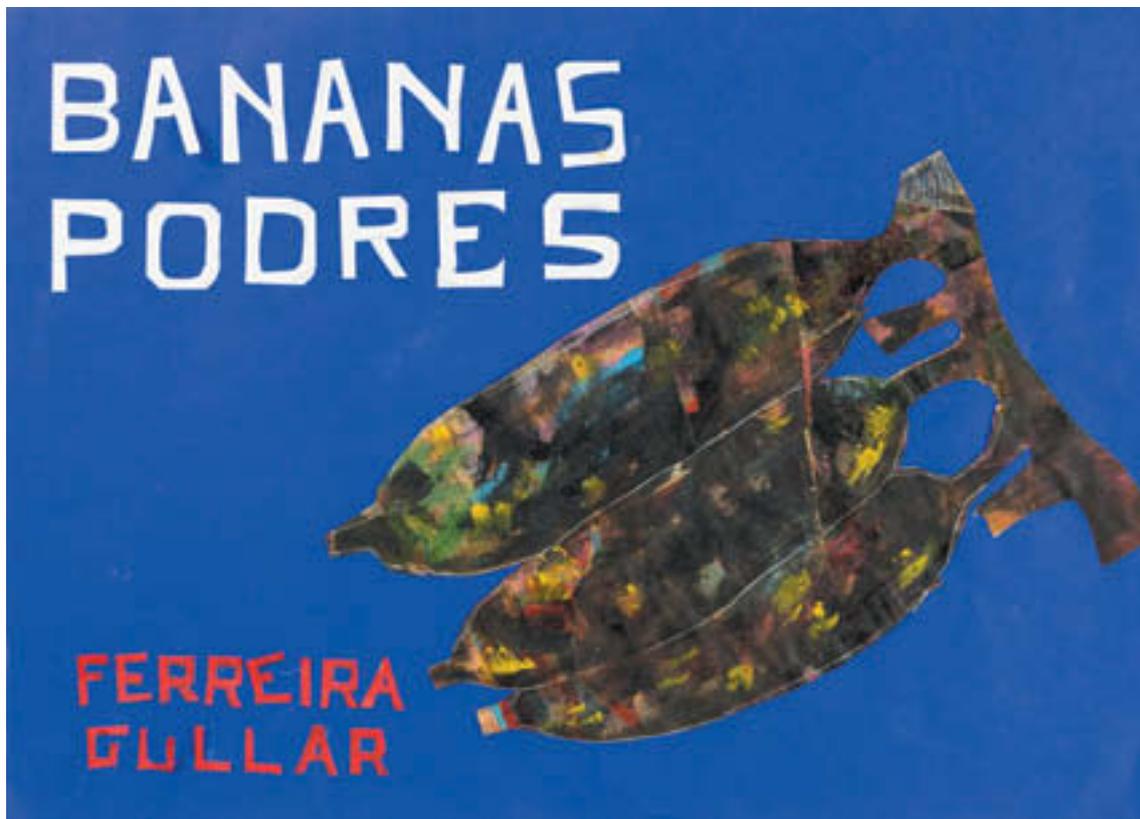
No que eu puder colaborar, eu colaboro na Academia, mas está dentro das minhas limitações, inclusive de tempo, porque eu não estou aposentado, eu colaboro na *Folha de S. Paulo*, para a Rádio Cultura FM de São Paulo, eu faço palestras, eu dou cursos... É uma coisa que eu estou sempre muito ocupado, sem contar as pessoas que telefonam para mim sem parar pedindo isso, pedindo aquilo, pedindo entrevista, pedindo prefácio — é um tormento.

O crítico e o artista

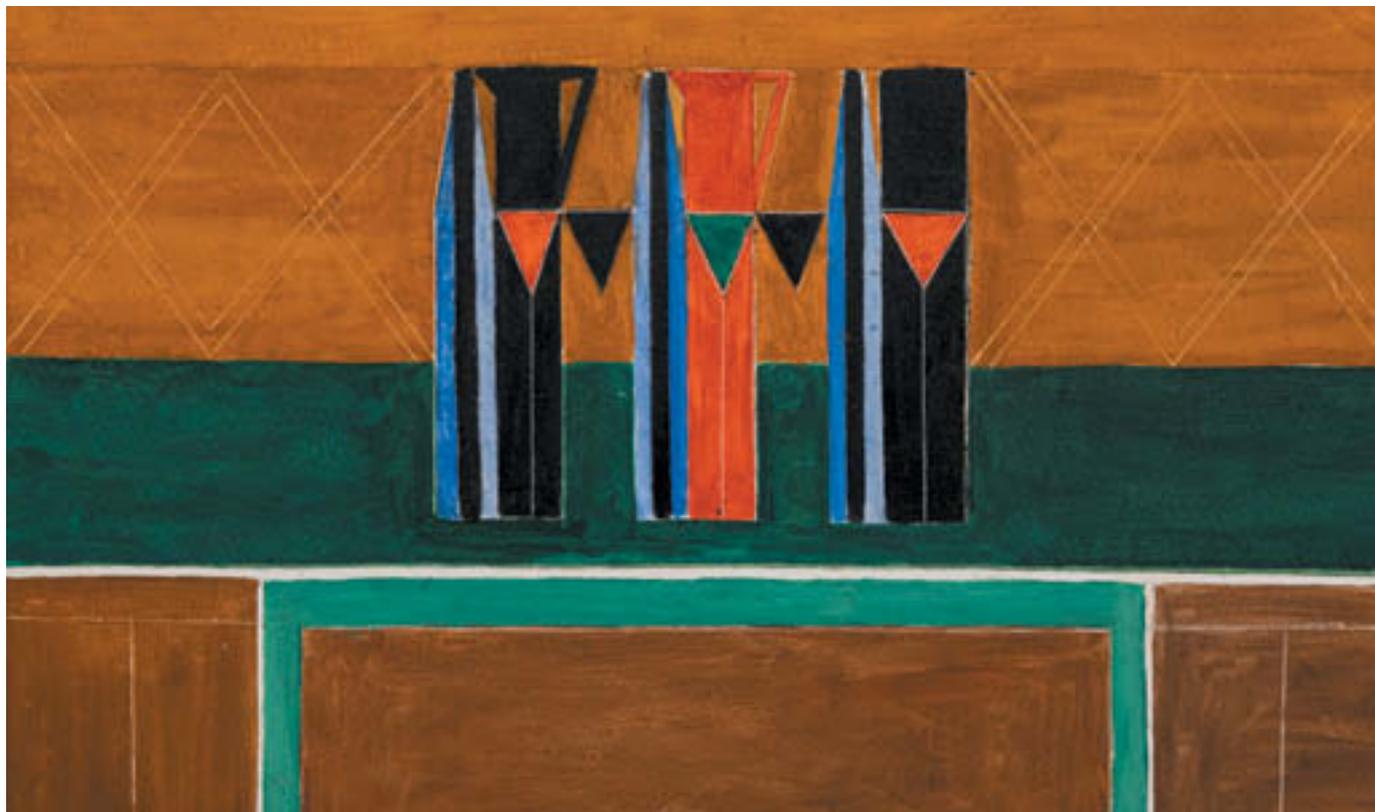
Na verdade eu me meti numa porção de coisas. Cada vez que eu me envolvo com determinado assunto, eu me entrego inteiramente àquilo. O meu interesse pelas artes plásticas se mostrou desde os treze, catorze anos de idade, antes até do meu interesse pela poesia. Eu passei a maior parte da minha vida como crítico de arte, estudando a arte mais do que a literatura. Eu li muito mais sobre artes plásticas do que sobre literatura ou sobre qualquer outro assunto, tanto que a minha profissão, além de jornalista, é o crítico de arte que eu fui durante a vida inteira.

Eu frequentemente escrevo ainda, embora a crítica, eu acho que já não exista mais, porque como acabaram com as artes plásticas... Urubu mandado para a bienal e casais nus no Moma, quer dizer, não dá mais para fazer crítica de arte. Escrever o quê? Casais nus no Moma é obra de arte? Mas se puser em casa não é obra de arte, então é o museu que transforma o casal nu em obra de arte? É o museu? Então, que diabo de vanguarda é essa que é a instituição que faz dela a arte? É um negócio sem pé nem cabeça, é uma maluquice.

Então eu não levo a sério isso, eu sei que não pega bem ser contra a novidade, porque aí o cara é acadêmico... mas eu, durante toda a minha vida, minha vida toda mostra que eu nunca fui o cara contra as inovações, nunca fui. A minha vida inteira eu fui a favor da busca, da descoberta da coisa nova, a minha vida inteira. Então eu não estou preocupado com isso. O que eu não posso é realmente contrariar o meu modo de perceber, de sentir as coisas depois de uma vida inteira

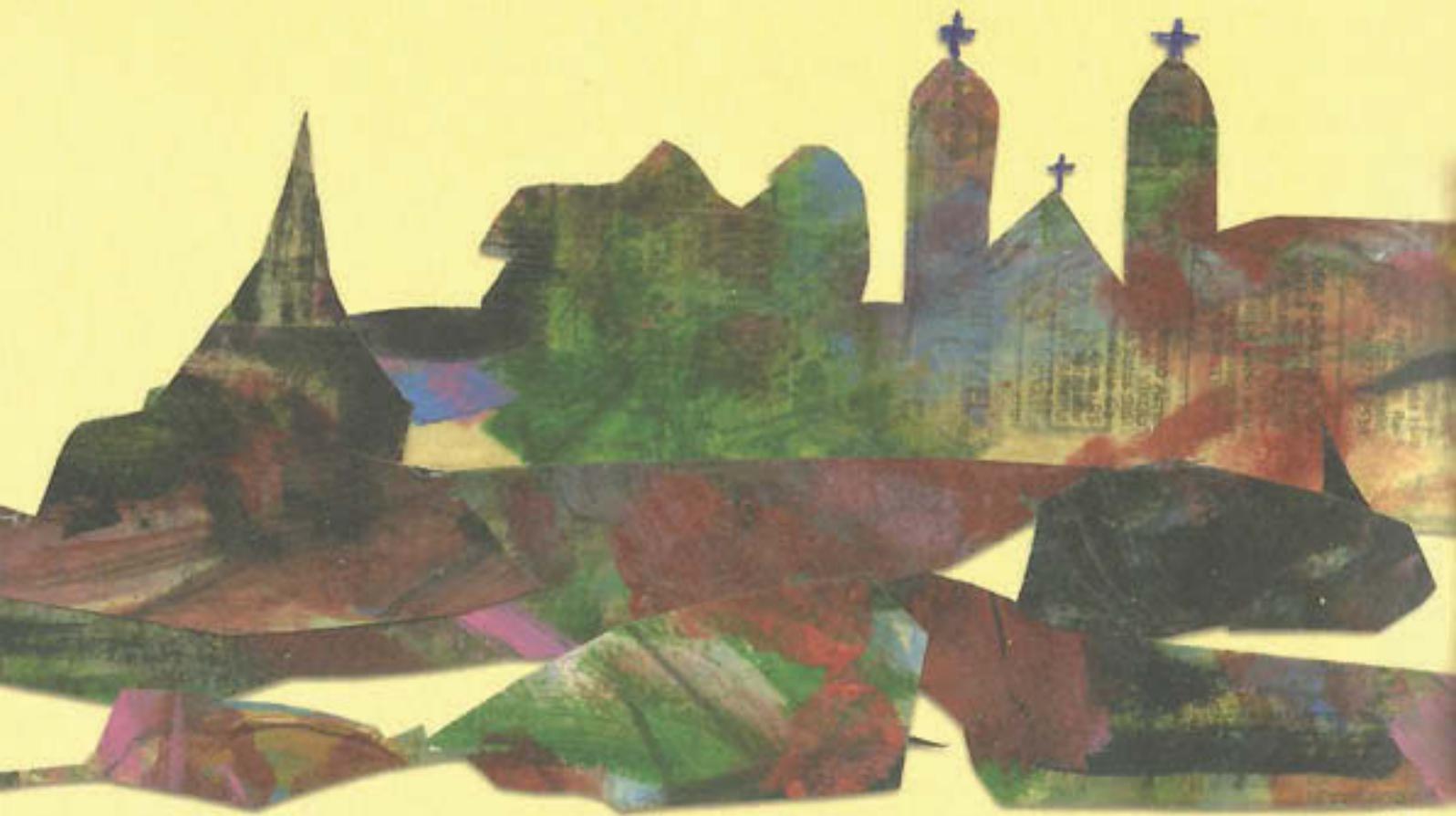


Capa do livro *Bananas podres*. Acervo: Cláudia Ahimsa.



Pintura Ferreira Gullar. Acervo: Vera de Paula e Zelito Viana.

Fora
no alto
nos céus de São Luís
o tempo zune
luzindo acima dos telhados
manchados de musgos



e
detalho
deles
num sobrado da rua das Hortas
como feras
bananas azedam em suas roupas negras
e ali
na polpa
o açúcar acelera a vertigem
em direção ao caos



estudando essas coisas e me dedicando a elas, e de repente mudar porque está na moda fazer de conta que está fazendo arte. Isso aí não, isso não tem cabimento. Não aceito fazer isso em hipótese alguma.

Eu nunca planejei nada, tudo que eu fiz nasceu sem eu ter planejado... Meio por acaso, meio por necessidade. Eu nunca planejei nada, eu nunca falei: “Quero escrever um poema que tenha cem páginas”, eu nunca pensei nada disso. E hoje quando eu vejo, eu estou na Academia Brasileira de Letras, imagina... Eu jamais imaginei que isso fosse acontecer comigo, que eu fosse apresentado como candidato ao Prêmio Nobel, imagina, eu, periquito da rua dos Prazeres? Imagina...

Eu nunca planejei nada disso. Agora com alegria eu vejo as coisas acontecendo, mas também não me engano, as coisas são relativas às opiniões que as pessoas tenham. Isso não quer dizer que eu mereço tudo isso, não quer dizer nada, alguns acham, outros não acham e com razão, e é assim.

Eu sinto prazer em fazer as coisas, e faço o que eu faço em matéria de arte sempre com prazer. De modo que essa é uma das razões por que eu não entendo que alguém faça arte com o objetivo de torturar as pessoas, de fazer uma coisa horrível, degradante, eu não entendo. Outra coisa que eu observo é que as pessoas que fazem isso não põem isso em sua sala, o cara põe cocô na tela, mas na casa dele ele põe Mondrian, Di Cavalcanti, Portinari, Maria Leontina, é tudo de araque, é tudo de mentira.

Eu não posso decidir “eu vou agora escrever um poema sobre tal coisa...”. Não, não dá. Posso escrever, mas não vai sair uma coisa de qualidade, porque a poesia nasce do espanto, ela não nasce de uma coisa racional, de uma decisão objetiva sua, ela nasce de alguma coisa inesperada dessa descoberta da vida. Se isso não acontece, a gente não escreve. Eu não escrevo. Pelo menos comigo é assim, e como nunca mais eu me surpreendi, me espantei mais com as coisas... Eu estou me espantando com o desastre político brasileiro, eu estou me espantando com o governo atual e com o desastre econômico e político, mas aquele espanto criativo da poesia não apareceu mais. ●

Esta entrevista foi conduzida pela historiadora Angélica Müller, em 2015.

Você pode acompanhar este e outros depoimentos de Acadêmicos no podcast *Conversas imortais*, uma parceria da Rádio Novelo com a Academia Brasileira de Letras.

Retrato de Ferreira Gullar

As galáxias e as gavetas

Antonio Carlos Secchin

Ocupante da Cadeira 19 na Academia Brasileira de Letras.

Há poetas que sobrevivem graças a um único poema. Outros nem chegam a tanto: a posteridade deles acolhe uma solitária linha. “Depois de um longo e tenebroso inverno”, de Guimarães Jr, é verso que sobrevive há muitos verões. O nome de Francisco Otaviano só não passa em brancas nuvens porque lhe coube pioneiramente registrar, em “Ilusões da vida”, o desalento de alguém que “passou pela vida em branca nuvem”. E há o caso de poeta salvo por uma rima: Júlio Salusse, que uniu para sempre o par “cisne/tisne”.

Mesmo na produção de autores de maior consistência é quase inevitável a presença de poemas que se sobreponham à obra inteira. A “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias e “Meus oito anos”, de Casimiro de Abreu, são exemplos de textos cuja ressonância ultrapassa tudo mais que ambos tenham escrito. Os escritos antológicos, se, por um lado, perpetuam o nome do escritor, por outro tendem a fazer-nos esquecer do restante de sua bibliografia, dando-se o não lido pelo lido. Em “Legado”, Carlos Drummond de Andrade, ironicamente, previu que, de tudo que fizera, restaria apenas uma pedra que havia em meio ao caminho. Manuel Bandeira, para poupar o tempo dos pósteros, tratou de montar, valendo-se dos supostamente melhores versos de sua lavra, um poema a que intitolou “Antologia”.

Num universo poético tão multifacetado quanto o de Ferreira Gullar, seria difícil elegermos um texto-síntese. E síntese de quê? — se no processo de sua escrita o poeta é o primeiro a desautorizar a soberania de uma única voz ou de um só e inamovível ponto de vista? A precariedade e a incerteza são atributos por demais prementes para que deles o poeta possa abrir mão. Se é difícil que um texto condense um autor, certos escritos, todavia, parecem conter, em larga medida, as questões cruciais a que o escritor sempre retorna. Muitas dessas questões, no caso de Gullar, convergem para “Traduzir-se”.

“Traduzir”, etimologicamente, significa “conduzir para o outro lado”, e é desse trânsito que o poema se ocupa, implicando, na operação, o próprio sujeito, através do “se” reflexivo.

O poema, em aparência bastante simples, desdobra o embate entre os princípios da ordem e os da desorganização, que se alojam, respectivamente, nos dois versos iniciais e nos dois finais de cada uma das cinco primeiras quadras.

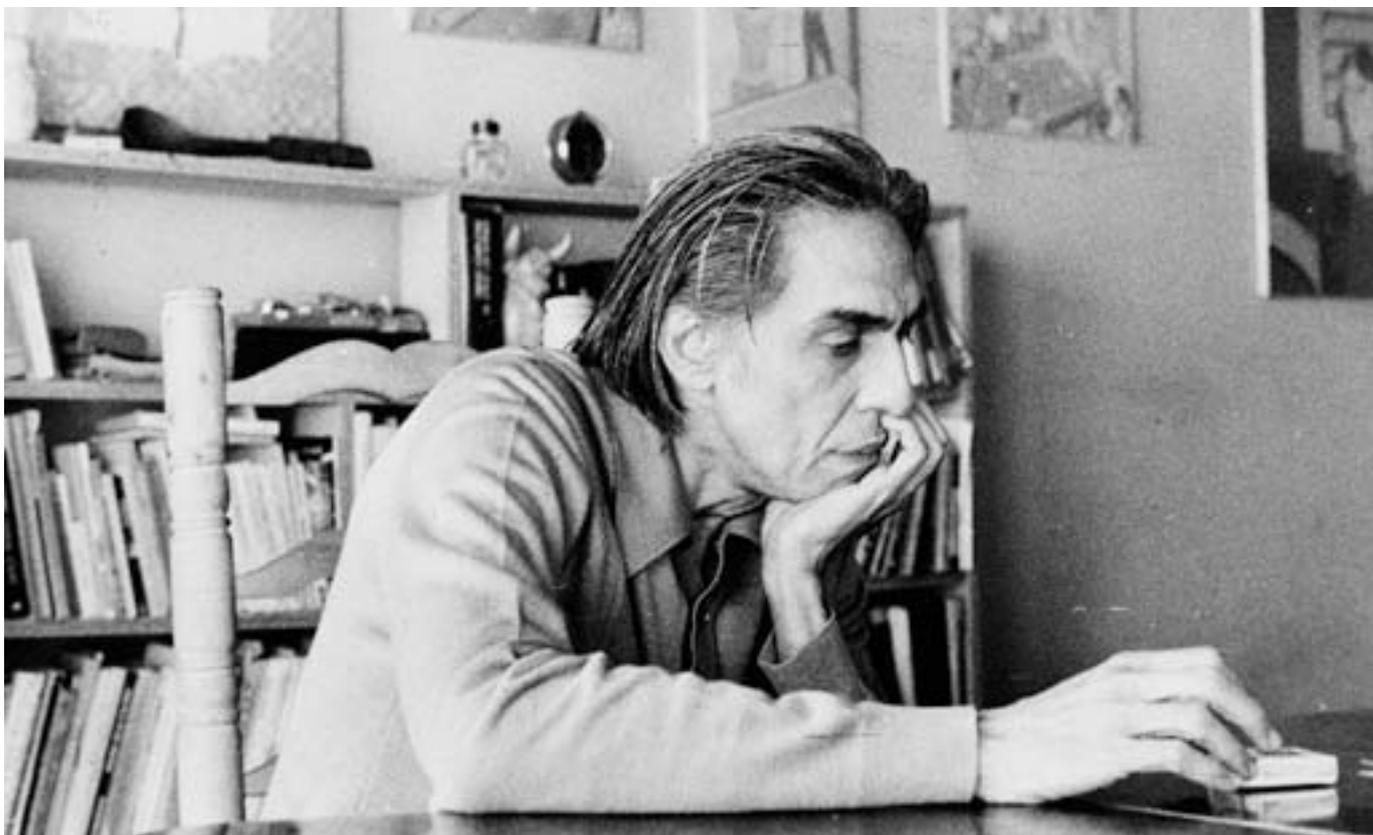
Nos versos 1 e 2, o sujeito se define por aquilo que compartilha com as demais pessoas, numa série de ações e de situações tacitamente referendadas pelo senso comum: ele pesa, pondera, almoça, janta, é permanente. Nos versos seguintes, residem a dessemelhança, as marcas associadas: fundo sem fundo, estranheza, solidão, delírio.

Ora, tal movimento, ao chancelar um regime binário, apoiado em polarizadas configurações, manteria ambos os lados como instâncias inarredáveis, sem o horizonte de travessia a que o tra(ns)-duzir acena. Antes de vermos como o impasse vai-se equacionar, observemos que o confronto entre o campo da regularidade e o do desvio se incrusta na própria composição do poema.

Não por acaso, os desregramentos formais ocorrerão nos versos 3 e 4, exatamente aqueles que, do ponto de vista semântico, expressarão o dissenso e a dissimetria. Assim, nas quadras, todos os versos 1 e 2 apresentam-se, invariavelmente, com 6 e 4 sílabas; na outra parte, versos 3 e 4, a métrica foge ao padrão, oscilando entre 2 e 6 sílabas. Também a rima, no enlace dos versos 2 e 4, reflete os dois movimentos: ora abriga a regularidade (mundo/fundo; multidão/solidão; permanente/repente), ora se expressa em divergência fonética (pondera/delira; vertigem/linguagem). Expressivamente, a rima passa a “delirar”, ou transviar-se, quando surge a palavra “delira”. A própria estrofação registra o compasso oscilante entre a tendência à ordem e a deriva do desvio, na medida em que, após cinco quadras, o poema se encerra com uma quintilha.

A confluência e a porosidade recíproca de espaços ditos impermeáveis já se prenuncia, porém, no campo da forma. O sinal gráfico que cinde os dois territórios (ao cabo de cada verso 2) é um ponto e vírgula: sinal sem a fluência sintática

Acervo: Cláudia Ahimsa.



que a vírgula encadeia, mas também sem o caráter incisivamente demarcatório que o ponto estabelece. Ademais, ao lermos a sexta estrofe, constatamos que, pela primeira vez, os versos 1 e 2 consignam a invasão da “outra parte”, a do descontrole, no território textual até então reservado ao equilíbrio; portanto, na estrofe 6, o “primeiro lado” do poema, ao acatar a intrusão da vertigem, já exhibe uma parte dentro da outra parte, antecipando aquilo que o conteúdo do texto vai, por fim, propor: o imperativo da superação de barreiras entre o que seja da ordem pessoal (vertigem) e o que seja da ordem do coletivo (língua).

A última estrofe insinua, interrogativamente, que a arte é a região em que as antinomias perdem força, em prol de um horizonte avesso à compartimentação dos contrários. Não se trata de traduzir algo *para* outra coisa, circunstância em que o “algo” se perderia, diluído na coisa para a qual foi traduzido; trata-se de traduzir algo *em* outra coisa, circunstância em que o “algo” lá se mantém, mesclado àquilo no qual se transforma.

Se fracionarmos a palavra “parte”, descobriremos que ela contém a palavra “arte”. Atente-se, porém, para o fato de que, para chegarmos à arte, não basta dividir convencionalmente as “partes”: se fizermos o que a norma preconiza, eis-nos de volta, na primeira sílaba, ao “par-”, ao binário. Duas partes são muito pouco para dar conta de todos os lugares que a poesia pode invadir. É o que se percebe em “Traduzir-se” e na própria obra de Ferreira Gullar. O título de seu livro recém-lançado, *Em alguma parte alguma*, reforça a vocação nômade da palavra poética, igualmente perquiridora do silêncio inacessível das mais obscuras galáxias e do cheiro de alfazema aprisionado em alguma velha gaveta alguma de São Luís. ●

Acervo: Cláudia Ahimsa.



Luminosa manhã em São Luís

Maria Amélia Mello

Editora de livros e escritora.

Ferreira Gullar acabava de chegar ao país, no final da década de 1970. Ele voltava de um conturbado exílio e ainda enfrentava os sobressaltos de sua opção política. Essa dor fermentou sementes para a sua grande obra, *Poema sujo*, publicada em 1976, pela Civilização Brasileira, de Ênio Silveira. A noite de autógrafos, numa livraria carioca, reuniu muita gente, um verdadeiro ato de contestação, mas sem a presença do autor, ainda escondido numa interminável noite veloz em Buenos Aires. Era uma maneira de denunciar o que sofria o poeta e de abrir caminho para a sua volta definitiva, sem represálias.

Numa coincidência de datas, em 1977, eu retornava de uma bolsa de estudos na Europa, após me formar em Jornalismo pela PUC do Rio, e era editora do Suplemento da *Tribuna da Imprensa*, tabloide literário que saía todos os sábados. Meses depois, recebi uma ligação inesperada de Ênio Silveira e aceitei o desafio de estruturar o departamento de imprensa da editora. Foi quando conheci Ferreira Gullar. Ali, numa casa antiga de Botafogo, iniciamos uma amizade.

Mais tarde, convivi, também, com José de Ribamar Ferreira, nome que consta apenas nos documentos e registros oficiais. José de Ribamar e Ferreira Gullar se entenderam bem ao longo de 86 anos e, apesar de eventuais desencontros, tinham a nítida convicção de dividir seus espaços na vida e na criação. Para mim, foi o mais plural e *singullar* amigo que tive. Não se parecia mesmo com ninguém, aquele homem magro, estatura mediana, pesando em torno de cinquenta quilos, cabelos lisos, dedos longos e finos, passo apressado, decidido até o fim. Aprendi a gostar dos dois.

Gullar andava por Copacabana, onde morou por muito tempo, num hoje conhecido prédio de número 49. Era um entre tantos, mas era *ele*, com a sua *singullaridade*. Mesmo sem saber, ou querer, deixava uma presença por onde passava. As pessoas olhavam para trás, para vê-lo de novo, o acompanhavam com os olhos, paravam para cumprimentá-lo, acenavam na suposta intimidade da vizinhança. Não passava incógnito e essa demonstração explícita — por que não, invasiva? — não o incomodava. Sorria, balançava a cabeça, distraía-se. Em um de seus poemas, expressa: “apenas um homem comum”. Lá vai o poeta.

Certa vez, percorrendo as calçadas incertas do bairro, deu de cara com um morador de rua, chutando freneticamente um carro estropiado e abandonado, pertinho de sua casa. Ao vê-lo, o rapaz estancou de repente os movimentos repetidos, afrouxou a raiva e encarou aquele homem indefeso, ali na sua frente. O poeta parou para entender o que acontecia e, acuado, já se imaginou apanhando, sem a menor possibilidade de fuga. Para sua surpresa, o prenúncio da violência se dissolveu no gesto do agressor, que de braços levantados, gritava exaltado: “Ferreira Gullar, Ferreira Gullar, tão famoso e eu não sei quem é”.

Quando perguntado se era o poeta Ferreira Gullar, costumava responder, com ironia, mas deixando escapar uma verdade camuflada: “Às vezes”. É isso mesmo, não se pode ser poeta 24 horas por dia, em permanente ebulição e delírio. Quem aguentaria? Mas, com certeza, experimentar, dia e noite, estado de criação latente, percorria aquele corpo frágil.

Não se pode dizer que a vida dos dois — José de Ribamar e Ferreira Gullar — tenha sido fácil, mas pode-se afirmar, pelo que presenciei em diversos momentos, que a vocação de *ambos* era a felicidade. Não foi por outro motivo que sua frase — “Não quero ter razão, quero ser feliz” — virou moda e mote entre os jovens, estampada em camisetas.

Testemunhei, em muitas ocasiões, a reação de seus admiradores, muitos ainda adolescentes, futuros leitores de uma poesia que se escrevia ao correr dos fatos, aos cheiros e sons que acendiam nele, um espanto. Podia ser um exalar de jasmim, de uma tangerina ou mesmo no fundo de uma loja empoeirada, em algum canto esquecido do Centro da cidade. “Quando sou tomado por um espanto que parece revelar-me um lado ainda não percebido do real, tento escrever poesia.”

Sabe-se, ainda, que gostava de gatos, um em especial, o já famoso Gatinho, que até mereceu um livro só para ele. Como costumava visitar Gullar com frequência, eu logo percebi que o felino, arisco, reivindicava sua posição no apartamento, não deixando dúvida de sua soberania. E era tanto privilégio que, por decisão do acaso, tornou-se parceiro do escritor. Explico: tudo que lhe caía nas mãos — pastas coloridas, papéis especiais, cartolinas —, Gullar transformava em colagens, que produzia movido pelo prazer de criar. E eram rigorosas, estéticas. Bonitas, enfim. Mas, certa vez, absorvido na simples elaboração artesanal — papel, tesoura e cola! —, o telefone interrompeu a quietude da sala. Ao retomar o que estava fazendo, ainda em processo de seleção, se daria conta de que o que havia deixado por colar, agora, era outra coisa. Num instante, o poeta entendeu a *parceria* do Gatinho, que, seguindo seu instinto, empurrava, com as patas, os papeizinhos soltos para lá e para cá, numa brincadeira tão comum aos gatos. Gullar deu a ele, com bom humor, a coautoria daquela colagem.

Essas histórias — e outras tantas — amenizam a fama de mal-humorado que tinha. Ele era avesso à mesmice ou preguiça mental. Gostava de trocar ideias, era um provocador, não temia as polêmicas políticas ou artísticas; gostava de firmar sua independência, voz própria, e era implacável com as injustiças, a indignidade. Essa atitude é uma escolha corajosa, que, entre nós, leva ao distanciamento, a um caminho solitário. Mas, estava sempre disposto a rever o que o tempo cristalizava, de rever a si mesmo — por exemplo, quando decidiu que aceitaria entrar para a

Academia, em 2014, após tantas recusas. A verdade é que nunca se trancou em casa, em si mesmo, indiferente ao que ocorria no país ou no planeta: participava de feiras literárias, dava depoimentos, visitava escolas.

Fui sua editora por muitos anos e nosso diálogo profissional era integrado. Uma sugestão, uma ideia, um projeto, tudo era bem recebido. Sim ou não, faço ou não faço, a resposta tinha rumo certo. Algumas vezes, na ansiedade de ter, pronto, o livro inédito, eu não resistia e perguntava, assim, entre um feixe de palavras descompromissadas. A resposta chegava direta: “O livro só fica pronto, quando está pronto”. Era a nossa senha para não mais indagar. Em uma ocasião, dando entrevista a um jornal de São Paulo, o repórter quis saber do livro em andamento. No laço, fazendo graça e referência a mim, sem, contudo, me citar, disparou um “nem fala nisso, senão minha editora vai logo me cobrar”.

Em 1999, partimos em caravana de amigos e jornalistas para o Maranhão, a única viagem de avião que fizemos juntos. Não é segredo para ninguém que Gullar não gostava de voar. Tinha medo, sejamos francos. Em São Luís, fomos guiados por ele a percorrer as ruas, espreitar seu passado mais remoto, num passeio único pelas memórias do José de Ribamar, que lá viveu por vinte anos, e mais, pelo senso poético de Ferreira Gullar, que deu — e dela extraiu — poesia aos cantos da cidade, seus becos e passagens. Pensei comigo: era como se ele escrevesse, em voz alta, o *Poema sujo*, matriz e raiz de sua existência, sua infância, seus pais e irmãos. A sua fala estava impregnada de poesia e lembranças.

Numa manhã, no restaurante do hotel, tomamos, sozinhos, café, que a foto me faz recordar. Conversamos e rimos muito. Estava um céu luminoso, de clareza típica de São Luís, em vertigem, aquela luz impressa, incontáveis vezes, nas

Um café da manhã em São Luís. Acervo Maria Amélia Mello, 1999.



páginas de seus livros. Naquele setembro, há vinte e seis anos, Gullar estava contente, recebendo as homenagens do lugar onde nascera, inaugurando uma avenida com seu nome, colhendo o que frutificou em poesias.

Ano após ano, comemorávamos seu aniversário, e ele gostava do carinho, da atenção dos amigos. Estávamos todos lá, reunidos naquela cobertura de Ipanema, para abraçá-lo. Em 2016, no entanto, não foi assim. Passamos na casa dele, sentados, informalmente, em volta da mesma mesa onde ele punha em prática suas ideias. E ali comemos pizza, tomamos vinho (Gullar comia e bebia muito pouco), em família. Numa perfeita sintonia entre viver e criar, José de Ribamar e Ferreira Gullar, *juntos*. Era uma noite de sábado, como outros sábados na rotina dos cariocas, de temperatura amena, com a chuva mansa amortecendo o calor. A reunião, animada, era para aquele homem, que completava 86 anos, sentado na cabeceira, e que estava feliz. O que ninguém poderia supor é que seria seu último setembro.

Relembro, aqui, meu amigo de tantos anos. Procuro afastar a emoção esgarçada, armadilha emotiva, alheia da cumplicidade que a amizade abastece. Falávamos quase todos os dias, mesmo sem um assunto para tocar a conversa. Às vezes, era um tema que estava em pauta — além de sua editora, colaborei na organização de seu cotidiano literário, por muito tempo — ou algum comentário sobre a política nacional, um escândalo substituído por outro, arbitrariedades.

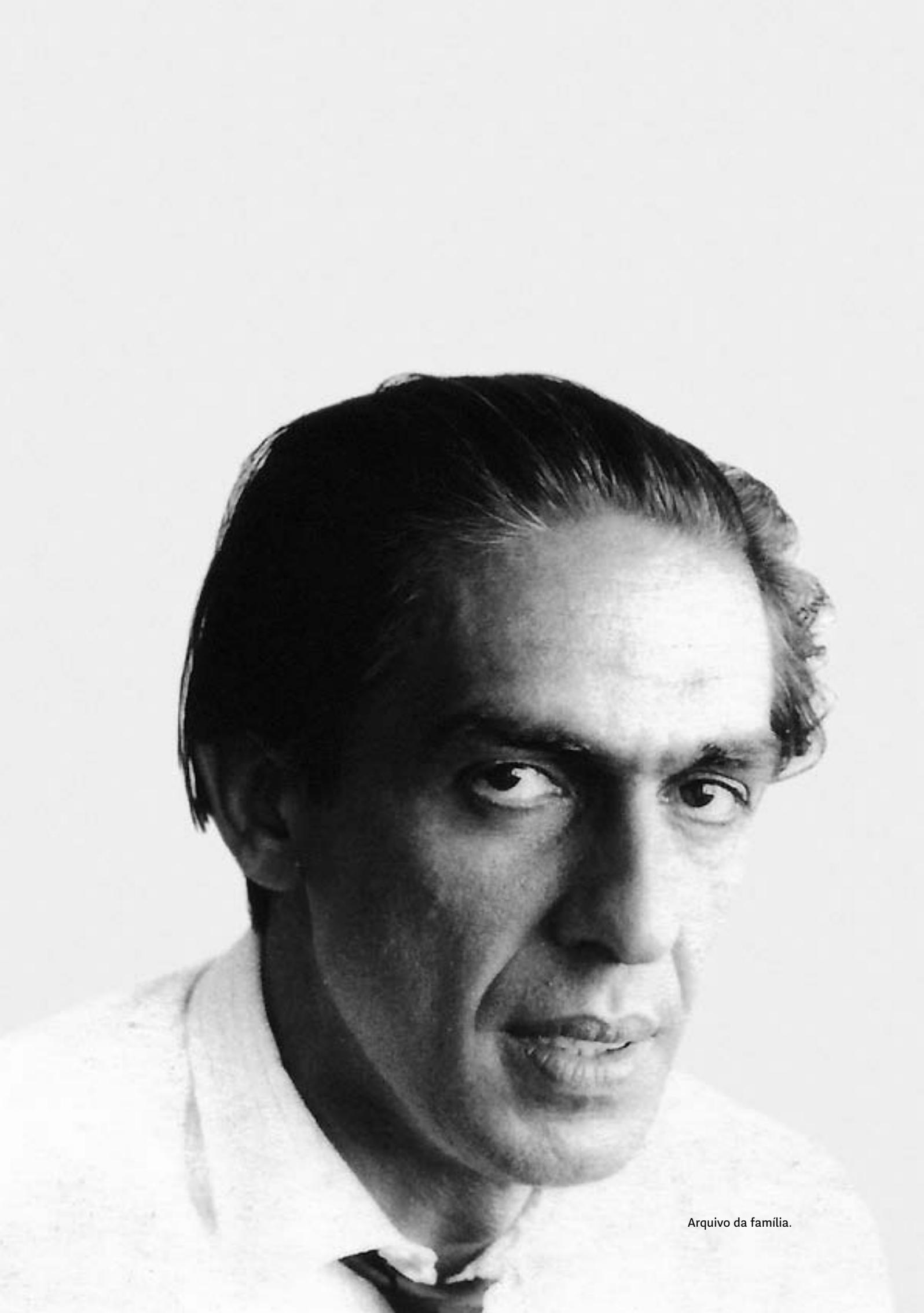
Ele era um ser social, crítico, muitas vezes controverso, mas fiel a suas convicções, registradas em crônicas semanais. Na política ou na arte. Gullar foi a grande personalidade da poesia brasileira da segunda metade do século XX, figura incansável na defesa da liberdade, os muitos sons e ruídos que ecoam em seus poemas.

Editei seu último livro inédito — *Autobiografia poética e outros textos* —, que ele me confiou, assim que deixei a José Olympio, após trinta anos na editora. O volume despertou muitas matérias e resenhas, mas a melhor opinião que recebi foi de sua filha, Luciana: “Isto não é um livro, é uma declaração de amor ao meu pai”. O comentário nunca me saiu da cabeça. No fundo, editar é um ato de amor, de dedicação e cumplicidade. Quando o livro ficou pronto, levei um exemplar para ele e vi que tinha gostado do resultado. Folheou, sorriu e, de maneira econômica, disse em tom afetivo: “Muito bonito”.

Fui vê-lo na Casa de Saúde e ele estava falante, sem transparecer desânimo. Parecia o Gullar de sempre. Mas, conhecendo seu temperamento, embora ele não se queixasse, percebi que aquelas horas deveriam ser intermináveis para ele. Queria voltar para casa, mergulhar no cotidiano, preocupado com os afazeres, com a Gatinha.

Estava, enfim, desassossegado com a ordem hospitalar, o entra e sai de enfermeiros, os remédios, tudo aquilo que a medicina classifica como procedimentos. Negou-se a prolongar o sofrimento, mas não o sonho, quando pediu que a filha o levasse para o mar de Ipanema. Ainda no leito ditou, para a neta Celeste, a crônica “Arte do futuro” — confirmando a paixão de toda uma vida —, que seria publicada no domingo seguinte à sua morte, em 11 de dezembro, na *Folha de S.Paulo*.

Esteve lúcido até o coração deixar de pulsar. Inteiro Gullar. ●



Arquivo da família.

Retrato de Ferreira Gullar

Arte do futuro

Ferreira Gullar

Sétimo ocupante da Cadeira 37 na Academia Brasileira de Letras.

*Última crônica publicada no jornal Folha de S.Paulo
– 11 de dezembro de 2016*

Se eu tentasse entender o que hoje se chama de arte contemporânea — que, aliás, tem um número indeterminado de definições —, teria que me ater a dois fatores fundamentais: a arte e a técnica.

Aliás, esses são os fatores inevitavelmente presentes em todas as manifestações artísticas, quaisquer que tenham sido os rumos que elas tenham tomado.

Para me fazer entender melhor, devo me referir a alguns movimentos altamente significantes da arte ocidental que marcaram época e definiram o futuro dessa arte.

Um dos exemplos do que digo foi a fase da arte constituída pela pintura mural, quando a expressão criativa se confundia com o próprio processo de elaboração da superfície pintada, no muro.

Nessa etapa da pintura, tanto a matéria pictórica quanto a cor nasciam no mesmo material que constituía a parede. Como o próprio nome está dizendo, essa arte era própria do muro, ela nascia no muro, da terra, dos detritos, do pó colorido, enfim, de tudo aquilo que constituiria a parede de uma capela, do mural de um convento. Uma coisa dependia da outra. Não havia, conseqüentemente, a expressão pictórica autônoma, fora da parede.

Surgiu então a tela, o que significou por si só uma revolução da parte pictórica que duraria por séculos. Se você levar em conta que, para realizar a pintura mural, era necessário o muro, imagine o que significou a descoberta da pintura a óleo, que, por sua vez, possibilitou pintar sobre superfícies autônomas, pintura que não dependia da parede, dando nascimento ao que se passou a chamar tela.

Como a tela não tem que estar inevitavelmente pendurada na parede, surgiu a possibilidade de o pintor realizar tantas telas quanto quisesse, onde lhe fosse permitido. Isso deu origem aos colecionadores de arte e aos museus, que passaram a exibir e a manter em seus acervos dezenas e até mesmo centenas de obras pictóricas. Como se não bastasse, esse fato fez nascer o mercado de arte, que deu um impulso extraordinário às realizações pictóricas.

Além do mais, a pintura a óleo possibilitou o aperfeiçoamento técnico da pintura, emprestando-lhe o caráter realista nunca obtido antes. Não posso dizer se foi esse caráter realista que deu origem à fotografia — a verdade, porém, é que a capacidade que a fotografia possibilitava, não de imitar a imagem real, mas de captá-la, determinou uma verdadeira revolução na arte da pintura. De certo modo é daí que nasce a pintura impressionista, que determinaria uma mudança radical na história da pintura.

Não custa nada imaginar que, em função das novas tecnologias, uma nova arte esteja para nascer.

A partir de então, em vez de pretender copiar fielmente a realidade exterior, a pintura, por assim dizer, passa a inventá-la. De fato, uma paisagem de Monet não tem qualquer propósito de retratar o mundo objetivo tal como ele se apresenta à lente fotográfica, pelo contrário, os recursos pictóricos passam a ser usados para exprimir a experiência subjetiva no mundo real.

Nasce uma nova pintura que quer ser, ela mesma, uma expressão outra do mundo objetivo. Não por acaso Cézanne afirmava que “a maçã que eu pinto não é maçã, é pintura”. Mas o impressionismo foi apenas o início de uma transformação que mudou drasticamente a arte do século XX. Aquela frase de Cézanne trazia nela embutida uma mudança radical que começa com o cubismo de Picasso e Braque.

Como tudo o que estivesse no quadro se tornaria pintura — isto é, arte —, introduziram na tela tudo o que se poderia imaginar: envelope de carta, recorte de jornal, areia, arame e o que mais lhes desse na telha. Pouco depois, Marcel Duchamp afirmava: “Será arte tudo o que eu disser que é arte”. E, então, expôs em Nova York um urinol produzido industrialmente assinado com o pseudônimo de R.Mutt. Estava aberto o caminho para o vale-tudo. Por isso mesmo as Bienais internacionais expõem tudo o que se possa imaginar. A conclusão inevitável é que o que até aqui se chamou de arte já não o é.

Mas, assim como no Renascimento, surgiu uma nova linguagem artística que mudou a história da arte. Assim, não custa nada imaginar que, em função das novas tecnologias, uma nova arte esteja para nascer. ●

Agradecimentos

Editora Companhia das Letras, José Olympio Editora, Maria Amélia Mello, Cláudia Ahimsa, Luciana Aragão Ferreira, Celeste Aragão Ferreira, Juliana Aragão Ferreira, Vera de Paula, Zelito Viana e Walter Carvalho.

Poeta ditou sua última coluna do hospital para a neta Celeste.



Pintura Ferreira Gullar. Acervo: Vera de Paula e Zelito Viana.

O duplo

Foi-se formando

a meu lado

um outro

que é mais Gullar do que eu

que se apossou do que vi

do que fiz

do que era meu

e pelo país

flutua

livre da morte

e do morto

pelas ruas da cidade

vejo-o passar

com meu rosto

mas sem o peso

do corpo

que sou eu

culpado e pouco

Achados

Barbacena, bela como origem

Carlos Senna Figueiredo

Engenheiro e escritor de domingo.

Cenário, do *Romanceiro da Inconfidência (Romance XIX)*, de Cecília Meireles,¹ condiz com a paisagem desta narrativa:

Eis a estrada, eis a ponte, eis a montanha
sobre a qual se recorta a igreja branca.

Eis o cavalo pela verde encosta.
Eis a soleira, o pátio, e a mesma porta.

E a direção do olhar. E o espaço antigo
para a forma do gesto e do vestido.

E o lugar da esperança. E a fonte. E a sombra.
E a voz que já não fala, e se prolonga.

E eis a névoa que chega, envolve as ruas,
move a ilusão de tempos e figuras.

— A névoa que se adensa e vai formando
nublados reinos de saudade e pranto.

Como pérolas da memória, João Guimarães Rosa e Georges Bernanos enfeixam o relato aqui versado.

João Guimarães Rosa nasceu em Cordisburgo. No discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em novembro de 1967, dirá:

Cordisburgo era pequenina terra sertaneja, trás montanhas, no meio de Minas Gerais. Só quase lugar, mas tão de repente bonito: lá se desencerra a Gruta do Maquiné, mil-maravilha, a das Fadas; e o próprio campo, com vasqueiros cochos de sal ao gado bravo, entre gentis morros ou sob o demais de estrelas, falava-se antes: “os pastos da Vista Alegre”.

¹ Cecília Meireles, “Romanceiro da Inconfidência”, em *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

Rosa nunca deixou seu chão. Em “O recado do Morro”,² relata:

Cordisburgo era o lugar mais formoso, devido ao ar e ao céu, e pelo arranjo que Deus caprichara em seus morros e suas vargens; por isso mesmo, lá, de primeiro, se chamara Vista-Alegre.

É o que repisa na entrevista a Günter Lorenz,³ em janeiro de 1965 (1):

[...] para sermos exatos, devo dizer-lhe que nasci em Cordisburgo, uma cidadezinha não muito interessante, mas para mim, sim, de muita importância. Além disso, em Minas Gerais; sou mineiro. E isto sim é o importante, pois quando escrevo sempre me sinto transportado para esse mundo: Cordisburgo.

Depois disso foi médico, rebelde, soldado:⁴

Foram etapas importantes de minha vida, e, a rigor, esta sucessão constitui um paradoxo. Como médico conheci o valor místico do sofrimento; como rebelde, o valor da consciência; como soldado, o valor da proximidade da morte...

E refundou a literatura brasileira:⁵

Escrevendo, descubro sempre um novo pedaço de infinito. Vivo no infinito; o momento não conta. Vou lhe revelar um segredo: creio já ter vivido uma vez. Nesta vida, também fui brasileiro e me chamava João Guimarães Rosa. Quando escrevo, repito o que vivi antes. E para estas duas vidas um léxico apenas não me é suficiente. Em outras palavras: gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. O crocodilo vem ao mundo como um magister da metafísica, pois para ele cada rio é um oceano, um mar da sabedoria, mesmo que chegue a ter cem anos de idade. Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar eternidade. A estas alturas, você já deve estar me considerando um charlatão ou um louco.

Nesse percurso clinicou em Itaguara e Barbacena:⁶

Formei-me em fins de 1930 e fui para a cidadezinha no interior de Minas chamada Itaguara, onde cliniquei durante dois anos. Era médico da roça. Ganhava para ir às fazendas. Em 1932, houve a revolução e fui chamado para prestar serviços médicos. Fiz concurso para capitão médico. Em começo de 33, fui mandado para o 9.º Batalhão de Infantaria (da Força Pública de Minas Gerais), como capitão médico em Barbacena.

2 João Guimarães Rosa, “O recado do Morro”, em *No Urubuquaquá, no Pinhém*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

3 Entrevista conduzida por Günter Lorenz no Congresso de Escritores Latino-Americanos em janeiro de 1965 e publicada no seu livro *Diálogo com a América Latina*. São Paulo: E.P.U., 1973.

4 *Ibidem*.

5 *Ibidem*.

6 Graça Coutinho. “Guimarães Rosa: Entrevista inédita”. *Revista Z Cultural*, ano XVIII, n. 1, 2023.



Residência de Guimarães Rosa em Barbacena. Encostados ao muro da casa estão Vilma Guimarães Rosa e os filhos de Zilah e Alfredo Renault, seus vizinhos. Av. Bias Fortes, 57.
<https://acervodigital.secult.mg.gov.br/museu-casa-guimaraes-rosa-mcgr/184305-2/>

Rosa galeno. Elatério, ruibarbo, extrato de fel de boi são produtos receitados na sua prática médica em Itaguara. A graça do estilo nunca falta ao nosso escritor. Há receitas preservadas por moradora da cidade. A 25 de maio de 1932, aconselha dieta a uma paciente:

Deve ir se alimentando com canjas, caldo de frango, mingau de fubá com leite, sopa de macarrão bem cozido etc., porque a moléstia é demorada e a cliente necessita de manter as forças. Mesmo sem apetite, deve insistir.

A 3 de junho prescreve:

Uso interno: Elatério (pó fino que se obtém do pepino-do-diabo, é usado como purgativo) — 0,50ctgr.; Ruibarbo pulv. (erva medicinal também purgativa) — 1,0gr.; Extr. de fel de boi (produto usado para problemas respiratórios) — q.s. para 20 pílulas. Dar 1 de 2/2 horas. Conjuntamente devem ser dadas 3 injeções de óleo canphorado (coadjuvante no tratamento das afecções pulmonares).⁷

Entrevistado por Pedro Bloch em 1963, recordará:⁸

Fui colega e contemporâneo de Juscelino. Ele chegou a coronel da Força Pública. Eu fiquei em capitão. Vivia estudando línguas para me afogar daquela vida de interior.

7 Fernando Granato, "Guimarães Rosa vive". *Globo Rural*, 11 nov. 2016.

8 Entrevista a Pedro Bloch. *Revista Manchete*, n. 580, 15 jun. 1963.

Dirá Mário Palmério no discurso de posse de Rosa na Academia Brasileira de Letras:

O Capitão-Médico João Guimarães Rosa chegou a Barbacena no dia 3 de abril de 1933. Data de grande festa: todo o povo comparecera à estação da Central do Brasil a assistir ao desembarque do 9.º Batalhão de Infantaria da Força Pública de Minas Gerais, que vinha para aquartelar-se em definitivo.

O frescor do clima, os diversos trens diários da Central do Brasil, a proximidade com o Rio de Janeiro e Belo Horizonte — essas vantagens, facilidades e recursos, faziam de Barbacena, já àquele tempo, uma das mais populosas e adiantadas cidades mineiras. O quartel pouco exigia de Guimarães Rosa — quase que somente a revista médica rotineira, sem mais as dificultosas viagens a cavalo que eram o pão-nosso da clínica em Itaguara, e solenidade ou outra, em dia cívico, quando o escolhiam para orador da corporação — sobrando-lhe prazo para a ocupação a que, desde rapazinho, se vinha dando fervorosamente: o aprendizado de idiomas estrangeiros.

Rosa desencanta-se com a Medicina, muito embora a prática médica permeie seus escritos.⁹ Ocupava-se mais por obrigação que por ardor. A Pedro Barbosa¹⁰ escreve em março de 1934 arrependido de não ter estudado Direito, “carreira que já me aparecia como mais compatível com o meu temperamento e com as minhas fracas aptidões...”.

Non nasci para isso, penso. Não é esta, digo como dizia D. Juan, sempre “*après avoir couché avec*” [...] só posso agir satisfeito, no terreno das teorias, dos textos, do raciocínio puro, dos subjetivismos. Sou um jogador de xadrez — nunca pude, com o bilhar ou o futebol.

Envia pedido ao amigo Fortini (2):

Rio de Janeiro, 26 – VI – 934
Meu caro Fortini,
Viva!

Acabo de terminar as provas escriptas. Infelizmente, só terça-feira que vem poderei estar ahi. Rogo-te, pois, aguentar firme. E um favor immenso que me estás prestando. Sei que é muito incommodo: mas has de ver que estou jogando o meu destino nesta cartada. E só na tua amizade posso. Rogo-te, alem disso, explicar a situação ao Commandante.

O concurso é tremendo, horroroso! Há dois dias e duas noites que não durmo nada. Nem tiro a roupa do corpo! Estamos reduzidos a 11 candidatos. Manda-me tuas ordens. Do amigo que jamais poderá pagar-te tanta bondade.

P.S. Recomendação à Família

O mesmo. Guimarães Rosa

⁹ Eugênio Marcos Andrade Goulart, *Um tal doutor João*. Humanos, Comissão de Humanidades Médicas do Conselho Federal de Medicina, 2019.

¹⁰ Gustavo Castro G. e Ana Saggese, “Cartas de Guimarães Rosa a Pedro Barbosa (1934–1967)”. *Diacrítica*, vol. 36, n. 3, 2022.

Oswaldo Fortini, médico da Polícia Militar substituirá Rosa durante o período em que prestará exames para o Itamaraty. Rosa é aprovado e nomeado em julho de 1934.

Vida mansa no quartel da terra das rosas. Já esvaíra a mobilização da Revolução Constitucionalista de 1932. Cobia somente examinar regularmente a tropa, molhar a palavra nas eventuais efemérides, estudar russo, alemão e japonês com os imigrantes. E azeitar o francês com o poeta barbacenense Honório Armond.¹¹

Rosa visitou o Hospital Colônia de Barbacena, que em 1929 já encarcerava 1.650 pacientes, quase três vezes a sua capacidade naquele momento.¹² “Sorôco, sua mãe, sua filha”, conto de 1962, retrata as condições desesperadas do “Trem de Doido” que nas madrugadas geladas da cidade despeja os internos destinados a tratamento psiquiátrico.¹³ Por certo Sorôco foi escrito sob forte amargor.¹⁴



Croquis de Guimarães Rosa, Capitão-médico da Força Pública de Minas Gerais. A autoria de João Reis.
Fonte: Vídeo produzido pelo 9.º Batalhão da PMMG “Capitão-Médico João Guimarães Rosa – 9 BPM PMMG”
https://www.youtube.com/watch?v=TzFozX_sAaw&t=5s

Para onde ia, no levar as mulheres, era para um lugar chamado Barbacena, longe.
Para o pobre, os lugares são mais longe.

Guimarães Rosa nunca largou de Minas. Foi e voltou ao Fim-do-Mundo sem apartar vistas. Tal qual no canto de Abgar Renault:¹⁵

[...] as estradas, os ninhos, as colmeias
e a luz; o olhar no sonho do navio
que vai sonhando as horas e as sereias,
e rasga espumas, ventos e o vazio.

Sobre *Sagarana* — o Fausto sertanejo —, escreverá a João Condé:¹⁶

11 Mário Palmério, Discurso de posse de Rosa na Academia Brasileira de Letras; e Ana Luiza Martins Costa, “Veredas de Viator”. *Cadernos de Literatura Brasileira*, Instituto Moreira Salles, 2006.

12 Maristela Nascimento Duarte, *Ares e Luzes para Mentres Obscuras*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

13 Almeida, Érika B. de A., Figueiredo, J. B., Silva, A. L. B. e, Pellon, L. H. C., e Amorim, W. M. de. “Vestígios da historiografia da loucura em Barbacena no conto ‘Sorôco, sua mãe, sua filha’ sob a ótica da Nova História Cultural”. *História Da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE)*, 8(2), 84–93. Disponível em: <<https://aben.emnuvens.com.br/here/article/view/356>>.

14 João Guimarães Rosa, “Sorôco, sua mãe, sua filha”, em *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

15 Abgar Renault, “Névoa”, em *Obra poética*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

16 *Jornal de Letras*, Ano II, n. 15, Rio de Janeiro, set. 1950.

Àquela altura, porém, eu tinha de escolher o terreno onde localizar as minhas histórias. Podia ser Barbacena, Belo Horizonte, o Rio, a China, o arquipélago de Neo-Baratária, o espaço astral, ou, mesmo, o pedaço de Minas Gerais que era mais meu. E foi o que preferi. Porque tinha muitas saudades de lá. Porque conhecia um pouco melhor a terra, a gente, bichos, árvores.

Porque o povo do interior — sem convenções, “poses” — dá melhores personagens de parábolas: lá se veem bem as reações humanas e a ação do destino: lá se vê bem um rio cair na cachoeira ou contornar a montanha, e as grandes árvores estalarem sob o raio, e cada talo do capim humano rebrotar com a chuva ou se estorricar com a seca.

Bem, resumindo: ficou resolvido que o livro se passaria no interior de Minas Gerais. E compor-se-ia de 12 novelas. Aqui, caro Condé, findava a fase de premeditação. Restava agir.

Então, passei horas de dias, fechado no quarto, cantando cantigas sertanejas, dialogando com vaqueiros de velha lembrança, “revendo” paisagens da minha terra, e aboiando para um gado imenso. Quando a máquina esteve pronta, parti. Lembro-me de que foi num domingo, de manhã.

Em *Conversa de bastidores*, Graciliano Ramos apresenta a 17.^a edição de *Sagarana* e diz:¹⁷

Esse doloroso interesse de surpreender a realidade nos mais leves pormenores induz o autor a certa dissipação naturalista — movimentar, por exemplo, uma boiada com vinte adjetivos mais ou menos desconhecidos do leitor, alarga-se talvez um pouco nas descrições. Se isto é defeito, confesso que o defeito me agrada.

Na carta de 1934 a Barbosa, o escritor revela que encontrou ainda a tempo a sua verdadeira vocação. Pretendia seguir o curso de Direito, especializar-se em Direito Internacional e em línguas eslavas, escrever alguns livros de Literatura e ver o mundo lá fora.¹⁸

Mas esse mineiro se estendeu de lá, no alargado, porque o chão de Minas é mais, expõe maior salto de contrastes.

[...] longe do mar. Minas sem mar, Minas em mim: Minas comigo. Minas.

Guimarães Rosa, homão de homem, existiu de se pegar?¹⁹

João era tudo?
tudo escondido, florindo
como flor é flor, mesmo não semeada?
[...]
Ficamos sem saber o que era João
e se João existiu
de se pegar.

17 Ramos, G. *Conversa de bastidores*. Em Guimarães Rosa, *Sagarana*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974.

18 Guimarães Rosa, J. *Aí está Minas: a mineiridade*. Suplemento Literário de Minas Gerais v.2 n.65 Belo Horizonte, novembro de 1967.

19 Carlos Drummond de Andrade, “Um chamado João”, em *Versíprosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.

“Minas tem suas coisas. Belas, como um copo de ouro” é título inspirador de texto de Rosa.²⁰

Guimarães Rosa passou um ano e meio em Barbacena, de abril de 1933 a agosto de 1934; depois tomou rumo em outros moldes. Georges Bernanos chegou seis anos depois.

Lá vem Seu *Bonjour*. Lá vem Seu Jorge francês. Quase diariamente o francês cavalgava de casa até o Café Colonial, no centro de Barbacena. Quem era Seu Jorge? Parisiense de 1888, escritor consagrado e escapado da Europa, foge em 1938 para as Ilhas Baleares, onde redige panfleto contra os crimes do franquismo — *Les Grands Cimetières sous la Lune* — e toca para o Paraguai, onde queria ser fazendeiro²¹.

J'ai quitté mon pays parce que la vérité y était devenue stérile, parce qu'une parole libre y était aussitôt étouffée.

Estima que seus magros vinténs não dariam para viver em Assunção. Vem ao Rio de Janeiro, onde conta com ajuda dos intelectuais católicos que o admiram. Busca pouso em Pirapora, Juiz de Fora, Itaipava e Vassouras para então montar casa nas cercanias de Barbacena, em 1940.

Não foi amor à primeira vista. Mas gostou do lugar ao saber o nome — Cruz das Almas.

Chegou cinquentão e bem conhecido autor de *Sob o sol de Satã* (1926) e *Diário de um pároco de aldeia* (1936), romances dos eternos embates entre o bem e o mal. Seu Jorge viveu em Cruz das Almas por sete anos. Pensou criar gado e fundar uma colônia francesa, mas o que fez de bom foram centenas de artigos e mensagens radiofônicas contra o regime de Pétain.

Na sua *Croix-des-Âmes*, onde viveu de 1940 a 1945, o “fazendeiro raté” Bernanos escreverá febrilmente. Não perdeu seu latim. Termina *Monsieur Ouine* (publicado no Rio de Janeiro em 1943 e logo em Paris em 1946), *Lettre aux Anglais* (Rio de Janeiro, 1944 e Paris, 1946), *Le Chemin de la Croix-des-Âmes* (Paris, 1948), *Les Enfants humiliés* (Paris, 1949) e *La France contre les robots* (Rio de Janeiro, 1946 e Paris 1947).

É certo que era monarquista, fora participante do movimento de extrema direita Ação Francesa — expulso do grupo após atritos com o líder Maurras —, expressara opinião antissemita. Imprevisível. Mas conheceu a hediondez do fascismo e se refez. *Echappé* de alma reta.²²

20 João Guimarães Rosa, “Minas tem suas coisas. Belas, como um copo de ouro”. *Revista do Brasil*, Ano I, n. 1, 1984.

21 Georges Bernanos, *Le Chemin de la Croix-des-Âmes*. Gallimard, coll. Bibliothèque de la Pléiade, Paris, 1995. Apud Saidani, S. *L'exil volontaire de l'écrivain français Georges Bernanos, expression de l'exil intériorisé*. Voix plurielles Revue de l'Association des professeur.e.s de français des universités et collèges canadiens (APFUCC), vol., 19, n. 3, 2022.

22 Israel Beloch esmiúça a tormentosa trajetória ideológica de Bernanos em “A guinada histórica de Georges Bernanos”, *Devarim* 46, ano 17, dez. 2022.



Gabinete médico no interior do 9.º Batalhão da Polícia Militar de Barbacena, em 1933, onde teria trabalhado o dr. João Guimarães Rosa.

Fonte: Vídeo produzido pelo 9.º Batalhão da PMMG. https://www.youtube.com/watch?v=TzFozX_sAaw&t=5s

Em 1938, no fragor da Guerra de Espanha, Simone Weil lhe escreve expressando seu espanto e sua admiração pelo escritor (3).

De todo modo, não encasquetou o exílio nos escritos:²³

J'ai rarement écrit le mot d'exil, ce mot d'exil est trop grand pour moi. Qui souffre de l'exil souffre déjà d'un partage inconscient, car il considère que celui qui se défend contre le détachement (qui est synonyme d'exil pour lui) est déjà détaché (exilé).

Não será por outra razão que Stefan Zweig o visita em 1942, sob o peso do desespero e já tomado pela morte, como veio a acontecer (4). A situação mundial continuava mal parada e o Brasil já não será uma promessa na undécima hora desse personagem crepuscular²⁴.

Nem tudo são flores em Barbacena. Deus que é provedor de todas as coisas não lhe brindou remanso na Mantiqueira.

Em 1944 exprime percalços de adaptação numa carta a Virgílio de Melo Franco:²⁵

Votre lettre affectueuse m'a fait bien plaisir. L'attitude de cette petite ville que j'habite depuis déjà si longtemps, m'a profondément déçu et peiné. Je croyais que ces gens-là m'aimaient. Ce travers sentimental est celui de tous les Français. [...] Je pense que nous allons à un échec complet, puisque tout le monde est d'accord contre nous. Chacun joue son rôle, et je crains que certains de vos amis n'aient leur part dans la comédie. Ma dernière ressource serait de quitter Barbacena, Minas, puis le Brésil. À moins qu'on ne m'en prie avant...

23 Georges Bernanos, *Les enfants humiliés*, Journal 1939–1940. Gallimard, Paris, 1949. Apud Saidani, S. *L'exil volontaire de l'écrivain français Georges Bernanos, expression de l'exil intériorisé*. Voix plurielles Revue de l'Association des professeur.e.s de français des universités et collèges canadiens (APFUCC), vol., 19, n. 3, 2022.

24 *Sur les pas de Stefan Zweig*. Podcast de France Culture, 2024.

25 Manon, J. *Les Résonances en France de la littérature brésilienne de la première moitié du XXe siècle*. Art et histoire de l'art. Université Lumière – Lyon II; Universidade de São Paulo (Brasil), 2024.

Ao cabo de um ano lamenta o propósito de expropriação da casa barbacenense:²⁶

J'habite la Croix-des-Âmes depuis 1940, c'est-à-dire depuis le désastre de mon pays. J'y ai donc beaucoup souffert. J'y ai aussi beaucoup travaillé. C'est là que j'ai vu partir successivement mes deux fils et mon neveu, pour l'Europe et pour la guerre. J'y ai vécu pauvrement, avec mes trois filles et mon dernier fils, consacrant presque tout ce que je gagnais à agrandir et à embellir ma maison, non pas pour en faire une propriété de granfins, mais quelque chose qui ressemblerait à une ferme de chez nous, qui fût, après moi, comme un modeste souvenir de la France au Brésil. Mon grand désir était de la vendre à un ami qui l'aimait comme je l'ai aimée moi-même, qui y vit grandir ses enfants, comme j'y ai vu grandir les miens.

Seus ataques de fúria eram famosos na cidade. Corre que ameaçava dar bengaladas nos gaiatos que o chamavam de nazista.

Daí que vez por outra desandava a xingar sem rubor nem pudor. Conta Geraldo França de Lima que “xingava bem, com termos precisos, sem meias-palavras, xingando com todas as letras, com graça e energia! Era magnífico!”²⁷

— *Pétain? Quel salaud! Cochon, pourriture, canaille, putain, voyou, va-nu-pieds, charogne!!!
Tous ce gens-là vont crever!*

Tempo de adeuses. Tanto ou mais que em janeiro de 1945 enviou mensagem ao declinar do convite para participar do primeiro congresso da Associação Brasileira de Escritores e sublinhou:²⁸

[...] da admiração e gratidão que sinto pelos escritores brasileiros, em particular pelos romancistas e poetas cujas obras foram muitas vezes um reconforto para minha solidão de Cruz das Almas.

Dirá Alceu Amoroso Lima ao apresentar edição especial da revista *A Ordem* dedicada ao escritor:²⁹

[...] esperança ainda de o vermos de novo entre nós, para nos ajudar a escolher o nosso difícil caminho, no meio das grandes sombras ou dos falsos faróis que cruzam os campos em nossa frente.

Abril de 1945. Partia de Belo Horizonte uma caravana (5) com direção à cidade de Barbacena. Paulo Mendes Campos narra:³⁰

[...] todos moços, quatro deles beirando aí pelos vinte anos: Edgar da Mata Machado, Aires da Mata Machado Filho, José Mendonça, Wilson Figueiredo, Hélio Pellegrino, Otto Lara Resende e eu.

[...]

26 *Lettre de Bernanos au colonel X* de Rio de Janeiro abril 1945, em Georges Bernanos, *Correspondance*, p. 561-62.

27 Geraldo França de Lima, “Com Bernanos no Brasil”, *Revista Brasileira*, Fase VII, ABL, ano X, n. 40, jul./ago./set. 2004.

28 Michel Riaudel, *Georges Bernanos e o Brasil*, Bibliothèque Nationale de France.

29 Alceu Amoroso Lima, *A Ordem*. Ano XXVI, vol. XXXV, out. 1946.

30 Paulo Mendes Campos, “Três encontros com Bernanos”, *A Ordem*, op. cit.



Casa de Georges Bernanos em Cruz das Almas.

Fonte: Morais, M. "Georges Bernanos, o escritor francês que viveu em JF no século XX". *Tribuna de Minas*, set. 2018.

Percorremos a casa, curiosamente dividida. O escritório de Bernanos é muito simples: um divã, a mesa e alguns raros livros numa prateleira, quase todos recentemente recebidos. Sobre a mesa, alguns dicionários e uma Cruz de Lorena feita de taquara. À cabeceira do divã, está uma edição da Bíblia.

[...]

Depois de certo tempo, Bernanos chega, montado num cavalo enorme. Vem alegre, rindo, gritando-nos de longe. É a primeira vez que o vejo. Uma figura impressionante, sem dúvida. Tem uma cabeça particularmente bela e seus cabelos são de um branco prateado. Os olhos são de um azul límpido e faiscante. Bernanos se apoia em duas bengalas ao andar. Sentamos em torno dele. Nada mais há a fazer senão escutá-lo.

Terminada a guerra, foi convidado por Charles de Gaulle a voltar ao Velho Mundo. O General lhe unta os beijos de mel.³¹

Bernanos, votre place est parmi nous.

Après l'orage, sua resposta distou de ser arrebatada. Bem pesadas as coisas, voltou a contragosto (6). Assim foi. Quanto mais não fosse, em França recusou cargos oficiais. Em 1946, escrevia³²:

31 Afonso Arinos, filho. "Bernanos, Virgílio e Afonso". *Revista Brasileira*, Fase VII, ABL, ano XI, n. 43, abr./maio/jun. 2005.

32 Michel Riaudel, *Georges Bernanos e o Brasil*, op. cit.



Bernanos e seu cavalo Osvaldo.

Fonte: “Um retrato de Bernanos com moldura mineira”. *Mater Dei*, ago. 2020

Desde que voltei ao meu país, compreendo melhor do que antes que minha estada no Brasil não foi apenas um mero episódio de minha singela vidinha, mas estava inscrita desde sempre na trama de meu destino. Amei o Brasil por uma série de razões, mas em primeiro lugar, e antes de tudo, porque eu nascera para amá-lo.

Sua casa, que hoje é museu, foi salva da inclemência do esquecimento por uma senhora egípcia que veio nos anos 1950 com o marido, militar austríaco, para residir na cidade. Nas mãos de Nelly Sykora, o acervo do francês foi preservado. “Não era meu tipo”, disse Nelly. “Ele criticava todo mundo, diziam que era muito arrogante. Também detestei os romances que escreveu. Era só religião, religião, religião.”

Pas de jardin sans ses mauvaises herbes, mas, convenhamos, entre a escrita de um romance maçante e outro, Georges Bernanos vituperou contra o fascismo. *Chapeau bas*.

Guimarães Rosa ganhou mundo sem deixar Barbacena. Bernanos voltou à França livre nos derradeiros anos 1940 levando a cidade no coração.

Sobre a trama desse encanto dirá Geraldo França de Lima:³³

[...] venho também de Barbacena, justamente celebrada pela sedutora beleza de suas mulheres, da fascinante Barbacena de minha juventude, das suas manhãs de geada cristalizada, de suas noites de estrelas indormidas, clareadas num tecido translúcido de fios multicoloridos pela lua rendada da Mantiqueira, ninadas em doces acalantos pelas vozes errantes dos boêmios da madrugada no ritmo sonorizado das serenatas sob o orvalho das rosas, bafejadas pelo perfume dos cravos acordados.

33 França de Lima, G. Discurso de posse ABL, 1990.



Barbacena por volta de 1900.

Fonte: Doorgal G. de Andrada e Angelo A. Santos. *Barbacena Ontem e Hoje*. Editora C/Arte, 2017.

Tantas são as rosas nos recantos da memória. E o imaginário museu de seda que pondera meus sonhos. Não faz muito achei-me no museu fundado na antiga Sericícola por improvável iniciativa de altos mandos. As casas se distribuem em duas vertentes entrosando-se ao clima e ao cultivo. A chegada dos sintéticos silenciara máquinas, bichos e carretéis ora em suave movimento. As áreas verdes outrora reservada à misteriosa alquimia pupal é agora jardim florido onde namorados, velhos e miúdos consagram-se à alegria de viver e celebram os dias de Amilcar Savassi.

O que é a vida senão breve momento entre duas noites? Suas vidas correram breves e fecundas.

Émeric Marcier e Sobral Pinto, Abgar Renault e Rui Mauro Marini poderiam compor novas recordações alterosas. Figuras de prol a terra mineira as gera como sempre as gerou. (7)

Notas e referências

1 João Guimarães Rosa — Entrevistado por Günter Lorenz, “Diálogo com Guimarães Rosa” está em: <https://www.elfikurten.com.br/2011/01/dialogo-com-guimaraes-rosa-entrevista.html#google_vignette>.

Entrevistado por Walter Höllerer para um canal de televisão independente em Berlim, em 1962, que nunca chegou a ir ao ar. Figura em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ndsNFE6SP68&t=1s>>.



Barbacena na paleta de Marcier.

2 A carta original, manuscrita em papel timbrado, traz os dizeres: “Fluminense Hotel — Instalações Modernas — Próximo à E.F.C.B. Praça da República 207-209 — Telefones: 4-0730 e 4-0731 — Rio”. *Guimarães Rosa em Barbacena*, Academia Barbacenense de Letras, 2002.

3 Trechos de carta de Weil a Bernanos:³⁴

[...] *j’avais vu dans le mouvement anarchiste l’expression naturelle de ses grandeurs et de ses tares, de ses aspirations les plus et les moins légitimes. La CNT, la FAI étaient un mélange étonnant, où on admettait n’importe qui, et où, par suite, se coudoyaient l’immoralité, le cynisme, le fanatisme, la cruauté, mais aussi l’amour, l’esprit de fraternité, et surtout la revendication de l’honneur si belle chez les hommes humiliés ; il me semblait que ceux qui venaient là animés par un idéal l’emportaient sur ceux que poussait le goût de la violence et du désordre.*

[...]

Vous êtes royaliste, disciple de Drumont — que m’importe? Vous m’êtes plus proche, sans comparaison, que mes camarades des milices d’Aragon — ces camarades que, pourtant, j’aimais.

4 Interessante discussão com Clémence Boulouque (*Le sentiment des crépuscules*, R. Laffont, 2024) e Sébastien Lapaque (*Echec et mat au paradis*, Actes Sud, 2024) sobre o longo desolado exílio de Zweig e seu encontro com Bernanos está em: <<https://www.radiofrance.fr/franceculture/podcasts/repliques/sur-les-pas-de-stefan-zweig-9602998>>.

5 Integrante da caravana, Lara Resende destaca a causa da liberdade e da justiça defendida por Bernanos. Recorda que o escritor sublinha *l’honneur d’être homme*. Pois é preciso saber, com ele, que *“la vie n’est pas un problème à résoudre, c’est un risque à courir – le risque des risques”*.³⁵

Da visita a Bernanos, Hélio Pellegrino recorda:³⁶

Falamos longamente do movimento de Resistência — nesse ponto a embaixada vitoriosa não resistiu se conter, e arriscou frases, de entusiasmo ou de censura, participando carnalmente do tema glorioso, tão próximo, meu Deus, tão próximo!

³⁴ Centro studi libertari – Archivo Giuseppe Pinelli, Milão.

³⁵ Lara Resende, O. *Rien que la vérité*. A Ordem Ano XXVI Vol. XXXV, outubro de 1946.

³⁶ Pellegrino, H. *Viagem a Bernanos*. A Ordem. Obra citada.

Pois éramos também “Maquis”, os da embaixada vitoriosa, no repúdio intransigente à ditadura brasileira de 1937, éramos também “maquis” na luta contra o fascismo interno de Getúlio Vargas, que desonrou a estrutura democrática do Brasil com a mais solerte das manobras a que a história pátria jamais assistiu. E o quadro geral da França, o apodrecimento das elites, o colaboracionismo petainista, a traição de inúmeros intelectuais vendidos ao invasor, era por nós facilmente transportado até a realidade brasileira, e então odiávamos com maior fibra combativa o fascismo de qualquer espécie, cor ou clima, destruidor da dignidade do homem.

6 Lê-se em *Correspondance inédite* — 1934–1948:37

Ses textes ont attiré l'attention des comités France libre au Brésil. Mais Bernanos ne cessait de manifester son indépendance. Il précise dans une lettre adressée à Jules Henry, ambassadeur de France au Brésil: “Je n'appartiens, ni n'appartiendrai à aucun comité de Gaulle, quelle que soit ma sympathie pour les braves Français qui se groupent autour de ce général. D'abord, je suis royaliste, et puis, vraiment assez de militaires comme ça!”.

7 Paráfrase de expressão de Stefan Zweig. Em “Paris, a cidade da juventude eterna” (*O mundo que eu vi*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1944), lê-se:

Bem sei que sempre se realiza o milagre do aparecimento dum poeta em qualquer época, e a comovente consolação de Goethe em sua *nänie* dedicada a Lord Byron é eternamente verdadeira:

Pois a terra os gera como sempre os gerou. ●

37 Bernanos, G. *Correspondance Inédite 1934–1948*. Apud Saidani, S. *L'exil volontaire de l'écrivain français Georges Bernanos, expression de l'exil intériorisé*. *Voix plurielles Revue de l'Association des professeur.e.s de français des universités et collèges canadiens (APFUCC)*. Volume 19 n. 3, 2022.

Como um e um: Raul Pompeia, escritor e artista gráfico

Gilberto Araújo

Doutor em Letras Vernáculas (UFRJ). Professor de Literatura Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Bolsista em Produtividade do CNPq e pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Autor de *Mudança de plano: ensaios de literatura brasileira* (2022), *Literatura brasileira: ponto de fuga* (2014), entre outros.

Embora críticos como José Paulo Paes (1985) e Mário Barata (1991) se tenham ocupado da produção visual de Raul Pompeia, ela carece de estudo sistemático, a que venho me dedicando¹. Decidi aqui tratar de *O Ateneu* (1888), seu título mais conhecido e por ele ilustrado. A escolha também se deve ao fato de haver no Arquivo na Academia Brasileira de Letras (ABL) um conjunto de provas revisadas pelo autor, peça rara e decisiva para a índole gráfico-visual do romance.

Surgido em folhetins na *Gazeta de Notícias* em abril de 1888, *O Ateneu* aparece em livro no mesmo ano, sem ilustrações. Em 1894, Raul assina contrato com Francisco Alves de uma segunda edição, para a qual confecciona 43 desenhos, hoje na Fundação Biblioteca Nacional (FBN). A nova edição apresenta texto bastante modificado, como demonstra o códice de provas entregue a Alves, que, acadêmico, doou o material à ABL (Notação RP pi 007 do Arquivo). Essa apostila soma 123 páginas, com recortes de tamanhos variados do texto original, entremeados de intervenções manuscritas muitas vezes extensas. De par com os desenhos da FBN, ela constitui o último registro da vontade autoral. Lamentavelmente, Raul Pompeia comete suicídio em 1895, um ano após o contrato com Francisco Alves, que teria enviado as provas e os desenhos para a Europa, onde foram bastante modificados e impressos apenas em 1905. Impasse ecdótico ainda irresolvido, essa brochura foi pioneira em encartar os desenhos de Raul, mas acabou fazendo-o supostamente segundo as ordens do editor (Coutinho apud Pompeia, 1981: 14).

Paralela ao relativo descaso editorial e crítico com as ilustrações, vigorou durante muitos anos a leitura biográfica de *O Ateneu*. Mário de Andrade (1943), para quem *O Ateneu* é uma vingança ao colégio Abílio, consolidou a corrente: Sérgio seria espelho de Pompeia; o Ateneu, do Abílio; Aristarco, a caricatura de Abílio César Borges, diretor da instituição homônima. Sem negar o lastro autobiográfico, não

¹ Tomo a liberdade de indicar ao leitor a conferência “Raul Pompeia, desenhista”, proferida por mim na Academia Brasileira de Letras em maio de 2023 e disponível no canal da instituição no YouTube.

Figura 1

Eu tinha dez annos. Frequentara como externo, durante alguns mezes, uma escola familiar do Caminho Novo, onde algumas senhoras inglezas, sob a direcção do pai, distribuíam educação á infancia como melhor lhes parecia. Entrava ás nove horas timidamente, ignorando as lições com a maior regularidade, e bocejava até ás duas, torcendo-me de insipidez sobre os carcomidos bancos que o collegio comprára, de pinho e usados, lustrados do contacto da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos. Ao meio dia, davam-nos pão com manteiga. Esta

Gazeta de Notícias/RJ, 08 de abril de 1888, p. 1.
Fonte: Hemeroteca Digital da FBN.

Figura 2

— 4 —

euphemismo apenas, igual aos outros que nos alimentam, a saudade dos dias que correram como melhores. Bem considerando, a actualidade é a mesma em todas as datas. Feita a compensação dos desejos que variam, das aspirações que se transformam, alentadas perpetuamente do mesmo ardo, sobre a mesma base phantastica de esperanças, a actualidade é uma. Sob a coloração cambiante das horas, um pouco de ouro mais pela manhã, um pouco mais de púrpura ao crepusculo—a paisagem é a mesma de cada lado, beirando a estrada da vida.

Eu tinha onze annos.

Frequentara como externo, durante alguns mezes, uma escola familiar do Caminho Novo, onde algumas senhoras inglezas, sob a direcção do pai, distribuíam educação á infancia como melhor lhes parecia. Entrava ás nove horas timidamente, ignorando as lições com a maior regularidade, e bocejava até ás duas, torcendo-me de insipidez sobre os carcomidos bancos que o collegio comprára, de pinho e usados, lustrados do contacto da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos. Ao meio dia, davam-nos pão com manteiga. Esta recordação gulosa é o que mais pronun-

Primeira edição em livro do romance
O Ateneu, p. 4
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e
José Mindlin (BBM-USP).

podemos desconsiderar a voltagem (auto)ficcional, aferível em algumas rasuras da experiência empírica que, em tese, a inspirou. Senão, vejamos.

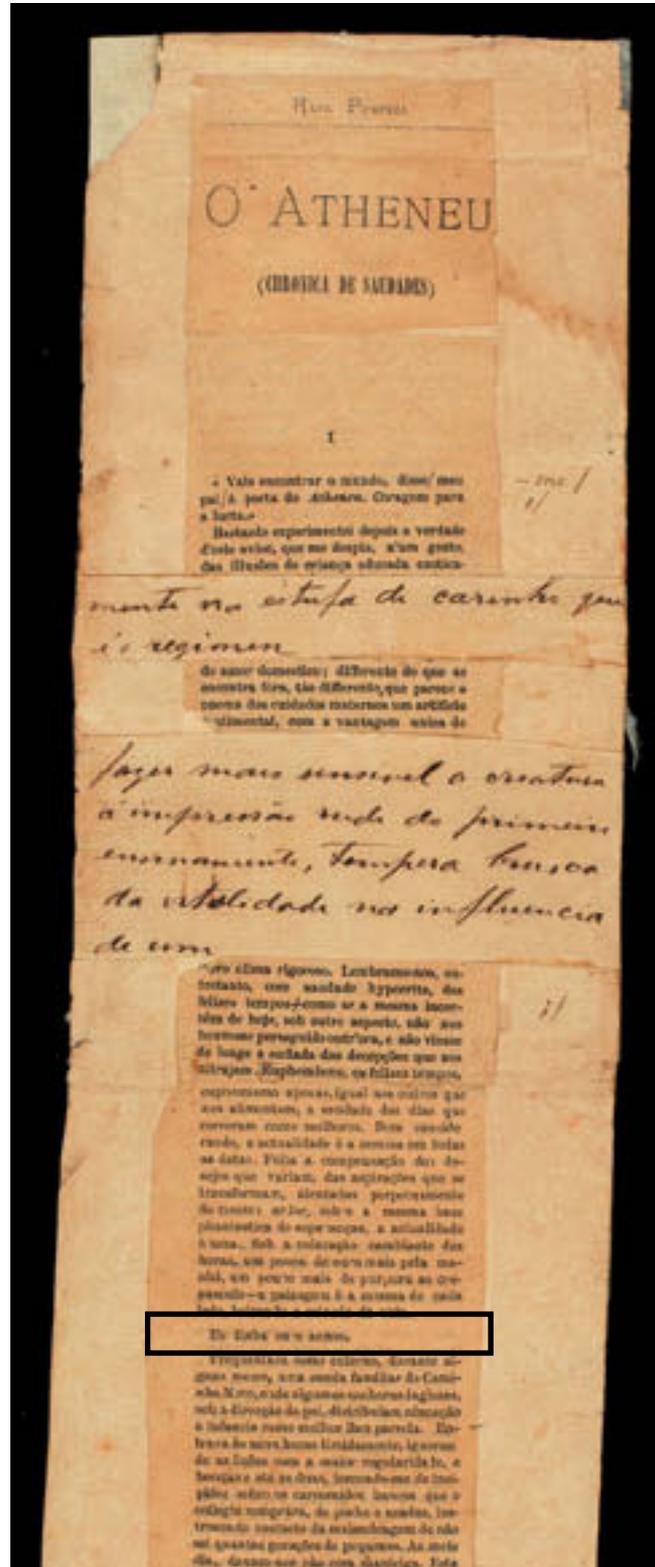
Raul Pompeia ingressou no Abílio, em Laranjeiras, em 1873, aos 9 anos (Capaz, 2001: 106) e lá permaneceu por quatro anos. No romance, Sérgio fica dois anos no Ateneu, situado no Rio Comprido. Além da troca de endereço e do tempo de internato, a idade de matrícula também se altera: em *Prata de casa*, Eugenio Gomes (s/d: 113) se reporta a um manuscrito de Pompeia, hoje na FBN e suprimido do romance, em que o protagonista tinha 9 anos ao entrar no Ateneu, a mesma idade de Raul no Abílio. Todavia, a coincidência se desfaz logo quando o romance aparece em folhetins² (Fig. 1).

A modificação de 9 por 10 anos é biograficamente aceitável, já que Pompeia completa a primeira década de vida em abril de 1873, poucos meses depois do início das aulas no Abílio. Mas a mudança etária se radicaliza quando *O Ateneu* é lançado em livro (Fig. 2).

A diagramação isola a idade aumentada para onze anos em parágrafo único, com espaçamento maior. No folhetim, os dez anos de Sérgio abriam um período integrante de um parágrafo extenso e separado do anterior e do posterior com a medida-padrão. Eugenio Gomes (s/d: 116) considera essa flutuação etária de “somenos importância” para o autor “dissimular-se através de uma narrativa autobiográfica”. Já Camil Capaz (2001: 16) vê nela maior verossimilhança com os conflitos da puberdade. Discordo de Gomes, pois é relevante o narrador, na edição em livro, conferir destaque tipográfico aos onze anos, abandonando os parágrafos extensos, dominantes antes e depois desse trecho. Na edição de 1905, Francisco Alves eliminou tal particularidade diagramatória, que, entretanto, Pompeia preservou no códice da ABL (Fig. 3).

² https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=13599. Acesso em 11/07/2023.

Figura 3



Código de provas de O Ateneu revisadas por Raul Pompeia, p. 1.
 Fonte: Arquivo de Raul Pompeia na ABL.

A famosa frase de abertura, quando o pai incita o filho a lutar no colégio, pressupõe o espelhamento entre internato e mundo exterior, entre adulto e criança, como via de acesso à masculinidade modelar representada pelo pai. Isso se reforça na ilustração de Raul (Fig. 4), em que a segurança retilínea do homem se contrapõe à hesitação do menino, com cabeleira comprida, pueril e efeminada.

Figura 4



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

No centro da imagem, a pilastra sintetiza os valores pedagógicos da disciplina e da estabilidade. Pela angulação traseira da cena, ela se sobrepõe à mata e ao portão e, eco do pai, se firma fálica, ostentando na geometria de base ereta e cabeça jorrante o projeto de virilidade. Conforme veremos, essa exemplaridade da coluna será problematizada. Desde logo, observe-se que ela é interposta entre pai e filho, impedindo a completa metamorfose deste naquele; entre ambos, não há um espelho, mas um elemento arquitetônico que corta o campo visual como o grande obstáculo da cena. A pilastra assinala o fim da mureta horizontal, o limite entre dentro e fora, a barreira entre criança e adulto, a passagem do nítido ao esfumado, a síntese entre a norma e sua rasura.

Esse misto de atração e interdito se prefigurava na alteração da idade de Sérgio até os onze anos, numeral que, composto pela duplicação da unidade, pela reprodução do idêntico, se converte na sugestão gráfica do molde que o pai almeja replicar no infante. Todavia, ao adotar o registro por extenso em vez dos algarismos, que seriam graficamente mais expressivos da ideia de cópia, o narrador dribla o anseio especular, como a dizer que o onze, a modelagem reprodutiva, ali está para ser encoberto e ignorado. Não por acaso, os corpos de ambos no desenho formam um onze desequilibrado, tanto pela óbvia diferença de altura, quanto pela coluna, entrave à desejada simetria.

No romance, competindo com a simbologia da criança como sócia do adulto, o onze também namora com a homossexualidade, no interesse do um pelo seu igual. Pelo viés do interdito, também faz sentido o numeral se esconder na escrita por extenso, sem ostentar na materialidade dos algarismos a rebeldia do reflexo, não mais entre filho e pai, mas entre dois meninos. Esse par impedido continua,

porém, a pulular em várias marcações do duplo no romance. Pequena amostragem: “No *Ateneu* formávamos a dous para tudo” (1981: 75). No primeiro dia de aula, “às onze horas, a sineta deu o sinal das aulas”, e Sérgio estava “entre dous rapazinhos, que me trataram com simpatia” (57), “Os gênios aqui fazem dous sexos, como se fosse uma escola mista” (63). Antes de se matricular, o menino realiza duas visitas ao colégio, fora muitos outros exemplos.

Embora no discurso sejam mais evidentes as geminações, os desenhos também exploram o potencial simbólico do numeral onze, sobretudo ao retratarem Sérgio com os mais íntimos. Logo no início das aulas, por exemplo, ele se aproxima de Rabelo, que recomenda, como o pai, postura combativa contra o assédio de outros rapazes da escola. Coincidentemente, os físicos de Sérgio e Rabelo são ilustrados em paralelo (Fig. 5), como o esforço do novato em se adequar à conduta institucional. O desenho reverte a posição de Sérgio e seu pai na Figura 4; afinal, o colega reflete, dentro do colégio, a fala do homem igualmente maior e mais velho.

Quanto mais Sérgio se distancia da norma, envolvendo-se com outros meninos, menos paralelos os torsos nos desenhos. É ver uma cena do recreio (Fig. 6): sentado à esquerda, Bento Alves, então seu protetor, o observa à distância. Em pé à direita, Sérgio devolve o olhar, enquanto finge brincar com o menino agachado à frente. Entre eles, uma árvore, um banco, um pedaço de telha, crianças brincando e conversando poluem o espaço visual e impedem a aproximação solitária do casal. Enquanto nas Figuras 4 e 5, as pernas marcavam uma verticalidade, agora flagramos esses membros cruzados (Bento Alves) ou incompletos (apenas uma perna de Sérgio), em outro assalto contra o paralelismo ordenador. O processo de horizontalização atinge ápice na Figura 7, com Sérgio e Egbert, seu último *affair*, relaxados na grama, pernas distensas, desalinhas, em aconchego físico.

Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Se o pai e Rabelo estavam de pé, Bento Alves já aparecia sentado próximo a Sérgio, que agora se deita ao lado de Egbert sentado. Quanto mais os desenhos se desprendem do eixo vertical, menor o aprumo dos corpos, maior o erotismo, menos possível a reiteração visual do onze em sua acepção castradora.

Na contramão dessas cenas, Cândido e Tourinho (Fig. 8), alunos homossexuais flagrados e humilhados pelo diretor, se dispõem em colateralidade à primeira vista estável: seus troncos e braços direitos se perfilam, porém pernas e braços esquerdos desrespeitam a retidão. Seus rostos criam complementariedade perturbadora, como se o semblante do escondido se revelasse parcialmente no do outro, com um olho à mostra. No conjunto, os dois parecem retificados, mas o desenho carrega pequenos desajustes, indicando tratar-se de simetria incorreta e repelida, constituída por identidades que extrapolam a matriz paralelística. No âmbito visual, a associação com o onze passa, assim, de prescritiva (do espelhamento entre adulto e criança) a proscritiva (da vivência homossexual).

Com Sérgio e os namorados clandestinos, a memória gráfica do numeral se foi suavemente deitando, enquanto os meninos surpreendidos por Aristarco são encaixados num onze desconcertante, gerando contraponto visual entre a desobediência velada e a explícita; aquela é consentida, esta, espetacularizada. À medida que, no texto, o numeral continua a se ramificar nas marcações do duplo, os desenhos paulatinamente desarranjam a modelaridade especular, como prefigurava a pilastra, instaurando o desvio, a dissidência, o corte.

Dessa forma, o códice revisado pelo escritor confirma a importância da mudança etária do personagem, extraindo associações estéticas com a constituição gráfica do numeral, depois reprocessada nas ilustrações. Concomitante ou não à confecção

dos desenhos, o revisor colabora com o ilustrador, que realça uma índole (ícono) gráfica já consolidada na matéria verbal. É lembrar que, desde os folhetins, o primeiro capítulo do romance, por exemplo, interrompe os parágrafos para reproduzir o arco da fachada do colégio. Trata-se, portanto, de caso original em que, além de pioneiramente autoilustrado, um livro faz da tipografia não apenas *medium* de materialização impressa, mas, conquanto sutilmente, torna-a parte integrante do horizonte metafórico da obra. Os elos entre as provas da ABL e os desenhos da FBN atestam a natureza híbrida que Pompeia aos poucos conferiu ao romance, desvelando afinidades entre os gestos de revisar, reescrever e ilustrar. ●

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Americ=Edit, 1943.
- BARATA, Mário. “Posição estética dos desenhos de Raul Pompeia”. In: POMPEIA, Raul. *Obras. Volume X: Miscelânea; fotobiografia*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; OLAC, 1991
- CAPAZ, Camil. *Raul Pompeia: biografia*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.
- GOMES, Eugenio. *Prata de casa*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s/d.
- PAES, José Paulo. “Sobre as ilustrações d’O Ateneu”. In: _____. *Gregos & baianos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- POMPEIA, Raul. *Obras. Volume II: O Ateneu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; OLAC, 1981.



Leminski: Inesgotável

Aurea Leminski

Presidente do Instituto Paulo Leminski.

Paulo Leminski Filho (Curitiba, 1944–1989) foi poeta, ficcionista, crítico, biógrafo, jornalista, tradutor, músico, compositor, publicitário e professor. Descendente de poloneses por parte de pai, e de negros, indígenas e portugueses pelo lado materno, é reconhecido no Brasil e no exterior pela versatilidade e inventividade das suas produções textuais e artísticas.

Destacou-se na literatura brasileira pela capacidade de mesclar elementos da cultura pop com referências eruditas as mais variadas. Sua obra poética, notável pela concisão e precisão, agrega influências que vão da antiguidade clássica aos haicais japoneses, passando pela poesia concreta e pela contracultura dos anos 1960. Multilíngue, traduziu obras de autores antigos e contemporâneos, a partir de estudos e conhecimentos em mais de dez idiomas.

Compositor e letrista, sua produção musical é tão marcante quanto a literária. A vida pessoal, intensa e profundamente ligada a Curitiba, reflete-se em textos diversos e inovadores. Leminski deixou um legado duradouro na cultura brasileira, celebrado tanto pelo experimentalismo quanto pela habilidade de transformar o cotidiano em arte, influenciando gerações de leitores, escritores, músicos e intelectuais.

Seu livro de estreia, *Catatau*, um épico do pensamento e do delírio, levou oito anos para ser escrito, emergindo como sua obra magna e mais emblemática. Quando finalmente veio à luz essa alucinante viagem do filósofo René Descartes ao Brasil, Leminski declarou que gostaria de ser um escritor de uma única obra: “A vida é muito curta para ter mais de uma ideia”.

A gênese do livro remonta a uma aula de história ministrada pelo próprio autor. Ao falar sobre a invasão holandesa no Brasil do século XVII, ele imaginou um cenário em que Descartes teria desembarcado em Pernambuco, junto com os sábios europeus trazidos de fato por Maurício de Nassau. Interrompeu a aula e anotou a ideia. A seguir, escreveu o conto “Descartes com lentes”, que foi submetido a um concurso nacional em 1968, mas não foi premiado, por um equívoco acidental cometido pela comissão julgadora.

acordei bemol
tudo estava sustentado

sol fazia
só não fazia sentido

pre lendo durante toda a vida). O resultado foi o *Catatau*, um livro com cerca de duzentas páginas, sem parágrafos, com palavras-montagens, misturas de línguas, trocadilhos, citações, pontuações incomuns — uma obra a um só tempo barroca e pós-moderna.

A primeira edição foi publicada em Curitiba, em 1975. Assim, neste ano de 2025, o *Catatau* completa cinco décadas, reafirmando sua relevância pela repercussão e fortuna crítica crescentes — tanto no meio acadêmico e intelectual brasileiro, como internacionalmente.

O *Catatau* já foi apontado entre os cem livros mais importantes da literatura brasileira, e foi adaptado ao cinema em *Ex Isto* (Brasil, 2010), filme de Cao Guimarães. Permanece como a obra mais radical e polêmica de seu autor, traduzida e publicada em espanhol, em 2019, numa façanha do poeta, ensaísta, tradutor e editor Reynaldo Jiménez.

Já a profecia e a vontade do autor duraram pouco. Para nossa sorte, Paulo Leminski seguiu como uma usina de ideias, transformadas em poesias, prosas, romances, biografias, traduções, músicas, ensaios críticos, peças publicitárias, artigos de jornal, e até mesmo histórias em quadrinhos. Sempre persistindo no propósito de ser o poeta mais bem preparado de sua geração, ao dizer que “tudo que eu digo tem *ultrassentido*”, provou estar rigorosamente certo quanto a isso!

Em 1980, apareceu o que pode ser considerado o segundo livro, e o primeiro de poesia: *Não fosse isso e era menos não fosse tanto e era quase*. Com oitenta poemas (cada qual condensando um universo de ideias), em edição independente, o volume saiu sem apresentação, prefácio, orelha, posfácio, índice, ou sequer numeração de páginas — um exemplo máximo da chamada geração mimeógrafo. Sem bússola nem explicação, logo mostrou a que veio, no melhor estilo leminskiano: poemas conceituais, visuais, marginais, haicais e letras de música.

isso ?
aqui ?
já ?
assim ?

A edição é, contudo, primorosa no aspecto gráfico, pelo trabalho de “fototraço”: a ampliação de fotos, para ajuste na página, dos poemas datilografados em sua máquina de escrever Remington, dos anos 1940. A maior parte desses poemas foi incluída no livro *Caprichos e relaxos*, editado nacionalmente pela Brasiliense, em 1983. E apareceriam todos juntos novamente na obra poética completa, *Toda poesia*, lançada pela Companhia das Letras em 2013, com organização da poeta e parceira Alice Ruiz.

Toda poesia já se coloca entre os grandes bestsellers da literatura brasileira, tendo ultrapassado os 200 mil exemplares vendidos até a atualidade — feito impressionante para um livro de poesia. Além de *Caprichos e relaxos e Não fosse isso...*, reúne as publicações de *Quarenta clics em Curitiba* (1976), *Polonaises* (1980), *Distraídos venceremos* (1987), *La Vie en Close* (1991), *O ex-estranho* (1996) e *Winterverno* (2001).

Como todo grande poeta que se preza, Paulo Leminski foi um estudioso da língua, ou melhor: das línguas. Na sua poesia, além do português brasileiro, aparecem mais — pelo menos — sete idiomas estrangeiros: há poemas integralmente em inglês (7), latim (2), francês (2) e espanhol (1), além de outros misturando línguas — parcialmente em inglês, latim, francês, espanhol, italiano, alemão e japonês.

Vale listar de modo detalhado também os seus trabalhos como tradutor: verteu um total de 126 textos, a partir de catorze línguas e 57 autores diferentes. Os livros publicados nessa atuação: *Pergunte ao pó*, de John Fante; *Vida sem fim*, de Lawrence Ferlinghetti; *O supermacho — Romance moderno*, de Alfred Jarry; *Giacomo Joyce*, de James Joyce; *Um atrapalho no trabalho*, de John Lennon; *Sol e aço*, de Yukio Mishima; *Satyricon*, de Petrônio; *Malone morre*, de Samuel Beckett; *Fogo e água na terra dos deuses*, poesia egípcia antiga — todos incluindo notas e textos críticos, geralmente posfácios que iluminam autores e obras.

Assim como Leminski tinha imenso prazer e dedicação para traduzir ao português obras marcantes da literatura mundial, o caminho acabou por se inverter, e o mundo passou a ter cada vez mais contato com a produção original deste autor curitibano. Algo que começou ainda no final do

não fosse isso
e era menos
não fosse tanto
e era quase

p Leminski

Compositor e letrista,
sua produção musical
é tão marcante
quanto a literária.
A vida pessoal, intensa
e profundamente
ligada a Curitiba,
reflete-se em textos
diversos e inovadores.
Leminski deixou um
legado duradouro
na cultura brasileira,
celebrado tanto pelo
experimentalismo
quanto pela habilidade
de transformar o
cotidiano em arte,
influenciando gerações
de leitores, escritores,
músicos e intelectuais.

parem
eu confesso
sou poeta

cada manhã que nasce
me nasce
uma rosa na face

parem
eu confesso
sou poeta

só meu amor é meu deus
eu sou o seu profeta

século XX, e tem se intensificado mais recentemente, com publicações em vários países.

Toda poesia foi publicado pela Imprensa Nacional de Portugal em 2020. Com o título de *All Poetry*, o livro saiu nos Estados Unidos em 2022, em tradução colaborativa de Charles Perrone (professor emérito da Universidade da Flórida) e Ivan Justen Santana (doutor em estudos literários pela UFPR). Esta publicação da New London Librarium é integral e tem a mesma identidade visual da edição original brasileira.

Paralelamente, na Itália, foi publicado o livro de poemas *Distratti Vinceremo* [Distraídos venceremos], com tradução de Massimiliano Damaggio e revisão de Tuti Maioli, pela editora L'arcolaio. Na Espanha, o *Catatau* e o romance *Ahora es que son ellas* [Agora é que são elas] saíram pela Libros de la resistencia (ambos em tradução do já mencionado Reynaldo Jiménez), com o suporte do Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior.

Na Argentina, a editora Añosluz, de Buenos Aires, publicou uma antologia poética intitulada *Parezca y desaparezca*, traduzida por Alejandro Güerri. E (de volta à Espanha) outra *Antologia Poética* (com esse mesmo título) saiu em catalão, pela El Cep i la Nansa Edicions, com tradução de Josep Domènech Ponsatí. Ainda além, o conto “Descartes com lentes” foi vertido ao francês por Michel Peterson e Maria Luís Borges, e lançado pela Tamam, no Canadá.

De volta à prosa original de Leminski, para tentar dimensionar os seus trabalhos, é preciso destacar o livro *Metaformose*. Foi escrito em 1986 e publicado postumamente, em 1994. Divide-se em duas partes: uma, em prosa poética, reconta os principais mitos gregos, a partir da personagem de Narciso; outra é um texto crítico, subdividido em cinco seções, explicando a mitologia clássica. Há também um breve texto de arremate, com a tradução de um verso de Ovídio, o autor das *Metamorfoses*, longo poema que reúne e reconta os mitos greco-latinos.

Na definição de Leminski: “o mito é uma leitura absoluta das essências”. Mas o próprio título do livro é uma transformação, metamorfose da própria palavra “metamorfose”, que assim fica mais formosa: “metaformose”. Esta prosa lhe rendeu o Prêmio Jabuti de Poesia, em 1995, numa genuína transmutação da concepção de texto poético, por parte do júri do principal prêmio literário do país.

Já o romance *Agora é que são elas* foi assim caracterizado ao sair pela Brasiliense em 1984: “Ficção reficção, uma história que desvenda o processo de todas as histórias,

uma novela com começo, meio e fim (não necessariamente nessa ordem, é claro). Um romance pra tocar no rádio”.

en la lucha de clases
todas las armas son buenas
piedras:
noches:
poemas:

No ensaio *Em torno de um romance enfeitado*, Boris Schnaiderman analisa *Agora é que são elas*, especu-

lando se Leminski estaria certo ao considerar que a forma — e a fórmula — do romance, cristalizada no século XIX, teria se esgotado no século XX. Schnaiderman nota como Leminski explora o que ele mesmo considera a sua “impossibilidade de escrever um romance redondo”, criando uma narrativa que reflete sobre sua própria construção, incorpora as convenções literárias e as subverte.

Quanto ao livro de contos *Gozo fabuloso*, publicado em 2005, Joca Reiners Terron aponta: “Nestes contos e crônicas há aquela mesma brilhante erudição dos romances anteriores, porém nada soa pretensioso ou chato, e mesmo os andaimos que Leminski deixa à mostra em alguns textos mais metalinguísticos, sempre trabalham em prol do humor e da diversão por ele prometidos a você, leitor”.

E existem as biografias... *Cruz e Sousa: O negro branco*, *Matsuó Bashô: A lágrima do peixe*, *Jesus a. C. e Leon Trótski: A paixão segundo a revolução*. Cumprindo um plano do autor, as quatro foram reunidas em um só volume, intitulado *Vida*.

O historiador Everton de Oliveira Moraes resume: “Leminski, tanto em sua obra ficcional, que aborda o passado e dialoga com a história, quanto em suas biografias, não busca uma verossimilhança com o passado, pela descrição de fatos e seu ordenamento temporal; tampouco a mera organização de acontecimentos em contextos e estruturas. O método leminskiano não é baseado na classificação, mas na imaginação, não como mero devaneio, criação mental desregrada, mas como processo de criação de imagens, que trazem em um só golpe, juntos, passado e presente”.

Este inesgotável Leminski também criou canções (música e letra) e compôs com artistas tais como: Moraes Moreira, Guilherme Arantes, Itamar Assumpção e José Miguel Wisnik. Foi gravado por Caetano Veloso — “Verdura”, no álbum *Outras palavras* (1980); Ney Matogrosso — “Promessas demais”, em *Matogrosso* (1982); Zizi Possi — “Filho de Santa Maria”, em *Mais simples* (1996)... Uma lista que segue com Blindagem, 14 Bis, Ângela Maria, Paulinho Boca de Cantor, entre muitos — e que não termina: as parcerias continuam a aparecer, quando são musicados os seus poemas. O trabalho mais recente é o álbum *Mantra concreto*, de Vitor Ramil, lançado em 2024.

Ainda em 2014, a filha Estrela Leminski idealizou *Leminskanções*, projeto que resultou em um *songbook* (mais de cem letras, com as cifras e partituras) e um álbum duplo (gravado pela banda Estrelinski e/os Paulera — com participações especiais de Zélia Duncan, Arnaldo Antunes, Ná Ozzetti, Serena Assumpção e Zeca Baleiro), atualmente disponível nas plataformas de streaming.

Seria possível detalhar e comentar ainda outras produções: os textos de crítica (reunidos em *Ensaio e anseios crípticos*, que saiu pela editora da Unicamp), as peças

confira

tudo que respira
conspira

publicitárias, os roteiros de histórias em quadrinhos.

Mas é preciso concluir, e de algum modo dar conta aqui deste inesgotável Leminski — que será, neste 2025, o autor homenageado da Festa Literária de Paraty (FLIP).

Assim, a obra e a vida de Paulo Leminski continuam a pulsar, a inspirar e ser festejadas. “Pensador selvagem”, consumido pela tarefa de “escrever melhor, mais fundo, mais exato, mais inesquecível”, talvez nem suspeitasse que um dia seria celebrado pela Academia Paranaense de Letras — como foi em 2024, quando completaria oitenta anos.

E nem que seria honrado ainda além, pela Academia Brasileira de Letras, que reconhece sua contribuição à cultura nacional com a publicação deste texto, escrito a convite dos queridos amigos João Almino e Rosiska Darcy — a quem agradeço, enfim, por abrirem este espaço mais que importante para eu falar sobre meu pai, sua obra e seu legado. ●

Inéditos

Antonio Cicero

Sétimo ocupante da Cadeira 27 na Academia Brasileira de Letras.

MAR

Ontem ao mergulhar
Passei horas a viajar
Junto a Marina
Marcelo e o Mar
Junto a Marcelo
Marina e o Mar

Sofá

Depois de um almoço gostoso
Logo ao chegar em casa
Não penso em deitar-me na cama
Perfeita do nosso quarto
Mas sim no sofá tão belo
E nas almofadas fofas
Da sala
Lembrando o passado recente
E o antigo passado
E o futuro iminente
E o promissor futuro
Da gente
E em sonhos de pensamentos
Sobre árvores pênis e tudo
Me perco e me acho em poemas
Como este.

10/2023

Biografia

O “mistério Trevisan”

Christian Schwartz

Mestre em Estudos Literários pela UFPR, doutor em História Social pela USP e membro permanente do Laboratório de Pensamento Social (LAPES) do CPDOC-FGV, além de ter sido pesquisador visitante por duas vezes na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Ensaísta, jornalista e tradutor, verteu para o português livros de ficcionistas como F. Scott Fitzgerald, Mary Shelley entre outros. É autor da primeira biografia de Dalton Trevisan, a ser lançada em breve pela editora Todavia.

Em setembro do ano passado, Dalton Trevisan viu ser publicado um novo livro seu pela última vez: um par deles, na verdade, de uma tacada só, que o reinventavam como autor para crianças. Teve nas mãos, exatos três meses antes de partir, os primeiros exemplares lindamente ilustrados de *O ciclista* e, numa espécie de bonita premonição, *Chuva* — no início da noite de 9 de dezembro, uma segunda-feira, quando morreu o contista, aos 99 anos, já fazia três dias que não parava de cair água sobre Curitiba.

“A chuva engorda o barro e dá de beber aos mortos”, despediu-se Dalton em 2024 — com uma crônica do início dos anos 1950.

Dois singelos opúsculos finais, um legado insuspeito do autor que, vaticinou um obituário, deixava atrás de si uma “obra repleta de violências e fetiches”; dois textos que, mais de sete décadas depois de sua concepção, podiam ser lidos (por crianças!) como instantâneos poéticos, desses que Dalton Trevisan soube capturar como poucos — e sem que Curitiba precisasse sequer ser mencionada nas duas histórias.

Eis a dúvida que paira sobre o balanço final da obra: em que momento ela deixará de ser “reflexo” da cidade onde o autor viveu e morreu — espécie de cenário encarnado das investidas do “vampiro” — para se tornar, de pleno direito, universal? Quando poderá pertencer, ao menos e de fato, a uma tradição literária *brasileira*, sem as ressalvas de excentricidade ou exceção alimentadas por leituras endógenas? Pelo próprio provincianismo curitibano, afinal, contra o qual Dalton, caçador furtivo, jamais deixou de lançar o que chamava de “flechas envenenadas”.

E sua mira — às vezes apontada para o próprio peito (afinal, por seus hábitos modestos e pacatos, foi ele mesmo o maior provinciano que já existiu, ao longo de décadas morador de uma mesma e antiga casa e *flâneur* dos mesmo poucos quarteirões nos arredores) — costumava ser letal.

Curitibano esquivo (não necessariamente recluso), durante pelo menos meio-século tido como “o maior contista do Brasil” — ou simplesmente “o maior escritor brasileiro vivo”, à medida que, lacônico, resistia contando os anos de uma vida quase centenária —, Dalton Trevisan ficou longe de sua cidade natal por mais tempo uma única vez, em viagem à Europa que durou seis meses, de junho a dezembro de 1950. Ali culminava uma formação, afora isso, basicamente curitibano-carioca (fez amigos no Rio e, a certa altura da vida, ia vê-los com frequência), como se pode ler em seus até agora inéditos diários — incluindo um caderno e uma caderneta de minuciosas anotações sobre o giro pelo Velho Mundo.

Antes da viagem, os anos 1940 haviam sido de revelação — primeiro em jornais estudantis, depois nas folhas provincianas e, finalmente, em *Joaquim*, revista literária fundada por ele que fazia barulho nacionalmente — de um autêntico gênio precoce. Segundo filho do dono de uma bem-sucedida fábrica de louça, à qual seguiu servindo como funcionário até que, anos depois da morte do pai, fechasse as portas, Dalton estudou Direito e, como todo jovem literato, foi aspirante a poeta, mas leitor sobretudo de prosa e, talvez surpreendentemente, um obcecado pelo romance “de oitocentas páginas” que haveria de escrever para consagrar-se. “Por certo, nada [mais] de contos”, chegou a anotar sobre o que planejava produzir nos meses seguintes de um ano de juventude.

Enquanto isso, frequentava os mais e os menos recomendados endereços de sua cidade — além de manter uma rotina diária de sessões de cinema, devidamente anotadas e ocasionalmente transformadas em comentários aos filmes em jornais locais. No geral, a vida cotidiana do jovem autor ainda parecia transcorrer conforme a boa teoria do “viver tudo até os trinta, para depois tudo escrever”.

O que, pensando bem, talvez seja apenas meia-verdade no caso de Dalton, pois datam da mesma época suas primeiras investidas na autopublicação. (Ele passaria as décadas seguintes imprimindo e enviando livretos, como que plaquetes com dois ou três de seus contos, a interlocutores e potenciais bons contatos na imprensa e no mundo editorial.) E são ainda da década de 1940 os dois livros de estreia na prosa, depois renegados — um deles, *Sonata ao luar*, reabilitado em 2023 por uma pequena editora em edição artesanal e limitadíssima —, mais duas outras breves brochuras de poesia.

No meio do caminho, teve as primeiras experiências no Rio de Janeiro, entre as quais um encontro um pouco cômico, mas decisivo, com o ídolo Manuel Bandeira. De seu retorno da Europa à acanhadíssima Curitiba dos últimos dias de 1950, seriam ainda quase dez anos de ansiedade — e frenética correspondência literária, sobretudo com o agora grande parceiro Otto Lara Resende, interlocutor preferido entre os amigos “mineiros do Rio” — até a estreia por uma grande editora, com *Novelas nada exemplares* (1959), aos 33 anos.

Para além do tímido supostamente obsessivo pela própria reclusão, clichê talvez inadvertidamente alimentado por ele em paralelo à obra (esta, sim, objeto de uma insaciável obsessão), Dalton Trevisan se bateu com afinco, pelas décadas seguintes, em seu ofício diário de escritor. A biografia que procurei entregar a meus leitores tenta, a partir de fontes diversas e de parte do acervo pessoal a que tive acesso (até o momento em que escrevo exclusivo), contar como se fez a obra daltoniana — e, com ela, o mito do escritor e seu personagem.

Eis a dúvida que paira sobre o balanço final da obra: em que momento ela deixará de ser “reflexo” da cidade onde o autor viveu e morreu – espécie de cenário encarnado das investidas do “vampiro” – para se tornar, de pleno direito, universal? Quando poderá pertencer, ao menos e de fato, a uma tradição literária *brasileira*, sem as ressalvas de excentricidade ou exceção alimentadas por leituras endógenas? Pelo próprio provincianismo curitibano, afinal, contra o qual Dalton, caçador furtivo, jamais deixou de lançar o que chamava de “flechas envenenadas”.

É a versão possível de um livro impossível — simplesmente porque, a partir de algum momento nos anos 1960, Dalton se tornou o menos biografável dos grandes escritores brasileiros. E não apenas por ter passado quase um século inteiro vagando pelas mesmas ruas, na região central de uma única cidade de importância apenas mediana para a cultura literária do país. Nesse tempo, o de uma vida atipicamente longa, ele tampouco manteve intensa troca para além de um número bastante reduzido de seus pares, círculo que se torna minúsculo se contados apenas aqueles de sua convivência direta e íntima.

A correspondência — quase 2.300 cartas de um missivista regular (ainda que, como o contista, quase sempre econômico) — revela, claro, uma interlocução mais ampla com outros escritores e intelectuais, editores, tradutores e até críticos e jornalistas (de cujo contato pessoal, jamais à vontade, Dalton fugia — principalmente à vista de uma máquina fotográfica). Mas o círculo de amigos, desde sempre rarefeito, há muito se tornou virtualmente inexistente. Seus contemporâneos, em sentido estrito, estão hoje todos mortos. Também ao núcleo familiar mais próximo — os pais, claro, mas também os dois irmãos, a mulher, as duas filhas, além do genro e pai de suas duas únicas netas — ele havia sobrevivido, restando-lhe, na hora da morte, as netas e quatro bisnetos (dois meninos, gêmeos, e duas meninas) com quem mantivera raro ou nenhum contato ao longo dos últimos anos.

Tudo isso se somou para criar, em torno de Dalton Trevisan, uma lenda. Quando instados por jornalistas a compartilhar suas impressões sobre o “misterioso personagem”, conheci-

dos do autor jamais conseguiam ir além de algum disse-me-disse ou lugar-comum folclórico sobre o mito do “vampiro” — declarações de quem por vezes pouco ou nada havia lido dele, e quando havia, em que pesasse o privilégio do contato

peçoal ao longo de anos e até décadas (ou talvez por isso mesmo), não conseguia escapar à interpretação provinciana de obra tão concisa quanto influente. Foi acima de tudo dessa maldição que tentei, como seu primeiro biógrafo, escapar.

Afora o que chamei de um mergulho na *intimidade da obra*, a partir do acesso exclusivo à exaustiva autodocumentação a que se dedicou o autor décadas a fio (não só a correspondência, mas também alentados diários), tive o privilégio de escutar e transcrever em torno de 25 áudios de WhatsApp gravados com Dalton, a meu pedido, por sua então assistente e agente literária, Fabiana Faversoni; somados, constituem um breve porém igualmente inédito depoimento no qual o contista detalha a convivência com pares e correspondentes, passagens da primeira formação, ainda criança e adolescente, itinerários que percorreu ao longo das décadas como contumaz andarilho de Curitiba — além de esclarecer episódios obscuros na documentação que decidiu, quase centenário, liberar para minha consulta.

Em nenhum momento pretendi escrever uma narrativa “autorizada” ou revisada previamente pelo biografado. Tampouco houve qualquer exigência de que meu livro só fosse publicado após sua morte — embora a partir dali, e aos poucos, a documentação pessoal de Dalton tenha, enfim, ficado disponível para consulta integral, já no último estágio de escrita. E, no entanto, consciente do privilégio mas igualmente da limitação daquilo que aos poucos me era permitido conhecer com o autor ainda em vida, essa primeira “convivência” — nunca presencial, mas muito próxima — acabou inevitavelmente forjando minha visão do personagem.

Ao longo de dezoito meses de intensa negociação em torno da memória e do esquecimento sobre uma vida em boa medida monasticamente dedicada à literatura, até a partida do contista, pude — ocorre-me agora essa imagem muito daltoniana — espiar as suas muitas décadas como autor e homem comum pelo buraco de uma fechadura, à luz de velas. Mas o suficiente para que absorvesse aquilo que um de meus modelos literários — o romancista inglês Jonathan Coe, também talentoso biógrafo — certa vez definiu como “realidade emocional” de uma existência.

No fim de contas, foi o que busquei — e espero ter conseguido entregar — ao contar a vida do contador de histórias Dalton Trevisan.

* * *

Nunca fiquei frente a frente com Dalton. Jamais troquei diretamente sequer uma palavra com ele. Tampouco rondei sua casa ou tentei lhe pedir um autógrafa no meio da rua, embora o tenha avistado inúmeras vezes na vizinhança — eu também morador do Centro que ele palmilhou por décadas. Não o procurei nem mesmo por escrito, como fizeram muitos aspirantes a discípulos.

Enquanto isso, num típico final de manhã ou início de tarde qualquer ao longo dos últimos sessenta, setenta anos (uns trinta dos quais eu, sempre de longe, acompanhei), Dalton Trevisan terá exaustivamente buscado uma Curitiba só dele, talvez perdida. Ano após ano, passo firme, ele seguiu mais determinado a permanecer, ou voltar a ser, um anônimo na cidade — e, sossegado, poder espiar sua arraia-miúda, sua gente.

Mito à parte, foi a essa gente de Curitiba — uma Curitiba agora universal — que pertenceu o “vampiro”. Aqui, durante quase um século, ele esteve no meio de nós — e para mim, para a história que me coube contar, bastou que assim fosse. ●

Livros

Imortalidades

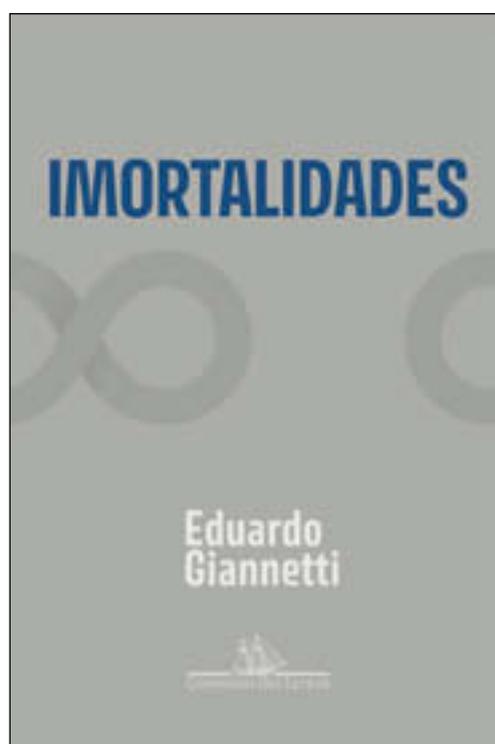
Eduardo Giannetti

Ocupante da Cadeira 2 na Academia Brasileira de Letras.

A *d immortalitatem*, incita o lema adotado em 1897 pelos fundadores da Academia Brasileira de Letras. A expressão, claro está, não denota uma condição alcançada, mas um impulso ou movimento em direção a ela: a imortalidade como aspiração (*desideratum*) e não como algo dado (*datum*). Daí a pertinência da bem-humorada resposta de Olavo Bilac, primeiro ocupante da Cadeira 15, quando provocado a explicar por que os membros da Academia eram chamados de “imortais”: “É porque não temos onde cair mortos”.

Pode a morte ser vencida? O corpo nos deserta, o impulso de sobreviver não. Religiosas ou seculares, místicas ou literárias, as apostas e fantasias de imortalidade remontam à mais remota ancestralidade do animal humano — e continuam vivíssimas em nossos dias.

Como se manifesta na experiência humana a ambição de transcender à inércia da matéria e aos caprichos do acaso? Quais os méritos e limites dos projetos e



Eduardo Giannetti
Companhia das Letras.

sonhos de vida imortal? O propósito de *Imortalidades* é oferecer um mapa analítico e reflexivo dos grandes vetores em que se ramifica o anseio humano de perenidade. O tema central do livro não é a morte, mas a afirmação da vida — o desejo de ser para além de si.

* * *

Duas eternidades circunscrevem nosso breve espasmo de vida: o pré-nascer e o pós-morrer. Existe, contudo, uma profunda diferença entre elas. Embora saibamos que a morte nos espera, nunca soubemos que iríamos nascer. Adeptos da reencarnação à parte, o infinito pretérito, anterior ao nosso nascimento, é plácida e anódina imensidão; ele não nos perturba ou angustia nem nos provoca a preenché-lo e ocupá-lo em pensamento. Quem lamenta ou sente-se pilhado do tempo de vida que lhe foi sonogado por não ter vindo ao mundo antes do dia em que nasceu?

Radicalmente outra é a nossa postura ante o infinito prospectivo do após-a-morte. *A vida quer sobreviver*. O instinto de subsistir eletriza a cadeia do ser: do mais simples ao mais complexo organismo, tudo que existe peleja para seguir existindo. O apego à vida é a face luminosa da aversão à morte. Mas a condição humana, consciente da sua finitude, confere ao impulso de preservação constitutivo da vida biológica uma nova e radical dimensão: *o anseio de perenizar-se*.

As manifestações do anseio de perenidade desdobram-se em quatro grandes vetores, exaustivos do campo de possibilidades da vida imortal mas não excluídos entre si:

- 1) *prolongar a vida*: o desejo de estender a nossa existência física e mental, quiçá indefinidamente, por meio dos avanços da ciência, da tecnologia e da biomedicina;
- 2) *esperanças supraterras*: a fé em alguma forma de outra vida após a morte, tal como propugnado pelas grandes religiões mundiais (budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo, judaísmo);
- 3) *expectativas terrenas*: a preocupação com a posteridade e o legado que deixaremos às gerações futuras por meio de nossos descendentes, criações, feitos e outras realizações;
- 4) *o presente absoluto*: a experiência de momentos extáticos, como no transe amoroso, artístico ou místico, que nos propiciam o vislumbre do inexprimível e redimem o existir, eternizando-o.

Embora debatidos há milênios pelas religiões e tradições filosóficas, os enigmas da morte e da finitude autoconsciente — o que virá depois? — são inquietações que nascem diretamente da nossa experiência, muitas vezes na infância. São questões fadadas a nos intrigar em algum momento, mesmo que nada tenhamos lido ou estudado a respeito. Vivemos todos pendurados à vida por um fio e sabemos que ao menor ensejo — vírus, latrocínio, tombo, AVC — ele pode romper-se. Precipitar o abismo. A vida não cabe na vida. ●

Livros

Pausa & Linha – O poder em Fernanda Montenegro

Joaquim Falcão

Ocupante da Cadeira 3 na Academia Brasileira de Letras.

Este livro é diálogo. Ou triálogo. Entre você, leitor. Fernanda Montenegro, atriz. E eu, autor. É imaginário e real ao mesmo tempo. Completo e incompleto.

O que nos une é o tema: a interpretação. Em sentido amplo.

Partimos da interpretação teatral. Da relação-tensão entre autor, atriz e plateia. Mas vamos além... Por analogia e fragmentação, aparecem, aqui e ali, outros tipos de interpretações. A jurídica é resultado da relação-tensão entre legislador, executor, magistrado e cidadão. A musical é entre compositor, regente, músicos e ouvinte. A artística, entre o artista, o museu e o visitante. E a literária é entre o escritor, a mídia e o leitor.



Foto: Bob Wolfenson.

Joaquim Falcão
Edições Pinakotheke.

Nosso caso inspirador é real. É caso gerador, diria Paulo Freire. Como Fernanda Montenegro em seu ofício de atriz, entende e exerce o poder da interpretação?

Interpretar é motor da comunicação. É matéria-prima da convivência humana. Une, desune ou paralisa.

Livro a ser lido, visto e ouvido ao mesmo tempo. Contém diferentes linguagens tecnológicas. Palavras escritas, desenhos, imagens, fotos, animação e voz. Contém QR Codes, código de resposta rápida que acessa essas diferentes linguagens.

Este livro é fusão.

Pluritexto. Multitexto. Trans e pós-texto. Pretexto. Contexto. Tessitura.

Citações coloridas, imagens, voz e pausas são originais, reais. De Fernanda. Declarações. Perguntas e respostas. Estímulos, incentivos. Muitas vezes descontextualizados. Arrancados de sua origem. Recortados. Quebrados. Fragmentados. Recolocados. Reinterpretados enfim. Mas geneticamente verdadeiros. Tudo e todos da própria Fernanda Montenegro.

Este livro resulta de indisciplinada pesquisa intelectual voltada para a práxis.

Nem pesquisa acadêmica, científica ou romance. Talvez todos.

A responsabilidade pela composição, recomposição, decomposição, fusão, roteiro, atribuições e não atribuições de ideias, citações e palavras é minha.

Interpreto a intérprete.

A tecnologia comunicativa, o design, a permanente interlocução, a grafia é da equipe comandada por Manuel Falcão, Stanio Soares, Max Perlingeiro e Camila Perlingeiro.

E João Carlos Cochlar. Também Guilherme Soares. Além de Ivana Afonso, assistente.

Com desenhos de Stanio Soares nas páginas padronizadas que abrem os capítulos, inspirados pelos cartemas de Aloísio Magalhães.

Tudo possibilitado por Carmen Mello. E por Fernanda Montenegro, é claro.

Mas, atenção. Este livro não é uma biografia, diria com rigor e humor, Ruy Castro.

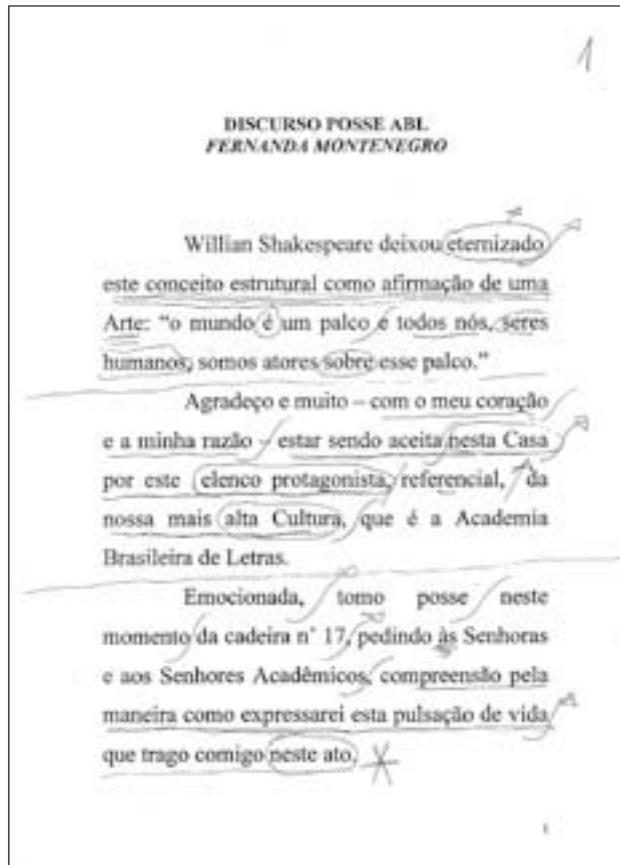
Ceci n'est pas une pipe, mais circunspecto diria René Magritte.

E o que é então?

É um acaso descrito para o qual estávamos preparados.

Portanto o reinventamos.

Uma biografia da interpretação, talvez. ●



Reprodução da primeira página do discurso de posse na ABL com as marcações, sinalizando as pausas e diferentes entonações.



Apenas as marcações feitas à mão por Fernanda Montenegro em seu discurso.

Trecho do livro

O poder do intérprete é sempre duplo. Escolhe a palavra, vírgula ou pausa a dar sentido. Inclui. E, ao mesmo tempo, escolhe quais não dará poder. Exclui. Verso e reverso. Positivo e negativo. Privilegiar e descartar.

Ser e não ser ao mesmo tempo. Somos o que queremos e o que não queremos. Ao mesmo tempo.

Ser ou não ser é falsa dicotomia. A realidade é ser e não ser ao mesmo tempo.

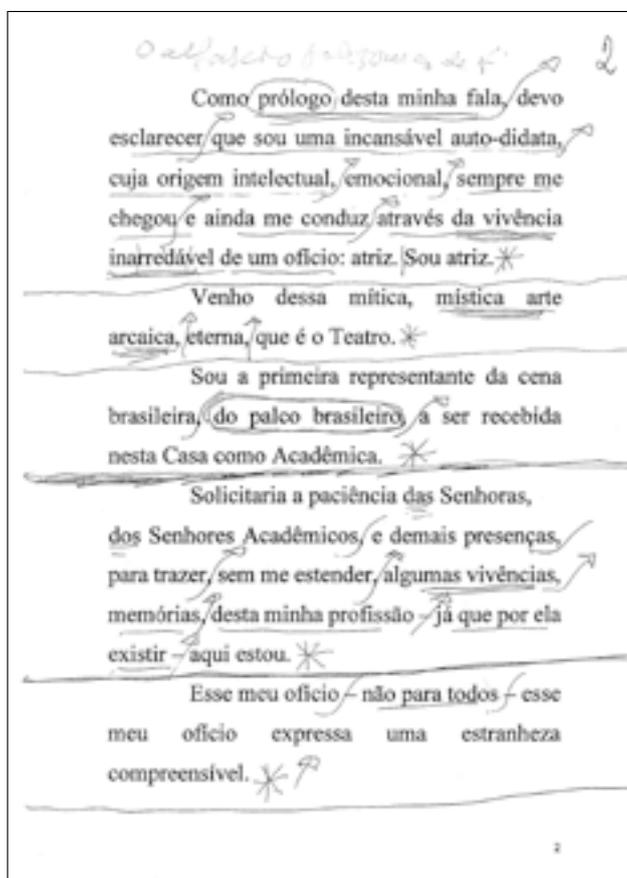
O texto teatral não é pedra. O livro não é pedra. A poesia não é pedra. A escultura não é pedra. A Constituição não é pedra.

“O intérprete é também um constituinte da música”, diz sorrindo consigo mesmo Gilberto Gil. Com a alegria de ter encontrado a boa e esclarecedora síntese. Sincretismos, sua especialidade.

O magistrado e sua sentença são também constituintes da Constituição. O cantor e seu cantar são constituintes da música. A atriz e sua emoção são constituintes da peça.

Se o mundo é um palco, somos todos intérpretes.

As gravuras de Fayga Ostrower, azuis, ainda estavam lá. Olhavam, serenas, infinitamente, para mim. Acordei completamente. Levantei-me vagarosamente. Estava curioso. ●



Livros

Vou te contar

Antônio Torres

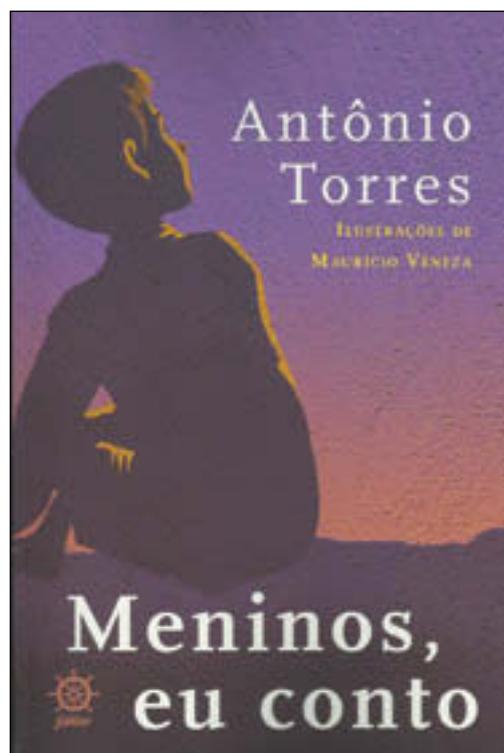
Ocupante da Cadeira 23 na Academia Brasileira de Letras.

Meninos, eu conto chega à 16.^a edição, pelo selo Galera Júnior, do Grupo Editorial Record, já se aproximando dos 50 mil exemplares, o que — convenhamos — é uma tiragem expressiva para um livro de contos.

Breve histórico

Cada conto foi publicado, em tempos diferentes, em jornais, revistas e antologias nacionais e internacionais (Argentina, Uruguai, México, Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Bulgária).

Um deles, “Por um pé de feijão”, figura na seleção dos *Cem melhores contos brasileiros do século*, organizada por Ítalo Moriconi para a Editora Objetiva, hoje contabilizando mais de meio milhão de exemplares vendidos.



Antônio Torres
Galera Junior.

A partir daí, “Por um pé de feijão” passou a ser incluído em antologias escolares, e foi escolhido pelo Ministério de Educação da França para uma das provas do mais importante concurso (“Agrégation”) para professor no ensino francês — no caso, para lecionar português nas escolas daquele país.

Destaques da crítica

Os relatos são tão reais que a empatia com a leitura se dá imediatamente {...}. Pode-se lê-los em poucos minutos e senti-los por outros tantos ressoando no pensamento, absolvendo-os na alma e reconhecendo o no talento do contista impregnado pela relação telúrica que os primeiros anos de vida souberam marcar profundamente no seu ânimo. Gerana Damulakis, no jornal *A Tarde* (BA).

São histórias com início, meio e fim, aparentemente simples e despretensiosas, mas ricas de significados. Aleilton Fonseca, no *Jornal da Tarde* (SP).

Trechos do livro

1 — Era terça-feira e era o fim de tudo — e o último ser vivo do mundo estava caindo de bêbado, nem bem o sol havia raiado.

Agora não havia mais missa nem feira, nem barraca nem pão-de-ló, e a rua voltou a ser o que sempre foi: uma solidão única.

O menino percebeu isso ao acordar. Estava sozinho. Como o padre, todos haviam retornado às suas casas de verdade, fazendolas e casebres miseráveis das redondezas que, se somadas, dava mais de sete léguas. Até tio Ascendino, o último dos beatos (o bêbado não contava) tinha abandonado o seu posto e retornado à sua marcenaria. Agora só lhe restava o caminho da roça. O pior não era a solidão. Era a fome. E assim, com as tripas roncando e esfregando os dedos nos olhos para limpar a remela, o menino foi descendo para a venda de Josias Cardoso. Ia comprar um pão de água e sal ou mesmo um pão de milho. Agora podia comprar o que quisesse, pois as três notas que o padre lhe dera compravam muitas coisas. Mas ia devagar. Lá na roça seu pai o aguardava com uma enxada. (Do conto *Segundo Nego de Roseno*).

2 — Para quem vem da rua, há uma ladeira muito comprida e só no fim começa a cerca que separa o nosso pasto da estrada. E foi logo ali, bem no comecinho da cerca, que eu vi a maior desgraça do mundo: o feijão havia desaparecido. Em seu lugar, o que havia era uma nuvem preta, subindo do chão para o céu, como um arrote de Satanás na cara de Deus. Dentro da fumaça, uma língua de fogo devorava todo o nosso feijão. (*Por um pé de feijão*).

3 — Nós vamos voltar. Quando foi mesmo que você disse? Dois de fevereiro? A festa da padroeira. A igreja aberta o tempo todo. Não vamos nos esquecer. Vamos trazer muitos presentes para você, viu? Muitos brinquedos. Você é um garoto bacana. um garoto legal. Falavam assim. Então ele pegou o santo de novo e disse: Você me dá ele? Nós vamos voltar aqui, vamos trazer muitos brinquedos. E aí ele deu o santo para a moça e disse: Você leva o santo. E os dois carregaram o nicho, com a lamparina acesa e tudo, o fedor do pavio queimado no azeite e eu disse: Cuidado, se não o pavio apaga. E eles saíram correndo, sem olhar para trás. (*O dia de São Nunca*). ●

Livros

O sentido das águas

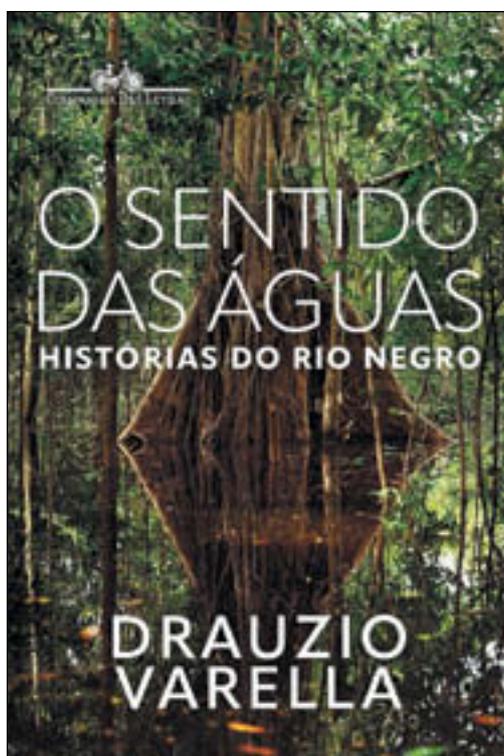
Drauzio Varella

Médico oncologista, cientista e escritor brasileiro.

Minha paixão pelo rio Negro nasceu em nosso primeiro encontro. Quando vi aquela imensidão de águas escuras, a refletir feito espelho o mundo ao redor, senti o ridículo de ter vivido quase cinquenta anos no país em que nasci sem me dar conta de tamanha beleza.

Há centenas de milhões de anos, as águas da bacia do rio Amazonas desaguavam no oceano Pacífico, no sentido oposto ao que fazem hoje. Há cerca de 10 milhões de anos, no entanto, quando a cordilheira dos Andes emergiu das entranhas do planeta, impedindo-as de prosseguir, o rio formou um lago enorme que forçou a passagem na direção do Atlântico.

O Negro é um dos três maiores rios do mundo. Da nascente, na região pré-andina, até se juntar com o Solimões para formar o Amazonas, logo abaixo de Manaus, ele percorre cerca de 2200 quilômetros.



Drauzio Varella
Companhia das Letras.

Ao contrário do Amazonas, seu curso é dotado de poucos meandros. Apesar de existir uma calha principal, na época da cheia a água sobe doze, quinze metros, inunda a floresta e forma um labirinto de ilhas e milhares de igapós, furos, igapés e paranás, entre os quais só navegadores experientes ousam se aventurar.

O Alto Rio Negro é a região com o maior índice pluviométrico do país. As chuvas caem fortes. Mal as nuvens agourentas se agrupam no horizonte, é preciso correr atrás de abrigo, já que num instante estarão em cima de nós. A água despenca sem piedade, envolta num manto enevoadado que turva a visão da floresta e estilhaça o espelho da superfície do rio. Os raios estalam seguidos de trovões roucos, intermináveis, como se o céu estivesse prestes a desabar. Inesperadamente, como se em obediência a uma ordem poderosa, tudo cessa, e o silêncio toma conta da floresta. Em poucos minutos o sol voltará a brilhar em meio aos pingos que gotejam da vegetação e da umidade que invade os pulmões.

Os números que caracterizam o rio são astronômicos: a bacia do rio Negro drena uma área de 700 mil quilômetros quadrados. Nas regiões em que não existem ilhas fluviais, a largura varia de um a três quilômetros, distância que aumenta dez vezes nas proximidades de Manaus. Embora junto à foz a profundidade atinja cem metros, nos demais trechos pode diminuir entre cinco e vinte metros na seca, tornando penosa a navegação. Ao caírem as chuvas, entretanto, a profundidade ficará entre quinze e 35 metros.

Em volume de águas, o rio Negro é o sétimo maior do mundo. Sua nascente é na Colômbia, e a foz, na margem esquerda do Amazonas, formada pelo encontro de suas águas com as do Solimões. É mais caudaloso do que todos os rios da Europa reunidos.

Em seu leito estão localizados os dois maiores arquipélagos fluviais do mundo: Mariuá, na região de Barcelos, curso médio do rio, e Anavilhanas, na parte baixa, que começa abaixo da desembocadura do rio Branco e segue por 120 quilômetros na direção do encontro com Solimões. São mais de mil ilhas, algumas das quais com vinte ou trinta quilômetros de extensão, que passam boa parte do ano submersas, formando igapós, nos quais é possível penetrar com a canoa deslizando na altura da copa das árvores mais baixas.

Depois dessa primeira visita, voltei ao rio Negro com um grupo de pesquisadores internacionais que se dispuseram a dar um curso de biotecnologia em São Paulo, atraídos pela promessa de uma viagem à Amazônia a bordo do barco Escola da Natureza, utilizado pela Universidade Paulista (Unip) em Manaus e pelo Colégio Objetivo, para aulas de botânica e ecologia com os alunos.

Numa tarde de outubro de 1992, admirando a passagem das árvores que desfilavam diante do barco próximo à margem da Ilha Grande, no arquipélago de Anavilhanas, um dos pesquisadores que nos acompanhavam, Robert Gallo, um dos descobridores do vírus da aids, perguntou quem fazia estudos sistemáticos da atividade farmacológica daquela biodiversidade botânica que tanto o impressionava.

Expliquei que havia estudos acadêmicos isolados. Ele ficou surpreso:

— Se vocês pretendem preservar a floresta, precisam demonstrar a utilidade dela.

Meses depois, desembarquei em Washington para uma visita ao Natural Products Branch, do National Cancer Institute (NCI), em Frederick, Maryland, o maior centro mundial de pesquisas de atividade antitumoral em plantas, fungos e animais marinhos.

Fui recebido pelo diretor-geral, Gordon Cragg, um biólogo de sessenta anos, nascido na África do Sul, visivelmente apaixonado pelo trabalho.

Ele se mostrou pessimista sobre a possibilidade de criarmos no Brasil um centro para pesquisar atividade contra células malignas em produtos naturais devido à xenofobia de nossas autoridades, que já haviam afastado do país até pesquisadores estrangeiros interessados apenas na taxonomia das plantas brasileiras.

Apesar da ressalva, ele abriria as portas dos laboratórios do NCI para treinar o pessoal que julgássemos necessário para a realização do projeto, bem como forneceria linhagens de células malignas cultivadas por eles para servir de teste. Os custos ficariam por conta da Unip. Assinamos um memorando de entendimento, deixando claro que nenhuma planta seria enviada para fora do país. Da parte deles, nada seria pedido em troca.

Passados mais de trinta anos, no decorrer dos quais realizamos mais de cem viagens ao rio Negro, formamos uma equipe de jovens pesquisadores e coletamos plantas suficientes para preparar cerca de 2.500 extratos. Testados contra células malignas, contra bactérias resistentes a antibióticos e, nos últimos anos, selecionados aqueles capazes de interferir em determinados mecanismos celulares comuns a diversas doenças, obtivemos cerca de 170 extratos com atividade suficiente para estudos mais detalhados.

Nessas viagens pude andar pelas ruas escaldantes das cidades e dos lugarejos do rio Negro, sobrevoar a floresta nos aviões da FAB, chegar até os pelotões do Exército Brasileiro nas fronteiras com Colômbia e Venezuela, caminhar pela mata, percorrer rios e escalar o Yaripo, a montanha dos ventos de tempestade, nome dado pelos Yanomami muito antes que os brancos o batizassem de pico da Neblina, o ponto culminante do Brasil.

A parte mais rica, entretanto, foi conversar e ver como vivem os ribeirinhos e os indígenas dispersos pelas beiradas dos rios. É transformador o contato com a diversidade cultural das etnias que habitam a bacia do rio Negro há mais de 12 mil anos, com os costumes e multiplicidade de línguas que sobreviveram apesar dos ataques continuados que escravizaram e dizimaram grupos inteiros no decorrer de séculos.

Nas conversas intermitentes que mantive com os indígenas, entrei em contato com formas harmoniosas de conviver com a natureza, com a vizinhança, e de entender a magia do mundo que os cerca.

Este livro é um caderno de viagens, fruto de experiências que transformaram minha visão da biologia e me abriram as portas para um universo de infinita beleza natural, cenário de histórias épicas, de violências indescritíveis, febres epidêmicas, dominação, extermínio de populações originais, trabalho escravo e acontecimentos nos quais a fantasia se confunde tantas vezes e de tal forma com a realidade que elas se tornam indistinguíveis uma da outra.

Trechos do livro

As coletas e o herbário

Quando conheci Gordon Cragg nos laboratórios do National Cancer Institute (NCI) em Frederick, ele me explicou, com a paciência de um professor de escola primária, que a identificação correta das plantas a serem estudadas era o calcanhar de aquiles dos programas de bioprospecção. Encontrar atividade farmacológica numa espécie sem ter certeza de seu nome compromete o processo inteiro.

O problema é que identificar a família, o gênero e a espécie numa floresta tropical com tamanha diversidade não é tarefa trivial. Poucos botânicos são generalistas, a maioria se especializa em determinadas famílias. Por exemplo, Scott Mori, do Jardim Botânico de Nova York, que visitou a Amazônia diversas vezes, era especialista em *Lecythidaceae*, à qual pertencem a castanha-do-pará e mais de trezentas outras espécies distribuídas em vinte gêneros de árvores, geralmente de grande porte.

Gordon Cragg me aconselhou a procurar Douglas Daly, curador de Botânica Amazônica do Jardim Botânico de Nova York.

A voz que atendeu o telefone falava português com sotaque amazônico. Ao expressar surpresa dizia “rapaaaz”, interjeição característica da região. Tinha vindo muitas vezes ao Brasil a trabalho — na época participava de pesquisas com colegas da Universidade Federal do Acre — e aprendera português no convívio com mateiros e ribeirinhos. Era um dos sobreviventes da geração de botânicos que a xenofobia irracional havia afugentado do país.

Marcamos encontro em Nova York, onde fui apresentado à coleção do Jardim Botânico de Nova York, o maior acervo de plantas da Amazônia. Surpreendente saber que uma das maiores autoridades mundiais em taxonomia da Floresta Amazônica era um botânico nascido em Oakland, perto de San Francisco, que morava no Village, em Nova York.

Douglas sugeriu que contratássemos Alexandre de Oliveira, jovem botânico formado pela Universidade de São Paulo (USP). Foi também Douglas quem me sugeriu uma viagem para conhecer o Alto Rio Negro, região montanhosa com flora diversa da que eu conhecia na parte baixa do rio, mais próxima de Manaus.

Folhear essas amostras nos arquivos é uma experiência silenciosa de rara beleza. Os herbários são galerias de arte com obras que a seleção natural levou milhões de anos para criar.

Devo a ele o privilégio de ter conhecido São Gabriel da Cachoeira, tão presente neste livro, cidade indígena para onde eu voltaria mais oito vezes, até agosto de 2024, fascinado pela paisagem, pela velocidade das águas nas corredeiras, pelas montanhas ao fundo e pela igreja construída pelos salesianos havia mais de um século.

Foi dessa primeira viagem que surgiu a ideia de que a Unip publicasse um livro ilustrado em que discutiríamos temas relacionados à preservação e às condições de vida das populações ribeirinhas. Para o *Florestas do rio Negro* contribuíram especialistas que descreveram as diversidades da flora, as possibilidades de exploração sustentável, a fragmentação da paisagem, as iniciativas de preservação, as unidades de conservação já demarcadas e a bacia do rio Negro como cenário na busca de novos medicamentos, temas aos quais pouca importância era dada naquele início dos anos 1990.

Os autores do livro foram Alexandre de Oliveira e Douglas Daly. Eu me encarreguei da coordenação geral e escrevi um dos capítulos.

Alexandre montou o herbário e trabalhou no projeto por alguns anos, até ser contratado pelo Departamento de Botânica da USP. Para seu lugar veio o botânico Mateus Paciencia, que deu um impulso decisivo à formação do nosso herbário nas dependências da Unip de São Paulo.

Desde 2003, o herbário da Unip está devidamente registrado no Index Herbariorum, setor do Jardim Botânico de Nova York que credencia herbários do mundo inteiro.

Hoje contamos com cerca de 12500 amostras arquivadas, material que nos permitiu identificar e catalogar 3850 espécies pertencentes a 170 famílias botânicas.

Mateus, botânico que há mais de vinte anos comanda as coletas e dirige o herbário, descreve os procedimentos para coletar as plantas que serão usadas nos testes de atividade farmacológica:

— O primeiro passo é identificar na floresta a planta de interesse. Em seguida, coletar amostras das partes vegetativas e reprodutivas: folhas, caules, galhos, flores, frutos, raízes. Se forem arbustos ou estiverem em área inundada (igapós), o material é cortado com um podão, tesoura de podar dotada de um cabo de alumínio articulado que pode ter o comprimento aumentado ou diminuído, conforme a altura a atingir. Se for árvore alta em terra firme, é preciso encontrar um subidor capaz de escalar vários metros para içar o podão e efetuar a poda.

É uma tarefa para homens com força nas pernas. Osmar, o mateiro que substituiu seu Luiz, é exímio nessa arte. No chão, ele passa uma cinta resistente em volta das pernas, logo acima dos tornozelos – a peconha –, abraça o tronco e apoia os pés na peconha, para começar a escalada em movimentos concatenados, como se as pernas fossem as de um sapo saltando. Os braços, sempre ao redor do tronco, acompanham a escalada das pernas. Quando atinge a altura desejada, o subidor solta uma das extremidades do cinto de segurança preso à cintura, para passá-lo em volta do tronco e prendê-lo na fivela outra vez.

Os brancos aprenderam essa técnica com os indígenas, com a diferença de que os nativos não tinham as fitas de fibras resistentes de hoje para servir de apoio aos pés; a peconha era feita com cipós e enviras. Também não havia cintos de segurança. Se o homem se desequilibrasse, despencava lá de cima.

Embaixo, a equipe que vai recolher as partes da planta alça o podão até o subidor por uma cordinha que ele traz atada ao cinto. No chão, o material podado é cortado em fragmentos menores com tesouras manuais e acondicionado em sacos brancos de algodão, no interior dos quais é guardada uma etiqueta de papel num envelope de plástico, com a descrição da planta, a identificação e a localização pelo GPS.

O material, que deve pesar pelo menos um quilo, é levado para o laboratório do barco, onde ficará exposto para a secagem. Lá, será preparada a amostra com folhas, flores, frutos, galhos e demais partes anatômicas, para identificação e arquivamento no herbário. São as exsicatas.

Assim acondicionadas, as exsicatas vão para uma prensa de madeira, entre folhas de jornal, de onde sairão prontas para ser coladas numa folha de cartolina, que manterá visível folhas, flores, frutos e demais partes importantes para a identificação. Numa ficha ao lado, ficam anotados os nomes científico e popular, uma descrição sumária da planta, as características da floresta em que ela foi colhida (igapó, terra firme, campinarana etc.), a localização exata com os dados fornecidos pelo GPS e o nome completo de todos que participaram da coleta.

A preparação das exsicatas obedece a essa técnica simples, porém capaz de preservá-las por mais de duzentos anos. É a mesma técnica desenvolvida nos tempos do pai da taxonomia moderna, Lineu, que no século XVIII classificou os seres vivos em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies, hierarquia taxonômica usada até hoje.

Folhear essas amostras nos arquivos é uma experiência silenciosa de rara beleza. Os herbários são galerias de arte com obras que a seleção natural levou milhões de anos para criar.

O laboratório de extração

O material colhido na mata vai primeiramente para o laboratório na Unip de Manaus. Folhas, raízes, frutos, flores e galhos são moídos separadamente e depois encaminhados para o Laboratório de Extração na Unip de São Paulo.

Naquele encontro inicial com Gordon Cragg, ficou acertado que enviaríamos um profissional para ser treinado no Laboratório de Extração do NCI, sede do Natural Products Branch.

Na volta, entrevistei Ivana Suffredini, recém-formada na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da USP. José Augusto Nasr, diretor da Unip, providenciou os fundos e organizou a burocracia interna para viabilizar o estágio.

No laboratório, Ivana passou três meses sob a orientação de Tom McCloud, um dos biólogos que mais conhecem a química dos produtos naturais. Terminado esse período, fui a Frederick para entender o que precisaríamos providenciar para a montagem de um laboratório em São Paulo que seguisse as mesmas normas internacionais do NCI.

Na saída Tom me disse:

— Não perca essa jovem. Só não lhe ofereci uma posição aqui porque ela será mais importante para vocês.

E de fato tem sido. Ivana trouxe uma planta do laboratório de extração em que estagiara para montar na Unip uma réplica de dimensões menores, porém idêntica à do NCI. Com dedicação, ela montou as instalações que funcionam até hoje.

O processo de extração consiste em dispor a parte moída da planta em frascos de vidro e acrescentar água ou álcool para preparar os extratos, que nada mais são do que soluções, verdadeiros chás. Em cada solvente vão se dissolver solutos com propriedades diferentes.

Esses chás são levados para equipamentos que vão provocar a evaporação do solvente, para a obtenção do pó que será conservado nos freezers em temperaturas de -70°C , de onde virão as amostras para testagens futuras nos sistemas experimentais.

Os passos seguintes são identificar nos extratos quais são as frações responsáveis pela atividade demonstrada, etapa obrigatória que precede os testes em seres humanos e a obtenção de patentes internacionais.

A Extratoteca da Unip armazena cerca de 2400 extratos, todos obtidos com técnica padronizada e rotulados com código de barras para identificação. Como os testes de atividade são realizados com miligramas de cada amostra, o material já estocado é suficiente para muitos anos de pesquisas.

Para testar a atividade farmacológica, nós nos concentramos principalmente em dois sistemas experimentais *in vitro*: células tumorais malignas e bactérias resistentes aos antibióticos.

A produção científica do laboratório levou à publicação de 92 artigos, muitos deles em revistas internacionais de impacto, além de apresentações em cerca de duzentos congressos científicos.

A atividade didática mais relevante, no entanto, tem sido a formação de profissionais jovens interessados na área. Concluíram o curso de iniciação científica 43 estudantes, foram defendidas 22 dissertações de mestrado e dezesseis teses de doutoramento.

As descobertas de novos medicamentos são processos demorados que exigem investimento financeiro, formação de pessoal e produção científica. É provável que no meu tempo de vida eu não chegue a presenciar o lançamento de um produto desenvolvido em nossos laboratórios.

Mas ver concretizada uma ideia surgida há mais de trinta anos, numa tarde ao contemplar a beleza e a diversidade da floresta do rio Negro, que passava diante do Escola da Natureza em movimento, e saber que gerações futuras continuarão esse trabalho dá uma sensação de dever cumprido. ●

Livros

Poesia Mundi

Marco Lucchesi

Ocupante da Cadeira 15 na Academia Brasileira de Letras.

Trinta anos de poesia. Quase não leio meus poemas. Não digo uma palavra sobre a gênese. Declamar essas vozes, sequestrar-me de mim para mim, como um teatro aberto ao público: a tanto não me atrevo. E rasgo, quase sempre, meus cadernos. Nenhum rastro ou sinal. Nenhuma palavra a posteriori, glosa ou explicação: apenas o desenho, como se fosse um Koan, uma ideia suspensa, mera Gestalt. Sendo obrigado a prosseguir, recorro à autoacusação (*j'accuse*), contracurrículo, autologia, réu de mim mesmo e juiz.

Preso na língua, exilado, em suas camadas, sigo os passos de um deus esquecido. Procuro a lira de Orfeu em busca de Eurídice. Não mais que ausência e proporção das cordas. Mesmo sem lira e sem cordas. Um canto surdo não se deixa adivinhar, se a escuta não se mostra radical. Não sei dizer se oitava acima. Capturá-lo, num ritmo de entrega e de abandono, marcado pelas dobras do silêncio. Mais uma vez a clausura do fora, por onde emerge um continente novo, além do qual cintila o ainda-não.



Marco Lucchesi
Editora Record.

O poema, quando nasce, aonde vai? Vive de uma demanda líquida, escondida. Ignora o curso das palavras a jusante, atônito, nos rumos da composição. Segundo Brodsky, o poeta vai mais longe de quanto havia pensado: é nesse ponto “que o futuro da linguagem invade seu presente”. E, de imediato, ele “consegue encontrar-se onde ninguém esteve, onde ele próprio, talvez, não gostaria de estar”. Uma espécie de aceleração da linguagem. Mais de cem vezes escrevi saudades do futuro. Os versos antecipam-no. A poesia implica transfiguração. Todos os livros em *Poesia Mundi* foram revistos — entre mortos e feridos, sobraram o meu rosto e três livros inéditos. Seguem dois poemas, “Aquário” e outro, sem título:

Aquário

A noite é mar de inquietas correntezas.

E a flauta imprime direção ao vento.
 Brilha uma estrela obsessiva, olhar de peixe:
 Delta do Aquário, em ondas de fuligem.
 Pudessem conquistá-la com meu grito. Pudessem
 devorá-la num só gesto.
 Toda palavra é flauta nos teus lábios.
 Sopros de carne, espinho, treva e luz.

Passam velozes cardumes de estrelas.
 Os deuses lançam, ávidos, as redes.

(sem título)

Não és
 o rio mas seu estado
 peregrino

Não és
 o vento mas
 os lábios que o resfriam

Não és a
 estrela mas o
 vazio

em que desaba a escuridão

E sendo assim
 antes de
 tudo não és
 nada



Teatro do Rio: As grandes companhias e a Praça Tiradentes

Sergio Fonta

Dramaturgo, escritor, diretor e pesquisador. É o atual presidente da Academia Carioca de Letras. Ainda no primeiro semestre de 2025, lança seu 12.º livro: *Ribalta Carioca (Clássicos do Teatro Brasileiro)*.

Todos já ouviram falar de Dionysos. Ou Dionyso. Ou ainda, Dionísio. Ou Baco. Qualquer nome que tenha, é considerado, pela classe artística, como o deus do Teatro. Nos corredores mitológicos não existe nenhuma referência direta sua com a arte teatral, mas dele se diz que é, entre múltiplas definições, a divindade mais próxima da alegria, o princípio e o dono da fecundidade, aquele que liberta e renasce. Dando asas à imaginação, se Dionysos aparecesse no centro do Rio de Janeiro, ele se surpreenderia com a cidade e sua potência cultural. E isso apenas em um pequeno trecho, a partir do Aterro do Flamengo até a Praça Tiradentes. São inúmeras as opções: Museu de Arte Moderna, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e, se andarmos mais um pouco, encontraremos a Academia Brasileira de Letras.

Mas o nosso Dionysos continua sua caminhada... Logo vê o imponente Teatro Municipal e, no entorno, o Centro Cultural da Justiça Federal, as artérias da Cinelândia, com o Teatro Rival, o Teatro Dulcina, o Teatro Serrador e o Teatro Riachuelo. Uma profusão de palcos, cada um com sua face e sua geografia.

Segue pela Av. Graça Aranha, onde estão o Teatro Firjan Sesi Centro e o Teatro Ginástico. E na Av. Rio Branco, bem perto da estação do metrô, o velho e valeroso Teatro Glauce Rocha, que já se chamou Teatro Nacional de Comédia e hoje homenageia esta talentosa atriz que se foi tão cedo. Poderíamos ir também ao Centro Cultural Banco do Brasil, ali na Rua 1o de março, mas o trajeto de Dionysos tem destino certo: quer chegar ao antigo Largo do Rocio ou Campo dos Ciganos, Campo da Lampadosa, Campo do Polé, Praça da Constituição e, por fim, Praça Tiradentes, em 1890 (para alguns, 1892). Atravessando a Rua da Carioca, ele prepara o pouso no espaço da imaginação.

Estamos em 12 de outubro de 1813. É nesta data que D. João VI inaugura o Real Theatro de São João, bem junto ao local que, alguns anos depois, terá o nome de Praça da Constituição. Em 1821 passa por uma substancial reforma, prestes a receber

os importantes momentos históricos que estavam por vir naquele ano: a leitura do decreto, pela voz do futuro Imperador D. Pedro I, que aprovava os termos da Constituição elaborada por Portugal, e, mais tarde, a assembleia em que o mesmo D. Pedro jura as bases da futura Constituição. É também naquele teatro, em 1822, que, mais uma vez D. Pedro, do alto de um dos camarotes, mostra ao numeroso público presente a faixa verde e amarela onde se lê “Independência ou Morte”. E em 1824, no mesmo teatro, comemora-se a assinatura da Constituição do Império do Brasil.

O Real Theatro de São João sofrerá gigantescos incêndios durante sua existência e sobreviverá a todos eles — o primeiro naquele mesmo 1824, após a cerimônia de assinatura e a apresentação de um drama religioso. Deixará de ser palco da História do Brasil para ser palco da história do entretenimento e terá mais cinco nomes: Teatrinho Constitucional, Imperial Theatro São Pedro de Alcântara, Theatro Constitucional Fluminense, Theatro São Pedro de Alcântara e, finalmente, Teatro João Caetano.

João Caetano, nascido em Itaboraí, estado do Rio, em 1808, e morto em 1863, é o fundador da primeira companhia teatral brasileira e estabelece seu campo de ação na Praça Tiradentes. É no então Imperial Theatro São Pedro de Alcântara que João Caetano começa a preparar sua carreira de glórias.

Pode-se afirmar que junto com João Caetano nasce o teatro brasileiro, pois é através de duas encenações produzidas, dirigidas e interpretadas por ele que surgem, como autores, os dois pilares de nossa história teatral: Gonçalves de Magalhães, o Visconde do Araguaia, com *Antônio José*, ou o *Poeta e a Inquisição*, primeiro drama nacional, e Martins Pena, com *O juiz de paz na roça*, nossa primeira comédia.

É um ator de grande carisma, com desempenhos de cores fortes e enorme poder sobre a plateia, sempre arrebatada por suas performances. Em *Otelo*, quando seu personagem descobre a tragédia em que se envolveu pela teia tecida por Iago e, movido pelo desespero, parte para cima de seu traidor, chega a rugir como um leão. Já imaginaram...? Antes de cravar a espada em Iago e, por dentro, gritar “*Maldito!*”, ouve-se no teatro um rugido tonitruante de João Caetano ao pular sobre o traidor, um rugido mais poderoso que o do leão da Metro... No entanto, foi um astro, transformou-se em estátua e em nome de teatro. Emocionou e enfeitiçou as plateias com a chama de Dionysos.

A Praça Tiradentes, com e sem Caetano, foi povoada por Companhias teatrais durante mais de um século. É impossível nominá-las todas com seus artistas maravilhosos, alguns deles fundamentais para a história do teatro, como Procópio Ferreira, Jayme Costa, Dercy Gonçalves, Oscarito, Grande Othelo, Eva Todor, Dulcina de Moraes e Bibi Ferreira, entre dezenas de outros. Embora muitos tenham desenvolvido suas carreiras em outros palcos da cidade, é na Tiradentes que encontram, muitas vezes, o chão de Dionysos, em sua carroça platinada de saltimbancos inescrutáveis. Outro que cintilou por lá foi Leopoldo Fróes.

Nasce em Niterói, em 1882. Arrebanha multidões a cada trabalho que faz em todos os cantos do país e, claro, na Praça Tiradentes, onde brilha no Carlos Gomes e no João Caetano, teatros considerados mais populares que o Lírico, onde o público mais sofisticado estava acostumado a assistir às comédias de Fróes.

Vaidoso e elegante desde criança, como conta Íris Fróes, sobrinha de Leopoldo, na biografia romanceada que escreveu sobre o tio, Fróes manteve o apuro no vestir durante toda a vida, sendo o galã com quem as mocinhas de seu tempo sonhavam. Rainha, com facilidade, nas comédias finas, no que poderia chamar-se de alta comédia, e nas românticas. Criado com fartura e requinte, Fróes, já famoso, gostava de dirigir seu carro branco e conversível pelas ruas da cidade, circular na noite e no coração de muitas mulheres.

Forma sua primeira Companhia em 1908, viaja com teatro por todo o país e é extremamente popular. Nos anos 1910, o empresário Paschoal Segreto convida Fróes para ser o diretor e ensaiador de sua Companhia no Teatro São José. Com a cia. de Segreto, vai para São Paulo, onde conhece o escritor, dramaturgo e acadêmico Cláudio de Sousa, fundador do PEN Clube do Brasil, eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1924 e presidente desta Casa por duas vezes. Em 1916, Fróes como ator e Sousa como autor alcançam o maior sucesso de suas carreiras: a peça *Flores de sombra*.

Em alguma hora, porém, o show tem de terminar e, em Paris, começa a se delinear a hora final. Ele filma a comédia *Minha noite de núpcias*, apanha uma gripe que nunca mais passa e que o leva embora do mundo do teatro para um sanatório em Davos, na Suíça, em 1932. Seu enterro mobiliza o Rio de Janeiro, e o grande ídolo do teatro brasileiro é velado no Teatro João Caetano.

Procópio Ferreira, nascido em 1898 e morto em 1979, é outro baluarte da Praça Tiradentes e do teatro nacional. Era um homem de personalidade. Em 1974, em depoimento prestado ao antigo Serviço Nacional de Teatro, foi entrevistado por Bárbara Heliodora, Alfredo Souto de Almeida e a filha Bibi, entre outros. Ali há uma sequência deliciosa, que mostra bem sua postura. Em excursão a Porto Alegre, um dos atores da Companhia, para ajudar o irmão em uma questão de emprego, pede que Procópio interceda junto ao governador, o General Flores da Cunha. Procópio, já uma celebridade, vai até o palácio pedir uma audiência e ouve um recado seco: “O General não recebe atores”. O artista retruca: “Ah! Não recebe atores!? Perfeitamente!”. E retira-se. Alguns dias depois, é informado que Flores da Cunha está em uma das frisas para assistir ao seu espetáculo. E Procópio: “Ah! Está aí? Eu também não represento para governadores”. Manda devolver o dinheiro ao público e cancela o espetáculo. E fica um bom tempo sem poder ir ao Rio Grande do Sul...

Com as cias. João Caetano, Fróes e Procópio está firmada a Santíssima Trindade do teatro brasileiro no espaço triunfal da Praça Tiradentes. No entanto, muitas outras brilharam por lá, como a Cia. Trololó e a Cia. Jaime Costa. O potencial feminino também não ficava atrás, com as Companhias Abigail Maia, Lucília Peres, Dulcina-Odilon, Eva e Seus Artistas, Margarida Max, Ismênia dos Santos, Dercy Gonçalves e Alda Garrido.

Foram dezenas, talvez centenas as Companhias que frequentaram a antiga Praça da Constituição, e muitos os teatros que proliferaram naquela área desde os tempos imperiais. Por isso nosso recorte deteve-se em três dos principais ícones da arte de representar, assim como destacamos as salas de espetáculo que se solidificaram em seu entorno, duas delas produtivas até hoje. Já extintos o Teatro Recreio e o Teatro São José, continuam em plena atividade o Teatro Carlos Gomes e o Teatro João Caetano.

Marca registrada da Praça Tiradentes, o teatro de revista reluz ali, feito de alegria, humor, crítica, música e sátira. Com esses ingredientes, aliados a muita malícia, belas mulheres e uma iluminação feérica, ele tem naquele espaço do centro do Rio sua principal plataforma.

O Teatro Recreio Dramático, que acaba se popularizando como Teatro Recreio apenas, aparece com este nome em 1880 e é demolido em 1969. Foi o grande porto para o teatro de revista carioca até a metade do século XX. Já o Teatro Carlos Gomes diversifica-se. Nele cabe a revista, mas também todos os outros gêneros até os dias de hoje. É construído em 1872, com um nome bem afrancesado: Théâtre Franc-Brésilien. Em 1880 passa a chamar-se Teatro Sant'Anna e, em 1904, Teatro Carlos Gomes, tombado pela Prefeitura em 1984.

Nos anos 1960, com o quase desaparecimento do teatro de revista e a demolição do Recreio e do São José, a Praça Tiradentes entra em franca decadência. Abandonada pelo poder público, mal iluminada e com a prostituição instalada, ela perde seu brilho. Mesmo assim, o Teatro Carlos Gomes e o Teatro João Caetano continuaram em atividade. Sobre este último, não pode passar em branco o ano de 1973 quando, por um momento, ele traz à tona o papel histórico e político da Praça Tiradentes, com a abrupta proibição do musical *Calabar, o elogio da traição*, escrito por Ruy Guerra e Chico Buarque, dirigido por Fernando Peixoto, com produção de Fernando Torres e da atriz e hoje acadêmica Fernanda Montenegro. No dia do ensaio geral de *Calabar*, a censura proibiu o espetáculo. Foi um choque para a classe artística, para o público, e um prejuízo descomunal para seus realizadores. Imaginem uma produção com 48 atores, cenários, figurinos, orquestra, um investimento imenso que seria recuperado através da bilheteria, com ingressos já vendidos para toda a primeira semana de temporada. Toda a equipe foi para a porta do teatro fazer o seu protesto e estava resgatada, por alguns momentos, a afirmação da Praça Tiradentes como espaço político.

A censura autoritária durante anos buscou sufocar o palco brasileiro, sem conseguir. O teatro, surgido na Grécia há mais de 2.500 anos, sempre fez parte da história do homem e este é o segredo de sua eternidade. Não morrerá jamais. Pelo menos enquanto o homem estiver na Terra...

Dionysos sabe disso e sabe também que sua visita ao Rio de Janeiro está para se encerrar. Em nossa licença poético-ficcional, ele retorna lentamente ao centro da Praça Tiradentes — hoje remodelada — depois de vivenciar todas as experiências que ajudaram a iluminar a inteligência e o riso do Brasil. Despe-se de todo o passado que conheceu ali, de todo o presente teatral daquele farol cultural, de todo o futuro que ainda virá.

Mas, antes de alçar seu voo definitivo para uma Grécia imaginária e distante, Dionysos percebe que, na Praça, além do belo monumento a D. Pedro I, há quatro imensas estátuas em ferro fundido, duas em cada lado do espaço (e há mesmo): próximo ao Teatro Carlos Gomes, uma simboliza a *Justiça* e a outra, a *Liberdade*; próximo ao Teatro João Caetano, em uma está escrito *Fidelidade* e, na outra, *União*.

Dionysos se emociona e, pela primeira vez, fala, parcial e apaixonado. Diz ele: "Aqui, em uma pequena e sólida parcela do vasto teatro brasileiro moram quatro estátuas de mulher ou deusa; aqui, a Liberdade é mais justa e a Justiça, mais livre; a Fidelidade, mais que unida, é perene, e a União é fiel para sempre ao palco da Vida. Viva o Teatro!". ●

Celebração

Discurso de posse

Edgard Telles Ribeiro

Ocupante da Cadeira 27 na Academia Brasileira de Letras.

É, para mim, uma grande honra ingressar na Academia Brasileira de Letras e me integrar a um grupo de intelectuais que tem como prioridade defender e promover os interesses de nossa língua e de nossa cultura. Um grupo que nunca cessa de se renovar e, em anos recentes, de se diversificar, em busca de novos caminhos, novos desafios e, quem sabe, novas aventuras.

Pois a literatura, a filosofia, as ciências e demais artes aqui representadas formam um fascinante mosaico, cujo patrimônio supera seus registros em textos ou gravações, para também se situar no plano de nosso imaginário coletivo. Riqueza hoje vulnerável às incertezas que nos cercam no campo da Inteligência, seja ela Artificial ou não, e nos ameaçam no que temos de mais precioso — nossa individualidade.

Daí porque, longe de indiferente ao que sucede em seu entorno, a Academia, pelo simples fato de existir — e, por vezes, resistir — atua em tantas frentes, representando um dos principais baluartes de reflexão sobre o que a cultura brasileira possa significar hoje, para além de nosso engenho e arte, do idioma e suas riquezas, até mesmo de nossa imaginação. E, porque não confessar, de nossos justificados receios.

Quando penso nesses temas, acabo inevitavelmente estabelecendo um paralelo entre a ABL e o Itamaraty, instituição à qual dediquei 48 anos de minha vida, trabalhando quando possível na área cultural do Ministério, a qual acabaria chefiando entre 2002 e 2005 a convite do então Chanceler Celso Amorim.

E isso porque, como o Itamaraty, a ABL se dedica a *pensar o Brasil*. Sempre atenta ao que de relevante e original exista entre nós. Sempre fazendo dessa base de conhecimento um trampolim para o que de mais autêntico possa ser mostrado e debatido, seja no país, no caso da ABL, seja no exterior, em se tratando do Ministério das Relações Exteriores.

Por isso, talvez, eu nunca tenha estado distante da Academia, dada minha trajetória pessoal no Itamaraty. E, também, privilégio supremo, por ter me beneficiado dessa intimidade desde que me entendo por gente, pois meu pai, Milton Telles Ribeiro, também foi diplomata e, nessa qualidade, teve, entre seus mais íntimos e

fiéis amigos, o filólogo Antonio Houaiss e o poeta João Cabral de Melo Neto, com quem convivi de perto em minha juventude.

Nisso, minha adolescência se assemelha um pouco à de meu antecessor, Antonio Cicero, que registrou em seu discurso de posse a admiração que nutria pelos intelectuais amigos de seu pai, de cujas conversas participava, delas retirando lições que balizariam sua vida e sua obra.

Da mesma forma, beneficiei-me intelectualmente do convívio com amigos de meu pai, que se preparara para o concurso de ingresso no Itamaraty estudando com Wladimir do Amaral Murtinho e os irmãos Mozart e Maury Gurgel Valente, sendo que este último namorava, na época, a jovem jornalista Clarice Lispector, que viria a se tornar um dos nomes icônicos de nossa literatura, com obra hoje traduzida e lida mundo afora.

Corriam os anos 1940 e o Brasil vivia os efeitos da II Guerra Mundial. Desse encontro de estudantes em busca de um destino comum, se formaria um grupo eclético de amigos que se manteriam unidos, dentro e fora da carreira, até o fim de suas vidas. Nesse ambiente, nasceria igualmente a amizade de minha mãe, Maria Telles Ribeiro, com Clarice, forjada que foi no silêncio dos longos anos de inverno passados juntas em Berna, entre 1947 e 1950, época em que Maury e meu pai serviram como jovens diplomatas na então Legação do Brasil na Suíça. Mais adiante, quando coincidimos todos no Brasil, o grupo passou a incluir figuras notáveis no campo das artes plásticas, como o pintor Volpi que, no Rio de Janeiro, se hospedava com o escultor Bruno Giorgi, seu fraterno amigo. Os almoços aos domingos, nas casas de uns e outros, se sucediam com regularidade a meus olhos adolescentes.

O fato é que essas foram as primeiras referências em meio às quais eu me criei, todas vindas de um mundo adulto que, hoje, sei ter sido excepcional, mas que, na época, *do que dele me chegava*, parecia absolutamente normal. Talvez por isso essas referências tenham vindo a mim de forma nada impositiva, representando, ao contrário, valores a serem cultivados.

E cultivados por mim eles foram, mas como quem tateia — pois tatear é o que mais fazemos na adolescência. Fiz assim de tudo um pouco em meus anos de formação, até decidir-me pela carreira de meu pai, talvez por sentir que as oportunidades de manter os elos com a cultura se multiplicariam, no Brasil e no exterior. E foi um pouco o que aconteceu.

Tanto que meu encantamento por essa temática me levaria a buscar refúgio na área cultural do Itamaraty. A partir da qual o acesso às pessoas (a meus olhos) mais estimulantes de nosso país — seus intelectuais, seus professores, seus artistas, seus cientistas — seria incessante. E o primeiro Acadêmico que conheci fora do círculo das amizades de meu pai foi Eduardo Portella, um dos titulares desta Cadeira 27 sobre a qual nos deteremos adiante.

Mas se menciono o crítico literário e professor Eduardo Portella é para lembrar que fomos integrantes da histórica Delegação brasileira à UNESCO, em 2002, quando participamos da elaboração de uma Convenção Internacional, hoje

conhecida como a Convenção da Diversidade Cultural. Na liderança desse processo, mantinha-se o Acadêmico Gilberto Gil, então à frente do Ministério da Cultura. Uma liderança valiosíssima, pela força irradiadora de sua palavra, sempre acolhida com respeito e admiração nos debates realizados sobre a diversidade no Brasil e na UNESCO.

Hoje, “diversidade” se transformou na palavra da moda e frequente com desenvoltura até anúncios publicitários de empresas bem-intencionadas, mas que pouco ou nada sabem das origens do termo ou de seu alcance.

Mas em 2002, quando as Nações Unidas revolucionavam a maneira de pensarmos a cultura com foco voltado para o mundo em desenvolvimento, a palavra *diversidade* brilhava sobretudo nos textos da UNESCO — e aos olhos de algumas Delegações. Entre elas, a do Brasil e a da França, às voltas com a costura de um Acordo Internacional absolutamente inédito — o da mencionada Convenção —, logo aprovado por uma maioria esmagadora de Delegações, graças às quais o mundo em desenvolvimento ganhou uma moldura jurídica para se proteger do rolo compressor de determinadas culturas ditas dominantes. Sendo que as minorias culturais que sobreviviam a duras penas no Primeiro Mundo também se sentiram amparadas.

Se me detenho nesse tema, não é apenas para relembrar o rico passado de cooperação entre a ABL, o Itamaraty e o Ministério da Cultura, mas para registrar como o assunto evoluiu à luz da chegada da Inteligência Artificial, cujos indiscutíveis benefícios em todos os campos do conhecimento também poderão trazer efeitos adversos à preservação de certos valores e, em particular, à proteção da diversidade cultural dos povos.

Instada a se pronunciar sobre o assunto no ano passado, a UNESCO optou por encomendar um estudo restrito ao impacto da Inteligência Artificial nas democracias. Nada que correspondesse ao marco jurídico erigido, duas décadas e meia antes, para proteger nossas diversidades. Mesmo porque já não existiriam, hoje, meios de obter consenso em torno de mecanismos jurídicos multilaterais, aptos a dirimir desavenças sobre temas como proteção ou soberania — no contexto da natureza a um tempo sedutora e invasiva dessa nova tecnologia. O que não impede, a meu ver, que nos debruçemos sobre o assunto com a urgência e constância necessárias, de forma que ele se mantenha vivo entre nós. E a esse respeito, para concluir essa parte introdutória de meu discurso, faço minhas as palavras do escritor angolano José Eduardo Agualusa, publicadas em um de seus memoráveis textos recentes (e cito): “O desenvolvimento tecnológico, se não for acompanhado por um idêntico avanço cultural, ético e moral, não aprimora a civilização. Pelo contrário, ele a degrada”.

* * *

Dando agora seguimento à tradição, passo a alguns breves comentários sobre os Acadêmicos que me antecederam na Cadeira 27. Ao final desses sucintos relatos, regressarei às duas personalidades que emolduram essas figuras — as de Joaquim Nabuco, nas origens mesmas de nossa Academia; e a de Antonio Cicero, para todos que o conheceram, uma alma iluminada.

Maciel Monteiro foi o escolhido por Joaquim Nabuco para ser o Patrono da Cadeira 27. Formou-se em Letras pela Universidade de Paris. Foi médico, orador, deputado em várias legislaturas, diplomata e poeta. Nessa seara, ficou especialmente conhecido pelos sonetos que compunha.

O segundo ocupante da cadeira que ora assumo, o pernambucano Dantas Barreto, era militar, lutou na Guerra do Paraguai, e escreveu romances e peças de teatro.

Nascido há exatos 150 anos, o terceiro ocupante desta cadeira, o gaúcho Gregório da Fonseca, foi engenheiro militar, poeta, biógrafo e ensaísta.

O quarto ocupante da Cadeira 27, Levi Carneiro, nasceu em Niterói e foi um grande e combativo advogado. O eminente jurista notabilizou-se por ter sido fundador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados Brasileiros. Ambas, notáveis instituições que se distinguiriam entre nós na defesa dos direitos humanos.

O quinto ocupante da Cadeira 27 foi Octávio de Faria, um dos maiores romancistas brasileiros, um homem profundamente religioso, de quem se poderia afirmar que fez do ofício de escritor uma profissão de fé... Pois foi um supremo intelectual que se notabilizou como ficcionista, ensaísta e autor de uma série de romances enfiados sob o título geral de *A tragédia burguesa*, na qual apresenta um amplo painel da vida carioca, uma saga que o levaria a ser alçado ao primeiríssimo plano dos ficcionistas de nosso país por ninguém menos que Guimarães Rosa. Recebeu em 1970, da ABL, o Prêmio Machado de Assis para o conjunto de sua obra.

O sexto membro da Cadeira que hoje passo a ocupar, o baiano Eduardo Portella, notabilizou-se como crítico literário, eminente professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e brilhante ensaísta, tendo fundado, em 1962, a editora Tempo Brasileiro, cuja revista de mesmo nome foi lida por várias gerações de estudiosos. Portella também ocupou o cargo de Ministro da Educação no governo João Batista Figueiredo, tarefa que levou a cabo com dignidade, malgrado as restrições ou ameaças que pesavam sobre sua Pasta por força das greves estudantis — desafiadoras aos olhos dos militares.

* * *

Regresso agora no tempo à figura do fundador da Cadeira 27, o homem público, diplomata, estadista e escritor pernambucano Joaquim Nabuco.

Sobre suas circunstâncias, são inúmeras e ricas as referências. Do líder abolicionista, ao historiador de *Um estadista do Império*, do escritor ao diplomata da República, diversos e variados depoimentos acadêmicos ou de historiadores muito dizem do fascínio que esse personagem maior de nossa História exerceu. Basta relembrar a obra de historiadores e acadêmicos do calibre de Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho e Raymundo Faoro.

Dizer que Nabuco foi um de nossos mais importantes abolicionistas pode soar, em um discurso, como uma frase de circunstância — por verdadeira que seja.

Pois essas palavras só conquistam seu lastro à luz das evidências de que, para ele, o abolicionismo não representava apenas uma causa, mas um sentimento visceral que se confundiu com a missão primeira de sua vida, aquela que possuía sólidas raízes na infância e se manifestaria de forma incisiva na maturidade — influenciando todas as demais vidas que esse grande homem também viveu.

E isso porque Nabuco despertou para o horror que a escravidão representava, como aberração social, no limiar da infância. “No leite preto que o amamentara”, em suas palavras, criado que foi por oito anos por uma madrinha no engenho de Massangana, em Pernambuco — nome que depois serviria de título a um dos mais conhecidos capítulos de seu livro de memórias, *Minha formação*.

Sim, a trajetória humana e intelectual de Nabuco o levaria a trilhar todos os caminhos da primeiríssima linha de grandeza reservada a nossas maiores lideranças. Pois nessas funções, ele desempenhou todos os papéis, do político ao homem de cultura, do estadista ao diplomata, neste último caso como Embaixador em Londres e Washington — onde faleceu em 17 de janeiro de 1910, aos 61 anos, cercado de honras nunca superadas em casos de diplomatas estrangeiros falecidos no exterior.

Mas onde Nabuco realmente deixou uma marca profética, com a qual o Brasil lida até os dias de hoje, foi no alcance de sua visão abolicionista, ao prever que a dívida social contraída pela nação escravocrata dificilmente seria paga pelas gerações seguintes, dado que a abolição, decretada por um ato de governo, não encontraria a contrapartida em uma abolição profunda e necessária, a da cultura escravocrata que, por gerações a fio, predominaria no país.

Suas palavras continuam a ecoar entre nós. E merecem ser repetidas, por sua atualidade. E se as repito, em parte, é porque a prática da reiteração também me parece ser função da Academia, sempre atenta à necessidade de lembrar aos jovens o que os mais velhos não se cansam de ouvir.

E cito: “O abolicionismo não reduz a sua missão a promover e conseguir o resgate dos escravos. Essa obra da emancipação dos atuais escravos e seus filhos — obra de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar —, é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade”.

Nabuco prossegue, então, com ainda maior pertinência: “Eis então a tarefa do futuro que nosso presente acolhe: a de apagar todos os efeitos de um regime. Eis a luta na qual, em larga medida, nos encontramos todos investidos até hoje, de vez que vários desses ‘efeitos’ perduram a nosso redor”. Desnecessário lembrar que esse “até hoje” de Nabuco se referia à virada do século XIX para o XX. E que mais de cem anos transcorreram desde então. Sendo que muitos dos efeitos por ele denunciados continuam a nos desafiar, seja nas estatísticas, que nunca mentem, seja na vida real, que por vezes nos ilude.

Mas passando de um plano a outro nesse percurso em torno de Joaquim Nabuco, e para concluir este segmento de meu discurso, não resisto à tentação de me deter,

por um instante que seja, em certos trechos de seu discurso de posse na ABL, em 20 de julho de 1897, na qualidade de Secretário Geral de nossa instituição. Discurso que pronunciou, momentos depois que Machado de Assis, nossa inspiração maior, abrisse a sessão inaugural da Academia com uma fala intencionalmente discreta, para em seguida confiar ao amigo Nabuco a missão de explicar o que, por momentos, soaria inexplicável.

Pois a Nabuco coube a tarefa de registrar em palavras o mistério da criação deste nosso pequeno Universo literário e convivial. E Machado foi sábio, pois ninguém, como ele, Nabuco, teria tido condições de contar, em linguagem precisa e transparente, o que estava por acontecer. Daí que essa sua fala se inscreve como uma das pedras fundamentais da ABL. Porque tudo que, mais adiante, diria respeito a nossa Academia, nascia e era, simultaneamente, objeto de esperanças, análises, críticas e incertezas. Quando não de inveja.

Um momento mágico ou, pelo menos, assim pareça hoje a nossos olhos — herdeiros que somos de tudo que ocorreu desde então, na sequência daquela data histórica.

Mas, quem sabe, um momento igualmente mágico para os presentes naquele mês de julho de 1897, quando as palavras de Nabuco se fizeram ouvir e a História — a que se grafa com “H” maiúsculo — também parou para escutar:

“A primeira condição da perpetuidade é a verossimilhança”, disse Nabuco, para logo acrescentar em um mesmo fôlego, “e o que tentamos hoje aqui é altamente inverossímil.”

Daí valendo-se do paradoxo para indicar, sempre à sua maneira, o singelo e poético caminho das pedras: “Para realizar o inverossímil, o meio heroico é sempre a fé. A homens de letras que se prestam a formar uma Academia, no entanto, não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé”.

Veio então o grande salto que uniria aquele grupo de seres movidos por uma ideia comum: “Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre; terá sido, com efeito, um extraordinário enxerto, uma verdadeira maravilha de cruzamento literário”.

Enxerto... Cruzamento literário...

Um paraíso para nossos amigos linguistas... Pois trata-se de palavras evocativas de um processo de fertilização, endereçadas a um seleto grupo de senhores. Para quem, na sequência, algumas advertências seriam formuladas, entre elas a mais evidente e delicada de todas: “Seremos acusados de nos termos escolhido a nós mesmos, de nos termos feito Imortais e em número de quarenta”.

E depois de justificar o número de integrantes, inspirado na Academia Francesa, cujo modelo defendera como legítimo, Nabuco se vale de uma ironia: “Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico”.

Para então lançar ao futuro um quase enigmático desafio: “Nós somos quarenta [grafado com ‘q’ minúsculo], mas não aspiramos a ser os Quarenta [grafado com ‘Q’ maiúsculo]”.

Na sutileza desse inspirado jogo vocabular, no achado representado pelo equilíbrio precário entre uma possível imperfeição (que era a deles) e a busca da almejada perfeição (que continua a ser a nossa), abria-se a brecha para o inevitável processo de renovação que a própria Vida se encarregaria de impor à Academia — e que nos acompanha, entre tristezas e alegrias, desde então. Processo que, agora, em um salto no tempo de 128 anos desde aquele dia remoto, nos transporta até esta noite. Rumo a mais um delicado momento de transição.

Pois, como bem sabem os que me antecederam nesta tribuna e celebraram seus antecessores, é essencialmente desafiador o destino de quem chega, trazendo entre múltiplas bandeiras a missão de preencher uma vaga. Nada mais fácil, aparentemente, do que preencher uma vaga. E nada mais difícil...

* * *

Tive raros contatos com Antonio Cicero, mas deles me ficou a certeza de seu espírito nobre e de sua extrema delicadeza no trato. Certa vez, subi os dois ou três andares do prédio onde ele morava na rua David Campista, no Humaitá, e deixei um de meus livros em suas mãos. Se disse um *bom dia*, acrescido de algumas palavras murmuradas ao lhe estender o exemplar, e ele *obrigado* ao recebê-lo, foi quase um excesso. Na sequência, da porta entreaberta, livro na mão, ele acenou para mim com um generoso sorriso, enquanto eu retomava o caminho de volta, confiante de que meu livro estaria em boas mãos.

Sensação de delicadeza que se repetiria aqui na Academia, nas vezes em que trocamos algumas frases, sempre ricas em pausas solenes. As mesmas pausas que reencontro quando releio alguns de seus poemas.

Antonio Cicero é considerado, sem favor algum, um dos mais importantes e populares poetas de sua geração. A vida inteira, ele leu obsessivamente, escreveu e publicou, alternadamente, livros de filosofia e poesia, ao mesmo tempo que, em parceria com a irmã, Marina Lima, respeitada e festejada cantora e compositora, abria frentes como letrista no campo da música popular. Tanto que versos seus hoje fazem parte do repertório de importantes intérpretes de nossa cena musical. Essas incursões em uma direção, digamos assim, menos ortodoxa, terão seguramente enriquecido o filósofo e poeta que ele foi, trazendo para sua poesia e, quem sabe, até para a sua ensaística filosófica, uma aragem de beleza adicional, no campo sempre fértil da criação.

Para mim, e ainda que estejamos falando de dois irmãos criadores, essas parcerias evocam os trovadores da Idade Média, também excelentes poetas, François Villon no século XV à frente de todos, e cuja arte seduzia a nobreza incipiente de castelo a castelo ou, no caso da gente simples de aldeias ou vilarejos, de taberna em taberna, e, com frequência, em tempos de pouca sorte, de prisão em prisão, como ocorreu tantas vezes com o François Villon de *La ballade des pendus* [A Balada dos Enforcados]... Tudo por cortesia da riqueza sugestiva dos versos e do encanto das melodias produzidas por simples alaúdes.

Digressões à parte, e sempre atento às circunstâncias de Antonio Cicero, vale também lembrar que, quando jovem, ele morou com a família nos Estados Unidos, onde fez o curso médio de sua escolaridade e, mais adiante, sempre com o apoio familiar, cursou a Universidade de Londres, onde deu continuidade aos estudos de filosofia iniciados na PUC do Rio de Janeiro. Essas experiências no exterior terão contribuído para enriquecer suas leituras e vivências. Em Londres, além do mais, conviveu com artistas por lá exilados, forjando laços permanentes, entre outros, com Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Nos anos 1990, Antonio Cicero publicou seus primeiros ensaios de natureza filosófica ou literária. *O mundo desde o fim*, vencedor do Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira; *Finalidades sem fim*, finalista no Prêmio Jabuti; *Poesia e filosofia*; e *A poesia e a crítica*.

Seu primeiro livro de poesia data de 1996 e se intitula *Guardar*. O poema que dá título ao livro foi integrado à histórica antologia *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. O segundo, *A cidade e os livros*, tardaria alguns anos para vir à luz, mas reafirmou a força e a originalidade de sua linguagem. Com o terceiro, *Porventura*, de 2012, conquistou o Prêmio da Academia Brasileira de Letras, instituição para cuja Cadeira 27 foi eleito em agosto de 2017.

De Silviano Santiago a José Miguel Wisnik, inúmeros críticos e pensadores se detiveram sobre a poesia de Antonio Cicero, para não falar, também, daqueles que apresentaram suas obras, como é o caso do Acadêmico Antonio Carlos Secchin, que assina a orelha do livro *Porventura*.

A esse mosaico crítico, composto de tantas opiniões qualificadas, tomo a liberdade de somar as minhas percepções, não como crítico ou filósofo, mas como leitor de poesia que sou. E começo por expressar o que não passa de uma sensação pessoal, na fronteira da ousadia.

Trata-se do fato de que, para Antonio Cicero, a filosofia terá sido, desde o início de sua formação acadêmica, uma segunda natureza, da qual, ou graças à qual, sua poesia terá florescido, ou se fortalecido, como consequência inevitável. Em uma espécie de *contraponto intelectual*. Que essa intimidade entre dois universos do pensamento sempre o fascinou não resta dúvida. Tanto que veio a publicar um livro de ensaios sobre poetas com formação filosófica.

Ele próprio, porém, não atribui importância ao tema da origem primeira de uma, ou outra, dessas manifestações de seu pensamento, preferindo realçar a alternância com que se deram. Diz ele: “Em mim, quando o filósofo está presente, o poeta não aparece; e, à chegada do filósofo, o poeta se retira”.

Mais adiante, em outro ensaio, Antonio Cicero aprofunda as linhas divisórias entre os dois territórios de criação intelectual: “Concordo com Guimarães Rosa, para quem a filosofia *mata* o poema”. Em seguida, faz o contraponto: “E a poesia, digo eu, a-mo-le-ce a filosofia...”. Sem deixar de contemporizar em outro ensaio: “Parece-me, em geral, que a questão entre a poesia e a filosofia já pressupõe certo parentesco entre os dois discursos”. Ou seja, a proximidade, de fato, existia. Até onde ia, é possível que nem ele próprio soubesse...

Daí a sensação que fica no ar, ou pelo menos para mim sempre ficou: a de que, não fosse a sólida formação filosófica, sua poesia possivelmente não tivesse alcançado o grau de rigor, profundidade e erudição que a caracteriza, abrindo espaço, em contraste, para a ocasional leveza das imagens, com cortes inventivos de uma luminosidade cinematográfica, ou rimas que por vezes evocam a harmonia de melodias.

O que remete à questão de que diversos poemas de Antonio Cicero se inspiram em expressões artísticas associadas às mais variadas fontes da criação. Não é à toa que, falando de filosofia, o crítico André Ricardo Dias constata: “Na obra de Cicero, a filosofia e o seu estudo ganharam espaço próprio através do cinema, da literatura e da música”. Com mais razão ainda, acrescento eu, o mesmo se terá dado com sua poesia.

Isso faz com que, do universo da cultura clássica — grega em particular —, às tonalidades coloquiais de uma linguagem que por vezes coteja o despojamento, sua poesia circule com desenvoltura por uma paleta que, no plano da linguagem, vai do figurativo ao expressionismo, com ocasionais escalas em abstrações por definição enigmáticas. Pelo menos, a meus olhos.

Para chegar lá, no entanto, quanto trabalho. Quanta lapidação. E quanta determinação. Tanto de parte do poeta, quanto do filósofo.

O que o levou, certa vez, em uma possível tentativa de desmistificar tanto esforço, a dizer: “A filosofia se serve das palavras para dizer coisas. Já a poesia se serve das palavras e das coisas que as palavras dizem, para construir uma obra de arte, um objeto que vale por si, e cujo sentido não é dizer coisa alguma em particular”.

Recordo que ao ler, pela primeira vez, esse seu depoimento, fui transportado, por sua leveza e curiosa circularidade, a uma imagem do poeta russo Vladimir Maiakovski, num poema que li em tradução francesa: “*l’homme, un nuage en pantalon...*” [o homem, uma nuvem de calças].

Pura associação livre, de minha parte, ao dar com o depoimento de Antonio Cicero que, ao descrever seu impossível ofício de poeta como “um objeto que vale por si e cujo sentido não é dizer coisa alguma em particular”, fazia poesia em prosa...

E não será essa uma das melhores maneiras de celebrar um poeta, transitando de um artista a outro, de um idioma a outro, de um século a outro, num piscar de olhos? Se o pensamento de Antonio Cicero, lírico como alguns de seus versos, nos leva a divagar, por que não nos deixarmos ir, na esteira de um artista que, nas palavras de Silviano Santiago, é, ao mesmo tempo, *herdeiro das superfícies e das profundezas*?

* * *

Passo agora a umas breves palavras de conclusão.

Chega sempre o momento em nossas vidas quando lançamos um olhar sobre o passado e nos perguntamos se a obra produzida, se o resultado do percurso realizado, terão estado à altura de nossos sonhos ou nossas expectativas.

Nessas horas agradecemos àqueles que nos ajudaram, seja pelo exemplo, seja pela assistência recebida. Ou agradecemos ao destino, por termos contado com o apoio das pessoas certas na hora exata e necessária. Muitas vezes, de forma inteiramente surpreendente.

No que se refere à minha carreira literária, quem me surpreendeu por completo foi minha mulher Angelica, com quem estou casado há mais de três décadas, e isso porque, no início de nossa relação, um período que coincidiu com o princípio de minha carreira literária, ela leu um conto meu em manuscrito e, sem um segundo de hesitação, sugeriu que eu cortasse o último parágrafo.

Aos ouvidos de um autor, consagrado ou não, um tremendo sacrilégio!

Mais perplexo do que zangado, tranquei-me no escritório para avaliar uma sugestão que, no mínimo, parecia pertencer ao domínio do absurdo. Quando vi, para meu espanto, que Angelica tinha razão. Sem o corte radical, o conto jamais ganharia a leveza de que necessitava.

Dali em diante, não houve texto meu que não se beneficiasse do trabalho editorial e da sensibilidade de Angelica. Nem livro que não fosse dedicado a ela. Por vezes discutíamos e, por pouco, não brigávamos. (Nada mais instigante do que brigar por palavras...) Mas, no geral, a vontade e a intuição dela prevaleciam. Daí a enorme gratidão que lhe dedico ao render essa homenagem no momento em que, em certo sentido, chegamos juntos à Academia.

Já no que se refere à Academia Brasileira de Letras, duas notáveis figuras vieram em minha ajuda, para além de tantas outras aqui presentes, que me apoiaram, e às quais sou imensamente grato.

O poeta, escritor e ensaísta Ivan Junqueira, que foi Presidente desta Casa e nos deixou em 2014, foi o primeiro. A ele devo o apoio que me deu como escritor e não poucas lições de vida, pelas lutas que enfrentou, sobretudo na reta final da existência. Pois Ivan era um homem que “vivia de sua pena”, como se dizia antigamente; de seu trabalho de poeta e escritor, de ensaísta e de exímio tradutor de Baudelaire, Eliot e Dylan Thomas, entre outros... Sendo que, desse trabalho, no limite, retirava o sustento diário.

E vivia sobriamente, num apartamento de fundos de um edifício no Leme, onde o visitei incontáveis vezes, a ele e a sua mulher Cecilia Costa, jornalista que, por anos a fio, foi dedicada e eficiente editora-chefe do saudoso caderno *Prosa e Verso*, isso depois de ter editado o caderno de Economia, ambos do jornal *O Globo*.

Nesse cenário familiar, fui testemunha da angústia de Ivan quando o proprietário de seu imóvel pediu o apartamento de volta e não lhe deu alternativa fora se mudar, numa época em que sua saúde não andava nada bem — e as finanças tampouco. “O que fazer de todos esses livros...?”, ele repetia toda hora, claramente atordoado por um desafio que, a seus olhos, assumia as proporções de um pesadelo.

Acompanhei de perto esse processo que, milagrosamente, encontrou solução de última hora no mesmo bairro do Leme, em uma versão miniatura do apartamento

anterior. Mas digna e correta. Na medida de nosso Poeta, que também conseguiu um outro local para abrigar sua biblioteca, conservando perto de si os livros queridos.

Tornei-me assim herdeiro, não apenas de um exemplo de vida íntegra e austera, mas de algo muito precioso, na forma de uma amizade herdada de Ivan, a do poeta, ensaísta, bibliófilo e professor Antonio Carlos Secchin, sem cujo apoio não estaria me integrando hoje aos quadros de nossa Instituição Maior.

A Secchin, como costuma ser afetuosamente referido, devo não apenas o estímulo de que necessitava para me lançar candidato, mas também a orientação na busca desse objetivo. Secchin me encorajou, agindo como um irmão mais velho (ainda que eu seja, com folga, o mais velho de nós dois...).

E qual não foi minha surpresa ao descobrir que até esse meu agradecimento seguiu de perto os passos de Antonio Cicero que, igualmente emocionado, se dirigiu a Secchin para lhe dedicar as derradeiras linhas de seu discurso de posse, coroado pela leitura de um belíssimo poema de nosso amigo comum, intitulado “Autorretrato”, na noite de 16 de março de 2018 — já lá se vão mais de sete anos...

Passado e presente se unem, então, aqui sob o signo do afeto e da amizade, abrindo caminho para um futuro enraizado na saudade. A dos amigos que poderão ter partido, mas jamais nos deixam de todo.

Muito obrigado. ●



Fotógrafo: Guilherme Gonçalves.
Fonte: Fundo ABL/ Arquivo Múcio Leão.

Homenagens

“Nunca pensei em chegar ao topo, apenas me preocupava com o caminho”

Evanildo Bechara

Ricardo Cavaliere

Ocupante da Cadeira 8 na Academia Brasileira de Letras.

Recebi com um paradoxal sentimento de dor e conforto a notícia do falecimento de Evanildo Bechara, ocorrido na última quinta-feira. Afinal, perdia o amigo de mais de três décadas que tanto me ensinou e encaminhou nas sendas da linguística e da filologia.

Mas a lembrança de seus últimos dias, tão sofridos em face da enfermidade que o acometia, fizeram-me perceber que, afinal, nada restava senão o alívio e a resignação da finitude inexorável. Ademais, se levarmos em consideração o que fez no curso de seus 97 anos de vida, a carreira que construiu no magistério de língua portuguesa e a obra que edificou no campo dos estudos sobre a linguagem, decerto concluiremos que o mestre realmente alçou à imortalidade.

Certa vez, por ocasião de seus 80 anos, perguntei-lhe como avaliava seu passado de glórias, com tantas conquistas, louvores e manifestações de apreço. Não encontramos em cada esquina um certo cidadão que reúna dois títulos de professor emérito – um na Universidade Federal Fluminense e outro na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um título de *doutor honoris causa* da Universidade de Coimbra, além de ser membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa, entre tantas outras comendas que só se atribuem aos que gozam de excepcional prestígio entre seus pares. A resposta foi simples: “Nunca pensei em chegar ao topo, apenas me preocupava com o caminho.”

Resta o compromisso de cultivar sua obra em leitura constante e reverenciar um homem que quase chegou ao centenário ainda fiel ao compromisso de abrir as sendas da linguagem humana, com a sabedoria dos que lograram envelhecer sem insculpir rugas na alma. ●

Homenagens

O jovem professor de Português

Rosiska Darcy de Oliveira

Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

Participei recentemente de uma festa de senhoras septuagenárias em comemoração pelos anos da formatura no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Rememorávamos nossos tempos de colégio e passávamos em revista os mestres de então, votando em nossos favoritos. Por aclamação foi eleito Evânildo Bechara. Nenhuma surpresa. Ninguém tinha esquecido o jovem professor de língua portuguesa, magrinho, os óculos de lentes grossas atestando muitas leituras e a alta sabedoria e um bigodinho fino cujo charme não escapava à nossa adolescência ruidosa.

Bechara teria à época uns quinze anos mais do que nós, o que nos parecia muito, embora nossa imaturidade nem de longe pudesse supor quantas vidas já habitavam aquele rapaz reservado, talvez um pouco tímido, o que não impedia que um brilho indiscutível se apoderasse dele quando tomava a palavra tentando civilizar aquela matéria bruta de jovens fãs de Elvis Presley.

Consegui. Cinquenta anos depois as meninas de azul e branco, irrequietas normalistas, ainda se lembravam dele com carinho e gratidão e queriam saber como era conviver com ele na Academia Brasileira de Letras.

Pude garantir que sessenta anos passados não tinham alterado o perfeito cavalheiro que ele sempre fora, apenas acrescentando à sua personalidade cordial a respeitabilidade que uma carreira de indiscutível sucesso nos impunha. Por onde andou, no Brasil e no cenário internacional, Bechara só colheu sucessos, a admiração e a estima de seus colegas.

Se esses sucessos se devem à sua excepcional competência profissional, à sua inteligência e erudição, na certa colaboraram também para eles sua igualmente excepcional espessura humana, seu coração inteligente, compassivo, sua amabilidade, sua solicitude, atributos bem conhecidos de nós todos que com ele convivemos.

Rara é a convergência em uma só pessoa de qualidades intelectuais e afetivas tão excepcionais.

Não pretendo aqui, ao rigor de uma efeméride. Minhas palavras se dirigem mais ao seu coração, meu eterno mestre, e celebram seus admiráveis noventa anos.

Sua obra inesgotável já foi estudada por tantos, já mereceu tantos artigos e livros de tantos analistas, qualificados, está detalhada em suas infindáveis bibliografias.

Não seria eu, uma simples cronista quem se atreveria a mais dizer. Quero apenas registrar de público que sua aluna, hoje acadêmica, não estaria aqui não fossem a paciência, a tenacidade, a dedicação e o saber de um jovem professor de português nos anos cinquenta do século passado.

Essas palavras são a minha maneira de, com meio século de atraso, lhe dizer, enfim, muito obrigada. ●

Professor Evanildo Bechara com suas alunas no Instituto de Educação. anos 1950.



Homenagens

“A fotografia é feita em
uma fração de segundo,
mas é necessária toda uma
vida para realizá-la”

Sebastião Salgado

Nota da editora

Sebastião Salgado, o incomparável artista que perdemos, foi amigo e colaborador da *Revista Brasileira*. No primeiro número da nova fase, a fase X, concedeu-me uma entrevista e cedeu quatro de suas fotos para iluminar com suas imagens as nossas páginas. A ele, pelo gênio com que nos revelou o Brasil e pela generosidade com que sempre esteve ao nosso lado, a gratidão e a homenagem da *Revista Brasileira* da Academia Brasileira de Letras.

Rosiska Darcy de Oliveira

RDO — Tirar uma foto leva um segundo ou leva toda uma vida?

SEBASTIÃO SALGADO — Fazer uma fotografia leva uma vida. Se calculo que tenho uma média de 1/250 avos por segundo para cada imagem, as mais de 200 fotografias que compõem a exposição *Amazônia* somam um pouco menos de um segundo. Mas para tirar todas essas fotografias, investi, talvez, de oito a dez anos de minha vida viajando pela Amazônia. Investi um tempo considerável para conceitualizar todo este trabalho, depois para escolher as imagens, editá-las junto a Lélia, minha mulher e companheira de trabalho e de vida, que desenhou os livros, é cenógrafa e curadora de todas nossas exposições pelo mundo. Tudo isso para que essas imagens pudessem ser materializadas de uma forma apresentável. Então, realmente, o ato de realizar a foto leva uma fração de segundo, mas toda a preparação, a materialização e a apresentação disso tudo leva uma vida. E além de tudo, quando faço uma foto, estou fazendo uma intervenção com toda minha herança cultural, humana, relacional. É a minha vida, minha personalidade, minha maneira de ver o mundo, de me apresentar face ao que estou fotografando. É toda esta bagagem, junto com minha capacidade de percepção, que realiza a imagem. A fotografia é feita em uma fração de segundo, mas é necessária toda uma vida para realizá-la.

RDO — A fotografia é a sua expressão?

SS — A fotografia é minha linguagem. Idioma é o que falo, a linguagem é o que expresso. Eu me expresso por meio da fotografia. Muitas pessoas me dizem: “Sebastião, você vê tantas coisas interessantes no planeta, tem a oportunidade de conhecer lugares incríveis, tinha de escrever sobre isso”. Eu respondo que já escrevo com a fotografia, é a minha expressão. É tão difícil fazer uma fotografia quanto escrever um artigo.

RDO — Como a Amazônia entrou em sua lente e o que você sabe hoje sobre ela, sua natureza, sua cultura?

SS — Não sou religioso nem crente, mas entre as fábulas que constituíram nossa história está o Paraíso.



Foto: Rosiska Darcy de Oliveira.

Parque Nacional da Serra do Divisor, Estado do Acre, 2016 © Sebastião Salgado.





Luísa, Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
Estado do Acre, 2016 © Sebastião Salgado.

O Paraíso existe, e se chama Amazônia. A Amazônia foi para mim algo que completou, de forma rica, exuberante, global, tudo o que conhecia no planeta. Em 48 reportagens, tive a oportunidade de ver diferentes aspectos da Amazônia, viver dentro da floresta e registrar. Hoje, a Amazônia é um grande pedaço de mim. Se não a tivesse conhecido, seria um ser muito incompleto.

RDO — Lélia Wanick Salgado, sua mulher e companheira da vida inteira, foi também sua parceira ao longo de toda sua carreira e concebeu a exposição e o livro *Amazônia*. Sua admiração por ela transparece em todas as suas falas. Gostaria de ouvi-lo sobre essa comunhão no trabalho artístico.

SS — Lélia não foi parceira apenas no trabalho *Amazônia*, mas em tudo ao longo de minha carreira. Daqui a dois anos, teremos seis décadas de vida em comum, sempre muito próximos um do outro. O resultado de tudo isso não é a adição do meu trabalho ao dela, é o exponencial do trabalho dela ligado ao meu. Uma multiplicação ao infinito. Admiro e sou apaixonado pela minha mulher. ●

Foto: Rosiska Darcy de Oliveira.







Rio Juruá, Estado do Amazonas, 2009 © Sebastião Salgado.

Escolas de samba: pedagogia e literatura

Luiz Antonio Simas

Historiador, professor, escritor e compositor. É autor de *Dicionário da história social do samba*, escrito com Nei Lopes, vencedor do Prêmio Jabuti 2016 na categoria Livro de Não Ficção do Ano; *O corpo encantado das ruas*, *Umbandas: uma história do Brasil*, *Crônicas exusíacas e estilhaços pelintras*, *Almanaque Brasilidades: um inventário do Brasil popular*, *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*, com Luiz Rufino e Rafael Haddock-Lobo, *Santos de casa: fé, crenças e festas de cada dia* e *Bestiário brasileiro*.

A formação das escolas de samba do Rio de Janeiro ocorreu nas primeiras décadas do século XX, a partir do protagonismo dos descendentes de africanos da cidade e do papel que exerciam em suas comunidades. Naquele contexto, o do pós-abolição da escravatura, os descendentes de escravizados construíram incessantemente sociabilidades, articularam formas de sobrevivências, criaram laços identitários e formaram redes de proteção social duradouras. As agremiações carnavalescas estão inseridas neste processo.

Quando falamos de escolas de samba, é importante constatar que o carnaval é uma festa de origem europeia que, com o passar dos anos e com as transformações protagonizadas pelo povo, transformou-se no Brasil numa expressão viva, questionadora, de alegria e de luta. Assim como os rumos da história do país, o nosso carnaval é resultado de uma permanente disputa, cabendo ao povo brasileiro a constante reinvenção da festa em sentidos e direções múltiplos. Distante do país excludente e desigual, é um país diverso, transgressor, inventor, contestador e plural que se manifesta nos dias de folia.

A festa trazida pelo colonizador vai adquirindo características populares, sobretudo pelos cruzamentos entre a herança do carnaval português e as diversas africanidades, musicalidades, espiritualidades e percepções de mundo que logo se impõem no processo de formação da cultura do samba.

Ao se africanizar, o carnaval vai, conseqüentemente, se abasileirando. Tudo isso não se estabelece de forma consensual, mas a partir de uma disputa ferrenha. Num certo momento, sobretudo nas primeiras décadas da República, de um lado tínhamos uma elite que queria defender um modelo de carnaval excludente, de salão e de padrões europeus. Do outro lado, estavam os brasileiros que queriam construir um modelo de carnaval ligado à sociabilidade das ruas.

Neste contexto, surgem as escolas de samba. Do ponto de vista das características mais gerais, as escolas de samba englobam variadas referências: a tradição festiva de múltiplos cortejos processionais da cultura popular, a referência dos ranchos carnavalescos (agremiações que desfilavam com enredos representados por fantasias e alegorias) e as inovações coreográficas e musicais do samba, ritmo oriundo de matrizes sonoras centro-africanas redefinidas no Brasil no período citado.

Os primeiros concursos das escolas de samba, no final da década de 1920, ainda não se baseavam na exibição dramática dos desfiles em cortejo; eles se limitavam à parte musical, com as agremiações existentes cantando e batucando os sambas compostos por seus compositores. Foi assim que aconteceram as duas disputas pioneiras — em 1928 e em 1929 — organizadas pelo jornalista, sambista e sacerdote do culto afro-brasileiro José Espinguela.

A partir do início da década de 1930, as disputas começaram a unir a trilha sonora — o samba urbano carioca — à apresentação de cortejos dramáticos expressos em enredos, fantasias e elementos alegóricos. Desde então, os desfiles das escolas de samba se afirmam como o maior complexo de exibições artísticas simultâneas do mundo contemporâneo.

O primeiro desfile em cortejo das agremiações ocorreu em 1932 e foi promovido pelo jornal *Mundo Sportivo*, pertencente ao jornalista Mário Filho. Na ocasião, diversas escolas de samba se apresentaram para o público e o corpo de jurados na antiga Praça Onze de Junho, no Centro do Rio de Janeiro.

Ao longo dos anos, os enredos das escolas de samba apresentaram temáticas bastante variadas. A partir da década de 1940, a exigência de temas de interesse nacional pautou os elementos dramáticos dos desfiles. Pelas avenidas foram representados episódios da História do Brasil, homenagens a seus personagens emblemáticos, manifestações diversas da cultura popular, relatos exemplares das mitologias indígenas e africanas, religiosidades afro-brasileiras, a exuberância da natureza do Brasil etc.

Dentro deste contexto, uma das vertentes mais presentes em enredos de escolas de samba é a que investe na transposição para os desfiles de obras literárias, personagens e biografias de autores relevantes da literatura brasileira. A lista que segue abaixo está longe de ser completa, mas apresenta exemplos do que podemos definir como “enredos literários” e estimula pesquisadoras e pesquisadores que pretendam se dedicar ao tema: Castro Alves — Império Serrano, 1948; Gonçalves Dias — Mangueira, 1952; Machado de Assis — Aprendizes da Boca do Mato, 1959; *O Guarani* — Beija-Flor, 1963; *Memórias de um sargento de milícias* — Portela, 1966; *O mundo encantado de Monteiro Lobato* — Mangueira, 1967; *O tronco do Ipê* — Portela, 1968; *Gabriela, cravo e canela* — Unidos de São Carlos, 1969; França e Bahia — Imperatriz Leopoldinense, 1970; *Meu pé de laranja lima* — Mocidade Independente de Padre Miguel, 1970; *Memórias da Rua do Ouvidor* — Lins Imperial, 1970; Alencar, o patriarca da literatura — Paraíso do Tuiuti, 1970; *Primaveras* de Casimiro de Abreu — Unidos de Padre Miguel, 1970; *Marília de Dirceu* — União de Jacarepaguá, 1971; *Martim Cererê* — Imperatriz Leopoldinense, 1972; *O saber poético da literatura de cordel* — Em Cima da Hora, 1973; *Pasárgada, o amigo do rei* — Portela, 1973; *I-Juca Pirama* — União da Ilha do Governador, 1974;

Cobra Norato — Lins Imperial, 1974; *Essa Nega Fulô* — Tupi de Brás de Pina, 1974; *A morte da porta-estandarte* — Imperatriz Leopoldinense, 1975; Imagens poéticas de Jorge de Lima — Mangueira, 1975; Macunaíma, herói da nossa gente — Portela, 1975; *Tenda dos Milagres* — Acadêmicos de Santa Cruz, 1975; *Dona Flor e seus dois maridos* — Lins Imperial, 1975; Vida e obra de Cecília Meireles — Paraíso do Tuiuti, 1975; Emília no país da gramática — Unidos de Bangu, 1975; Invenção de Orfeu — Vila Isabel, 1975; *Os sertões* — Em Cima da Hora, 1975; O que dá pra rir, dá pra chorar — A peleja do caboclo Mitavaí contra o monstro Macobeba — Unidos da Tijuca, 1981; Lima Barreto, mulato, pobre, mas livre — Unidos da Tijuca, 1982; Os imortais — Vila Isabel, 1983; Viva o povo brasileiro — Império da Tijuca, 1987; Carlos Drummond de Andrade: no reino das palavras — Mangueira, 1987; Jorge Amado, axé Brasil! — Império Serrano, 1989; O Boca do Inferno — Acadêmicos de Santa Cruz, 1991; Nelson Rodrigues, um beijo na Sapucaí — Império da Tijuca, 1994; Academia Brasileira de Letras, 100 anos de cultura — Estácio de Sá, 1998; Nelson Rodrigues pelo buraco da fechadura — Unidos da Tijuca, 2001; Ariano Suassuna: aclamação e coroação do imperador da Pedra do Reino — Império Serrano, 2022; Machado de Assis e Guimarães Rosa — Mocidade Independente de Padre Miguel, 2009; *Dom Quixote de La Mancha* — União da Ilha do Governador, 2010; A benção, Vinicius de Moraes — Império Serrano, 2011; Jorge Amado Jorge — Imperatriz Leopoldinense, 2012; Vinicius no plural — União da Ilha do Governador, 2013; *Um defeito de cor* — Portela, 2024; *Meu destino é ser onça* — Acadêmicos do Grande Rio, 2024.

Os exemplos acima listados mostram que as escolas de samba, criadas como instituições recreativas e culturais de sociabilidades negras, tiveram, sobretudo a partir da década de 1960, um papel de vanguarda pedagógica no Brasil: foram elas que passaram a apresentar personagens, temas, episódios, muitas vezes à margem da História Oficial, aquela baseada em relatos aparentemente neutros de grandes feitos, efemérides e heróis do panteão. Foram ainda instituições que difundiram a literatura brasileira, os seus criadores, personagens e obras.

As mesmas escolas de samba que nas décadas de 1940 e 1950 se limitavam a falar dos galardões, medalhas e brasões da pátria, assumiram um papel pioneiro a partir de certo momento. Um papel que os colégios não desempenhavam, os meios de comunicação ignoravam e os livros didáticos raramente enfrentavam.

Quando a Salgueiro de Fernando Pamplona apresentou, inspirada em um livro censurado de Edison Carneiro, Zumbi dos Palmares (Quilombo), em 1960, Zumbi era um personagem que não aparecia nas salas de aula brasileiras. O herói era Domingos Jorge Velho, o bandeirante que trucidou o povo quilombola. Chica da Silva e Chico Rei vieram no mesmo barco, arrebatando em vermelho e branco, através da avenida, a cerca que não os fazia chegar ao ensino formal.

Foi escutando sambas de enredo que muitos brasileiros souberam de Euclides da Cunha e da Guerra de Canudos, da peleja do caboclo Mitavaí contra o monstro Macobeba, da literatura de Lima Barreto, do drama da seca do Nordeste, das aventuras de Macunaíma. Mas elas não se limitaram à literatura. Foram as escolas de samba que falaram também de Teresa de Benguela e do Quilombo do Quariterê, da Confederação dos Índios Tamoios, das lendas dos orixás, dos mitos de origem dos Carajás, de Dom Obá II, Rei da África e das esquinas do Rio de Janeiro, de Joãozinho da Gomeia, o Rei do Candomblé.

Instituições complexas, em constante diálogo com a conjuntura, as escolas de samba não se enquadram em modelos prontos. Cantaram a história oficial, se renderam aos patrocínios mais esdrúxulos, louvaram o regime militar, contestaram o regime militar, e retrataram a vida de celebridades duvidosas de ocasião.

Ao mesmo tempo, contaram as histórias dos que foram apagados por certas versões da História, deram o protagonismo aos Zumbis, Conselheiros, Aimberês e Teresas de Benguela. Louvaram Luiz Gonzaga, os poetas do cordel, os romances brasileiros, os caboclos de umbanda, os orixás, as iabás, as mães de santo e do samba.

Encaradas por muitos como meras empresas do setor turístico em tempos de carnaval, as escolas de samba podem e devem ser encaradas, vivenciadas e estudadas como muito mais que isso. Elas são poderosas instituições culturais de vanguarda; terreiros em que o canto celebrado em tambor escuta a voz e o brado de vida daqueles que, muitas vezes, cantaram nas frestas do poder a chance de um Brasil original e mais generoso. ●



QR Code para acesso à palestra proferida por Simas, na ABL.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da *Revista Brasileira, fase III* (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da *Revista*, na Travessa do Ouvidor 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
1	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
2	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Eduardo Giannetti
3	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Joaquim Falcão
4	Basilio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
5	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Ailton Krenak
6	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cicero Sandroni
7	Castro Alves	Valentim Magalhães	Miriam Leitão
8	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Ricardo Cavaliere
9	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Lília Moritz Schwarcz
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Rosiska Darcy de Oliveira
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Ignácio de Loyola Brandão
12	França Júnior	Urbano Duarte	Paulo Niemeyer Filho
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Ruy Castro
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Jorge Caldeira
17	Hipólito da Costa	Silvio Romero	Fernanda Montenegro
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Gilberto Gil
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	João Almino
23	José de Alencar	Machado de Assis	Antônio Torres
24	Júlio Ribeiro	García Redondo	Geraldo Carneiro
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	José Roberto de Castro Neves
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Edgard Telles Ribeiro
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Paulo Henriques Britto
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Merval Pereira
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Zuenir Ventura
33	Raul Pompeia	Domício da Gama	Evanildo Cavalcante Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	Evaldo Cabral de Mello
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Godofredo de Oliveira Neto
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	Fernando Henrique Cardoso
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Arno Wehling
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	José Paulo Cavalcanti Filho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Edmar Lisboa Bacha